

Aruanã Antonio dos Passos

Pensamento em

Combate

**Tobias
Barreto**

e sua trajetória intelectual
no ocaso do Império
(1869–1889)

ED **UT** FPR

Pensamento em Combate

**Tobias
Barreto** e sua trajetória intelectual
no ocaso do Império
(1869–1889)

Reitor Everton Ricardi Lozano da Silva
Vice-Reitora Vanessa Ishikawa Rasoto

Diretor de Comunicação Thiago de Sousa Costa
Diretora-Adjunta de Com. Francielly Orlandini Capristo Ferraro

ED**UTFPR** EDITORA DA UTFPR

Coordenadora-Geral Giani Carla Ito
Coordenadora-Adjunta Paulla Rosane dos Santos Coelho Pereira
Assessora editorial Paulla Rosane dos Santos Coelho Pereira
Coordenação de Design Elizabeth Resende Kato
Coordenação de Revisão e Normalização Tatiana Campos da Hora Soares

CONSELHO EDITORIAL

Titulares Danyel Scheidegger Soboll
Elisabete Hiromi Hashimoto
Elizabeth Mie Hashimoto
Marcelo Fernando de Lima
Marcelo Gonçalves Trentin
Marcos Hidemi de Lima
Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza
Pedro Valério Dutra de Moraes
Sandra Gomes de Oliveira Reis
Sara Tatiana Moreira
Silvana Stremel

Suplentes Adriano Lopes Romero
Anna Silvia Penteado Setti da Rocha
Antônio Gonçalves de Oliveira
Fabiana Costa de Araújo Schütz
Kelyn Schenatto
Letícia Gomes Teófilo da Silva
Maria Giovana Binder Pagnocelli
Meggie Rosar Fornazari
Patricia Rossi
Rosangela Araujo Xavier Fujii
Sergio Paes de Barros

Os dados e informações apresentados nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores e de suas fontes, incluindo a correção da grafia de nomes e localidades, bem como a precisão de datas e demais informações, não refletindo necessariamente a opinião da EDUTFPR.

Aruanã Antonio dos Passos


Pensamento em **Combate**

**Tobias
Barreto** e sua trajetória intelectual
no ocaso do Império
(1869–1889)

ED**UT**FPR

Curitiba, 2026

© 2026 Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

 Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

ISBN 978-85-7014-251-1

Design Laura Moromizato Zaninello e Susana Nogueira Peña Durán

Capa Laura Moromizato Zaninello

Revisão Amanda Baroni e Simon Lainequer Kohler

Normalização Simon Lainequer Kohler e Tatiana Campos da Hora Soares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Passos, Aruanã Antonio dos

Pensamento em combate [recurso eletrônico]: Tobias Barreto e sua trajetória intelectual no ocaso do Império (1869-1889) / Aruanã Antonio dos Passos.-- Curitiba, PR : EDUTFPR, 2026.

1 arquivo texto (377 f.): PDF; 2,5 MB.

Título retirado da tela de abertura (visualizado em 7 maio 2026).

Disponível em formato PDF.

Acesso via World Wide Web

ISBN 978-85-7014-251-1

Bibliografia: p. 355-375.

1. Barreto, Tobias, 1839-1889 - Biografia. 2. Escritores brasileiros - Pernambuco - Biografia. 3. Brasil - História - Império. 4. Barreto, Tobias, 1839-1889 - Crítica e interpretação. 5. Filosofia brasileira. 6. Advogados - Pernambuco - Biografia. 7. Recife (PE) - Vida intelectual. 8. Recife, Escola do. I. Título.

CDD: Ed. 23 -- 928.69

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Departamento de Biblioteca do Campus Curitiba, Bibliotecário: Adriano Lopes, CRB-9/1429

EDUTFPR

Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Av. Sete de Setembro, 3165

80230-901 Curitiba PR

utfpr.edu.br/editora

editora.utfpr.edu.br

Para **Ian** e **Marília**.

Aos meus familiares, pelo amor e apoio, especialmente minha mãe Suzana Ubiale e meu irmão Hanaurã Rafael dos Passos. Ian Antonio e Marília Antonia, é tudo para/por vocês que fazem da palavra “amor” um imperativo!

Liliam Cristina Angelo: presença, calor e carinho. O milagre da ressurreição, conheci ao teu lado e nos seus olhos!

Pessoas que me acolheram nos últimos (difíceis!) anos e acolhem com sua coragem diante da vida e seu exemplo: Neusa Silvestrini Angelo, Lucas Felipe Angelo, João Carlos, Cleci Duart e Livia, Vera dos Passos, Ivonete dos Passos, Solange dos Passos, Celso Berkenbrock, Daiane Fossatti e Edson dos Passos.

Mais que amigos, pessoas iluminadas que tive a honra de conhecer em tantos momentos e lugares: Geraldo Witeze Júnior, Alexandro Neundorf, Willian Roberto Vicentini, Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos, Luiz Felipe Nunes Alves, Valdlem César, Paulo Gregoreki, Lucas Francisco Rodrigues, Maria de Lourdes Bernartt, Rodrigo Brackman, Edilson da Silva Ferreira, Wilson de Sousa Gomes e Marlon Teixeira de Faria. E claro, ao meu querido mestre pelas inúmeras lições: Guilherme Henrique Bueno Czuy. Que honra conhecer e conviver com vocês!

Este livro, com alterações, é versão da minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), em 2016. Tive o privilégio de ter realizado minha pesquisa sob a orientação do Professor Dr. Marlon Jeisson Salomon, que me acolheu desde o primeiro contato. A ele e ao programa, minha (e)terna gratidão!

Durante o ano de 2024, passei um semestre na Universidade de Lisboa e preciso registrar meu agradecimento especial ao Professor Dr. Pedro Calafate e ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras, que me recebeu com tanto carinho e atenção.

Finalmente, o longo caminho deste livro se concluiu em meu estágio de pós-doutoramento, realizado entre 2023 e 2024, no

Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR), minha *alma mater*. A supervisão ficou a cargo da Professora Dra. Marion Brepohl de Magalhães, a qual registro aqui minha gratidão por mais uma vez ter aceitado minha aventura pela História.

Ao Departamento Acadêmico de Ciências Humanas (DAHUM) e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, campus Pato Branco e Diretoria de Pós-graduação e Pesquisa): minha morada atual, agradeço pela licença concedida para realização de meu estágio de pós-doutoramento. Aos colegas do departamento que assumiram generosamente minhas funções, registro meus agradecimentos sinceros!

Às seguintes bibliotecas e arquivos registro minha gratidão, especialmente aos inúmeros funcionários que gentilmente me ajudaram no acesso a seus acervos: Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás, Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Letras e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Arquivo Nacional de Portugal, Gabinete Português de Leitura do Recife, Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Instituto Tobias Barreto (Universidade Tiradentes – Aracaju/SE), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, Biblioteca Brasileira da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Biblioteca do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Várias partes deste trabalho foram apresentadas e discutidas em diversos eventos científicos ao longo destes anos. Conteí ainda com a generosidade de muitos pareceristas anônimos de revistas científicas que muito ajudaram com sua leitura sempre atenta e propositiva. Por receio da injustiça e na impossibilidade de recordar de todas as pessoas que contribuíram com suas generosas

críticas e ideias, deixo aqui meu mais profundo agradecimento a esses “anjos” silenciosos do trabalho científico que em nosso país trabalham praticamente sem recursos.

À EDUTFPR, editora da UTFPR, e toda sua equipe por acolher este projeto com tanto zelo e cuidado. Aos pareceristas anônimos do livro que com seu olhar atento iluminaram e conduziram, meu mais profundo obrigado!

Aos professores, Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Antônio Fernando de Araújo Sá, que dispensaram seu tempo para ler e enviar suas considerações para a apresentação e prefácio registro este agradecimento a estes dois grandes historiadores de nosso tempo.

As pessoas que cruzarem com este livro espero que esta história de uma vocação e tragédia torne-se ação e pensamento combativos. Algo além de apenas ato e esforço de contemplação do passado em sua trama.

Boa leitura!

Qualquer obra deve conter, para ser apreciada, ou fatos novos, ou novamente descobertos, ou princípios novos ou novas observações de princípios já conhecidos; brilhando em todos estes pontos a verdade (Barreto, 1926, p. 111)¹.

1 BARRETO, Tobias. **Estudos alemães**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Olhar das margens uma geografia das ideias 15

APRESENTAÇÃO

Tobias Barreto nas batalhas das ideias 21

PROLEGÔMENOS PARA A HORA DA BATALHA:

à guisa de introdução 25

Capítulo

1

TOBIAS BARRETO NA AURORA DA REPÚBLICA 43

Um crítico da Nação: Tobias Barreto interpreta o Brasil 47

Fragmentos biográficos em uma literatura “trivial” 78

Da vida que se escreve 88

Sílvio Romero vai à Corte 99

Capítulo

2

TRAJETÓRIA INTELCTUAL E PROJETO POLÍTICO

NO BRASIL IMPÉRIO 123

O mundo da/na Província 128

Retóricas do polemismo e do pessimismo 143

O movimento do Recife e o “surto de ideias novas” 161

A Escola do Recife: tentativa de definição 174

Capítulo

3

OS ETERNOS COMBATES DE TOBIAS BARRETO	195
Positivismo e sociedade	200
Evolução e ciência	241
<i>A educação da mulher</i>	249
<i>Raça e evolução</i>	264

Capítulo

4

POR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE CULTURA	281
Menores e loucos em Direito Criminal	285
Sociologia, Psicologia e Teologia	296
Por uma nova intuição do Direito	319
Recordações de Kant	328
Em nome da tragédia: críticos, apologéticos e o pensamento de Tobias Barreto	335

CONSIDERAÇÕES FINAIS	349
-----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	355
--------------------	-----

SOBRE O AUTOR	377
----------------------	-----

Olhar das **margens** uma **geografia** das **ideias**

Neste livro fazemos um aprendizado: o pensar se faz situado, no tempo e no espaço. O pensamento figura uma imagem de sua temporalidade e da espacialidade de onde emergiu. Por ser figuração, o pensamento pressupõe um olhar, que vê a partir de uma dada posição espacial. Por isso dizemos que pensar equivale a tomar posição. Há pensamentos que buscam falar a partir de posições diversas, que buscam situar o olhar em mais de um lugar de fala. Há pensamentos que buscam afirmar apenas uma posição, uma situação, um pertencimento, uma identidade espacial. Como são situados espacialmente, os pensamentos obedecem às hierarquias e relações entre as espacialidades que lhes são contemporâneas. Há pensamentos que emergem nas espacialidades hegemônicas, aquelas que serão vistas e ditas como centrais. E há pensamentos que surgem nas espacialidades subordinadas, subalternas, vistas e ditas como periféricas. Há pensamentos que partem do e correspondem ao centro, e há pensamentos que partem das e correspondem às margens. Acompanhando essa situação e localização espacial, haveria modos de olhar e dizer que seriam centrais e modos de olhar e dizer que seriam periféricos, marginais. Os pensamentos comporiam o que Márcio Goldman nomeou de geografia das ideias, podendo ser analisados a partir das principais categorias que definem e avaliam uma dada espacialidade: posição, distância, centralidade ou excentricidade, pertencimento ou exterioridade. Um pensamento poderia advir de um ator que se sente distanciado do centro hegemônico na vida política, econômica ou cultural, de uma dada espacialidade,

seja nacional, seja regional. Um pensamento poderia nascer de alguém que se sente deslocado, na margem, fora de uma dada espacialidade ou daquele espaço que é considerado seu núcleo de funcionamento e definição.

O historiador Aruanã Antônio dos Passos ao trabalhar com o pensamento do filósofo e jurista sergipano, Tobias Barreto — fundador e líder da chamada Escola do Recife, movimento filosófico que se desenvolveu na Faculdade de Direito da capital pernambucana durante a segunda metade do século XIX — nos permite visualizar, nesse período, a geografia de ideias, a espacialização do pensamento na sociedade brasileira. A Escola do Recife se constitui a par com a emergência crescente de posturas políticas regionalistas no chamado Norte do Brasil. A perda progressiva da centralidade que esse espaço econômico e político gozara durante o período colonial, o deslocamento progressivo que, desde o século XVIII, vinha transferindo para o Sul o domínio econômico e político do espaço nacional em construção, levava a que as elites nortistas se considerassem cada vez mais discriminadas e abandonadas pelo governo imperial. A Escola do Recife se constitui no mesmo momento em que o escritor cearense, que fizera sua formação jurídica, justamente, na Faculdade de Direito do Recife, Franklin Távora, está propondo o surgimento de uma literatura do Norte, uma produção literária que desse a conhecer o que seria essa área abandonada do país. Portanto, Tobias Barreto e seus discípulos, ao proporem uma formação e uma produção filosófica e jurídica que fosse distinta daquela oferecida pela Faculdade de Direito de São Paulo e daquela que era feita por letrados que gravitavam em torno da Corte, no Rio de Janeiro, militavam no sentido de que o Norte do país não viesse a perder, também, centralidade do ponto de vista cultural e intelectual.

A Escola do Recife se propôs a trazer para Pernambuco — espaço que era central no Norte do país, não só porque para o

porto de Recife convergia grande parte da produção realizada nas províncias dessa área do país, mas também porque essa cidade recebia grande parte dos filhos das elites das outras províncias desse espaço, para realizarem sua formação bacharelesca, justamente na Faculdade de Direito — o que haveria de mais contemporâneo no pensamento jurídico e filosófico europeu. Aproveitando-se do fato de que o Recife recebia, como grande porto internacional que era, os influxos das grandes novidades intelectuais vindas da Europa, esse grupo de letrados trouxe para a Faculdade de Direito as ideias do evolucionismo e do monismo germânicos. Esse gesto buscava contestar, no plano do pensamento, a geografia econômica e política que estava deslocando para a periferia o Norte do país. A atuação de Tobias Barreto, até por ele nunca ter abandonado a capital pernambucana, como fez outro letrado sergipano e líder do movimento, Silvio Romero, buscava contestar a centralidade do Rio de Janeiro e de São Paulo no pensamento brasileiro, deslocando o eixo da geografia das ideias ou do pensamento para recolocar Pernambuco e, por extensão, o Norte no centro da cartografia das ideias no país.

Este livro oferece uma oportunidade de se conhecer a trajetória desse letrado que teve uma enorme importância na formação de grande parte da elite do Norte do Império, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Através dele se pode conhecer a contribuição que Tobias Barreto deu para que as ideias consideradas mais avançadas no campo filosófico e jurídico chegassem ao país. Tendo começado sua carreira nas letras como um poeta romântico, fazendo parte do chamado condoreirismo, uma poesia social comprometida com as causas da abolição e da república. Ele dá a conhecer o naturalismo de Haeckel e Noiré, defendendo a prevalência da cultura germânica no país, em detrimento do francesismo que grassava entre nossas elites, considerado por ele pouco científico, retórico e decorativo. Se do

ponto de vista econômico, o Norte estava se tornando periférico e atrasado, Barreto pretendia que esse espaço estivesse na vanguarda do pensamento, estivesse a par com as novas escolas filosóficas e jurídicas europeias. Foi como um autodidata que se assenhorou da língua alemã, chegando a publicar, na cidade de Escada-PE, onde residiu por dez anos, um periódico redigido nessa língua. Como afrodescendente, Tobias Barreto foi vítima de preconceito e preterição para ocupar alguns cargos para os quais fez concurso. Sendo, portanto, alguém que pensa a partir de lugares periféricos, tanto do ponto de vista econômico e político, sendo um crítico da escravidão e do Império, como ponto de vista étnico-racial e espacial. Seu olhar é um de fora em relação à geografia hegemônica das ideias no país. Seu olhar é duplamente descentrado, por falar a partir de uma espacialidade que se tornava cada vez mais periférica no país, mas também por pensar e escrever a parte de uma carne e de um corpo marcados como sendo de menor qualidade, de menor valor.

Tendo sido professor da Faculdade de Direito do Recife por apenas sete anos, entre 1882 e 1889, quando veio a falecer, justo no ano do alvorecer da República, a presença de sua obra e de seu pensamento permaneceu por muito mais tempo reverberando naquela instituição. Ler o livro *Pensamento em Combate* é acompanhar a trajetória de um pensador e de um pensamento excêntricos, de uma figura que foi, por vezes, tomada como alguém exótico e estranho, mas que participou dos principais embates de ideias da segunda metade do século XIX. Um intelectual negro, branqueado pelo racismo à brasileira, Tobias Barreto provocou deslocamentos nos modos de pensar e de argumentar filosófica e juridicamente em sua curta existência (viveu apenas cinquenta anos), naqueles anos de fim de século e de ocaso do Império. Ele fez do pensamento uma forma de se distinguir, de compensar o que era visto como sendo a sua marca de inferioridade: a cor da

sua pele. Talvez ele corresponda ao estereótipo do mulato pernóstico, figura criada pelos brancos e racistas, para ridicularizar ou desvalorizar afrodescendentes que se destacavam na vida social e intelectual, ou seja, que ocupavam lugares que, pretensamente, não deveriam estar para eles reservados.

Recomendo fortemente a leitura de um livro que deixa patente como as posições tomadas por alguém, no plano do pensamento, estão relacionadas à situação espacial e corporal de quem pensa e escreve. Como as ideias configuram uma geografia, uma cartografia, a par com os deslocamentos nas centralidades e hegemonias espaciais. Mas, como também o exercício do pensamento pode ser um meio de resistir ou contestar situações, posições e relações espaciais, a geografia econômica e do poder. Não existem ideias fora de lugar, mas ideias que deslocadas para dados lugares, que situadas em dados lugares, procuram resistir aos processos de periferização e subordinação de dadas espacialidades, tentam recolar dados espaços no centro do debate intelectual e político, tentam reconfigurar uma dada disposição de forças, uma dada distribuição espacial do poder, buscam, em aliança com outros espaços de pensamento, redistribuir as posições na geografia do pensamento. A conexão Recife-Alemanha, realizada por Tobias Barreto, visava deslocar, duplamente, a centralidade francesa no pensamento europeu e no pensamento brasileiro. Se os germânicos haviam sido capazes de derrotar seus vizinhos nos campos de batalha, na guerra de 1871, também buscavam derrotá-los no campo do pensamento. Tobias Barreto, um aliado improvável, por não partilhar da pretensa superioridade racial dos alemães, vai se propor a trazer para o Brasil essa batalha, que aqui se configuraria com uma batalha regional, uma luta entre o Norte, que se via cada vez mais deslocado da centralidade no país, e o Sul, que vinha há muito tempo assumindo a prevalência no interior do espaço nacional. Batalhas das ideias, lutas por espaços

intelectuais, configurando uma geografia do pensar. Se pensar e escrever implicam, necessariamente, em tomar posição, falar de um lugar, a leitura também implica em se posicionar e é isso que espero de você, leitor dessa obra necessária e pioneira.

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Tobias Barreto nas batalhas das ideias

A releitura da obra de Tobias Barreto por Aruanã Antonio dos Passos, que agora transforma sua tese de doutorado, defendida em 2016 na Universidade Federal de Goiás, em livro, é reveladora da importância da pós-graduação para a revisão da história das ideias no Brasil, mas também do seu papel de tornar reconhecida, para as novas gerações, uma obra que, no crepúsculo da monarquia, exerceu enorme influência no debate intelectual, e que, nas últimas décadas, não tem recebido a devida atenção por parte da historiografia.

Muita tinta já tingiu os papéis em branco dos escritos sobre a chamada Escola do Recife, que, combatendo o pensamento católico e conservador dominante, representado pelo ecletismo espiritualista, abria-se para todas as correntes filosóficas, especialmente as de tendências materialistas.

Tobias Barreto e Sílvio Romero, duas das principais expressões dessa escola e polemistas contumazes, representaram aquilo que o segundo chamou de um “bando de ideias novas”, responsáveis por difundir modalidades do pensamento europeu como o positivismo, o naturalismo e o evolucionismo, sendo o primeiro o mais esforçado combatente.

Entretanto, como bem demonstra Aruanã Passos, o evolucionismo tobiático era relativo, não aceitando uma concepção determinista do homem, muito menos reduzindo a ação humana às leis da natureza. Ao mesmo tempo, sua crítica à hierarquização racial abria as sendas para a obra de Manoel Bomfim no seu bom combate à teoria das desigualdades raciais, recolocando um problema recorrente na *intelligentsia* brasileira da absorção das ideias estrangeiras.

Em proposta inovadora, a biografia de Tobias Barreto foi traçada a partir da sua poesia, servindo de contraponto com o racionalismo filosófico, o que oferece ao leitor uma visão mais complexa desse representante da chamada “Geração de 1870”.

A verve polêmica e pessimista na crítica à nação, vista da província, denunciava a realidade de atraso dos problemas sociais, mas propunha uma intervenção direta para transformá-la, como o fizera tanto no movimento abolicionista, quanto no republicano. A tônica pessimista balizava a retórica da negatividade sobre a evolução cultural brasileira, tendo por alvo a Corte Imperial, dada a marginalização intelectual por ele vivenciada no cenário político monárquico.

Desse modo, o diálogo entre o universo dos sistemas de pensamento e as questões do seu tempo, articulando pensamento e ação, é fundamental para compreender o pensamento tobiático. Ao retomar a polêmica dos anos 1970 sobre as “ideias fora do lugar”, em que se destacava a dependência cultural brasileira, o historiador acentua a indissociabilidade entre a apropriação das ideias formuladas na Europa e a formulação do projeto político para a nação brasileira.

O livro que o leitor tem em mãos traça uma elucidativa trajetória intelectual de Tobias Barreto, lastreado por uma leitura potente dos seus principais textos, com a proposta de trazer a ideia de cultura como elemento fundante da efervescência da aurora republicana, cuja inspiração germânica servia para questionar o pensamento francês dominante na intelectualidade brasileira.

Se, em um primeiro momento, o pensador sergipano simpatizou com o naturalismo de E. Haeckel e L. Noiré, a influência mais significativa foi o germanismo, com a adoção do monismo evolucionista. É exatamente a partir desse contato com a filosofia alemã, que ele realizou uma iconoclasta crítica ao positivismo, realçando a cultura “[...] como conceito explicativo das relações da humanidade com a natureza e seu desenvolvimento” (vide p. 167), ao tratar de temas como a educação feminina, a literatura e filosofia nacionais,

a economia, a política e a criminalidade. Em meio as rupturas e continuidades, seja abandonando o romantismo e o positivismo para abraçar o evolucionismo, seja no retorno à obra de I. Kant, esse é o conceito que permanece no pensamento tobiático.

No século XX, o culturalismo de Tobias Barreto seria apropriado por pensadores brasileiros, como Miguel Reale, Antônio Paim e Paulo Mercadante, que mantiveram acesa a chama tobiática na cultura brasileira, sob um viés conservador, mas que, infelizmente, não foi aprofundada pelo historiador. Quem sabe esse não seja o tema de um próximo livro?

Nas palavras do autor, marcados por “[...] contradições e paradoxos, [...] o movimento e a figura de Tobias Barreto sintetizam a tragédia nacional em mais de uma cena: nossa condição periférica no contexto internacional das ideias e ideologias, a eterna e inconclusa identidade nacional [...]” (vide p. 354). Assim, preocupado em desvendar as “[...] interpretações de interpretações” (vide p. 31), a partir de uma história intelectual que leva em conta as redes de sociabilidade e a noção de autoria, considero que uma de suas contribuições foi a restituição da obra de Tobias Barreto como um dos intérpretes do Brasil em um momento de transição da monarquia à república, colocando-o ao lado de pensadores, que encontraram melhor acolhida nas universidades, como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, entre outros.

Não cabe a mim antecipar as ideias do autor, pois o leitor perderia o contato com o saber com sabor presente na fina elaboração textual do livro, mas também não podemos deixar de reiterar que esta publicação marca uma revisão historiográfica sobre a obra de Tobias Barreto, retirando-a das águas turvas do rio Lete.

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá
Universidade Federal do Sergipe (UFS)



Prolegômenos para a **hora da batalha:** à guisa de **introdução**

Não creio que a história seja mais, em seu grande panorama desbotado, que um decurso de interpretações, um consenso confuso de testemunhos distraídos (Pessoa, 2013, p. 56).

Todo ideal é de natureza etherea e facil de evaporar-se² (Barreto, 1926a, p. 156).

No crepúsculo do Brasil Império reluz, na constelação das ideias, a figura de um homem negro. Dentre muitas que brilharam, certamente a sua ocupa lugar singular na história das ideias e do pensamento filosófico brasileiro. A tragédia de sua vida e os combates que suas ideias enfrentaram, ainda hoje, motivam paixões e polarizam forças nos debates intelectuais que tomam por escopo herdeiros autoproclamados de seu espólio reflexivo e críticos ferozes desse mesmo legado. Este trabalho tem como objetivo analisar o pensamento de Tobias Barreto, tendo como horizonte a formulação da ideia de cultura em sua trajetória intelectual e os principais temas que gravitaram em torno dessa formulação. Na condição de, intencionalmente, cruzar ideias, obras e movimentos intelectuais em temporalidades singulares — tendo em vista a invenção hodierna da Escola do Recife, das imagens e mitologias que gravitam em torno de Tobias Barreto e sua obra e do próprio culturalismo, tipificado como a corrente filosófica

² Conservamos a linguagem (grafia e sintaxe) como encontrada nos documentos históricos, inclusive com divergências nos nomes próprios.

brasileira no contexto do pensamento Ocidental — é preciso definir de modo mais claro possível as dimensões e limites dessa empreitada. Mas antes convém explicitar nossa própria posição nesse vasto universo das leituras das apropriações intelectuais e mais vasto ainda da evolução das ideias no universo intelectual brasileiro do último século.

No Oitocentos, a narração do que seriam as primeiras incursões brasileiras no campo do pensamento filosófico é irrompida pelo surgimento de um movimento de crítica às pretensões de consolidação ideológica, levada a cabo com apoio do Estado Imperial. Movimento de contestação, portanto, que caminhara *pari passu* à formulação da reflexão doutrinada e orientada aos interesses do Estado. O movimento recebeu a alcunha de “Escola do Recife”. A expressão, ao que tudo indica, surge quando Tobias Barreto responde às críticas do Visconde de Taunay (1843–1899) num texto intitulado “Como introdução” no livro *Estudos Allemaes* (a primeira edição data de 1884). Assim se expressa o autor sergipano:

As ideias ditas allemans ainda são entre nós uma hospedas importunas, e os poucos, bem poucos adeptos, que ellas contam, continuam a passar, senão de todo por uns typos irrisorios, ao menos por extravagantes, que insistem no proposito irrealisavel de implantar no espirito nacional o gosto das cousas germanicas. A escola, se de escola merece o nome, que approve a litteratura fluminense designar pelo titulo de *teuto-sergipana*, com o claro intuito de produzir impressão comica, pela associação da ideia da Allemanha á da provincia natal de dous infatigaveis promotores do germanismo nas letras brasileiras, mas sem saber que desata arte lhes conferem, bem como á sua terra, uma honra immensa, cujo valor exacto só ao futuro é dado conhecer a aquilatar, uma tal escola ainda tem a lutar com difficuldades e embaraços,

que annos e annos de combate não têm podido arredar
(Barreto, 1926b, p. XXXVI).

Tobias se refere, no seu arremate às críticas realizadas na Corte, a dois elementos importantes, tanto de seu pensamento quanto de sua trajetória, e que nos chamaram a atenção. O primeiro, à originalidade naquele contexto da recorrência a uma interlocução estrangeira que não era a hegemônica (francesa). O segundo, à resistência contida na negação a uma subordinação ao núcleo cultural nacional daquele momento (a Corte). Inegavelmente as duas posturas estão relacionadas entre si, já que no limite os dois pontos possuem um mesmo princípio: a negação dos centros culturais e seu predomínio na determinação daquilo que seriam os rumos de nossa cultura, história e futuro. Nesse sentido, a *História da Filosofia* corroborava essa imagem e assim nos informava sobre a natureza do movimento do Recife:

Contra esse oficialismo, que mais se preocupa em propor uma doutrina do Império do que em instigar a reflexão, volta-se a chamada Escola do Recife, formada na Faculdade de Direito da capital pernambucana. Seu principal animador é Tobias Barreto (1839-1889), figura geralmente ridicularizada por ter publicado em Escada, em pleno interior de Pernambuco, um jornal intitulado *Deutscher Kampf*, inteiramente em alemão.

Mas essa, 'mania germânica', como o próprio Tobias Barreto dizia, e que tem como influência o criticismo de Kant e o evolucionismo de Darwin e Haeckel, é a sua maneira de restabelecer a reflexão isenta de propósitos não puramente filosóficos. Para Barreto, o movimento – e a tensão e luta que este implica – é a única lei que rege a natureza, as sociedades e as ideias, e, por isso, o ecletismo é apenas uma

'sombra de ilustres defuntos', cujas teorias, em todo ou em parte, morreram também'. Por esse motivo, ele também combateria o positivismo, que, ao ignorar a tensão na evolução, se tornou um mero catálogo de fatos, petrificando-se em 'uma dogmática de novo gênero, e, como todas as dogmáticas, um processo de encurtamento e atrofia cerebral' (Abrão, 2004, p. 466).

Movimento dentro de um contexto de efervescência de circulação de ideias e projetos de nação. O que o manual não elucidava é o percurso de invenção da Escola, a criação do panteão de adeptos e filiados e a singularidade da atuação de Tobias Barreto que nos chamava atenção para as suas realizações, para muitos até cômicas diante das pretensões de crítica e audição. Por exemplo, com a criação e publicação de um jornal todo escrito em língua alemã, redirecionar os eixos de nossa estrutura de pensamento e práticas culturais, ainda que seja inegável seu pioneirismo em uma série de temas e debates, com a defesa da educação feminina e do tratamento jurídico diferenciado para menores e loucos em Direito penal, além da atenção que deu à cultura como elemento de progresso das civilizações.

Trabalho quixotesco num primeiro olhar, mas empreendido pelo sergipano eloquente que conquistou amores e ódios por estratos distintos de sua geração e além dela, seja pelas polêmicas que viveu, seja pelos usos de suas ideias que, dentre os inúmeros rótulos, foram classificados de evolucionistas por alguns e até de naturalistas por outros, passando por ecléticos espiritualistas, positivistas e neokantianos no espaço de pouco mais de vinte anos³.

Assim, nosso interesse por Tobias Barreto e o movimento ao qual lhe é dada paternidade, a Escola do Recife, nasceu marcado

3 Indicação de leitura: Carpeaux (1955).

pela possibilidade de compreensão de um indivíduo e sua trajetória intelectual relacionada com as apropriações e circulações de suas ideias em seu tempo e pela posteridade. Esse fio condutor se manteve em nosso percurso, ainda que nas intermitências do próprio movimento de mudança incessante das ideias de Tobias e sua crítica e da adesão às ideologias que teve contato. Estrutturamos nossa investigação procurando analisar as figurações, tanto de Tobias e suas ideias quanto da própria Escola do Recife, tendo em vista que a relação entre Tobias e a Escola no interior de sua fortuna crítica é simbiótica e expressa naquilo que podemos chamar de modo amplo de “crítica do pensamento brasileiro” no interior de nossa historiografia. Essa crítica é polifônica e compõe-se de uma gama variadíssima de obras, discursos, autores e debates com historicidades e naturezas das mais diversas: intelectuais acadêmicos, escritores, jornalistas, juristas, políticos, dentre outros.

Se a opção se mostra arriscada e carregada de armadilhas, ela possui uma vantagem decisiva: uma fidelidade maior ao próprio fluxo de exposição das ideias. As ideias podem ser localizadas no seu tempo. Podem ser referenciadas a contextos geográficos específicos e a outros determinismos de toda ordem. Há nelas uma latência perene, independente de sua datação. Elas constroem uma historicidade que se compõe e decompõe constantemente. Ideias podem emergir nos momentos distintos dos que originalmente foram os de sua elaboração, momentos esses muitas vezes inesperados ou propícios a esses contextos não originários, já que “[...] a esfera intelectual é uma criação humana, histórica: compreendê-la é compreender os materiais de que é feita, as linguagens e o imaginário que herdamos” (Brett, 2006, p. 167).

Por se tratar de um movimento intelectual, a dinâmica de sua ação pode camuflar os mecanismos de legitimação dos discursos que se apropriaram da Escola enquanto objeto de estudo ou enquanto argumento de construção de lógicas discursivas. Nosso primeiro

intuito foi o de desvelar essas camadas de sentido e as formas com que a Escola assumiu posições nesse vasto e heterodoxo contexto intelectual sob o epíteto dos estudos sobre o “pensamento brasileiro” em nossa historiografia. Ou seja, foi a Tobias Barreto e a Escola, enquanto objeto de disputa e usos no universo intelectual, que serviu como ponto de partida da nossa investigação no terreno da história das ideias e da história intelectual no Brasil em transição de regimes políticos. Buscamos, num primeiro momento, compreender e identificar essas camadas de sentido e sob quais diretrizes se elucidam ou se ofuscam a historicidade das ideias em suas temporalidades, sempre fitando o horizonte dos ideais de Tobias Barreto.

Ao se referir às interpretações do Brasil e do nosso pensamento social, Octávio Ianni analisou as obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, Eugênio Gudín, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior e Mário de Andrade, e constatou que elas permitem colocar a problemática dos estilos de pensamento como inerentes à constituição das ideias. Segundo Ianni (1993, p. 437):

[...] são estilos de pensamento que ressoam em discípulos, continuadores e epígonos. Às vezes se enriquecem com as contribuições de seus ‘descendentes’; outras vezes parecem mutilações. Em todos os casos, ficam evidentes a presença e a força do estilo.

Nosso trabalho procurou se atentar a essas mutilações, além dos enriquecimentos e novas significações realizadas pela posteridade em relação aos referenciais, principalmente às figuras de Tobias Barreto e Sílvio Romero, que se tornaram praticamente arquétipos, frequentemente, configurados *a priori* diante de determinado debate ou questão, tamanho vulto que evocam seus nomes. Por isso,

assentamos como base de análise essa referencialidade atribuída a Tobias Barreto e Sílvio Romero. Ela é constante na historiografia que analisou as ideias, funções, ideologias, papéis políticos e ações atribuídas à Escola do Recife. Por exemplo, frente à questão racial na formação de nossa identidade, Sílvio Romero frequentemente é taxado, por alto, como autor que ao cabo reforça teses “racistas”. Mas suas obras e ideias raramente são contextualmente referidas e analisadas em sua historicidade e devir. Dessa forma, entende-se que o presente constantemente reformula e refigura o passado diante de sua própria ordenação⁴. Não se trata aqui de negar este ou aquele rótulo, ou julgamento valorativo, mas destacar o fato de que as camadas de sentido atribuídas a este ou aquele autor se solidificam ao vento das interpretações que abreviam qualquer análise *in loco* das conformações e meandros de suas reflexões. Procedimento esse, que desencarna as ideias de seu tempo e dos contornos assumidos ao longo de suas apropriações em outros contextos e temporalidades. Esse fenômeno, bastante presente na historiografia contemporânea de maneira geral, foi bem descrito por Frank Ankersmit, para quem o corpo das operações historiográficas hoje seria composto pelas construções das interpretações *de* interpretações. E isso está relacionado a uma superprodução — e aí se pode discutir — de conhecimento sobre o passado (Ankersmit, 2001). As consequências desse deslocamento de base — não mais o foco do desvelamento e construção dos fatos históricos e de uma verdade sobre esses fatos, mas para as representações, imagens e sentidos construídos sobre esse passado — produziram como resultado uma “[...] crosta espessa e opaca de interpretações” (Ankersmit, 2001, p. 115).

Mas, no caso de Tobias Barreto e da Escola do Recife em suas figurações nos críticos e analistas do pensamento brasileiro, haveria

4 Indicação de leitura: Jenkins (2014).

a possibilidade de desmembramento de suas construções e na identificação “pura” dos graus e usos de suas apropriações? E mais, o que essa dinâmica de circulação colocaria em jogo? Interesses de natureza intelectual, política, institucional ou de outra ordem? Ao perseguir esses questionamentos no interior dos estados da arte sobre Tobias Barreto e a Escola do Recife, nos deparamos com a intrínseca relação entre a recepção, formulação e reelaboração de ideias e a frente de ação dessas ideias diante das questões que se colocavam a esses intelectuais no campo político. Aos nossos olhos, não é possível dissociar a formulação dessas ideias dos combates que se destinavam ao espaço público, ainda que condicionado às esferas letradas dos jornais e púlpitos. Dessa maneira, ao procurar restituir e dar significado à formulação das ideias, especialmente a de cultura, na trajetória intelectual de Tobias Barreto, procuramos compreender a articulação de sua reflexão com esses combates — como chamamos — que enfrentou ao longo de sua vida.

Interessou-nos, dessa maneira, o estudo do pensamento de Tobias e da Escola do Recife sobre o viés da decomposição dessas camadas de sentido consolidadas, e que possuem sua própria historicidade, já que com elas caminham debates que são verdadeiras linhas mestras de articulação de nossa própria formação cultural e identitária, tais como: a questão da raça, da violência, do nosso ordenamento enquanto sociedade, da nossa modernização/atraso (ou, nos tempos Oitocentistas, da “civilização/barbárie”), do estatuto político de nosso povo e cidadania, do papel dos intelectuais em sociedade, da circulação e das importações de ideias estrangeiras (tão características de nossa formação cultural), dentre outros elementos já cristalizados pela crítica do “pensamento nacional” a que nos referimos brevemente.

É inegável que nosso trabalho tem grande preocupação, e é motivado em muito, pelos paradoxos das apropriações de referenciais teóricos estrangeiros. E nesse quesito, mais uma vez,

a obra de Tobias Barreto e a Escola do Recife se mostram objeto privilegiado para analisar e mapear a recepção, apropriação e eventuais deformações de ideias, autores, movimentos, e escolas estrangeiras pelo pensamento nacional. Outrossim, podemos localizar uma crítica mais consistente na historiografia brasileira destinada às dinâmicas dessas apropriações e circulação de ideias estrangeiras a partir dos anos 1970 e 1980. Nesse contexto, o debate sobre a identidade nacional volta à tona e adentra na análise dos chamados “intérpretes do Brasil”: um conjunto de autores que se propuseram a diagnosticar o Brasil, seu povo, cultura e história, organização social e política etc., sobre variados olhares. Os principais nomes citados com maior frequência nesse *corpus* de intérpretes são: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Paulo Prado e Caio Prado Júnior.

É fundamental ressaltar que a consagração desse primeiro quarteto de intérpretes é realizada por Antonio Cândido no ano de 1967 em prefácio à quinta edição de “Raízes do Brasil”. Luiz Carlos Bresser Pereira também corrobora com a visão de Cândido. Segundo Maria Stella Bresciani em comentário ao prefácio de Cândido:

As reflexões de caráter autobiográfico, definidas por Antônio Cândido como balanço do passado a que chegamos a certa altura da vida, ou seja, o registro de uma experiência, ganharam, a despeito das suas intenções, o estatuto de paradigma e de divisor de águas da historiografia brasileira. A importância de Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido, em suas respectivas áreas – história, sociologia e teoria literária – fez e faz deles referências obrigatórias para os historiadores, cientistas sociais e teóricos da literatura brasileira. A 5ª edição de Raízes do Brasil e seu ‘Prefácio’ passaram assim a constituir um todo complementar, sendo numerosos os trabalhos fundamentados nesses comentários, alguns

diretamente referidos ao 'Prefácio', outros dele fazendo uso sem a devida referência (Seixas; Bresciani, 2006, p. 163).

Nas últimas décadas outros autores foram elevados ao patamar de intérpretes: Oliveira Vianna, Milton Santos, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, e a lista continua se ampliando no somatório de versões alternativas ou de ressignificações desveladas pela historiografia atual, mostrando até certa obsessão pelo tema da "identidade nacional".

Dentro desse debate, que se impôs gravitando em torno da nossa dependência estrangeira no campo das ideias, um dos primeiros trabalhos que gerou grandes polêmicas foi o artigo de Roberto Schwartz, no qual se expõe a tese das "ideias fora do lugar". Formulada num momento em que a identidade nacional sofria uma crítica por parte das ciências humanas em geral, a tese radicalizava a dimensão de nossa dependência cultural num contexto de embate ideológico entre os mundos capitalista e comunista da década de 1970. Portanto, o país era objeto de tensões internacionais, que polarizavam posições ideológicas conflitantes num cenário em que o Brasil deveria se posicionar. A dialética da afirmação identitária passava por uma relação crítica com as potências culturais e econômicas em detrimento de uma defesa dos "interesses nacionais":

Segundo uma teoria recente, todas essas ideias estariam 'fora do lugar'. Formulada por Roberto Schwartz em um artigo intitulado precisamente 'As ideias fora do lugar', essa teoria, no entanto, retoma as análises que já estavam implícitas em análises pioneiras de João Cruz Costa (1904-1978) ou de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982): as ideias no Brasil, copiadas de modelos estrangeiros e portanto sem as bases econômicas, sociais e políticas que as produziram na origem, estariam como que soltas ou, pelo menos, em uma relação

muito peculiar com a realidade brasileira – o que explicaria tanto a sua pobreza e falta de originalidade quanto, ao contrário, a sua riqueza (Abrão, 2004, p. 467–468).

Esse fenômeno de apropriação descontextualizante das ideias e, conseqüentemente, produtora de sérios problemas é rebatida por Maria Sylvia de Carvalho Franco, para a qual as ideias não estariam “fora do seu lugar”. Pelo contrário, o Brasil do século XIX, foco da análise de Schwartz, estaria concatenado com o liberalismo no âmbito internacional, mesmo que como peça complementar. Essa antinomia atravessa uma compreensão do objeto que perseguimos nessa investigação. No que concerne a Tobias Barreto, a leitura das leituras possui em si tanto a dimensão dos embates internos em vários estratos de relacionamento (entre círculos locais, provinciais e regionais em seus tempos), quanto das apropriações de ideias estrangeiras em seus mais variados gradientes (do ecletismo espiritualista ao neokantismo).

A dialética que movimenta a roda da recepção para a circulação de ideias através de polêmicas e debates é uma chave de análise da trajetória da Escola do Recife que merece atenção. Amizade e atração são elementos compulsórios para a crítica desses embates. As sociabilidades intelectuais, formadas por um conjunto de intelectuais que circulava entre si, as novidades no compasso e velocidades aceleradas, estão tanto na origem do movimento do Recife, com Tobias Barreto e Sílvio Romero, quanto nos círculos que se formaram a partir dos “pais” e ainda da fortuna crítica — os estados da arte — da Escola, mesmo que se acusem esses intelectuais de pertencimento a um “[...] grupo social reduzido, indistinto e ‘elitista’” (Sirinelli, 2003, p. 235). As relações entre esses círculos intelectuais que se constituem, ao longo dos processos históricos, em camadas de significação localizadas em temporalidades e contextos geográficos distintos, colocam na mesa de trabalho do historiador a necessidade de que se tenha consciência que em seu trabalho:

A descrição desses três níveis e dos mecanismos de capilaridade em seu interior facilitaria sobretudo a localização de cruzamentos, onde se encontrariam *maîtres à penser* e 'despertadores', e o esclarecimento de genealogias de influências — pois um 'despertador' pode ocultar dentro de si um outro, que o marcou uma geração antes —, tornando mais inteligíveis os percursos dos intelectuais (Sirinelli, 2003, p. 246).

Mapear o percurso, a trajetória de uma obra e de um autor não são objetivos simples e colocam em jogo todos os paradoxos e embates do tipo indivíduo/sociedade. No entanto, abordar os fragmentos textuais reestruturando suas intertextualidades, conexões, debates, referências e autorreferências parece ser um ponto de apoio fundamental para um olhar que possa escapar desses paradoxos, já que: "Antes de mais nada, os intelectuais constituem um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativa em termos de tamanho" (Sirinelli, 2003, p. 234). Assim, pensar a noção de autoria também é de extrema importância no redesenho de uma trajetória intelectual. Já levantamos a problemática das transferências culturais e aqui a noção de autoria também é decisiva e se, por um lado, o autor funciona discursivamente como simulacro conectivo de uma série de outros discursos, autores, obras, também é inegável que funciona como ponto de ancoragem para o redesenho desses discursos em seu tempo e suas apropriações pela posteridade que acaba conformando aquilo que se tornará "clássico", "cânone" ou "paradigma"⁵. Nas palavras de Helenice Rodrigues:

5 Se levarmos em consideração a formulação de Thomas Kuhn, para o qual: "[...] um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma" (Kuhn, 1998, p. 219).

Assim, a introdução de um autor, de uma obra ou de uma corrente intelectual e/ou estética estrangeira, dentro de um espaço cultural nacional, se processa por meio da mediação de 'atores', individuais e/ou coletivos. Edições, missões, instituições universitárias desempenham, igualmente, a função de intermediários nesse processo de deslocamento semântico e de reelaboração de sentido. Investigar os mecanismos de produção, de difusão (transmissão) e de recepção significa fazer uso, igualmente, da história intelectual que se ocupa desses mesmos objetos (Rodrigues, 2010, p. 217).

Mas como lidar com o fluxo das ideias no tempo? A condição de se tratar como objeto de estudo "ideias" impõe um desafio às definições e aos possíveis tratamentos temporais, bastante delicados ao historiador preocupado em acompanhar os movimentos dessas ideias ao longo dos acontecimentos, debates e movimentos sociais e políticos, aos quais eles emergem como condutores e/ou catalisadores de reflexão, crítica e legitimação ideológica desses fatos. Uma primeira definição fundamental do tempo histórico e sua presente imobilidade e linearidade. E em se tratando de ideias, essa ilusão é ainda mais corrosiva. Como ressalta Marcio Goldman, o valor e sentido das ideias são sempre sentidos na atualidade. Na linha de problematização construída por François Châtelet, em sua *História da Filosofia*, Goldman (1994, p. 24) corrobora a proposta de substituição de uma "[...] tradicional história das ideias [sic] por uma geografia das idéias [...]". Isso implicaria, "[...] abandonar a ilusão cronológica e sempre um pouco evolucionista de uma sucessão de doutrinas que se encaminhariam para algum destino"; e ainda: "Significa também reconhecer a atualidade virtual e potencial de qualquer pensador, ou ao menos admitir que seu estatuto de membro de um passado pretensamente morto é uma questão sempre em aberto" (Goldman, 1994, p. 24). Outrossim, é inegável que a "[...]

história possui sempre um referente na ordem do real" (Falcon, 1996, p. 16). Mas também é inegável que esse referente real se localiza sempre num primeiro momento no presente e não no passado.

Não poderíamos assim, analisar a trajetória do pensamento de Tobias Barreto e da Escola do Recife na crítica do pensamento nacional através dos signos de uma linearidade e continuidade temporal artificial simplesmente porque essa trajetória não está marcada com essa característica. Certamente facilitaria em muito traçar as regularidades e continuidades através de uma narrativa coerente, que construiria a ilusão da linearidade e continuidade desse percurso de mais de meio século de ideias formuladas, lidas, relidas, apropriadas e reapropriadas. No entanto, como aponta Jacques Rancière: "[...] a multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um 'mesmo' tempo, é a condição do agir histórico" (Rancière, 2011, p. 49). Analisar ideias que tiveram um período de latência e sombra, de luz e calor, de brilho e de acinzentamento dialeticamente formados é um desafio à própria redefinição do tempo histórico e suas dinâmicas. Além do fato de colocar em evidência que a autorreferencialidade de textos fora de sincronia temporal e produzidos sob contextos temporais distintos existe. Edward Said trata de seu objeto — o orientalismo — como um sistema de referência completo entre textos. Nas suas palavras: "O Orientalismo é afinal um sistema para referenciar obras e autores" (Said, 2007, p. 54). Assim, ainda que tomemos por base um recorte temporal que abrange os trabalhos publicados por Tobias Barreto em vida (do primeiro em 1869 ao último, publicado pouco antes de sua morte, em 1889), temos compreensão de que a ação, as ideias e o tempo confluem ou se rebatem sem um padrão causal "mecânico":

Há história à medida que os homens não se 'assemelham' ao seu tempo, à medida que eles agem em ruptura com o 'seu' tempo, com a linha de temporalidade que os coloca em seus

lugares impondo-lhes fazer do seu tempo este ou aquele 'emprego'. Mas essa ruptura mesma só é possível pela possibilidade com outras, pela multiplicidade de linhas de temporalidade presentes em 'um' tempo (Rancière, 2011, p. 47).

Ordenamos nosso trabalho em quatro capítulos. No primeiro Capítulo, traçamos um perfil biográfico e intelectual de Tobias Barreto do início de sua formação, com ênfase na sua fase poética, que coincide com sua juventude e com a eminência do condoreirismo na poesia. Ainda neste primeiro Capítulo tratamos de revisitar a trajetória do referendado mestre das origens e invenção da Escola do Recife. Nas palavras de Coutinho (1988, p. 25):

Pela segunda metade do século XIX estava formada entre os jovens do Recife, graças ao ensino que tiveram no Liceu, depois denominado Ginásio Pernambucano, a mentalidade receptiva para as novidades do pensamento mundial. Estava formada a fogueira a espera da centelha que acendesse o fogo. Esta centelha foi o aparecimento de Tobias Barreto.

Para tanto, optamos por reconstituir seu percurso biográfico através de sua produção literária de verve poética. A opção se justifica pela possibilidade de cruzamento de sua formação intelectual, marcada pelo racionalismo filosófico, em contraposição às sensibilidades de sua escrita poética que, coincidentemente, se encerra quando da sua dedicação ampla e intensa ao pensamento filosófico e jurídico, ainda que sob a pecha dos "[...] intelectuais periféricos e duplamente marginalizados dentro do movimento da Geração [de] 1870" (Nascimento, 2010, p. 134).

O segundo Capítulo trata dos posicionamentos de Tobias e da Escola do Recife em relação à nação e da formação de um sentimento nacional no final do Império. Também analisamos a

constituição da retórica do polemismo e do pessimismo que é a tônica dos escritos formando um conjunto crítico referente ao país e sua organização política. Ainda neste capítulo, procuramos compreender a “invenção” da Escola e a importância da atuação de Sívio Romero como o grande divulgador na consolidação de uma imagem de Tobias Barreto, que tem ressonância na posteridade. Este Capítulo busca ainda delinear as dimensões gerais de um possível projeto político para a nação, elaborado e projetado frente à dissolução eminente do regime imperial. Nossa hipótese é da indissociabilidade entre a apropriação das ideias formuladas na Europa e a formulação desse projeto político, o que procuramos explorar através da relação de Tobias Barreto com a cultura germânica.

No terceiro e quarto Capítulos, abordamos os textos e temáticas de Tobias Barreto buscando realizar não apenas uma hermenêutica de suas ideias, obras e debates que constituem o substrato da herança, mas principalmente os elementos que nesses textos consolidaram e tornaram possível seus usos e reverberações na posteridade, especialmente a sua intuição da preponderância da cultura e da historicidade dos fatos humanos na dinâmica da evolução das sociedades, com especial atenção ao Direito e a Filosofia nesse quadro reflexivo, mas também aos chamados saberes modernos: Psicologia, Sociologia e Teologia.

Nossa hipótese principal é a de que a análise de seus textos coloca em debate a classificação usual de evolução do seu pensamento e as rupturas e escolhas naturalizadas pela historiografia que se debruçou sobre sua obra. Assim, “rompimento” e “adesão”, termos frequentes na explicação de suas aproximações teóricas e filosóficas de determinados autores e ideias em detrimento de outros, acabaram por artificializar os movimentos internos de suas ideias e dos combates aos quais elas serviram. Dessa forma, rupturas e continuidades entre um Tobias que abandona o Romantismo e o Positivismo em detrimento de um evolucionismo e, por fim, propõe

o retorno ao pensamento de Kant se dissolvem, ao passo que acompanhando os movimentos internos de suas reflexões circunscritas num quadro de elementos que se apresentam, por vezes, de modo contraditório ou excludente. Tal percurso analítico nos desvelou também, uma permanência fundamental em seu pensamento: a recorrência do tema da cultura, que procuramos traçar o itinerário e acompanhar seus desdobramentos.

Algumas observações quanto à organização e apresentação deste trabalho se fazem necessárias. Primeiramente, quanto à linguagem. Optamos por conservar a grafia e sintaxe tal qual a encontramos na documentação, tanto referente ao Oitocentos quanto às décadas posteriores, assinalando eventuais erros de grafia e impressão encontrados nos documentos originais. Dessa maneira, ao longo do trabalho temos, por exemplo: "Sylvio Roméro", "Sílvio", "Barreto", "Barretto", "Bevilacqua", "Bevilaqua", "Beviláqua" entre outros. Conservar as condições às quais a documentação foi consultada, ao menos ao nível da escritura, assim como a recorrência de citações extensas, a nosso ver, faz parte desse movimento de aproximação que os fragmentos do passado permitem ao historiador realizar de modo condicional. É inegável que em diversos momentos fazemos a tradução ao nosso tempo das significações de determinados termos e noções, sempre em nota de rodapé, ou, quando for o caso, explicitadas no corpo do texto. Quanto aos termos e usos da língua alemã, nos valem das traduções dos comentadores de competência no domínio dessa língua, já que nosso intuito não abarcou uma análise aprofundada dos aspectos formais de prática e uso da língua estrangeira pelo sergipano.

Por fim, temos total consciência de que os historiadores também edificam mitos. Como bem apontou Emília Viotti da Costa:

Os cientistas sociais e os historiadores operam no nível da mitologia social e eles mesmos, quer queiram quer não,

ajudam a destruir e a criar mitos. No processo, a 'verdade' de uma geração muito freqüentemente torna-se o mito da geração seguinte (Costa, 1999, p. 367).

No entanto, se a história dos intelectuais pode contribuir para desmitificar lugares comuns e posições solidificadas na nossa longa trajetória enquanto nação, certamente que esse trabalho buscou contribuir com essa tarefa, sempre perene aos próprios intelectuais, de repensar sua história para, quem sabe, construir outros futuros. Justamente porque, como bem aponta Francisco Paz: “[...] os horizontes abertos à história ampliam-se face aos desejos políticos de equacionar os mitos e de estabelecer pontes com o passado”, sendo que: “[...] a adequação dos eventos pelo sentido das coisas, da mesma forma que amplia o conhecimento, altera o autoconhecimento dos indivíduos e dá (novos) sentido(s) à vida (Paz, 1996, p. 159).



Capítulo 1

**TOBIAS BARRETO NA
AURORA DA REPÚBLICA**

Pilatos perguntou à Christo: - *quid est veritas?* Eu pergunto aos patriotas: - *quid est patria?* (Barreto, 1926f, p. 309).

Um século transcorrido, urge que o balanço das atividades mentais de Tobias Barreto não se faça de modo prosaico, sem alguma dose de eloquência. Ele sofreu, como nordestino discriminado, os resmungos de uma conspiração, no correr do Novecentos (Mercadante, 1991, p. 41).

O Brasil do último quartel do século XIX foi profundamente marcado por uma efervescência cultural e intelectual, determinante e própria da chamada crise do Estado Imperial. Como assinala Alfredo Bosi, a partir de 1868 a estabilidade do Segundo Império foi abalada definitivamente e sua contestação culminaria com a abolição da escravatura, a proclamação da República, a urbanização e a industrialização iniciais, além da adoção de políticas imigratórias como alternativa social ao trabalho livre e a colonização de várias regiões de nosso território — destaque especial para os contingentes populacionais que se fixaram no sul e sudeste do país (Bosi, 1992).

No plano das ideias, o nódulo central de ordenação das apropriações estrangeiras e suas adaptações em nome de um projeto nacional (político e cultural) de desenvolvimento civilizacional foi a necessidade de definição de uma identidade, ou ainda de um caráter nacional. Desenvolvimento aqui entendido no sentido próprio do século XIX, ou seja, relacionado às ideias de progresso e evolução, como aponta Francisco Foot Hardman:

Entre projeções futuristas e revalorizações do passado, escritores do Brasil na passagem de século tentavam fazer o que o modernismo, depois, adotaria como programa: redescobrir o país. Confiança extrema no progresso técnico

ou consciência das heranças que pesavam em nosso des-
concerto nacional, eis as duas visões que conviviam num
mesmo dilema (Hardman, 1992, p. 289).

Diversos movimentos culturais e sociais demarcavam a paisagem de fundo dessas manifestações intelectuais. É a época da predominância da influência da cultura francesa no País, do desenvolvimento da imprensa, da luta contra a escravidão, contra a monarquia e contra o atraso do País em relação ao resto do mundo, principalmente o mundo chamado "civilizado": eminentemente, o mundo europeu. O Nordeste era um importante centro de recepção e ligação do Brasil com o mundo:

Recife era um centro de agitação e cultura. Ligava-se à Europa por uma ponte de curiosidade, recebendo da Itália trupes teatrais, da França um hálito de aspirações revolucionárias, de Portugal a rebeldia da Universidade de Coimbra. Na boêmia estudantil Tobias e Castro Alves introduzem o desafio público da poesia nascendo os duelos das improvisações, cujos episódios incorporaram-se à tradição do Nordeste. Formava-se no vetuso casarão da Faculdade de Direito uma vertente, e Tobias é o arauto das ideias novas. Em torno do mulato desabrido reúnem-se a juventude, dela saindo os bacharéis que se espalharão pelo país chegando à Corte com espalhafato, conduzindo na desobediência a ordem do chefe. A Escola do Recife inaugurou-se sem estatutos e sem bandeira, sem sede nem hino, sem princípios que não fossem batalha pela reforma das instituições, do pensamento, da literatura e do Direito (Mercadante, 1991, p. 36-37).

Cabe destacar que a região do Nordeste brasileiro, no século XIX, recebia a alcunha de "Norte". O termo "Nordeste", como

demonstrou Durval Muniz de Albuquerque Júnior, é uma invenção que ganha corpo ao longo do século XX. Portanto, nosso uso desse termo não negligencia esse processo, apenas o faz corrente para melhor delimitação e entendimento, já que hoje “Nordeste” se encontra consolidado⁶. É nesse contexto que um grupo de intelectuais liderados por Tobias Barreto (1839–1889) e Sílvio Romero (1851–1914) reúnem, em torno da Faculdade de Direito do Recife, a chamada “Escola do Recife”, na capital de Pernambuco, a partir da década de 1860. Utilizamos o termo “Escola” como frequentemente aparece nos estudos sobre o movimento, no entanto, é questionável a aplicação de uma definição estrita da noção de “Escola” para esse grupo de estudantes e professores reunidos na Faculdade de Direito do Recife. Como apontamos, o movimento do Recife, inicialmente, recebeu a alcunha pejorativa de “Escola teuto sergipana”, e posteriormente se estabelece o termo Escola do Recife, que passa a ser identificada com a Faculdade de Direito.

Um crítico da Nação: Tobias Barreto interpreta o Brasil

Tobias Barreto de Menezes nasceu em Campos, Sergipe, em 7 de junho de 1839 e morreu em Recife, Pernambuco, em 26 de junho de 1889. Em 1862, Tobias Barreto muda-se para o Recife, ingressando na Faculdade de Direito em 1864 e concluindo o curso de Direito em 1869, voltando então a viver no interior. A partir de 1871, passa a morar em Escada (interior de Pernambuco), atuando

6 Indicação de leitura: Albuquerque Júnior (2009).

como advogado, sem perder o contato com a vida intelectual do Recife. Permanece em Escada até 1881, quando presta concurso para professor da Faculdade de Direito em Recife. Aprovado em primeiro lugar, toma posse como professor substituto em 1882. Publicou em vida: *Ensaio e estudos de filosofia e crítica* (1875), *Brasilien, Wie es Ist* (1876), *Ensaio de pré-história da literatura alemã* (1879), *Um discurso em mangas de camisa* (1879), *Filosofia e crítica* (1879), *Estudos alemães* (1879), *Algumas idéias sobre o chamado fundamento do direito de punir* (1881), *Menores e loucos* (1884), *Discursos* (1887) e *Questões vigentes de filosofia e de direito* (1888).

Os principais nomes ligados à Escola foram: Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Artur Orlando, Clóvis Bevilácqua, Martins Júnior, Phaelante da Camara, Oliveira Teles, Sampaio Leite, Augusto Franco, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higinio Duarte Pereira, Araripe Júnior, Gumercindo Bessa e João Carneiro de Sousa Bandeira⁷. Dentre os objetivos — certamente difusos, já que não houve ordenamento sistemático de um programa de ação — da “Escola”, figurava o desejo de afirmar o Nordeste brasileiro como centro intelectual tão importante quanto São Paulo e o Rio de Janeiro. Cabe ainda observar que Clóvis Bevilácqua utiliza o termo “*escola teuto-sergipana*”, mas não com o sentido pejorativo de Taunay (Bevilaqua, 1883, p. 45). Segundo Coutinho (1988, p. 27):

Para começar, o termo ‘escola’ designa um conceito suficientemente difuso, sem limites precisos como os que são definidos, por exemplo, por Igreja, Seita ou Partido. Sendo as escolas de fato conjuntos difusos, poder-se-ia definir campos semânticos, com seus gradientes de intensidade, mensuráveis pela escolha arbitrária de variáveis preferidas.

7 Indicação de leitura: Moraes Filho (1985).

Em uma escola, ao contrário de uma igreja como a positivista, ou a epicurista, invariantes no tempo e no espaço, os componentes, os fiéis, preservam as personalidades, as inclinações próprias e individuais, de maneira que se pode reconhecer divergências internas e efeitos de influência remota. Muito ao contrário das igrejas, seitas e partidos, nas escolas as divergências não causam desmembramentos ou heresias promotoras de rupturas insanáveis, tão bem conhecidas nos primeiros.

Nesse “projeto” nascido na Escola de Direito do Recife, esses intelectuais construíram certa projeção para a cultura e para o caráter nacional, construíram um verdadeiro projeto de nação:

[...] a Faculdade de Direito da capital pernambucana, por ser à época o único estabelecimento de ensino superior no Nordeste, recebia alunos das diversas províncias daquela região. Essa circunstância permitiu a irradiação das ideias da Escola do Recife, formando-se alguns núcleos de seus partidários no Ceará, em Sergipe e na Bahia (Paim, 1997, p. 47).

Do ponto de vista das ideias:

A Escola do Recife, da qual emergiram os chamados culturalistas brasileiros, inaugurou o debate livre de idéias no Brasil, de forma sistemática e aberta a todas as correntes filosóficas. O desenho da Escola está marcado basicamente pelas formas de pensar de suas duas maiores expressões: Tobias Barreto, seu fundador, e Sílvio Romero (Nascimento, 1999, p. 155).

Falamos em caráter nacional frente aos debates historiográficos em torno da busca por uma identidade nacional, intimamente relacionada ao debate racial. Renato Ortiz, ao estudar as teorias raciais do século XIX com base em Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, afirma que “O que se propõem os intelectuais do período é a construção de uma identidade de um Estado que ainda não é” (Ortiz, 1985, p. 34). Nesse caso, a presença e ação na Corte eram de fundamental importância:

Romero chega ao Rio, ainda, trazendo consigo a influência de um grupo de autores e de um mestre: a Escola do Recife e Tobias Barreto. A Escola do Recife, da qual Barreto foi figura central, significou, como ressalta Saldanha, um esforço para pensar o país, e tanto Romero quanto Barreto salientaram a necessidade de buscar soluções para os problemas brasileiros a partir da análise da índole nacional (Souza, 2004, p. 10–11).

Ora polemizando com os “centros” políticos e culturais do Brasil agrário do século XIX, esses juristas, poetas, filósofos, críticos, políticos, ora estabelecendo um diálogo direto com outros modelos estrangeiros que não apenas o francês, esses intelectuais foram responsáveis por múltiplos debates que iam da literatura estrangeira anglo-saxã à filosofia alemã, passando pela música e poesia nacional. Veja-se principalmente o texto *Nota sobre a literatura da América do Norte* (1886), onde Tobias traça um panorama da tendência assumida por essa literatura e que é chamada de “yankeeísmo”, ou seja, o caráter nacional que passa a definir a literatura na América do Norte (Barreto, 1978a, p. 50). Nesse contexto, Tobias Barreto se destaca e passa a ser considerado por muitos como o mais ilustre dos membros da Escola. Em primeiro lugar, por sua capacidade intelectual reiterada, não apenas por Sílvio

Romero, mas também por diversos biógrafos e comentadores de sua obra (nos referimos aqui os comentadores e biógrafos de maior relevância: Hermes Lima, Evaristo Moraes Filho, Clóvis Bevilácqua, Gilberto Amado, Luiz Antonio Barreto e Paulo Dantas), visto ainda como, “[...] boêmio, revoltado, amigo de polêmicas, sua vida foi uma série de atropelos e desafios” (Costa, 2004, p. 339). No campo das ideias, Tobias Barreto exerceu de forma marcante os espaços por onde passou e os diversos laços sociais que estabeleceu como professor, como escritor, como político, como polemista e como abolicionista, por diversas vezes sua trajetória intelectual determina o próprio movimento da Escola:

A Escola do Recife entrou em nova fase em 1882, quando Tobias Barreto finalmente obteve uma cátedra na Faculdade de Direito, a qual ocupou até sua morte, em 1889. Nesse cargo prestigiado, exerceu forte influência sobre mais uma geração de estudantes — entre os quais estavam Artur Orlando, Clóvis Bevilácqua, Graça Aranha, Fausto Cardoso e Sousa Bandeira. Na década de 1880, os defensores do pensamento tradicional ou até de um catolicismo militante atualizado estavam numa situação de grave inferioridade numérica no Recife (Skidmore, 2012, p. 45).

Sob o aspecto do movimento abolicionista a bibliografia atinente à participação de Tobias Barreto não é unânime. Alguns autores, como Evaristo de Moraes Filho, afirmam que Tobias Barreto chegou a “[...] ficar para trás, superado e hesitante, perdido entre os livros, mesmo sendo negro e tendo vivido o preconceito quando tentara se casar” (Moraes Filho, 1985, p. 144). Por outro lado, Angela Alonso, em trabalho recente sobre Joaquim Nabuco, evidencia um episódio interessante onde:

Com José Mariano, fundou a Sociedade Pernambucana contra a Escravidão e foi à Escada, encontrar Tobias Barreto. Os três pediram aos proprietários locais a alforria de seus escravos e denunciaram o uso de açoites — agora ilegal — ao presidente da Província (Alonso, 2007, p. 215).

O movimento exerceu sua influência como marco de reflexão e de debate em torno de temas que se estenderiam até a chamada Geração do Regionalismo dos anos 1930, passando pelo Manifesto Regionalista de 1926, pela elaboração do Código Civil de 1916 (com participação efetiva de Clóvis Bevilácqua), além da literatura produzida por seus membros e o exercício de cargos públicos. É o caso de Graça Aranha, que foi diplomata e escritor.

Não cabe no limite deste trabalho científico explorar os pontos de divergência e convergência entre os diversos membros da Escola, tendo em vista que a filiação e o número de integrantes variam de intérprete para intérprete do movimento e se estendem daqueles que o integrariam aos intérpretes e seus posicionamentos. Mas, vale ressaltar, a necessidade de se pensar o movimento como intimamente relacionado com a formação cultural do início da República nas características que vão se tornar o fio condutor de uma extensa discussão sobre a identidade nacional que encontrará na Semana de Arte Moderna de 1922, da qual Graça Aranha participou ativamente, seu eco mais profundo. Assim, para além das polêmicas realizadas entre integrantes da Escola, interessamos mais as formas com que essas divergências e convergências são manipuladas quando do momento de balanços historiográficos, teóricos e conceituais em torno da fortuna reflexiva e crítica de seus integrantes. Aluizio Bezerra Coutinho arrisca delimitar os integrantes da Escola. Na sua percepção:

No caso da Escola do Recife [...] a tendência geral é considerar como tendo existido um período preparatório no qual se mencionam raros intelectuais, sobrelevando Lopes Gama e Antonio Pedro Figueiredo, e um período terminal, o dos epígonos e continuadores estendendo-se pelas duas primeiras décadas do século XX (Coutinho, 1988, p. 24).

O século XIX não foi apenas o século da História. Também foi o século do rompimento com a tradição. Tradição aqui entendida principalmente em duas vias: a via política (o Império e sua sucessão pelo regime republicano) e a via cultural (a circulação internacional de ideias). Nesse último aspecto, o panorama cultural desafiava os intelectuais brasileiros a pensar e edificar a identidade e o caráter nacional. Dessa forma, o país oscilava entre a influência de modelos culturais estrangeiros, principalmente o europeu, e a construção de um movimento cultural autenticamente brasileiro.

Os estudos, sobretudo os acadêmicos, quanto ao pensamento brasileiro da segunda metade do século XIX, constituem uma tradição já bastante explorada nas Ciências Sociais e na História. Como ressalta José Murilo de Carvalho, diversas abordagens se destacam, das que enfatizam correntes de pensamento até as que defendem uma abordagem sociológica para a qual as ideias são vinculadas às classes e grupos sociais emergentes, as perspectivas são variadas. Um dos principais estudos em torno do movimento de ideias da intelectualidade nesse momento histórico, é a tese de Angela Alonso sobre a geração de 1870 e seu papel na crise do Império (Alonso, 2002). Através de uma sociologia das ideias da "geração de 1870", Angela Alonso prioriza uma percepção das variadas ideias em que as divergências são relegadas a um segundo plano em nome de uma relação elementar, "estruturante", entre o contexto social e a própria existência de determinadas ideias, assim, pode-se então afirmar que, "[...] o

grupo que se formou na Faculdade de Direito do Recife por volta de 1875 deve menos a uma posição social e a um líder do que a uma situação” (Alonso, 2002, p. 136).

Sabemos que a constituição da elite política imperial foi bastante tributária dos bacharéis e letrados. No movimento de ideias e ideais da segunda metade do século XIX, concentrados na chamada geração de 1870, a relação estabelecida com o Império é bastante irregular. Em muito, as ondas de racionalização e crítica a um sistema político fadado à crise servem para a aceleração de sua decomposição, já que a diversidade desses intelectuais e sua pretensão por *status* seriam a causa primeva de suas ações de crítica. Em torno do prestígio das profissões liberais que contém em si grande parte dos intelectuais:

Apenas, no Brasil, se fatores de ordem econômica e social – comuns a todos os países americanos – devem ter contribuído largamente para o prestígio das profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe-pátria (Holanda, 1995, p. 157).

Para José Murilo de Carvalho: “Tanto as idéias e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta mesma elite mantinham relação tensa de ajuste e desajuste [...]” (Carvalho, 2003, p. 417).

Isso pode ser compreendido porque a geração de 1870 foi constituída por intelectuais “marginalizados” da política central do Império, constituindo projetos concorrentes ao saquarema. Um estrato social letrado formado por profissionais liberais, jornalistas e bacharéis que:

[...] para exercer sua insatisfação, buscaram espaços de protesto na nova imprensa e procuravam doutrinas que os

ajudassem a criticar a situação desvantajosa em que vivenciam e que legitimassem seus anseios de mudança [...]
(Alonso, 2002, p. 87).

Não gratuitamente, para Sílvio Romero, Tobias ficou “[...] como o mestre injustiçado; o provinciano esquecido a ser resgatado”. Segundo Karl Mannheim: “Indivíduos que se elevam sozinhos a um estrato aberto e geralmente acessível tendem a desenvolver uma filosofia do sucesso individualista e heróica” (Mannheim, 2013, p. 114)⁸.

Assim com a construção de identidades, tanto individuais quanto coletivas, são funções que se intensificam no século XIX, também as noções de cidadania e cultura nacional pertencem a esse contexto. Dessa maneira, é recorrente nas Ciências Sociais e nos estudos sobre o Segundo Império a definição do momento histórico em que foram construídos diversos conceitos que orientam o que entendemos por “Nação”, “povo brasileiro” e “cidadania”. Sobre o assunto é fundamental destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a construção do Estado-Nação brasileiro no século XIX:

A leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica
(Guimarães, 1988, p. 16).

Nesse contexto, Sílvio Romero, ao organizar as *Obras completas* de Tobias Barreto, escreve em 1900 o texto “Explicações indispensáveis” e demarca a posição da Escola de Recife:

8 Indicação de leitura: Alonso (2002).

Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não tem mais o sabor da novidade, nos lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, *folk-lore*, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da escola de Recife. Tobias foi o mais esforçado combatente, com o senso de visão rápida de que era dotado (Barreto, 1900, p. XXVII).

Tanto para Tobias Barreto quanto para Sílvio Romero, a capital Federal e a Corte representavam a face “sombria de toda sorte de males” que afetavam a sociedade da época. Dentre as muitas polêmicas contra o que consideravam os ícones do centro imperial, ressaltamos a crítica de Tobias Barreto a José de Alencar, tendo em vista que Alencar se transfere do Nordeste para o Rio de Janeiro, lá fazendo carreira: “[...] o renome literário, de que se acha apossado o Sr. José de Alencar, é um dos mais claros sintomas do nosso estado de inanição e marasmo intelectual” (Barreto, 1978a, p. 12). Romero chega a creditar a si o papel de defensor da inteligência que residiria nas províncias contra o centralismo subserviente da Corte. Em sua *História da literatura* (1888), ele desabafa seu sentimento em relação aos críticos:

O ódio que me vota é em grande parte oriundo da justiça que tenho ousado fazer a ilustres escritores das Províncias que ela, a crítica mesquinha, quisera sempre conservar em completa obscuridade, e não pôde; porque eu não deixei!
[...] (Romero, 1980c, v. 4, p. 1182).

Insistentemente, o escritor da Província mais cultuado por Romero é Tobias, inclusive no seu exercício de poeta. Dessa maneira, há um duplo movimento: a poesia reverbera a crítica ao centro, e Romero amplifica pela via, principalmente da polêmica a proeminência da literatura das províncias. Visualizamos a crítica à cultura nacional materializada na imagem da Corte de modo recorrente em dois poemas de Tobias. O primeiro se intitula, "Decadencia!" (1870):

Nós já não temos caracteres nobres,
Nem voz, nem sombra de Catões e Grachos:
O céu tem pena de nos vêr tão pobres,
O mar tem raiva de nos vêr tão fracos.

Por que não te ergues, oh Brasil fecundo,
Por vastas ambições, por fortes brios?...
Que gloria e esta de mostraar ao mundo,
Em vez de grandes homens, grandes rios?...

Basta selvas, um céu azul immenso,
Que os corações em flôr bafeja e rega;
Uma terra abrazada como incenso,
Que do sol no thuribulo fumega?

Nada Val, se não há quem se offereça
Para d'alma arrancar-te o negro espinho...
Tudo em baixo!... não surge uma cabeça
Em que as altas ideias façam ninho!...

Donde é que teu primor, pátria, derivas?
Por que ao orgulho ingênua te abandonas?
Ai!... as outras nações dizem altivas:

Pitt, ou Bismarck; e nós?...o Amazonas!...

(...)

Que o povo falle, isto é, prenda na bocca

A escuma, a raiva, o fel dos oceanos

E a braza dos vulcões! Matéria pouca

Para cuspir na face dos tyrannos...

Tyrannos? Sim, que matam o progresso,

Que suffocam a luz e o Direito,

Para quem toda ideia é um excesso!...

Não ha mais fogo do Brasil no peito!...

(Barreto, 1925, p. 154–155).

Percebemos claramente a crítica cultural que tornaria Tobias conhecido e falado nos meios intelectuais do Recife: a capacidade imagética e a fluidez da oratória no calor dos acontecimentos, algo documentado nos discursos que proferiu diante dos batalhões que partiram do Nordeste com destino à Guerra no Paraguai. O segundo poema, “O rei reina e não governa” (APOLOGO – 1870), dá mostra da imagem atribuída à Corte, no qual a tônica é o uso da metáfora do reino animal como síntese da organização política e social humana:

Não sei porque a lingua humana

Os brutos não fallam mais,

Quando hoje tem melhor vida,

E há muita besta instruída

Nas sciencias sociaes...

Ultimamente entenderam

Que tinham também razão

De proclamar seus Direitos,

Pondo em uso os bons efeitos
Que trouxe a Revolução...

“Seja o leão, diz o asno,
Um rei constitucional;
Com assembléas mudáveis,
Com ministros responsáveis,
Não nos pôde fazer mal.

Fiquem-lhe as garras occultas,
Não ruja, não erga a voz,
Conforme a these moderna
Qu'elle reina e não governa,
Quem governa somos nós...

Todas as bēstas da terra,
Todas as bēstas do mar
Tenham seus delegados,
Sendo os ministros tirados
Do seio parlamentar...”

“Muito bem! Grita o macaco,
A gente vai ser feliz!
Respeito a sciencia alheia;
Publicista de mão cheia,
O burro sabe o que diz.

Todavia, acho difficil
Que Dom Leão rugudor,
Sujeito á sede e á fome,
Queira ter sómente o nome
De rei ou de imperador!...

Acostumado a pegar-nos
Com suas patas reaes,
Calar-se fingir-se fraco!...
Segundo penso eu... macaco...
Dom Leão não póde mais!"

Acode o asno: 'eu lhe explico,
Nada Val a objecção:
Se o rei viola o preceito,
Salvo nos fica o Direito
De fazer revolução".

"Mestre burro, isto é asneira,
Palavrão de zurrador,
Esse Direito é fumaça;
De que nos serve ameaça,
Quando nos falta o valor?

Só vejo, que bem nos quadre
No throno, algum animal,
Que coma e viva deitado:
O *porco!*....Exemplo acabado
De rei constitucional..."

(Barreto, 1925, p. 156–157).

Essa vontade de contestação à procura de um espaço no universo intelectual brasileiro é exemplarmente denotada no percurso intelectual de Tobias Barreto em, pelo menos, três fases distintas. A primeira, marcada pela crítica do ecletismo espiritualista e do positivismo para o naturalismo de Ernest Haeckel e Ludwig Noiré em 1869, tendo como texto emblemático "Sobre a

religião natural de Jules Simon". A segunda é caracterizada pelo germanismo defendido por Tobias frente ao predomínio da cultura francesa no Brasil:

Houve um momento (1870 a 1889) em que se fez no país certo movimento em prol do alemanismo. Foi a propaganda constante de Tobias Barreto, principalmente naquele lapso de tempo, última fase de sua vida. Não foi de todo inútil essa cruzada. Já diretamente por livros alemães, pois que muitos moços estudaram então a língua germânica, por traduções (Romero, 1980c, v. 4, p. 1180).

E a terceira fase seria demarcada pela proposição de um "retorno" à obra de Kant. Segundo Romero (1980c, v. 4, p.1189), Tobias, "[...] o chefe da poesia hugoana brasileira, fez-se igualmente o evangelista do germanismo entre nós [...]". No caso de sua poesia, Tobias teria marcado, conforme a percepção de Sílvio Romero, um "[...] abandono do indianismo e do lusismo exclusivos, igual desprezo dos sonhos românticos e do falso realismo", além de uma "[...] nova intuição da poesia em geral e especialmente da americana; nova concepção da poesia popular brasileira e da história literária da nação, onde devem pesar todos os elementos étnicos do país" (Romero, 1980c, v. 4, p. 1190).

Para Hermes Lima, o germanismo era a erudição de Tobias fazendo-se arma: "Para irritar o burguês com uma nota mais ostensiva de superioridade, abria freqüentemente seu luminoso leque de pavão: o germanismo. Um dos periódicos redige-o mesmo em alemão, o *Deutsch Kämpfer*. Era um luxo, uma extravagância" (Lima, 1957, p. 26). O *Deutsch Kämpfer* ("Lutador Alemão") teve vida curta e pouca repercussão. Tobias o produziu em Escada, no interior de Pernambuco, e uma tradução dos exemplares que restaram se encontra em: *Monografias em Alemão* (1990), do próprio

Tobias Barreto⁹. Registramos ainda que Tobias redigiu e editou em Escada os seguintes jornais, em sua maioria com poucos números e pequena circulação: *Um signal dos tempos* (1874), *A comarca de Escada* (1875), *Devaneio literário* (1875), *O desabuso* (1875), *Der Deutscher Kaempfer* (1875), *O povo da Escada* (1876), *O escadense* (1876), *Aqui pra nós* (1877), *A igualdade* (1878), *Contra a hipocrisia* (1879), *Estudos alemães* (1880) e *O martelo* (1881)¹⁰.

Nas palavras do próprio Tobias: "Já o declarei com toda franqueza: no presente escrito, a Alemanha é o centro das minhas operações, é o meu ponto de partida, o meu terminus comparationis" (Barreto, 1978b, p. 85). Como ressalta Sílvio Romero, sobre essa germanidade:

[...] a grande transformação do pensamento hodierno, produzida pela ascendência da Alemanha, o único *representative man* que teve no Brasil encontrou-o em Pernambuco. Ainda neste ponto o iniciador foi Tobias Barreto na reação filosófica e no germanismo. Eu não conheço maior metamorfose operada em um espírito do que a efetuada no escritor sergipano (Romero, 1980c, v. 4, p. 1188).

É inegável que essas afirmações de originalidade e singularidade descontextualizam a formação do pensamento de Tobias no movimento de diálogo e apropriação das ideias germânicas. Romero e outros contemporâneos reforçaram com tintas pesadas e intensas o temperamento de Tobias com explicação da causalidade de sua aproximação da cultura alemã, ao passo que uma análise mais detalhada do movimento de suas ideias poderia ter desvelado que, de sua juventude à maturidade, certos elementos

9 Indicação de leitura: Lima (1957).

10 Indicação de leitura: Barreto (2013b).

permaneceram como constantes. Como exemplo, podemos referenciar seu “rompimento” do Romantismo e “adesão” ao evolucionismo, passando pela oposição e crítica ao positivismo. Nessa linha de sua reflexão filosófica, encontramos contradições e continuidades que enfraquecem a tese das rupturas e adesões às novidades da hora recém-chegadas da Europa, como veremos, principalmente, nos capítulos 2 e 3.

Por outro lado, o contexto comparativo das condições políticas do Brasil e da Alemanha lança luz sob outro aspecto da aproximação do sergipano da cultura alemã. Tobias identificava o Brasil com a Alemanha sob alguns aspectos. Na segunda metade do século XIX, a Alemanha vivenciava seu momento de unificação sob o comando de Otto Von Bismarck, enquanto o Brasil abandonava gradualmente a escravidão e o passado “feudal” (Lima, 1957, p. 116), e modernizava-se gradualmente. No entanto, a admiração pela Alemanha ganhou contornos de germanofilia:

Isolou-se em Escada com os olhos fitos em Berlim. Ali acabou de aprender alemão, sozinho como começara. Vencedora de guerra, unificada, poderosa e em plena fase de industrialização, a Alemanha, pela voz de Haeckel, acolhera o evolucionismo ruidosamente (Lima, 1957, p. 254-255).

Esse isolamento de Tobias precisa ser relativizado. Ao longo do período de nove anos que residiu em Escada, Tobias manteve correspondência com uma série de professores, editores e escritores germânicos. A troca de correspondências com a Alemanha por parte de Tobias se inicia em Escada e só se encerra com sua morte. Segundo Paim e Mercadante (1972, p. 39-40), Tobias:

[...] mantinha êsse contato epistolar com membros do ‘Clube dos Cosmófilos’, de Leipzig, com um botânico de Berlim,

Dr. Karl Keck e vários outros, em cidades diversas. Alfred Wadler, de Leipzig, dava notícias dessa correspondência através da imprensa. A publicação 'Export', de Berlim, e o 'Magazin für literature', de Leipzig, inseriram-lhe o retrato e a biografia. A 'Gazeta de Colônia' (Kölnische Zeitung) ofereceu-lhe um exemplar de sua edição semanal, fazendo-a acompanhar de uma carta. A resposta de Tobias Barreto foi ali publicada com uma introdução elogiosa. Também através dos próprios jornais editados no Brasil pela colônia alemã. Tobias Barreto fazia-se conhecido do público daquele país. Carlos de Koseritz publicou, no seu '*Deutsche Zeitung*', editado em Pôrto Alegre, inúmeros artigos a propósito de sua obra e levou-o ao conhecimento de Haeckel, Lange e outros filósofos alemães com os quais se correspondia. Outro jornal que publicava artigos do pensador sergipano era o 'Germânia', de São Paulo.

Ainda assim, o lugar de sua germanofilia pode ser considerado como um norte para o Brasil:

A verdade, no entanto, é que sempre foi nacionalista e muito amou este País como poucos, procurando lhe chamar a atenção para os seus defeitos e para o seu atraso, medindo-o pelo avanço de outras nações, principalmente da sua querida Alemanha, nem sempre compreendendo as dificuldades, se não a impossibilidade, dessa aproximação, devido aos desníveis de desenvolvimento econômico e social (Moraes Filho, 1985, p. 173).

A partir do contato com a filosofia alemã, Tobias começa a realizar uma crítica mais madura e apurada do positivismo de onde emergirá o seu culturalismo. Cobrindo os seis últimos anos de sua

vida, as suas teses sobre a cultura encontram então uma formulação mais clara e precisa. Segundo Pedro Calafate:

Um dos temas mais relevantes da obra de Tobias [sic] é certamente o da Cultura, na linha daquilo a que seus posteriores analistas, com relevo para Miguel Reale e António Paim viriam a designar como o culturalismo brasileiro (Calafate, 1997, p. 39).

Nesse sentido, no interior da teoria da cultura formulada por Tobias, percebe-se que o centro nodal é o seu interesse pela raiz moral das ações humanas. De uma maneira geral, a cultura passa a ser para os culturalistas, “[...] um *a priori* no qual o homem edifica existência singular” (Carvalho, 2002, p. 89). Por isso, para Tobias, a cultura é um modo de edificar “[...] uma sociedade mais justa e democrática” (Barreto, 1991 *apud* Carvalho, 2002, p. 90). Não à toa, sua crítica se mostra, em diversos momentos, muito áspera diante da condição do Brasil nesse momento. O criticismo para Tobias Barreto fora um modo de impor desafios numa tarefa que ele não abandona desde a fundação da Escola de Recife até a sua morte: provocar o movimento, a ação contra o ostracismo intelectual que reinava em seu meio. Podemos estender o comentário de Angela Castro Gomes sobre a obra de João Ribeiro, que também era grande admirador da Alemanha, a Tobias Barreto: “O Brasil é este país ‘vagaroso’ por força mesmo de sua grandeza material, que dispersa energias e exige imenso esforço de coordenação” (Gomes, 1996, p. 110). Certamente, essa era a tônica que encontrava ressonância nos versos em torno do tema do gênio que aparecem frequentemente em seus poemas e eram um mote corrente do Romantismo, como aponta Anatol Rosenfeld:

Ressalta-se agora a incompatibilidade entre o grande indivíduo e a sociedade; o violento ímpeto dos jovens poetas

burgueses contra a sociedade do absolutismo alemão transforma-se em ódio à sociedade em geral. O homem genial é fatalmente condenado a definhar no cárcere do mundo: este tema iria tornar-se um dos motivos mais constantes do romantismo europeu posterior, sem que fosse central para o romantismo alemão propriamente dito (Rosenfeld, 1996, p. 148).

A ideia do gênio, força criadora capaz de vencer toda adversidade, ou ainda, como aponta Roberto Machado, enquanto modelos exemplares, explicitado em sua análise do Romantismo (2006), aparece nos versos do poema bastante citado pela crítica, "O gênio da humanidade", escrito quando Tobias tinha 27 anos de idade:

Sou eu quem assiste ás luctas,
Que dentro da a'lma se dão,
Quem sonda todas as grutas
Profundas do coração:
Quis ver dos céos o segredo;
Rebelde, sobre um rochedo
Cravado, fui Prometheu;
Tive sede do infinito,
Genio, feliz ou maldito,
A Humanidade sou eu.

Ergo o braço, aceno aos ares,
E o céu se azulando vai;
Estendo a mão sobre os mares,
E os anjos dizem: passai!...
Satisfazendo ao anhelos
Do bom, do grande e do bello,
Todas as fórmulas tomei:
Com Homero fui poeta,

Com Izaías profeta,
Com Alexandre fui rei.

Ouvi-me: venho de longe,
Sou guerreiro e sou pastor;
As minhas barbas de monge
Têm seis mil annos de dor:
Entrei por todas as porás
Das grandes cidades mortas,
Aos bafos do meu corsel,
E ainda sinto os resabios
Dos beijos que dei nos labios
Da prostituta Babel.

E vi Pentapolis núa,
Que não corava de mim,
Dizendo ao sol: eu sou tua,
Beija-me... queima-me assim!
E dentro havia risadas
De cinco irmãs abraçadas
Em voluptuoso furor...
Ancias de febre e loucura,
Chiando em polpas de alvura,
Labios em brazas de amor!...

Travei-me em luctas immensas,
Por vezes, calçado e nú,
Gritei ao céo: em que pensas?
Ao mar: de que choras tu?
Caminho... e tudo o que faço
Derramo sobre o regaço
Da historia, que é minha irmã:

Chamem-me Byron ou Goethe,
Na frente do meu ginete
Brilha a estrella da manhã

E no meu canto solemne
Vibra a ira do Senhor:
Na vida, nesse perenne
Crepusculo interior,
O ímpio diz: anoitece!
O justo diz: amanhece!
Vão ambos na sua fé...
E ás tempestades que abalam
AS crenças d'alma, que estalam,
Só eu resisto de pé!...

De Deus ao immenso ouvido
A Humanidade é um tropel,
E a natureza um ruído
Das abelhas com seu mel,
Das flores com seu orvalho,
Dos moços com seu trabalho
De santa e nobre ambição,
De pensamentos que voam,
De gritos d'alma, que echoam
No fundo do coração!...
(Barreto, 1925, p. 11).

O gênio desafiava o próprio tempo, buscava provocar o movimento, elemento esse que constituiu no século XIX um dos grandes lenitivos dos intelectuais que buscaram afirmar uma cultura nacional frente a outras nações, e, também afirmarem-se no espaço público. Essa necessidade foi fortalecida pela proclamação da República e

o forjamento de símbolos e heróis que emergiu com ela. Aos nossos olhos, a Escola do Recife e Tobias Barreto caminharam nessa direção por outras vias que não o ideário do positivismo, o qual combateram. Por isso, o aparente paradoxo se dissolve: a poesia de Tobias apresenta-se como exaltação de tudo que constituía o nacionalismo Oitocentista? Como era possível que o poeta estivesse tão distante do filósofo e do professor de Direito, críticos do ufanismo nacionalista? Toda uma seção de *Dias e noites* é dedicada aos poemas “patrióticos” que são emblemáticos de um amor à pátria digno da mais alta conta, mesmo ao levarmos em consideração que: “O Brasil fez-se Império antes de se fazer nação” (Mello, 2008, p. 24). Percebemos isso claramente nos poemas escritos no calor da empreitada brasileira no Paraguai, nos quais Tobias constrói um panorama da sensibilidade popular pernambucana diante do movimento da guerra. Na interpretação de Alambert (1995, p. 87):

O medo da ‘barbárie’, do retrocesso que poderia significar perda do privilégio e da hegemonia cultural e política, quer reconheçam os intelectuais do período, quer não, esteve sempre presente. A oposição entre ‘civilização’ e ‘barbárie’, herança, entre nós, da Guerra, era uma espécie de obsessão necessária de intelectuais que tentavam entender e influenciar um mundo em mutação.

Na descrição de Sílvio Romero para o momento histórico vivido:

O Brasil era o colosso da paz; o Brasil, esse pedaço do globo, cuja sombra bastara para eclipsar qualquer sol que se lhe puzesse diante, tolerou por muito tempo os insultos de ridículas pequenezas. Dizem que as aguias, só depois de muito soffrer, determinam-se a punir com a morte as avesinhas insignificantes, cujos pios as incommodam. Tal aconteceu.

O gigante principia a vingar-se, o pantheon da historia começa a renovar-se de grandes vultos, as campas de grandes mortos, os céos de grandes astros (Romero, 1897, p. 96).

Além da “cena” de produção e o momento exigirem do poeta a motivação das tropas para a batalha, o que perpassa a estética desses poemas são os elementos próprios do Romantismo: valorização da intuição, as imagens de natureza, a paixão e a vontade, além do adensamento de um sentimento nacional que edifica um passado idealizado, fortes no imaginário do próprio Romero, como vimos acima. O evento também evidencia o fato de que as sensibilidades em torno da nação não se contrapunham aos afetos ligados à Província. Como aponta Evaldo Cabral de Mello:

A carência de um sentimento nacional até praticamente o século XX não significa, porém, que um arraigado sentimento local fosse desconhecido por essas bandas, como não o é em qualquer outra parte do mundo, sentimento que, ademais, podia tranquilamente conviver com estruturas políticas imperiais, como o patriotismo urbano do tempo do Império romano. O equívoco reside em enxergá-lo como uma forma de nacionalismo ou em afirmar-se, mediante leitura anacrônica, havermos sido sempre nacionalistas, quase desde a carta de Pero Vaz de Caminha (Mello, 2008, p. 19).

Como observou Clóvis Beviláqua, o acontecimento serviu para motivar uma produção literária poética no espírito da escola europeia que aqui se desenvolvia *pari passu* ao conflito com o país vizinho: “O espírito nacional sendo despertado em sua morosa evolução pela guerra com o Paraguay, houve um levantamento geral nas consciências e uma esplendida floração lyrica” (Bevilaqua, 1883, p. 69). O poema “Á vista do Recife” (1862), marca uma ode

de Tobias à cidade que o acolhera por duas vezes ao longo de sua vida (primeiro como aluno da Faculdade de Direito e depois como professor), e revela outro elemento importante do Romantismo: a veneração e ligação do presente com o passado.

É a cidade valente
Brio da altiva nação,
Soberba, illustre, candente
Como uma imensa explosão:
De pedra, ferro e bravura,
De gloria, fogo e loucura...
Quem é que lhe põe a mão?

Magoas tem que estão guardadas,
Quando as vingar é sem dó!
Raça das Romas tombadas,
Das Babylonias em pó,
Quer ter louros que reparta;
Vencer, morrer não na farta...
Grande, d'altura de Sparta,
Affronta o mundo Ella só!...
[...]

(Barreto, 1925, p. 117).

O tom grandiloquente e épico dialoga com os cânones de exaltação à ação típicos do momento de afirmação das nacionalidades. Nesse aspecto, a guerra era lugar privilegiado para que Tobias assumisse um lugar social de destaque enquanto poeta, já que, “[...] as festas patrióticas se repetiam com as notícias de nossas vitórias e um entusiasmo sincero se fazia sentir entre os moços” (Romero, 1980c, v. 4, p. 1184). Almejaria conquistar os corações frente aos desafios e dores da guerra? Por certo que acompanhou

todo o processo de engajamento da Província pernambucana na Guerra do Paraguai e que transparece nos poemas “Os voluntários pernambucanos” (1865), “Partida de voluntarios” (1865) e “Caxias e Herval” (1868), todos com notável influência romântica:

Os voluntários Pernambucanos (1865)

No coração desta gente
O bravo suffoca o ai.
Que ferros! O cedro ingente
De um golpe derreia e cai;
Ceda a republica insana,
Se emfim não se desengana,
Espada pernambucana,
Desembainha-te e vai!

Guerreiro a morrer affeito
Defende o Brasil, que é seu;
A hora sôa no peito,
A cicatriz é tropheu.
Da pátria as manhans coradas,
As tardes acabocladadas,
Flores, mulheres amadas,
São estrophes de Tyrteu...
(Barreto, 1925, p. 121).

Partida de voluntarios (1865)

São elles que partem... Nos olhos vermelhos
Que accende a coragem, que inflamma o valor,
São raios do Norte. Lopez, de joelhos!
Estão quentes ainda das mãos do Senhor.

A pátria chamara-os. O espectro da morte

Lançou-se adiante: pozeram-se a rir...
Chamara-os de novo: pancada mais forte
Soou-lhes no peito: quiseram partir...

Sentiram-se presos. De um ímpeto os laços
Rebentam-se todos nos seus corações;
Int'resses, affectos, caprichos, abraços,
Cadeias de palha não prendem leões!
(Barreto, 1925, p. 135).

Caxias e Herval (1868)

No céu, bem longe onde echoam
Da gloria os sons marciaes, n'altura em que os anjos voam,
Resplende um astro de mais;
É o corpo deste Império,
Pedaço d'um hemispherio.
Que dá pr'a vinte nações:
É uma lasca do globo,
Que, das victorias no arroubo,
Voou ás constelações.

Á frente augusta da historia
Assoma um grupo immortal;
Que um mesmo raio de gloria
Ligou Caxias e Herval:
Fulgor de duas espadas,
Que, sóbrias, enfastiadas
Daquelle sangue servil,
São as pontas do compasso,
Que traçou larga no espaço
A evolução do Brasil!
(Barreto, 1925, p. 149).

No último poema acima, podemos constatar que o título e o tema são referências à amizade e à ação de Duque de Caxias e o Marquês do Herval, Manuel Luís Osório (1808–1879), ambos combatentes no Paraguai pelo exército brasileiro (Barreto, 1925, p. 146). Inegavelmente, a crítica às mazelas nacionais aparentemente desvela uma contradição frente à formulação dessa crítica e às alternativas afirmadas e reafirmadas em torno da superação de nosso atraso. Prova desse fato é o discurso proferido ao 2º Batalhão de Voluntários de Pernambuco que seguiam para a campanha, em 22 de junho de 1865. Nele, Tobias se expressa com tintas carregadas de simbologia afetiva aos compatriotas que seguiriam para a batalha em nome da Nação. Nesse mesmo discurso, o poeta exalta o sentimento nacional e a coragem que este sentimento fomenta nos compatriotas a ponto de dar significação de nobreza à morte em combate, tendo em vista que ela é a certeza de eterna lembrança:

[...] a morte que se conquista pela pátria, não é uma dessas mortes lugubres, choradas, misteriosas, comuns, - não; - morrer assim, - ao fumegar das batalhas, - é desembaraçar-se de um dos enigmas do nosso destino; é resolver o problema da grandeza humana, - morrer assim é engrandecer-se...
(Barreto, 1925, p. 191).

E conclui sua mensagem com as seguintes palavras:

Parabens aos mortos, que, ao rolares no abysmo da eternidade, atiraram por cima de nós o manto de suas glórias. Parabéns á pátria que, com toda força, com toda masculinidade de uma romana, é capaz de desarmar, se os tem, o braço dos seus Coriolanos, lançar no meio dos combates a sua prole de Scipiões, e ver enfim fartas de triumphos as ancias de seu coração generoso (Barreto, 1925, p. 191).

O sofrimento e a dor causados pela guerra são recompensados eternamente e reverberam no futuro. Os poemas “Queda de Assumpção” (1870), “Fim da guerra” (maio de 1870) e “Diante de um batalhão que voltava da campanha” (1870), edificam essa visão:

Queda de Assumpção (1870)

Nas vascas de um sonho estranho,
(Diz o vate do Senhor)
Eu vi um povo rebanho,
Sem aprisco e sem pastor!
Eram profundas torrentes
D'homens robustos, valentes,
Que rolavam do aquilão;
Eram guerreiros sem dono!
E vi levantar-se um throno
Junto ás portas de Assumpção

Cortezan dos dictadores,
Canta, folga, dança... Emfim
Tu vais cahir aos clangores
Do brasileiro clarim;
Sentindo que abrem teu peito,
Saltarás nua do leito
Em gritos de insensatez...
Ninguem rirá de teu pranto,
Que o imperador com seu manto
Cubrirá tua nudez!
(Barreto, 1925, p. 147).

Fim da guerra (maio de 1870)

Se há hora em que mais prezemos
O Direito de morrer

Por aquillo a que devemos
Peito e braço offerecer,
É quando a alma estúa fremente,
Porque libérrima gente
Suffoca um povo servil!
E o astro acceso da gloria,
Mais o gládio da victoria,
Mais uma folha da historia
Reluz na mão do Brasil!

De sangue levada a custo
Venceu-se a lucta mortal;
E se sei que Deus foi justo,
Sei que foi imparcial!
Contra o ferro paraguayo
Forja-se aqui muito raio;
Não há tremor, nem desmaios,
Nem lei que faça esbarrar.

Na hora do desengano
Cresce o valor sobrehumano
E a cabeça do tyranno
No abysmo ouviu-se rolar
[...]

(Barreto, 1925, p. 148).

Diante de um batalhão que voltava da campanha (1870)

Lavas de gloria, aos terremotos d'alma,
Queimam os peitos de paixões estranhas:
É o povo que pesa os seus guerreiros,
Como os deuses pesavam as montanhas...

Homens do céu, phantasticos, enormes,
Que sondastes o golphão do heroísmo,
Inda tendes nos pés ensanguentados
Agarradas as perolas do abysmo!
[...]
(Barreto, 1925, p. 153).

Os tons românticos carregados ressaltam mais uma vez a influência de Victor Hugo e a filiação a uma projeção heroica do caráter nacional dos combatentes, situação privilegiada para a edificação de toda uma mitologia sobre a guerra onde a retórica poética transborda imagens e sensibilidades extremas, isso porque “[...] a projeção do mundo íntimo ‘constitui’ a verdade profunda do universo exterior [...]” (Rosenfeld, 1996, p. 151). Nas palavras de Mario Carelli:

Os românticos deixam como herança uma visão dinâmica e ascensional da história; aliás, souberam dar ao Brasil um sopro épico nacionalista em plena guerra do Paraguai. Esta dramatização histórica realça o papel heróico do Exército cujos oficiais, formados na escola positivista, estavam presentes a tomar o poder (Carelli, 1994, p. 149).

Assim, se concordarmos com Hermes Lima, podemos conjecturar que esses poemas grandiloquentes no espírito romântico tocavam na vaidade do intelectual, no desejo de ser aceito, ouvido, já que Tobias:

Amava o ruído das discussões, o fulgor e a atmosfera incandescente dos grandes auditórios. Inflamara os corações evocando o heroísmo dos nossos soldados nos campos do Paraguai. Sua bela voz de tenor enchera os salões de versos na época dos recitativos (Lima, 1957, p. 13-14).

Com o domínio da palavra, após o massacre no Paraguai, Tobias arremedara que: “[...] o progresso não póde ser o esquecimento do passado, porque o passado está sempre conosco, no fundo de nossas lembranças, no cofre de nossas saudades, no seio de nossas glórias” (Barreto, 1926a, p. 193). O jovem orador e poeta olhava o passado e edificava sentidos para o sacrifício mortal dos patriotas. Aquele que se nobilitaria como um incisivo crítico da nação também edificava mitos.

Fragmentos **biográficos** em uma **literatura “trivial”**

O termo “trivial” pertence a parte dos críticos da obra literária de Tobias já em seu contexto¹¹. Inegavelmente, o termo guarda em si a ferocidade da crítica polemista do século XIX. Passamos, dessa maneira, a analisar a produção poética de Tobias Barreto na sua perspectiva biográfica, ou seja, à luz dessa literatura estigmatizada como trivial. Não que a escrita poética revele traços de sua psicologia ou elementos de seu comportamento combativo. Procuramos, ao contrário, compreender esse conjunto de poesias como significativas de um momento de sua trajetória intelectual marcada pelo romantismo literário e sua posterior adesão ao germanismo, especialmente, na filosofia. Assim, haveria certa continuidade entre o seu romantismo e a sua posterior defesa aguerrida do pensamento alemão (já na maturidade de seu pensamento)? Sabemos que o pensamento alemão explorou em seu Romantismo a exaltação ao passado e aos valores culturais (“raízes”) nacionais.

11 Indicação de leitura: Martins (1979).

Avaliação estética à parte, de modo específico nos centramos nessa seção a testar os limites da relação entre fragmentos biográficos e escrita poética de Tobias Barreto, o mestre referencial, perene ponto de partida de definição da Escola do Recife e de doutrinação dos jovens de então, futuros ícones da República nos campos do Direito, da Política e da Educação. Alfredo Bosi chega a reduzir à Escola as figuras de Tobias e Romero, tamanha importância creditada aos dois nomes: “É à ‘Escola do Recife’, isto é, a Tobias Barreto e a seu discípulo fiel, Sílvio Romero, que se deve a primeira transposição dessa realidade em termos de consciência cultural” (Bosi, 2015, p. 182). Segundo descrição de Paulo Mercadante, sobre a tensão entre as características pessoais de Tobias e sua trajetória, encontramos a revelação de um aspecto da personalidade combativa do sergipano:

Nesse contexto inclusive Tobias Barreto de Meneses, nordestino pobre, mulato ressentido, didacta em latim e jurisprudência, diletante nas demais áreas do saber. Sua trajetória é curta e fascinante, apenas cinquenta anos de vida. Sua versatilidade não é arbitrária é calculada, talvez, e parece obedecer a um plano. Nele conjugam-se a febre de demolir e ânsia em semear. Atirou-se a polémica sem a formal compostura de quem sabe divergir, manchando-lhe o mal gosto, com muita frequência. O rigor dos argumentos. Porém a justiça se faça: no bom combate em que peleja jamais deixa de plantar no solo revolvido as sementes de novas idéias. Que circunstâncias geraram esse D. Quixote, mal criado e sincero? Nasceu numa pequena Província, filho de um notário modesto, boêmio e liberal (Mercadante, 1991, p. 35).

Gilberto Freyre também reforça essa dimensão explosiva e singular da formação intelectual do homem negro e seu comportamento, sob muitos aspectos, paradoxal:

Sob a pressão desses preconceitos desenvolvem-se em muito mestiço evidente complexo de inferioridade que mesmo no Brasil, país tão favorável ao mulato, se observa em manifestações diversas. Uma delas, o enfático arrivismo dos mulatos, quando em situação superior de cultura, de poder ou de riqueza. Desse inquieto arrivismo podem-se salientar duas expressões características: Tobias Barreto – o tipo do novo culto, que recorda com tantos aspectos a curiosa figura de Luciano estudada por Chamberlain; e na política, Nilo Peçanha. Por outro lado, ninguém mais reticente que Machado de Assis; nem mais sutil que o barão de Cotegipe Freyre (2013, p. 537).

Em um primeiro instante, analisaremos sua obra poética contrastando-a com os principais contornos biográficos construídos pela crítica ulterior, que pouca luz lançou sobre essa vertente de sua escrita. O momento que coincide com o jovem Tobias Barreto e sua formação intelectual relegam sua produção poética a uma fase de maturação acrítica em sua trajetória intelectual. A imagem se modifica se colocarmos em perspectiva o fato de que essas poesias abriram espaço nos jornais do Recife, e também no interior do estado, para o conhecimento de seu pensamento e obra. Em outras palavras, além do conteúdo estético que replicava elementos do romantismo, como o ideal de belo, partimos da hipótese de que esse conjunto de poemas revelam um substrato de seu pensamento, ainda que carregado pela sensibilidade do amor, da desilusão e da perda.

Suas poesias foram reunidas e publicadas em 1881 no Rio de Janeiro com o título *Dias e noites* (Romero, 1980c, v. 4, p. 1185).

A edição de que nos valemos é a obra póstuma dirigida e organizada por Sílvio Romero, publicada em 1903 pela editora Laemmert & Cia do Rio de Janeiro e São Paulo, reunindo poesias que cobrem o período de 1854 a 1888. O livro está organizado em seis partes, nas quais: inicia com o texto “Tobias Barreto: breve notícia de sua vida”, escrito por Romero; divide as poesias em quatro partes intituladas por Romero como “Geraes e Naturalistas” (49 poemas), “II – Patrióticas” (19 poemas), “III – Estheticas” (21 poemas) e “IV – Amorasas” (38 poemas); e finaliza com um “Appendice” denominado “A mulher e o amor”, apresentando o diálogo entre quatro personagens.

Antes da análise dos poemas, vale ressaltar que não nos valemos aqui de uma crítica estilística minuciosa. Não procuramos perceber de que forma Tobias Barreto pode ser igualado aos “grandes” nomes da poesia Oitocentista, muito menos enquadrá-lo em algum cânone literário. Interessa-nos a percepção em seus poemas de traços biográficos e de elementos constitutivos de sua trajetória intelectual até aquele momento. Dessa forma, percorremos o limite de um caminho que pode ser considerado delicado: a expressão do sensível enquanto indissociável das diversas manifestações de racionalidade, mesmo ao considerarmos que no Oitocentos “[...] os poetas tiveram principalmente por musa o patriotismo, o entusiasmo estético e o amor” (Romero, 1980c, v. 4, p. 1185). Elementos esses obviamente carregados de racionalidade própria e consciência de papel social e efeito no espaço público, principalmente num contexto de afirmação das nacionalidades.

Se a consciência social e o messianismo podem ser tomados como características marcantes da autodefinição do intelectual, as formas particulares de realização de tais traços variam no tempo e se alteram em função do regime político com o qual ele interage. A influência da atividade intelectual

tem a ver com o grau de diferenciação dos papéis intelectuais, com o grau de pluralismo do sistema ideológico e com o grau de flexibilidade da tradição (Oliveira, 1999, p. 85).

Dessa maneira, se entendermos que a escrita poética coloca em cena uma série de sentimentos e sensibilidades que são próprias e específicas do poeta — obviamente não descartando a capacidade intuitiva de escrita poética dissociada de uma experiência em torno do objeto ou sentimento a ser poetizado — é possível compreender o poema como detentor de fragmentos de uma vida? No que se refere a Tobias, sua verve poética é exaltada por diversos comentadores de sua obra e inclui figuras do porte de Clóvis Beviláqua. De modo geral, sua poesia sofrera forte influência, como já pontuamos, do Romantismo de Victor Hugo, que ele descobrira em seus anos de estudo no Recife e pela sua passagem por Salvador. Hermes Lima reconstitui o quadro contextual desse tempo de formação:

Preferia a Biblioteca Pública aos professores. Ali passava o melhor do seu tempo, lendo os românticos, deslumbrando-se com Victor Hugo, que é, verdadeiramente, a sua grande, a sua máxima descoberta na Bahia. Pela voz do poeta, o rapaz humilde e sonhador do sertão de Sergipe entra a participar do drama do mundo, dos seus anseios, da sua inquietação. O poeta lançava-lhe no coração a semente das futuras estrofes condoreiras. Sua alma recebia o pólen romântico para vingar, na exaltação da personalidade e do espírito de liberdade, as resistências conservadoras do meio (Lima, 1957, p. 6).

E, à forte presença de Victor Hugo neste momento de sua vida, Tobias dedica um dos poemas de *Dias e noites*, datado de 1864 e justamente intitulado "Victor Hugo (1802-1885)". Tobias chega a

traduzir um poema de Hugo incluído em *Dias e noites*. O poema se intitula "Um pouco de musica" e data de 1865. No que concerne ao seu legado poético e literário, taxam-lhe de trivial e sensualista. José Veríssimo, que se envolveu em polêmica com Sílvio Romero, em seu clássico *História da literatura brasileira*, define a obra literária de Tobias Barreto nos seguintes termos:

Muito menor foi o renome e a influência de Tobias Barreto como poeta do que como pensador. Eclipsou-lhos Castro Alves, seu feliz êmulo no condoreirismo e seu triunfante rival em toda poesia. O lirismo de Tobias Barreto, no que tem de melhor, é em suma da mesma espécie do comum lirismo brasileiro, amoroso ou antes namorado, sensual, dolente, abundante em voluptuosidades ardentes e queixumes melancólicos. Se alguma coisa o distingue é, de um lado, o tom oratório, ainda épico, em que oscila entre as extravagâncias dos *Voluntários Pernambucanos* e quejanos poemas e os belos rasgos do Gênio da Humanidade; de outro, a nota popular simples, vulgar, mesmo trivial, que às vezes lhe dá a cantiga um sainete particular e, ocasionalmente encantador (Veríssimo, 1998, p. 318).

Para alguns, sua obra literária marca uma pequena nota de rodapé do condoreirismo, em muito superado em qualidade estética e impacto social da obra de Castro Alves, mais jovem que Tobias, e com o qual chegou a se envolver em polêmica, apesar da amizade entre ambos:

Na crista daquela onda vinham duas figuras de primeira grandeza: Tobias e Castro Alves. Cada qual possuía o seu bando, a sua facção, a sua côrte. Mas, se, no fundo, não havia problemas sérios a dividi-los, se todos adoravam a liberdade,

combatiam a escravidão, versejavam pelo diapasão hugoano; se todos a todos empolgava a admiração pelos mesmos heróis e valores, os dois chefes eram, todavia, diferentes como origem social, como temperamento, como molde de espírito. Castro, olímpico, belo, ardendo na mais pura flama poética que ainda palpitou em nosso país. Tobias, mestiço, desajustado, mais velho, mais estudioso e preparado que o rival, contrastando com o gênio poético do cantor dos escravos o seu já forte talento de crítico e polemista. Agrupavam-se em torno de um ou de outro, movidos por simpatias pessoais, móvitos afetivos e extremavam-se na admiração por atrizes celebres do tempo (Lima, 1957, p. 9-10).

A polêmica com Castro Alves tinha uma ambientação social que nos revela a propensão de Tobias para os embates de ideias que se tornariam uma das tônicas de sua vida pública: "Naquela cidade pacata, de escassos divertimentos, a Academia e o teatro formavam os dois pólos em que se concentrava a atividade espiritual dos estudantes" (Lima, 1957, p. 10). No entanto, a rixa não acabaria bem, se encerraria com o rompimento em definitivo entre os dois:

O tempestuoso rompimento verificou-se em 1866. Para Castro Alves, a vida corria descuidada e feliz. Para Tobias, era já um fardo que ele tinha de suportar com as próprias forças. O sentimento desse contraste não deve ter sido alheio ao tom desabrido que Tobias imprimiu, de sua parte, à polêmica que, entoa, entre os dois antigos camaradas se travou (Lima, 1957, p. 11).

Mas, no campo poético, o legado de Castro Alves assumiria lugar ímpar em nossa poesia, ao contrário dos poemas de Tobias Barreto. Mas a que isso se deve? Sílvio Romero responde a

questão recorrendo primeiro ao contexto externo à própria poesia. Segundo Romero (1980c, v. 4, p. 1185):

[...] Castro Alves, discípulo muito aproveitado, mas sem a intuição filosófica, o sentimento exato e a correção plástica do mestre, passando pelo Rio de Janeiro, onde teve ruidoso acolhimento, foi prosseguir o seu curso em São Paulo, fez-se lá ouvir e criou asseclas, que depois proclamaram a nossa poesia hugoniana como um rebento daquele solo [...]

Podemos afirmar um caráter geral de sua poesia, a construção de imagens poéticas de extremo efeito metafórico, ainda que fiquem visíveis os limites e possibilidades do gênero exercitado pelo poeta. Na definição do historiador italiano expoente da chamada micro-história, Carlo Ginzburg: “Um gênero é definido por uma série de características que implicam ao mesmo tempo restrições e possibilidades” (Ginzburg, 1991, p. 191). Esse efeito calcado na construção de imagens fundamentadas na noção de belo, inspirada na beleza da própria natureza, produz no leitor um misto de sentidos nos quais, por vezes, não se consegue distinguir entre o sentimento descrito no poema e a autenticidade da experiência sensível, ou se apenas o brilho fosco do exercício estético da palavra pela palavra. O próprio Romero destaca o esvaziamento dessa posição estética, que segundo ele, pela “[...] falta de sentimentos e de idéias foi suprimida pela fantasmagoria de uma linguagem empolada e gongórica” (Romero, 1980c, v. 4, p. 1185), em muito isso decorre do fato de que “Tobias Barreto e Castro Alves, passando para os seus discípulos, ostensivos ou não, o estilo se exagerara, tornando-se uma maneira áspera de poetar [...]” (Romero, 1980c, v. 4, p. 1185). Daí porque o romantismo de Tobias, fruto da influência de Victor Hugo, soara por vezes trivial e irônico, ainda que se perceba que seu ideal de beleza seja uma “[...] concepção de uma

imitação criadora" (Machado, 2006, p. 13), que remonta aos gregos antigos. Outro elemento importante de sua poesia é o recurso à ironia, verdadeira constante nos poemas do sergipano. Seja a ironia por sua condição de homem negro ou pelos modismos de sua época que encontraram tinta em sua pena, como na linguagem popular retratada em "Chapa", poema de 1880:

Agora tudo é *chapa!*... A luz de uns olhos,
Donde a furto [*sic*] um signal de amor se escapa,
O sol e a lua, o céu e as estrelas,
Tudo que é velho, o próprio Deus... é *chapa*.

Nenhuma Idea, que não traje humilde
Do commum, do vulgar a rôta capa...
Se ao amigo se diz: sou teu amigo!
Não se acredita, pois amigo é *chapa*.

A honra, a liberdade, o amor, a gloria,
E, se quizerem, a Igreja e o papa,
Tudo está gasto; e, afinal de contas,
A propria chapa já tornou-se *chapa!*...
(Barreto, 1903, p. 101).

Essa veia irônica reforça e condiz com uma característica temática da escrita poética de Tobias destacada por Hermes Lima: a recorrência de temas ligados à vida noturna, festas, bailes e rodas de violão. E é claro que sua própria condição de homem negro era mote para a sua verve irônica, como em "Papel queimado" de 1873 (Barreto, 1903). Já em "A escravidão", de 1868, e "*Ignorabimus*", com data de 1880, temos outro panorama. No primeiro poema, a crítica ao naturalismo com que a escravidão era entendida, forma social legitimada pela história e pelo Criador.

No segundo poema, mais próximo de uma crítica da escravidão, o tom endurece:

A escravidão (1868)

Se Deus é quem deixa o mundo
Sob o peso que o opprime,
Se elle consente esse crime,
Que se chama a escravidão.
Para fazer homens livres,
Para arrancar-os do abysmo,
Existe um patriotismo
Maior que a religião

Se não lhe importa o escravo
Que a seus pés queixas deponha,
Cobrindo assim de vergonha
A face dos anjos seus,
Em seu delírio Ineffavel,
Praticando a caridade,
Nesta hora a mocidade
Corrige o erro de Deus!...
(Barreto, 1903, p. 96).

Ignorabimus (1880)

Quanta illusão!... O céu mostra-se esquivo
E surdo ao brado do universo inteiro...
De duvidas cruéis prisioneiro,
Tombo por terra o pensamento altivo.

Dizem que o Christo, o filho de Deus vivo,
A quem chamam também Deus verdadeiro,
Veio o mundo remir do captivo,

E eu vejo o mundo ainda tão captivo!

Se os reis são sempre os reis, se o povo ignavo
Não deixou de provar o duro freio
Da tyrannia, e da miséria o travo,

Se é sempre o mesmo engodo e falso enleio,
Se o homem chora e continúa escravo,
De que foi que Jesus salvar-nos veio?...

(Barreto, 1903, p. 70).

Esses fragmentos poéticos de uma literatura considerada trivial pelos críticos literários e os momentos biográficos que desvelam se cruzam num mosaico, onde o jovem Tobias confirmava sua identidade frente ao ímpeto de suas paixões e as imposições sociais que condicionavam seu destino. Ainda que tarde para o contexto de seu tempo, aos 25 anos, ele iniciaria o curso acadêmico no Recife e sua trajetória intelectual se desviaria da literatura para a ciência jurídica, ainda que sua produção poética tenha continuado durante seus estudos, desvelando uma das características de sua trajetória intelectual: a inclinação para a mudança e o gosto pela novidade.

Da vida que se escreve

Tobias Barreto teve dois momentos distintos em sua vida amorosa: a paixão por Leocádia Cavalcante e, posteriormente, seu casamento com Grata Mafalda dos Santos, em 11 de fevereiro de 1869. Em *Dias e noites* encontramos 22 poemas dedicados à Leocádia e

apenas 6 dedicados a sua mulher, com quem casara anos após o término com a paixão da juventude. Nas palavras de Hermes Lima:

A primeira, dolorosa humilhação que sua condição social lhe reservava ocorreu em 1868. Havia algum tempo, apaixonara-se por Leocádia Cavalcante, flor da aristocracia pernambucana, e a quem conhecera como professor de um dos seus irmãos. Fora um grande amor que lhe enchera a alma de sonhos e de poesia (Lima, 1957, p. 13).

A ela, Tobias dedica palavras de amor de tamanha profundidade que marcam todo o movimento dos enamorados, que vai de 1865 — o poeta tinha então 26 anos — até o ano de 1867. Segundo Sívio Romero:

Pondo de parte pequenos e inofensivos galanteios, dirigidas a diversas belezas pernambucanas, teve ele dous profundíssimos amores, que o dominaram por completo. O primeiro com a lindíssima Leocádia Cavalcanti e levou-o quase às portas do suicídio. Desde que a viu, sentiu-se subjugado. Na qualidade de professor dum dos irmãos da encantadora moça, travou relações com a sua família, freqüentou-lhe a casa e teve repetidos ensejos de a ver, de a conversar e deixar-se submeter de todo ao jugo de cruel paixão (Romero, 1980c, v. 4, p. 1223).

Destacamos o momento do apaixonar-se registrado nos fragmentos a seguir dos poemas “Penso em ti” e “Ideia”:

Penso em ti (A. L. C. – 1865)

Perdôa, se nas horas que se embebem
No coração mais cheias de amargura,

Mais pesadas de amor e de saudade,
Penso em ti... do teu seio moduloso
Sinto a onda empolada em ânsias doces
Quebrar-se junto a mim
(Barreto, 1903, p. 96).

Ideia (A. L. C – 1865)
Amo-te muito. Não temas
Que possa dizel-o. Espera...
Comtigo a sós eu quizera
Beijar as mãos do Senhor;
No ninho das rolas castas,
No calix das flores puras
Guardar as nossas ternuras,
O nosso morrer de amor
(Barreto, 1903, p. 227).

Leocádia passa a ser a personificação da musa inspiradora e, nesses poemas, a manifestação da musa não rompe com os padrões literários do Romantismo. A musa, que é a manifestação do sagrado, também aparece em “Suprema Visio” (A. L. C. – 1866). Ela é a própria manifestação na natureza do sagrado, do divino e da pureza virginal em Leocádia de 1866:

Livro de luz em que o Senhor medita
E ás mãos dos anjos não é dado abrir,
Onde as estrellas aprenderam juntas
Com as rozas puras a chorar e a rir,
Alma que serve de alimento ás flores,
De cuja essência a criação trescala,
Ingênua e cândida, escutando em sonhos,
A voz da santa que do céu vos falla...

Vós sois na terra a encarnação brilhante
Do sacro amor que a vossos Paes adita,
Rútila estrophe de um poema d'oiro,
Livro de luz em que o Senhor medita...
Lagrima d'alva que no seio cálido
Da nuvem rubra vos deixou cahir,
Pagina alvíssima em que Deus escreve
E ás mãos dos anjos não é dado abrir...
(Barreto, 1903, p. 235).

A paixão se estende por todo o ano de 1866. Marcam o período os versos de "Amar" (1866), e "Consente" (1866). Em 1867, a paixão encontra resistência nas convenções sociais e os amantes parecem se distanciar. Segundo Romero, Tobias pensara em se casar com Leocádia, mas o pai da moça fora contra. Era a negação da família de Leocádia em aceitar a condição de homem negro e pobre de Tobias. Em "Tão longe assim..." (1867), o poeta declara: "Tudo era morto de soffrer por ti...". E os versos de "Dize-me sempre" (A. L. C. – 1867) expressam esse distanciamento:

Que te custa uma phrase, um consolo
Para o meu coração, que padece,
Como afago pisar sobre a juba
Do leão, que a teus pés adormece?

Que te custa enganar-me fallando
Se a tua alma por mim não suspira?
Quero ouvir-te dizer que me amas,
Inda mesmo que seja mentira!...
(Barreto, 1903, p. 254).

O sentimento de distanciamento se reforça nos primeiros versos de "Oh! Isto mata" (A. L. C. – 1867):

Não tenho forças para tanta lucta,
Lucta d'archanjo, que, se mais um raio
Mandas que eu fuja, que não mais te adore?
Temes que um sonho revelado seja?
Queres que eu morra, que não te veja mais?
Pois bem; não temas; fugirei de ti
(Barreto, 1903, p. 255).

Já os poemas "Malévola", "Não falleis de mim...", "Sê meiga e terna" e "Porque me feriste", todos de 1867, marcam um arco de ação que vai do amor romântico à desilusão mais dura. Em "Como é bom! Cantai" (1867) aparece o morrer por amor, típico da geração romântica, e se repete em "Luctas d'alma!", também de 1867. O desejo, quando não encontra possibilidade de realização, "[...] se transforma em veneno" (Greenblatt, 2011, 143). O rompimento definitivo e o próprio movimento da relação se materializam nos versos de "Fatalidade", de 1868:

Disse ao verme da terra aguia celeste:/ 'Dóe-me ver-te no
pó; minh'alma é nobre;/ Porque não ousas remontar-te ás
nuvens?' / 'Não tenho azas,' lhe responde o pobre [...]/ É
assim que ao abysmo tormentoso/ Meigo sorriso um coração
arrasta,/ E na borda fatal do precipicio/ Tu recúas, e eu?..
sumo-me. Basta.... (Barreto, 1903, p. 270-271).

Hermes Lima esclarece os motivos do rompimento: "Mas a oposição da família de Leocádia acabou cortando a Tobias toda a esperança de casamento, porque ele era pobre mestiço" (Lima, 1957, p. 12). A frustração de não poder se casar com sua paixão o leva a descreer da capacidade intelectual que o fizera se distinguir:

Até então, pudera vencer as dificuldades com trabalho e tenacidade. Agora, porém, era um obstáculo irremovível, em que se concretizavam distinções sociais ligadas a preconceitos de raça, cor e posição, que se lhe opunha. Destas distinções sempre tivera o pressentimento e elas, desde cedo, concorrem para marcar-lhe a personalidade com o azedume, o pessimismo e a agressividade, que a caracterizam (Lima, 1957, p. 12).

Por fim, chega ao limite de pensar em suicídio, como afirma Hermes Lima (1957). No ano seguinte, encontraríamos o poeta superado da desilusão amorosa:

Graças à exuberância de temperamento, à sua prodigiosa seiva, à fantasia, à capacidade criadora de imaginação, prontamente se refazia dos sofrimentos, derrotas e humilhações. Seus estados de alma sucediam-se com a rapidez das mutações no céu tropical. Da melancolia mais profunda, do ceticismo mais displicente passava às expansões mais calorosas. Sua atividade pontilhava-se de ímpetos e recuos. Aos transportes de entusiasmo sucediam-se crises de depressão. Silvio Romero viu-o, muitas vezes, rir e chorar como uma criança, entregue ao drama da própria sensibilidade (Lima, 1957, p. 13).

Mas, porque a sensibilidade da própria existência abandonara a escrita poética em detrimento do pensamento filosófico? Seria a desilusão amorosa a chave para essa inflexão na vida de Tobias, já que “[...] desde 1870 que, abandonado quase totalmente à poesia, atirou-se à crítica em seus variados ramos, e mais tarde ao Direito” (Romero, 1980c, v. 4, p. 1189)? Aparentemente não, já que se casa em 1869:

Algum tempo antes [de voltar para o interior após concluir o curso de Direito no Recife] de bacharelar-se, Tobias se casara com uma filha do Coronel João Félix, liberal festejado de 1848, proprietário de vários engenhos no município de Escada. Tudo indica que ele pusera a esperança de grandes vantagens sociais neste casamento. O sogro prometera-lhe muitas coisas, inclusive um dote (Romero, 1980a, v. 1, p. 19).

As promessas não se verificam a ponto de Tobias declarar após a morte do sogro: “Mentira a sua nobreza de caráter, como foi mentira tudo que ele me disse e prometeu, exceto uma só verdade que até hoje me tem compensado dessas mentiras: a minha mulher” (Lima, 1957, p. 19). Em carta de 6 de agosto de 1880, Tobias ao apresentar sua produção textual a Carvalho Lima Júnior afirma que:

Também tenho, além de versos que publicara em jornais nos tempos acadêmicos, muitas outras produções inéditas, todas do gênero lírico. Nunca senti grandes desejos de publicar livros de versos. Os que possuo, entretanto, dariam para dois ou três volumes (Barreto, 2012, p. 224).

Do espólio dos escritos de Tobias, administrado após sua morte pela sua família, por Artur Orlando e Sílvio Romero, não temos informações sobre esses poemas (Barreto, 2012).

Certamente que a dedicação à ciência jurídica e à Filosofia, que passa gradativamente a sobrepor a poesia (ao menos no contexto de defesa da ideia de Ciência), estão relacionadas ao status social dos bacharéis no Império e sua pretensão de ascensão social. Como ressalta Sérgio Buarque de Holanda:

A boa formação intelectual, o cultivo do espírito, a ilustração real, não simplesmente ostentosas, podem ter alguma

importância, mas não é decisiva. O essencial é saber impor-se, ao menos por um conjunto de qualidades que não pareçam resultar de penoso aprendizado, e é o que garante a coloração aristocrática dessa sociedade (Holanda, 2008, v. 7, p. 379).

Tobias sintetizara o tipo ideal de jurista do Oitocentos: orador potente, polemista profícuo, esclarecido nos trópicos. O que inegavelmente não lhe facilitou a ascensão econômica, já que o sergipano morreu na penúria, assim a ponderação de Sérgio Buarque de Holanda certamente não se aplica por completo a Tobias Barreto. Nas suas palavras:

O diploma e canudo de bacharel são naturalmente o complemento e a insígnia de tais virtudes [palavra fácil, reposta pronta, locução ágil ou brilhante], e numa sociedade pretensamente democrática ainda conservam muito prestígio antigo dos brasões de nobreza, dando ao portador uma dignidade e importância que lhe permitam atravessar a vida inteira com discreta compostura, libertando-o da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais (Holanda, 2008, v. 7, p. 379).

Mas para onde fora o poeta sentimental e amoroso que rendera palavras tão calorosas a uma paixão estridente? Segundo Hermes Lima, não apenas a desilusão amorosa mudara a feição de Tobias, mas após dez anos em Escada:

[...] a experiência de um longo convívio direto com o 'país real', que, decerto, ele não teria se tivesse seguido uma carreira de burocrata ou se tivesse vindo para o oficialismo da Côrte. Esta experiência o torna um cético do liberalismo romântico e literário (Lima, 1957, p. 26).

Essa experiência da Província edifica o poeta e orador popular capaz de tocar os corações dos ouvintes: outra imagem reiterada pelos biógrafos de Tobias Barreto. Segundo Beviláqua, que ao lado de Romero é um dos maiores responsáveis pela divulgação das ideias e obras de Tobias, esse domínio da palavra falada era característica atribuída a Tobias:

O poeta era um impressionista de alma ardente, cujo sensorio vibrava ao mais leve attricto, enxergando sempre o objecto da excitação atravez de um poderoso vidro de au-gimento. A linguagem com que traduzia sua emoção esthetica era sempre imaginosa, ora unvida por um lyrismo suave e delicado, como na poesia— O beija flor, ora tocada por uns certos tons bruscos e inesperados que trahiam, no pensar de Sylvio Romero, a ardente natureza de mestiço, que era Tobias como Gonçalves Dias e tantos' outros insignes brasileiros. A fôrma poetica que melhor se adaptava com a modalidade de seu sentir era a hugoana, a que elle deu realce, depois de José Bonifacio e ao lado de Castro Alves e Palhares, sendo acompanhados, esses corypheus dá poesia condoreira, por Castro Rebello, Joaquim de Souza e outros. As exaltações e os exageros do grande vate francez assim como a doçura magica de sua lyrica cheia de vivacidade e brilho amoldavam-se á alma poetica do preclaro sergipano como uma tunica talhada sobre ella (Bevilaqua, 1897, p. 108-109).

Ainda que as comparações e imagens grandiosas e os excessos de Romero, muitas vezes, turvem a compreensão mais apurada da obra de Tobias, essas construções discursivas carregadas de um peso retórico são fundamentais para o entendimento das significações que circularam sobre a obra e ideias de Tobias em conjunto, constituindo toda uma mitologia sobre seus atos, como veremos.

Outro ápice na trajetória do poeta orador, e que lhe deu fama, ocorreu em 1877. Vivendo na cidade de Escada, Tobias Barreto fundara um *Club Popular*. O discurso de fundação seria publicado no Jornal do Recife com o título de "Um discurso em mangas de camisa". Acompanhemos a narração do próprio Tobias:

Em setembro de 1877, appareceu-me a idéa de organizar nesta cidade, e á semelhança de outros, já algures existentes, um pequeno Club Popular. Como todas as lembranças infelizes, que no nosso paiz têm a propriedade de germinar com a mesma rapidez do alho plantado em noute de S. João, segundo crença vulgar, - a minha idéa promptamente grelou; mas também, com a mesma promptidão, murchou e morreu. Foi esta ainda uma das muitas illusões, de que se tem alentado o meu espirito nesta bella terra, onde aliás vim sepultar os dous mais caros objetos do meu coração e da
minha phantasia: - minha Mãe e meu futuro!...

Foi ainda uma illusão, sem duvida, porém um pouco mais duravel, um pouco menos enganadora do que, por exemplo, a realidade das flores, com a sua vida de um só dia: - minha illusão durou quinze (Barreto, 1926a, p. 97-98).

Síntese de uma marca no percurso biográfico do sergipano, o fracasso em provocar o movimento numa pequena cidade do interior se soma a outras experiências limitadas realizadas por Tobias Barreto — como a produção do jornal *Deutscher Kaempfer*. Seu poder de convencimento pela oratória eloquente encontrava limites práticos nas tentativas de subjetivação, assim que planejava uma realidade maior que a possível de ser reverberada na Província. Nas palavras do orador Tobias:

A musa que me inspira nesta ocasião é muito modesta, para que me obrigue a trajar a grande gala da linguagem bordada a ouro, e muito menos á ouro francez. Alguma cousa de familiar, alguma cousa de designavel por um discurso em mangas de camisa, é o que vos venho apresentar (Barreto, 1926a, p. 100).

Da parte de seus principais comentadores, Tobias fora um eloquente orador, diversas vezes exultado por platéias tanto na assembleia quanto no exercício de seu curto mandato de deputado provincial, e ainda como professor na Faculdade de Direito do Recife.

No “Discurso em Mangas de Camisa” a tensão evidente é a antinomia entre liberdade e igualdade e ainda que, curiosamente, faça referência breve *A miséria da filosofia* de Marx, a tese que defende é justamente a do confronto entre as liberdades individuais e os poderes políticos que engessavam o exercício destas liberdades nas pequenas cidades e vilas do Brasil Monárquico. Para Antônio Cândido, nesse discurso: “O orador fala em nome do povo, numa pequena cidade encravada em latifúndios açucareiros, onde não se coloca praticamente o problema burguês. Mas pensa no país inteiro” (Cândido, 1988, p. 122). Interessante ainda notar que Tobias chega a ser indicado como o primeiro, ou pelo menos, um dos primeiros brasileiros a ter contato com as ideias de Karl Marx. Em sua biblioteca particular consta a primeira edição de *Das Kapital*.

O final do século reluzia novas ideias. A sensação de novidade recebeu ainda a alcunha de “surto de ideias novas”, movimento de contestação das ideias filosóficas vigentes da época, especialmente o ecletismo e o tomismo¹². A presença da ciência — ou ao menos de uma ideia e discurso que proclamava a ciência — era cada vez mais forte e invadia a vida cultural brasileira paralelamente às transformações de nossas estruturas sociais e econômicas

12 Indicação de leitura: Gomes (1986).

arcaicas, especialmente o Império e a escravidão, que passaram a representar toda sorte de atrasos frente ao mundo dito civilizado. De qualquer forma, a análise de sua escrita poética demonstra que o lugar secundário que o sergipano fora relegado em nossa literatura, já que o julgamento sobre o melhor de suas ideias e produção intelectual se encontram no campo do Direito e da Filosofia para a maioria dos analistas de sua obra, estava preconizado nos versos finais de “Presentimento” (1867), então criação do jovem estudante de Direito rotulado e estigmatizado por muitos como mestiço, provinciano e rebelde:

Meu Deus!... não posso caminhar sosinho
Por entre as sombras que esta vida encerra,
Minha alma anciosa quer voar da terra,
Deixai esta ave procurar seu ninho.
No pó que habito não terei as rosas,
As doces preces que os felizes têm;
Pobres ervinhas brotarão viçosas,
E o esquecimento brotará também
(Barreto, 1903, p. 54).

Sílvio Romero vai à Corte

Muito antes de uma possível disputa pelo legado das obras e ideias de Tobias Barreto por seus alunos e admiradores, Sílvio Romero já havia se encarregado da missão de pulverizar o nome do mestre de Escada pelo território nacional. Ao mudar-se para a Corte em 1876, após casar-se e assumir o cargo de juiz em Parati, inicia

os combates pelo reconhecimento e estabelecimento do Nordeste e de Tobias Barreto como pontas de lança da elite intelectual, localizada, na sua percepção, muito à frente dos intelectuais da Corte. Tal propósito será levado a cabo por toda a vida de Romero junto com as infindáveis polêmicas que travou com um sem-número de outros interlocutores. A construção de um perfil biográfico de Tobias Barreto se torna impossível se não for acompanhada pela ação de Sívio Romero na divulgação e publicização, tanto da vida quanto das ideias e obras de Tobias, movimentos esses que andaram juntos e indissociáveis. As significações construídas por Romero reverberaram e fizeram circular por toda a posteridade de críticos e leitores de Tobias, e ainda que não tenha sido o único a realizar essa tarefa, sem dúvidas, a edificação que produziu é a de maior força e perenidade.

No esteio da ordenação dos documentos esparsos para o grande público, a edição póstuma dos *Estudos de Direito* de 1892, Romero explica na introdução as razões de realizar o trabalho de publicação das obras. O título da apresentação é autoexplicativo, “Porque estou á frente d’esta publicação”:

Era naturalmente a mim, no caso de eu sobreviver a Tobias Barreto, que havia de caber a tarefa de organizar e dirigir a publicação posthuma de suas obras. Uma amizade de vinte e dous annos, nunca, phenomeno raro no Brasil entre homens de letras, desmgentida por um resentimento qualquer, dava-me esse Direito. A família, assim espontaneamente o comprehendeu, e foi logo fazendo diligencias que me habilitassem a pôr hombros á empreza (Barreto, 1892, p. V).

Ainda em vida, Tobias se correspondia com Romero no intuito de fazer reverberar não apenas as obras entre o círculo intelectual, mas também a produção de resenhas, notas, críticas e respostas aos críticos. Em carta de 6 de junho de 1877, Tobias dizia a Romero

que: “Como dou muito pelo seu alto senso de methodo, pela *vis organisatrix* do seu talento, peço-lhe que me trace um bom plano de distribuição e organização de meus escriptos” (Barreto, 1892, p. V). Após o relato das dificuldades em localizar muitos dos trabalhos de Tobias, principalmente na imprensa, Romero assim organiza o plano inicial para as obras completas em dez volumes: *Estudos de Direito, Estudos allemães, Questões vigentes de Philosophia e Litteratura, Ensaios de Philosophia e Critica, Menores e loucos em Direito Criminal, Dias e noites* (poesia), *Pequenos escriptos e pensamentos, Discursos, Polêmicas e Ruecksichtslose Briefe oder deutsche Schriften brasilianischen Inhalts*. Mas, apenas três volumes são publicados até a morte de Romero em 1914: *Estudos de Direito* (no Rio de Janeiro, em 1892), *Vários Escriptos* (no Rio de Janeiro, em 1900) e, por fim, *Polêmicas* (no Rio de Janeiro, em 1901).

A continuidade do projeto de publicização dos textos de Tobias iniciada por Romero será levado a cabo pelo então governador de Sergipe, Gracho Cardoso. Na segunda década do século XX, o Estado de Sergipe vivenciava o momento de comemoração do Centenário de sua emancipação política. Segundo Itamar Freitas, “[...] era sua intenção que o Estado dispusesse de uma bibliografia sergipana” (Freitas, 2000, p. 45). Freitas documenta o clima desse momento nos seguintes termos:

Marcando esse período, entre as vésperas do Centenário e o final da administração Gracho Cardoso, estão a publicação das Obras Completas de Tobias Barreto, organizados por Manuel dos Passos de Oliveira Teles, *Pela imprensa e pelo povo*, do jurista Gumersindo Bessa, *Minha Gente e Álbum de Sergipe* de Clodomir Silva, *História dos Limites entre Sergipe e Bahia*, de Francisco Carvalho de Lima Júnior (1859/1929) e o já citado *Dicionário Bibliográfico Sergipano* (Freitas, 2000, p. 45).

A rede de filiações funcionava com o intuito de circular e dar ressonância nos espaços intelectuais das obras e ideias constituindo uma sociabilidade das polêmicas intelectuais que publicizavam os combates e ampliavam o universo dos seguidores e também dos críticos. Os exemplos são inúmeros, destacamos carta de 1908 dirigida a Phaelante da Camara, onde Romero saúda a crítica positiva feita por este ao livro de Tobias Barreto, reforçando o circuito positivo dos divulgadores de Tobias. Nas palavras de Roméro (1910, p. 211–212):

Acabei de lêr o seu trabalho sobre o meu amigo Tobias Barreto. Fiquei, se é possível, querendo-lhe mais bem, por vêr que v. é sincero admirador do grande brasileiro. [...] Hoje é facil escrever do autor dos *Dias e Noites*. Não era, porém, assim quando eu tive de o revelar ao paiz. Sim; eu não o estudei, eu o 'revelei'; esta é a expressão propria. E o revelei por quasi quarenta annos seguidos e em perto de quarenta publicações diversas... E, cousa singular! – não me repeti nunca, porque sempre o encarava, por necessidade da luta contra adversarios desleaes, por qualquer aspecto novo. Aqui era a biographia, alli era o poeta, ou o repentista, ou o orador, ou o humorista, ou o pessimista; além era o critico de litteratura, ou da arte, ou de politica, ou de religião, ou de philosophia, ou de direito: acolá era o homem, o 'causeur', o propagandista, o polemista, etc., etc.

Na carta, Romero tece ainda sua relação íntima com Tobias reivindicando sua autoridade no que se refere ao conhecimento da vida e obra do sergipano de Escada. Ao reconhecer que a distância da Província o impedia de ter uma imagem mais fidedigna de Tobias, Romero não deixa de se posicionar na esteira:

Eu, porém, conheço melhor do que v. o Tobias de Sergipe, da Bahia, da phase poetica do Recife e da luctas iniciaes da critica na Escada (1868-1877). O que se refere a estes ultimos annos por convivencia directa; o que se reporta a tempos anteriores por informações fidedignas delle mesmo, de parentes e amigos do proprio escriptor, nomeadamente – Joaquim Borges Carneiro, José Dantas da Silveira, Terencio Chavantes e M. Barbosa Alvares, que fôram seus companheiros de casa no Recife (Roméro, 1910, p. 214).

Prossegue descrevendo o catálogo das publicações que ele edificara:

Os escriptos conheço-os todos. Os *Dias e Noites* (titulo dado por mim) fôram publicação minha no Rio de Janeiro, ainda em vida do autor; os *Menores e Loucos* (titulo tambem de minha lavra) fôram igualmente por mim publicados em vida delle, no Rio. Já não fallo nos volumes posthumos que intitulei: *Varios escriptos, Polemicas, Discursos, Estudos de Direito*, além dos *Estudos Allemães*, denominação do autor e conservada (Roméro, 1910, p. 214).

O embate entre divulgadores da obra de Tobias, nesse caso Phaelante e Romero, coloca em evidência que a preponderância almejada da esquematização e leitura de Romero sobre a trajetória de Tobias, e que se tornou vitoriosa à custa do reconhecimento entre pares da coerência dessa imagem. Mas Romero, como próprio de seu temperamento, marca sua posição em relação ao amigo e mestre, posições de desacordo e crítica, mas sempre reafirmando a primazia de Tobias na recepção das melhores ideias estrangeiras e na densidade da melhor crítica às nossas mazelas. Nas críticas à falta de reflexão filosófica entre nós — a qual Tobias Barreto seria

contraponto — Romero chega a afirmar em sua tese de concurso para a cadeira de filosofia no Imperial Colégio Pedro II em 1880:

Onde estão os trabalhos de *philosophia* e mais ainda os de *philosophia da história* devidos a pennas brasileiras, que sirvão de apoio á solução que procuramos? Não existem! Não é sem motivo que esta lacuna é propositalmente lembrada. Desde muito e sobretudo em materia philosophica, os nossos professores officiaes têm a veleidade de haver attingido o gráo supremo, da sciencia humana, sem darem-se comtudo ao trabalho de o attestar por factos publicações dignas de apreço (Romero, 1885, p. 51 *apud* Karvat, 2011, p. 5).

Na "Advertência", que escreve à primeira edição de *Menores e loucos em Direito Criminal* (1884), Sílvio Romero traça a trajetória de Tobias Barreto nos seguintes termos:

Fundou, de 1862 a 1870, no Recife, a celebrada escola hugoana em poesia. De 1870 a 1880, período em que residiu na pequena cidade de Escada, em Pernambuco, longe de ficar inactivo, vimo-lo lançar as bases de outro movimento intellectual, o germanismo, como substituição á nossa inveterada imitação franceza. De 1880 em diante, applicando-se a Faculdade do Recife, e abriu assim a terceira phaze de sua vida mental: a de professor e jurisconsulto (Barreto, 1926e, p. IX).

Romero acredita que o futuro reservaria reconhecimento literário a Tobias Barreto, ponto de discordância com a opinião de Phaelante da Camara na Carta de 1908. No juízo de Roméro (1910, p. 214–215):

[...] não posso deixar de dissentir do que v. diz do poeta, 'que será esquecido'. Acho que se engana. A acção de Tobias Barretto será sempre lembrada por duas faces: como '*o transformador da velha lyrica romantica brasileira*', produzindo algumas das mais bellas joias de nossa poesia (já vê que me refiro ás suas producções mais singelas e mimosas) e como '*o transformador da velha intuição do ensino juridico entre nós*'.

Além do costumaz tom apologético, em se tratando da obra do seu mestre e amigo, Romero não deixa de reconhecer o carácter "demasiado fragmentário" da crítica que Tobias produziu. Não à toa, traçar a cronologia correta, na sua visão, ordenar os fatos e estabelecer a verdade sobre os acontecimentos intelectuais de seu tempo é tarefa à qual Romero realizara em confronto mesmo com outros integrantes da Escola do Recife. A proeminência de Romero nas reivindicações sobre a obra de Tobias não se deu sem combates entre outros discípulos do mestre. Ainda nas *Provocações e Debates*, Romero volta sua crítica uma vez mais à Phaelante da Camara e sua *Memoria historica da Faculdade do Recife* de 1904.

Sobre a periodização de Phaelante, Romero (1910, p. 218) afirma tratar-se de "[...] falsificação injustificavel dos factos", o que inegavelmente exigiria correção, já que no Rio de Janeiro os inimigos "[...] baralham os factos; confundem as idéas, com o maior desconhecimento da natureza e indole das doutrinas diversas que andámos sempre a sustentar" (Romero, 1910, p. 218–219), e o erro de Phaelante daria munção aos críticos. A grande marca de Tobias, então, se daria pela força de sua presença: "Tobias influiu sobre todos que trabalharam a seu lado, nas trez phases de sua vida, pelo *espírito de reacção*, pela *intuição critica*, pelo *temperamento de lucta*, e não por um complexo de idéas feitas, reduzidas a systema" (Romero, 1910, p. 220). O "erro" de Phaelante seria a sua inobservância de um período de transição entre a segunda e terceira fases

da Escola, que seria marcada pela passagem do “ultra-romantismo de Hugo e do ecletismo de Cousin” para a “intuição evolucionista” com base na obra de Ihering no campo do Direito. Essa transição também coincide com a ida de Tobias Barreto para Escada e a de Romero para o Rio de Janeiro, ou seja, a dispersão dos dois maiores expoentes do movimento da capital pernambucana.

Também coloca em confronto a circulação de suas ideias nas províncias e na Corte. Romero sonhara com o reconhecimento de Tobias na capital, tanto que mesmo na recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras faz nova reverência ao mestre de Escada. Romero estrutura seu discurso, pronunciado em 18 de dezembro de 1906, todo em defesa da obra e ideias de Tobias Barreto. Seu discurso serve como momento de ancoragem, uma vez mais, da importância de Tobias frente a Capital, e ainda: a obra de Euclides é medida pela sua comparação com as ideias do mestre da Escola do Recife sempre “[...] atacado pela malevolencia letrada” (Romero, 1910, p. 342):

Com espíritos, cujo horizonte mental se praz em apertar-se tão singularmente, em cujo céu do pensamento fulgem apenas esses vagalumes em vez dos grandes astros aclaradores dos magnos problemas, não admira a cegueira com que negam os títulos, por exemplo, a um dos mais conspicuos chefes intellectuaes da nação, o autor das *Questões Vigentes de Philosophia e Direito* (Romero, 1910, p. 343–344).

O discurso de Romero faz longa predileção, senão pela superioridade poética de Tobias em relação a Castro Alves, pelo menos, no seu pioneirismo na constituição do movimento condoreiro. Tobias Barreto passara dez meses em Salvador, em 1861, onde deveria ter iniciado o curso de Medicina, o que não se concretizou. Tem ali, segundo Luiz Antonio Barreto, o primeiro contato com a

língua e cultura germânicas, através de seu parente Francisco Moniz Barreto de Aragão, que era diplomado em Direito pela Universidade de Heidelberg. O discurso de Romero na recepção de Euclides da Cunha também ressalta que o vulto de Tobias sobreviveria os tempos pela força com que inaugurou o “[...] integralismo social em poesia, do germanismo em litteratura, do monismo evolucionista em philosophia e Direito” (Barreto, 1994, p. 300). No entanto, e apesar do objetivo apologético claro, o discurso proferido por Romero pouco marca das suas discordâncias com a obra do chefe da Escola do Recife para utilizar a sua definição. Mas, ele não se furtou de realizar essa demarcação em outras ocasiões, e se o discurso de recepção a Euclides da Cunha é carregado pelo tom grandiloquente e elogioso, certamente, se deve ao público e a cena de enunciação do mesmo: a Academia Brasileira de Letras e a elite intelectual da República.

Teria sido a insistência de Romero de equivaler Tobias a Machado de Assis, e por diversas vezes julgar o primeiro superior ao segundo um dos elementos de adensamento pela crítica do verdadeiro lugar do sergipano em nossa história intelectual? O histriionismo de Romero na comparação seria razão para o descrédito de Tobias na posteridade, essa hipótese é menos especulativa quando levamos em conta a consagração de Machado de Assis nos círculos da crítica literária na Corte. Assim, Romero, acusado de errar de modo rude e desproporcional na sua insistência da superioridade de Tobias em relação a Machado de Assis, pode ser colocado sob outra perspectiva: o combate de Romero pelo reconhecimento de Tobias e da sua própria origem. Defender Tobias era defender a si próprio, além de projetar sua importância no cenário intelectual brasileiro. A escolha do alvo mirado, Machado de Assis, era acertada se levarmos em conta a notoriedade que este possuía na Corte e o propósito de edificar e projetar uma imagem para Tobias no quadro geral dos intelectuais renomados da época. Quatro capítulos do livro

de Romero são dedicados a traçar “paralelo” entre o sergipano e o bruxo do Cosme Velho: capítulos VI, XI, XVI e XVIII. Numa visão geral do escrito, o ataque a Machado de Assis era para Romero a forma de responder, ainda que indiretamente, aos críticos ferozes de Tobias. Assim:

É que os seus adversários, despeitados talvez com as suas franquezas de crítico e polemista, timbraram sempre, e timbram ainda, em mostrá-lo ao público qual um caráter áspero e sem piedade. E tamanho erro não pode passar sem protesto diante da realidade. E a mais eloqüente demonstração está nas poesias inspiradas ao grande sergipano pela paixão amorosa, que o avassalou por duas vezes com a máxima energia. É neste ponto, sobre todos delicado, sobre todos capaz de deixar insinuar-se escórias menso nobres na pureza do metal dos profundos afetos, que se pode pôr à prova a dignidade nativa do homem
(Romero, 1980c, v. 4, p. 1223).

Romero se defende das acusações de “cegueira” crítica quando se debruçava diante das ideias de Tobias. No longo texto de apresentação aos *Varios escriptos* de 1900 intitulado “Explicações indispensaveis”, Romero justifica uma vez mais a importância de Tobias nos seguintes termos: “[...] defender Tobias, será preciso dize-lo? É implicita e explicitamente defender uma época inteira, uma phase do pensamento nacional, um periodo historico, toda uma escola litteraria” (Barreto, 1900, p. XVI). Incapaz de assumir erro ou exagero, fazendo apenas relativamente, Romero devolve o ônus da crítica aos seus críticos, para os quais “[...] as arvores não deixam ver a floresta, o individuo não deixa ver a vida social, a phantastica e presunpçosa psychologia empana a sociologia” (Barreto, 1900, p. XVI).

Romero declarara o peso de defender Tobias: “[...] por amor de quem tenho sido sempre e sempre um verdadeiro armazem de pancadas” (Barreto, 1900, p. XXI). Haveria Romero efetivamente ficado “preso á pessima escola de Tobias”, segundo considerações ácidas de José Veríssimo? Inegavelmente, Romero tinha Tobias em mais alta conta, também pela sua postura intelectual, admirada pelo seu amigo e defensor. Uma vez mais recorreremos às suas palavras no texto introdutório aos *Estudos de Direito*:

E elle bem as merecia; porquanto, de todos os homens que, na minha qualidade de critico e propagandista, tive occasião de elogiar e vulgarisar, foi, talvez, o unico que não pagou o serviço com as traições que constituem a essencia da alma dos ingratos.

É este, por cento, mais um motivo que me apparece para hoje, como hontem, agora que elle é morto está ainda na estaca para defender a sua memoria, como antes defendi o seu talento e assignalei os seus serviços (Barreto, 1892, p. XVIII).

No entanto, outra face do Romero publicista das ideias e defensor da memória de Tobias Barreto merece, aos nossos olhos, menção. Trata-se da dupla função que Tobias efetiva na própria obra e trajetória de Romero. O mestre sergipano, genial, carismático e recluso na Província, combatente aguerrido e destruidor das velhas tradições culturais e intelectuais do Império, constituía modelo, mas também a substância que alavancava Romero e sua ascensão intelectual perante a Corte. Em outras palavras, Tobias era um dispositivo discursivo de grande potência na legitimação de um lugar alternativo para o próprio Silvio Romero. A sua insistência na proeminência de Tobias Barreto fomentava tanto a crítica e polêmica quanto o abalo das estruturas intelectuais em funcionamento. Para tanto, a singularidade do gênio precisa ser balanceada

com o movimento e os inúmeros seguidores da Escola do Recife (no discurso de recepção a Euclides, Romero usa correntemente a terminologia “Escola do Recife”).

Na mesma dinâmica, o uso de autores estrangeiros e a postura de Romero:

[...] significava não apenas a possibilidade de interpretação mais sólida da nossa literatura como, sobretudo, ocasião para derrubar o tradicionalismo jesuítico e abrir as portas a uma renovação ampla do pensamento e da sociedade (Cândido, 1988, p. 118).

Romero acreditava que a crítica “[...] coerente, sendo sociológica, tendia a ser social e acabava normalmente numa política” (Cândido, 1988, p. 118), logo, Tobias Barreto carregava no pensamento de Romero o que entendemos ser a expressão de uma dupla função: representava um posicionamento político diante dos embates pelo protagonismo no espaço das mudanças culturais e políticas do contexto de transição do Império para República e a invenção e replicação de uma mitologia que esvaziava os sentidos produzidos pela própria ação de Romero na divulgação da obra de Tobias.

Na leitura de Antonio Cândido em relação à posição de Romero e Tobias, fica evidenciada uma das imagens construídas pelo próprio Romero, como tentamos mostrar. Qual seja, a de que sua presença na história intelectual brasileira marcaria uma encruzilhada decisiva de rompimento com velhas posturas e tradições “viciosas” da nossa cultura, inaugurando um momento de ruptura e de inovações irreversíveis: “O naturalismo crítico de Sílvio Romero e Tobias Barreto teve, no Brasil, função social de combate, em prol da mentalidade científica e de uma orientação intelectual liberta do formalismo colonial e do beletismo romântico” (Cândido, 1988, p. 115), principalmente porque: “[...] o movimento intelectual e científico significava,

no campo da cultura, o mesmo processo de rompimento com a autoridade tradicional e o mesmo desejo de afirmação nova e livre” (Cândido, 1988, p. 116). Em muito a obra de Manoel Bomfim, a despeito dos ataques de Sílvio Romero após a publicação de *América Latina: males de origem*, em 1905, se articula a essa tendência que conflui crítica social, formação da Nação e a dimensão da raça.

Nas palavras de Sílvio Romero, escritas em 1900, do ponto de vista da política: “[...] teve a felicidade de morrer antes de Novembro de 1889”, na aurora da República, e:

[...] se tivesse vivido até o advento de certos grandes homens do actual regimen, e commettese a simpleza de julgar ainda possível o uso da livre critica que estava costumado a manejar, teria sido preso e quem sabe se não fuzilado?

(Barreto, 1892, p. LIII).

Como contraponto temos a obra em dois volumes do historiador sergipano José Sebrão Sobrinho (1898–1973), publicada em 1941. A tentativa de Sobrinho é desmitificar as imagens edificadas por Romero e também pela biografia de Hermes Lima. O domínio de Romero sobre a trajetória de Tobias é o primeiro ponto questionado por Sobrinho, já que ao partir para a Corte Romero teria se distanciado do mestre:

Não foi criação lendária reiteramos. Nisso, nessa dúvida, documenta-nos Sílvio, mais uma vez, de que desconhecia, completamente, a vida sergipana de Tobias Barreto, da mesma maneira como as cartas íntimas de Tobias Barreto dão provas plenas de que Sílvio pouco ou nada sabia da vida do Mestre como acadêmico no Recife e principalmente, como advogado em Escada. Engraçado é que Sílvio chame ao velho tio materno de mentiroso!... (Sobrinho, 1941, p. 175).

A projeção das imagens construídas por Romero são acusadas de emocionais por Sobrinho (1941, p. 181): “Sílvia criava pelo coração, sem saber que tudo isso iria prejudicar ao Mestre!”. Prejuízo, no sentido de que qualquer avaliação da obra de Tobias teria sido minada pelas tintas carregadas de excesso elogioso, tanto quanto da expressão da opinião ponderada quanto da polêmica. A produção do ruído e da amplificação desse ruído, muitas vezes, antecedia a simples defesa das ideias, ainda que sejam indissociáveis a ideia em questão e sua retórica. Nesse sentido, a importância de Romero é tamanha, que alguns estudiosos de Tobias Barreto chegam a conjecturar que seu lugar na história da filosofia e do pensamento brasileiro só ocupou o espaço que ocupou devido à atuação de Romero. É o caso de Jackson da Silva Lima, que reforça a imagem de Tobias e o fato de suas ideias terem reverberado, principalmente, pelo empenho de Romero:

A reputação literária de Tobias Barreto teria ficado restrita ao círculo nordestino de um punhado de discípulos entusiastas, e confinada praticamente aos Estados de Pernambuco e de Sergipe, se não fora o vigilante apostolado de Sílvia Romero, cujo desassombro e teimosia impôs o nome do conterrâneo à intelectualidade brasileira, através de dezena de estudos e ensaios. O seu zelo e devotamento chega ao extremo de escrever a Artur Orlando e pedir ao amigo que enuncie, em seu nome, nas páginas do Diário de Pernambuco, a gratificação de vinte mil réis a quem lhe enviar uma cópia do poema ‘Hino ao Trabalho’, de Tobias Barreto, publicado em jornais de Escada-Pe, ‘entre os anos de 72 ou 3 e 77 ou 8’ (Lima, 1986, v. 2, p. 252).

Sem dúvida, o trabalho de Romero e seu empenho na divulgação de Tobias renderam os frutos desejados. Não apenas

as obras de Tobias foram publicadas no Rio de Janeiro, como seu nome frequentava os magazines literários e círculos intelectuais.

Sem o empenho portanto de Sílvio Romero, Tobias Barreto teria passado em brancas nuvens à época de sua atuação, pelo menos em termos de metrópole, como aconteceu com tantos outros talentos provincianos só tardiamente redescobertos. A compulsória aparição do autor de *Dias e Noites* revestiu-se dos pruridos de um verdadeiro escândalo cultural, pondo em alvoroço os turiferários da Corte e seus protegidos, que tudo fizeram, de início, para ignorar a incômoda presença, passando, em seguida, a vê-la com ostensiva reserva (Lima, 1986, v. 2, p. 252).

Mas, não é absoluto consenso de que Romero tivesse pleno domínio sobre a trajetória do mestre. Além de Sobrinho, Jackson Lima também reforça os lapsos cronológicos de contato entre Tobias e Romero. No entanto, além da correspondência jamais interrompida entre ambos, temos conhecimento de que Romero solicitava a outros alunos, discípulos e amigos informações sobre Tobias e sua produção, que circulava, principalmente, nos jornais do Recife. Exemplos são diversos: correspondências entre Romero, Beviláqua, Artur Orlando e muitos outros. Em carta sem data remetida a Artur Orlando, Romero relata seu trabalho com os papéis de Tobias após a morte deste, documentando a movimentação dos escritos esparsos e o importante trabalho de Orlando no processo:

Caríssimo Artur

Recebi a primeira remessa dos papéis de Tobias. Muito pouco há ali a joeirar; há muita coisa truncada, e muita coisa por

terminar. Os cadernos com as notas da *literatura comparada* são inaproveitáveis. Dêste escrito, aliás importante, salva-se apenas a parte publicada no *Jornal do Recife*. Peço-te com a maior instância que me mandes a narrativa dos últimos momentos de Tobias, que me prometeste, e ainda não veio. Peço-te que envies o resto da papelada, não esquecendo especialmente a coleção do *Americano* que sei que Tobias possuía, e ainda mais o grande livro manuscrito com as poesias. Sem as poesias não é possível fazer nada, e, entre os trabalhos de prosa, sem a coleção o *Americano*. Sei mais que ele publicou artigos, no *Correio Pernambucano*, *Jornal do Recife*, *Diário de Pernambuco*, etc. É preciso vir tudo isto; venha também a polêmica com os *padres do Maranhão*. É preciso ter tudo aqui para poder fazer a escolha e dirigir a publicação verdadeira das obras do grande mestre e ótimo amigo. Dirija-se ao Bacharel Siqueira, filho de D. Mônica, mulher do Siqueira, que foi aí diretor do teatro. Ele tem muita coisa de Tobias. Quando aí estive vi um grande caderno dêle cheio de artigos de nosso amigo. A D. Mônica também tem muita poesia de Tobias. Peça-lhe cópias. A D. Leocádia também; peça-lhe. Não se esqueça dos artigos contra o *Taunay*, dos quais há uma parte *inédita*. Aqui é difícil arranjar isto. Outrossim, é preciso enviar-me a coleção de Obras publicadas; porque a minha coleção eu dei a Rui Barbosa, e não hei de tomá-la. Veja discurso. Enfim tenha paciência e ajude-me na empresa. Aproveitemos o ensejo. Só assim elevaremos um forte monumento à obra do mestre. Do contrário, êle ficará sempre e sempre mal julgado.

Responda-me logo e logo. O que temos sobre a pensão?
Não despreza o auxílio do J. Mariano.

Sílvio Romero
(Rabello, 1967, p. 218–219).

Em outra carta, pede ajuda a Orlando, solicitando defesa de Tobias que era então objeto de críticas na imprensa. Em trecho da carta, sem data, aparece um dos mecanismos explorados pelos partidários de Tobias na defesa de suas ideias: o acionamento de alunos e discípulos capazes de defender das críticas utilizando os espaços que possuíam na imprensa, fundamentalmente.

[...] Você não é discípulo, como diz em carta, é mestre e mestre provector e consumado! No que tiver de escrever terei de dar resposta ao torpe Medeiros, pois continua a atacar o nosso Tobias!!!!... Felizmente este foi, nos últimos tempos, objeto de 4 estudos valorosíssimos: o seu nos *Ensaios*, o de Clóvis – nos *Juristas Filósofos*, o de João Bandeira nos *Estudos e Ensaios* e o de Faelante na *Revista da Faculdade de Direito do Recife*. Você deve conter Medeiros de viva voz aí do Rio.
[...]

P.S. Diz Medeiros *que nada de original há em Tobias!!!!...* Há sim: há a iniciativa sempre pessoal da inteligência que o fez ser abridor de novas fases no Brasil – na *poesia*, na *filosofia*, na *crítica* e no *Direito*. E há mais de 50 idéias novas espalhadas nos livros dêle. Mostrarei... (Rabello, 1967, p. 221).

Outro exemplo da circulação entre os apologéticos é a obra de Clóvis Beviláqua, onde se cruzam a publicização de Romero e de Tobias paralelamente. Ao comentar a obra de Tobias, ele destaca a individualidade deste em relação a Romero: “O estudo do Dr. Tobias Barretto constitui uma exceção á indole geral do livro,

pelo tom em que está escripto e pelo desenvolvimento que lhe foi dado”, isso porque, segundo Beviláqua (1899, p. 140):

[...] a poderosa individualidade litteraria do Dr. Tobias Barreto se avulta sobre as que lhe ficam em torno, na História da litteratura brasileira, como o cedro alteroso se avulta sobre as gramineas que rastajam pelo solo e sobre os fetos arborescentes... *quantum lenta solent inter tiburna cupressi*, como diz Virgilio.

Wilson Martins chega a afirmar que Tobias Barreto é invenção de Sílvio Romero, sem o qual aquele teria ficado restringido e preso ao seu tempo e espaço. O porta-voz teria edificado um mito que transcendera a sua própria capacidade de sustentação ao comparar Tobias e definir sua superioridade em todos os campos que produzira — da poesia à Filosofia — em contraposição a seus contemporâneos, Castro Alves e Machado de Assis.

O segredo do extraordinário e absorvente prestígio de Sílvio Romero está em que, apesar de tudo, ele servia de porta-voz a essa nova mentalidade, podendo, assim sobreviver a defeitos e deficiências que teriam destruído qualquer outro. Sem a sua ação de propaganda doutrinária, polêmica sarcástica, reivindicações clamorosas, Tobias Barreto não teria passado de obscuro professor provinciano, inimigo do Comtismo, como eram todos os ‘cientificistas’ do momento e simples elo de transição, como quer Antônio Paim, entre o Ecletismo e a obra de Farias Brito: em fins de capítulo. Contudo, Sílvio Romero ‘em grande parte o inventou-o’, dizia pitoresca e acertadamente Araripe Júnior, e inventou-o também como poeta, superior, garantia, a Castro Alves, e sobre o qual publicou longo estudo na *Revista Brasileira* de 1881 (Martins, 1979, p. 148).

Não exige grande esforço crer em julgamentos como o de Martins após nos confrontarmos com qualquer opinião de Romero em relação a Tobias Barreto. Nesse sentido, o mestre referencial da Escola do Recife teria ficado restringido ao seu tempo por ser apenas comentador das ideias europeias (Martins, 1979), não produzindo um pensamento original. Na crítica ao romantismo, Tobias chega a discordar de Sílvio Romero e seus estudos sobre a poesia popular. A divergência nessa questão, desvela aspecto importante da defesa de um “esquema teórico” por parte de Tobias Barreto. Em carta enviada a Romero, transcrita por este em uma das obras que organizou, Tobias discorda do valor da poesia popular, já que ela remetia a valorização dos românticos das manifestações culturais populares, seus mitos e folclore. Romero tinha clareza da importância dessas manifestações e as comparava ao *Vedas*, a *Ilíada* e a *Odisseia* em valor cultural. Mas, para Tobias, Romero teria cedido a uma das mais “[...] estranhas preocupações românticas” (Barreto, 1892, p. XI). Poderíamos questionar se a crítica à metrópole realizada em Tobias teria raízes no Romantismo tão apreciado pelos autores preferidos do Império. Ademais, segundo Jorge Carvalho do Nascimento, o Romantismo edificou “tentações” que levaram os românticos brasileiros a articularem uma crítica consistente da sociedade (Nascimento, 1999). Dessa forma, criticar e desmontar as principais ideias dos românticos significa ser nota dissonante nesse universo das ideias, logo chave de distinção. Por outro lado, a postura romântica de contestação do *status quo* é um paralelo com a postura combativa de Tobias e Romero. Como aponta Rosenfeld (1996, p. 161) ao definir esse espírito romântico:

Há algo de ‘satânico’ na atitude desses românticos – no seu niilismo, nos seus chistes, no seu misticismo por vezes libertino e no seu saudosismo dilacerado de fusão, integridade e identidade. Graças a este saudosismo se tornaram descobridores [...] de mundos longínquos – mundos históricos,

exóticos, folclóricos. Mas enquanto buscavam na distância do tempo ou do espaço a unidade e inocência, realçavam ao mesmo tempo o esfacelamento, a fragmentação, o homem-espelho, desdobrado em reflexos, o homem-máscara, o duplo, o sósia, o homem que vendeu a alma, o homem que vendeu a sombra e perdeu a estabilidade, a raiz, a 'pátria', exilado que é da unidade paradisíaca.

Contradição então entre a postura dos intelectuais do Recife, especialmente Romero, que ao se posicionar como um iconoclasta acabou por edificar a figura de Tobias como expoente máximo do pensamento avançado de seu tempo. Segundo Sylvio Rabello, a intenção de Romero ao continuar a obra de Tobias era a de consolidar a prioridade das ideias novas, logo as suas no quadro geral de recepção dessas ideias:

Fazer da figura de Tobias o centro da vida intelectual do Brasil e também o seu momento de maior culminância; chamar a si a prioridade em tudo quanto fôsse questão de Ciência ou de Filosofia, como divulgador em primeira mão de autores novos, de sistemas em moda, como iniciador de certa ordem de estudos, de certa ordem de idéias (Rabello, 1967, p. 165).

É inegável que Romero construía a sua própria posição intelectual, posição essa que transcendia o papel de defensor e divulgador do nome de Tobias Barreto.

Em muitos aspectos, guardaria Sílvio Romero a sua autonomia intelectual — a sua personalidade — em face do pensamento de Tobias, pensamento que tinha muito de lúcido e até de penetrante, mas também muito de soberbamente preconcebido (Rabello, 1967, p. 67).

Romero e Tobias também discordaram por muitas vezes, mas o papel de Romero na divulgação do pensamento do líder da escola “teuto-sergipana”, como muitos o chamaram, é capítulo fundamental no entendimento da afirmação de Tobias como nome de primeira grandeza no limiar da República. Assim, ainda que Romero considerasse o Tobias poeta, escritor de sensibilidade e grandeza estética, este não poupou críticas ao *publisher* quando julgara que Romero repetiria “erros” típicos dos românticos, especialmente na análise do positivismo em *Doutrina contra doutrina* (1894). Em texto publicado em 1885, na obra *Estudos de Literatura Contemporânea* de Romero, e intitulado “Tobias Barreto como poeta”, texto esse que consta na coletânea de poesias que cobre o período de 1899 a 1904, encontramos a reiteração da imagem do Tobias poeta defendida por Romero, para o qual: “Eis o que foi e o que é o Tobias Barreto como poeta; um lirista brilhante pela imaginação e comovedor pelo sentimento” (Romero, 2001, p. 452). E, assim conclui:

Eu o creio bem; mas ainda quando o *teuto-sergipano* não houvesse escrito uma só palavra como prosador seu nome ficaria garantido por suas produções poéticas; seria sempre lembrado como o chefe de uma importante escola nacional de poesia. Pouco importa que tenham tirado para outro a glória da iniciativa. Sua antecedência de mais de oito anos será um dia reconhecida (Romero, 2001, p. 452).

É incontestável a importância da organização das *Obras completas* iniciada por Romero: “A parcela fundamental da obra de Tobias Barreto havia sido colocada ao alcance da juventude acadêmica graças à publicação póstuma dirigida por Sílvio Romero” (Paim, 1997, p. 90). Ainda assim, nas décadas seguintes, mesmo no Recife, haveria enormes dificuldades no acesso às ideias de Tobias. Exemplo

dessas dificuldades é a organização tardia do catálogo da biblioteca de Tobias por parte da Faculdade de Direito do Recife. Através do Catálogo de Obras Alemãs da biblioteca particular de Tobias Barreto, sabemos que até 1949, ela não havia sido catalogada e, assim, não poderia ser consultada por pesquisadores interessados nas suas leituras alemãs. A coleção acabou compondo o conjunto de obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, hoje integrante do acervo da Universidade Federal de Pernambuco (Silva, 1989). O mesmo catálogo traz registro da dificuldade de acesso às obras de Tobias Barreto. Trata-se de artigo do professor Joaquim Amazonas, publicado na *Revista Acadêmica*, em 1933, e republicado no *Catálogo*. Nas suas palavras:

[...] que dos livros archivados na Faculdade, que dos papeis nella existentes, se encontra a respeito do genio portentoso que a iluminou? Nada, absolutamente nada. Sobre seu concurso famosissimo, que elle fez, as provas; que foi classificado em primeiro lugar; que foi nomeado... nada pois existe nos livros desta Faculdade que relembre, que tenha fixado os traços indeléveis da passagem de Tobias (Silva, 1989, p. 11).

Inestimável então se apresenta a organização das *Obras*, realizada por Romero. Ainda que seu propósito tivesse claras intenções políticas, como tentamos demonstrar, seu esforço resultou, mesmo que inconcluso, na sedimentação de uma posição para Tobias e seu pensamento. Incompleto, o projeto de organização e publicação das *Obras completas* de Tobias Barreto por Romero, que viria a falecer em 1914 sem contemplar a empreitada, coube ao então governador de Sergipe, como vimos. Para tanto, designou um antigo aluno de Tobias, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, para concluir as *Obras completas*, que acabaram assumindo a dimensão de dez volumes. Oliveira Teles contou com a ajuda de João Barreto de Menezes, filho

de Tobias, que segundo Luiz Antonio Barreto, exercia a função de arquivista na Faculdade de Direito (Barreto, 1994).

Tobias Barreto jamais poderá ser compreendido em sua integralidade sem uma análise da relação que manteve com Sílvio Romero e as batalhas que este travou por suas ideias e polêmicas. Por fim, concordamos com a afirmação de Ivan Fontes, segundo o qual, "Se Tobias Barreto alcançou o patamar de *herói simbólico* do pensamento filosófico e jurídico nacional, foi devido a atuação de Sílvio Romero" (Barbosa, 2010, p. 244). Não obstante, Romero tinha consciência da importância da organização e publicação dos papéis esparsos de Tobias para a posteridade. As *Obras completas* mantiveram, mesmo em décadas de latência, o acesso às ideias do mestre que motivara tantos jovens em seu tempo, que testemunharam os efeitos de suas palavras, tal qual o fez Graça Aranha, um dos expoentes da semana de arte moderna de 1922. Ainda na década de 1920, com as comemorações do curso jurídico e com a nova edição das *Obras completas*, as ideias do sergipano seriam ressignificadas e mantidas em circulação, ainda que pela voz dos discípulos. Nas palavras de Rosa Mendonça de Brito:

As comemorações do curso jurídico em 1927, serviram para lembrar a significação da obra da notável Escola. Nos anos vinte, foi editada a obra completa de Tobias Barreto. Seus estudos de Direito continuariam merecendo sucessivas reedições. O centenário de Tobias Barreto, em 1939, comemorou-se com enorme entusiasmo. E para a geração que lograria derrubar o Estado Novo, Clóvis Bevilacqua, que viveu até 1944, privando sempre com o professorado e com a mocidade estudantil, era o grande herdeiro da tradição civilista, que se constituiu tomando por base muitas das idéias postas em circulação pela Escola de Recife (Brito, 1980, p. 8).

Resta ainda um elemento da dialética Tobias/Romero a ser evidenciado: Tobias Barreto colocava um certo nó teórico à obra de Romero que o faria se aproximar da sociologia em busca de uma solução para o problema nacional do mito das três raças. Assim, como pontua Antonio Cândido: “Sílvio é obrigado a romper a estreiteza dos quadros deterministas e apelar para a ação do indivíduo” (Cândido, 1988, p. 55). Resta, por fim, os derradeiros momentos de sua vida e a tragédia da morte de Tobias. No esteio de edificação e apropriação pelos poderes políticos da obra de Tobias Barreto, a virada do século mantivera as dificuldades de sobrevivência da miséria à sua família que marcou a sua morte em julho de 1889. Em carta de 21 de agosto de 1903, João Barreto de Menezes, filho de Tobias, pedia auxílio a Artur Orlando frente a indiferença do Estado em realizar o pagamento pelos livros de seu pai. Nas palavras de João Barreto: “[...] com a pensão cortada [...]; não são pequenos os embaraços em que vivemos” (Chacon, 2008, p. 246).



Capítulo 2

**TRAJETÓRIA INTELECTUAL
E PROJETO POLÍTICO NO
BRASIL IMPÉRIO**

O illustre lente de nossa faculdade de Direito não pertencerá somente á geração que o viu surgir e á quem ainda agora o admira. 'Non omnis moriar', elle pode dizer com o poeta latino. Pertence-lhe o futuro, a gloria é sua (Araújo, 1926, p. XII).

Se os filhos de uma nacionalidade podem trabalhar pela grandeza de outra com tamanha dedicação; se os nacionais de um país podem fundir-se numa massa estrangeira e não mais se desligarem; se a convergência dos sentimentos provenientes de pontos afastados e mesmo opostos pode conduzir a semelhante harmonia – é que o voto dos pacifistas não é uma quimera irrealizável e que o sonho da fraternidade universal não é uma demência. É quando muito uma utopia, e a utopia já foi definida uma verdade prematura (Lima, 2021, p. 229).

Nas palavras de Altino Araújo, consagrando ao futuro o reconhecimento e a glória de Tobias Barreto, reverbera na sentença de Oliveira Lima sob a eminência de um momento de conflito internacional entre potências imperialistas, início de século XX, à projeção de significados ao tempo que virá. Tanto um quanto outro demarcam uma posição recorrente entre intelectuais: a edificação de projeções para o seu próprio pensamento. Estratégia de afirmação que coloca em jogo intenções políticas e ideológicas específicas e localizadas. Esse mecanismo de afirmação não escapa aos intelectuais do Brasil Imperial, e o visualizamos em funcionamento quando, por exemplo, Romero sentencia no primeiro volume da *História da literatura brasileira*, que: "O Brasil é um país ainda em via de formação; nunca é demais esclarecer o seu futuro" (Romero, 1980a, v. 1, p. 36). Nesse sentido, uma historiografia que buscasse desvelar essas projeções de futuro deveria levar em consideração

a manipulação das imagens, simbologias e mitologias por parte dos intelectuais na edificação dos sentidos atribuídos a si mesmos. Procuramos analisar neste capítulo a construção de uma projeção de futuro por parte de Tobias Barreto, o que compreendemos leva em conta o seu diálogo com a cultura alemã, que desvela, aos nossos olhos, não apenas as suas críticas a cultura brasileira de então, mas também a sua posição na Província e desta com a Corte.

Antes de analisarmos o mundo da/na Província, pelo menos o mundo edificado pelo discurso de Tobias Barreto, precisamos demarcar os contornos que dão consistência à enunciação dessas projeções e como elas se articulam no interior de um pensamento para a conformação de um projeto político. Em outras palavras, em que esses significados e críticas elaboradas por Tobias Barreto e outros integrantes da Escola do Recife se posicionam frente a dinâmica de tensão Província/Corte, Corte/Europa e Província/Europa. Primeiramente, esses embates não se davam de forma dicotomizada, mas a sua dinâmica articulava o intelectual provinciano aos debates que circulavam e estruturavam a cultura nacional através das leituras das ideias europeias. O caso da trajetória de Tobias exemplifica essas dinâmicas, no sentido dos embates entre essas ideias e os momentos de recepção, leitura e replicação destas mesmas ideias. Primeiro movimento: crítica ao ecletismo espiritualista materializado no pensamento católico. Posteriormente, ao romantismo.

Dessa forma, no "Prologo" à primeira edição dos *Estudos alemães* (1883), Tobias explicita a "exquisiteza" da obra e mais que isso a crítica que recebera pela velocidade com que transitaria entre ideologias, ideias e autores diversos. Ao justificar a diversidade de temas do livro, que vão da Psicologia à Teologia, passando por Literatura e Música, ele declara a despeito da aparente falta de conexão entre esses textos, que:

[...] ha mais de uma ideia, nascida em outra época e sob outras influencias, com que já não me sinto de todo identificado. Em sou um pouco voluvel. Essa verdade, que ha trinta annos já me dizia em tom convicto a minha primeira *deidade*, quando se vio sacrificada á um rosto mais gentil, permanece no mesmo estado de frescura, pelo que tóca, não á amores, mas á theorias, que nunca tiveram força de ganhar-me o coração, e que por tanto não duvido desprezar de olhos enxutos, por causa de outras, que melhores me parecem. Se uma tal franqueza de minha parte está em condições de produzir escandalo, é o caso de repetir com Shopenhauer: - commetta-se o escandalo, porém diga-se a verdade (Barreto, 1926b, p. XXXI).

Tobias se define então, como “[...] um espirito inquieto, o qual muitas vezes, da sua lucta *jacobina*, na falta de anjos do ceu, com demonios da terra, ainda que victorioso, todavia teve de sahir, não côxo, porém sceptico” (Barreto, 1926b, p. XXXI–XXXII). Foi durante sua residência em Escada, por ocasião de seu casamento, que se deu o amadurecimento e uma maior aproximação com a cultura alemã. Segundo seu relato, esse período:

[...] revela tambem ter sempre em mira que os dez annos que passei na Escada (1871-81) constituem uma phase distincta da minha vida intellectual, e á essa phase pertencem todos os escriptos, ou parte delles, de data anterior á outubro de 1881 (Barreto, 1926b, p. XXXII).

A partir dos estudos que realizou em Escada, Tobias deu luz, além dos *Estudos allemães*, à publicação do periódico *Deutscher Kaempfer*, e consequentemente, de suas leituras dos juristas alemães, especialmente Rudolf Ihering, além de Immanuel Kant.

O mundo da/na Província

Em tempos de transição e agitação política e cultural, a recorrência aos referenciais filosóficos estrangeiros foi um dos marcos de renovação dos debates e ideias no Brasil Oitocentista. Essa introdução de autores estrangeiros em nosso contexto nacional era então uma realidade onde estavam imersos Romero e Barreto, mas também os críticos e comentadores mais recentes do movimento. No fim do Oitocentos, o alvo político e cultural era a Corte e tudo que a caracterizava para a Nação: cultura, língua, política e costumes estabelecidos como modelos de civilização. A Província, especialmente no caso de Tobias Barreto, era o espaço de resistência a um centralismo cultural que impunha sua força. Mas também, a Província representava a possibilidade de, rivalizando com o centro, produzir a distinção do intelectual. Como descreve Romero sobre a vida cultural nas províncias:

Intelectualmente [elas] não oferecem estrada larga e desassombrada a seus filhos. E não é só a carreira intelectual que foi expelida das Províncias; política, econômica e socialmente o provinciano acha-se quase tolhido, mesmo depois da República (Romero, 1980b, v. 2, p. 582).

Temos ainda o diagnóstico incisivo de Tavares Bastos (1839–1875), sobre a condição cultural e política nas Províncias do Império:

Nas Províncias o mal é gravíssimo. Tinham, no tempo da colônia, governadores por três anos, de ordinário: têm hoje, por auxiliares dos presidentes cada ano. Tinham, outrora, secretários do governo e conselheiros, homens bons e

práticos: têm, hoje, por auxiliares dos presidentes, moços sem experiência ou os apaixonados chefes de partido. Daí procede a ausência de tradições e de um plano seguido na administração das Províncias. Sem esse plano, os melhoramentos materiais, sobretudo, ficam adiados para sempre, não sem se ter feito cada ano o dispêndio de inúmeras pequenas quotas com outras tantas pequenas obras. As assembleias provinciais e as câmaras municipais, nobres instituições, jazem desanimadas, sem direção e sem vida. A câmara é um recurso demais para o influente local, e a assembléia uma aprendizagem política para o pretensioso bacharel (Moraes Filho, 2001, p. 139).

Já o Rio de Janeiro, então capital, sofre duras críticas tanto de Romero, que viveu na Corte, quanto de Tobias Barreto, que optou por permanecer na Província e passou a vida entre Pernambuco, Sergipe e Bahia. Nas palavras de Romero (1980b, v. 2, p. 582–583):

Uma grande capital, até certo ponto absorvente, só é naturalmente justificável quando é essencialmente produtiva; quando num povo dado ela exerce funções especiais e elevadíssimas, indispensáveis à vida da nação, e que não seriam produzidas em qualquer outra parte; quando, em uma palavra é a verdadeira capital intelectual de um país. Para tanto, é essencial que ali esteja mais nitidamente do que em qualquer outro ponto representado o caráter, o espírito da nação. É o que não acontece no Rio de Janeiro. E um só fato bastaria para prová-lo de modo inconcusso sem o auxílio de outras considerações.

Grande esforço era então, o de romper com a primazia da Corte nos assuntos culturais. Segundo análise de Dante Moreira

Leite, teria sido somente a presença de Romero, no Rio de Janeiro, fato que tornou possível a ressonância das ideias da Província. A interpretação de Leite (1976, p. 232) se assenta na seguinte afirmação:

Na verdade, durante o século XIX o Rio de Janeiro concentra praticamente a tênue vida intelectual brasileira e só ali os talentos provincianos encontram eco e o mínimo de audição exigido por qualquer atividade intelectual, sobretudo pela criação literária. Houve aqueles que – como Sílvio Romero – protestaram contra essa situação; mas parece fora de dúvida que apenas por ter escrito no Rio de Janeiro sua voz foi ouvida. Quando se pensa nas dificuldades editoriais da época – em que muitos livros ainda eram impressos na França – na ausência de universidade, e na pobreza da maioria das Províncias, não é difícil compreender que o panorama não poderia ser outro.

Apesar da importância e do peso, como vimos, da atuação de Romero para o reconhecimento do nome de Tobias na Corte, nos parece exagero atribuir a essa atuação a dimensão de causa única para a reverberação das ideias e obras dos autores provincianos. Como observamos, os discípulos também constituíram uma rede crítica de circulação nos ambientes letrados, especialmente através dos jornais, das ideias do mestre e com elas das suas próprias. Nosso centro político e cultural não cumpriria o papel de verdadeiro centro irradiador de nossa cultura, principalmente, por estar preso a estruturas arcaicas e viciadas pelo próprio Império. Fiquemos uma vez mais com Romero (1980b, v. 2, p. 583):

Em qualquer país antigo ou moderno, onde houve o fenômeno dos grandes centros da vida pública, estes exerciam a dupla função de desenvolver até o mais alto grau as nobres

faculdades dos homens de gênio e de consagrar definitivamente a fama, a glória que lhes era devida. Era por isso que os mais notáveis talentos gregos iam a Atenas, e os alemães vão a Berlim ou a Viena. No Brasil nunca se deu isto assim. Ao Rio de Janeiro ninguém veio jamais aprender; um poeta, um artista, um crítico, um escritor nada aqui tem a aproveitar. O espírito geral é o mais fútil; a cidade tem ares de uma feitoria estrangeira onde tudo é provisório, onde todos tratam de ganhar a sua vida em constante desconfiança mútua. O provinciano jamais veio aqui para desenvolver seu talento ou à procura de glória; veio pedir *emprego*, tratando para isto de esvaziar sua cabeça das idéias que possuía e de encher as algibeiras de *cartas de empenho*. É o caso e quem puder que o conteste.

Assim para Romero eram as Províncias que guardavam a chave para nossa renovação cultural: “Como quer que seja, e em todo caso, esse Cortesanimismo, esse parisismo nulificante é contrário ao desenvolvimento autônomo das Províncias [...]” (Romero, 1980b, v. 2, p. 582–583). É claro que essas afirmações fazem parte das distinções e intencionalidades que esses intelectuais almejam alcançar dentro das estruturas sociais relativamente estáticas do Império. Assim, entendemos o polemismo característico desses textos como conectivos que lançam no espaço público um conjunto de formulações que transcendem a simples defesa de um ideal ou ainda o puro interesse. Há então uma dinâmica de produção e consumo, se é que podemos nos valer desses termos, de significações e apropriações intelectuais.

Essa projeção de futuro realizada pela Escola do Recife se contrapunha ao “Tempo Saquarema”, como assim o delimitou Ilmar Rohloff Mattos. Na sua definição, o tempo saquarema era o tempo das relações entre os homens no Império, que exerceu a

ordenação desses sujeitos enquanto agentes históricos. Projeções de futuro guardam em si leituras do passado e posicionamento no presente: “Assim, a noção de tempo que também triunfava cumpria o papel de um agente organizador. De um lado, unindo o passado ao presente” (Mattos, 1987, p. 285). Evaldo Cabral também define a história saquarema com ênfase no olhar sobre Pernambuco. Em entrevista a Moares e Rego, Evaldo Cabral afirma:

Nós Pernambucanos tivemos uma trajetória especial na história brasileira, e essa trajetória ficou na sombra desde o período monárquico, devido ao que eu chamo a ‘história saquarema’, a historiografia feita no eixo Rio-São Paulo para louvar o modelo de construção nacional adotado desde a Independência. Sei que a história regional não tem ressonância e que eu teria muitos mais leitores se escrevesse sobre a escravidão e sobre a revolta dos oprimidos. (O interesse das elites coloniais consiste em que elas são opressoras, por um lado, e oprimidos, por outro.) A historiografia regional é para mim uma maneira de escapar, por um lado, à historiografia saquarema, por outro, aos modismos, como a escravidão e a opressão, modismos que às vezes degeneram no que Oakeshortt chamava ‘política retrospectiva’ (Moraes; Rego, 2002, p. 153–154).

No caso de Tobias Barreto, suas ideias romperiam com quais monopólios dos saquaremas? Como o sergipano se posiciona diante das questões que dão forma ao universo saquarema? Em outras palavras, sua condição de provinciano e as estratégias que assumiu diante desse modelo político e intelectual da Corte serviram para sua confrontação sob quais perspectivas e com quais instrumentos? Partimos então da delimitação de Mattos, para o qual os saquaremas se caracterizam pelos seguintes fatores:

[...] a presença dos monopólios; a permanência da massa de colonizados, como fantasmas dos 'três mundos' que há muito desapareceram; a cidadania restringida e em muitos casos inexistente; a presença avassaladora do Estado, fora do qual qualquer partido parece inconcebível; o monopólio do discurso pelo professor na sala de aula [...] (Mattos, 1987, p. 288).

Essas faces da política e cultura saquarema reverberam no pensamento de Tobias produzindo uma proposta alternativa diante dessas estruturas que engessavam qualquer mudança social. Em todas essas frentes, ele produziu alternativas de ação e circulação das ideias e palavras: seja produzindo jornais dissonantes, proferindo em praça pública discursos inflamados contra essas mesmas estruturas, dando aulas particulares e reunindo alunos e discípulos em sua própria residência. Assim, se concordamos com o julgamento de Clóvis Beviláqua, ao comentar o livro de Tavares Bastos, para o qual, “[...] a nação brasileira não tem, em rigor, uma forma própria, uma individualidade característica nem política, nem intellectual” (Bevilaqua, 1899, p. 133), podemos estender a Tobias o objetivo de romper com os paradoxos da nação, ainda que nos limites da Província. O fio condutor desse propósito, que perpassa sua trajetória, é a crítica à cultura nacional.

Por outro lado, a presença no pensamento desses intelectuais de uma crítica à cultura nacional como elemento indissociável para o diagnóstico de nossa identidade, transcende os debates raciais carregados de determinismo biológico e evolucionista. Mesmo que as ideias de Herbert Spencer e Charles Darwin tenham sido discutidas por Tobias Barreto e influenciado muitos de sua geração, a marca do evolucionismo racial estará condicionada a sua dimensão cultural, onde o meio geográfico e histórico se sobrepõe ao fator biológico¹³.

13 Sobre a tensão entre o positivismo e a recepção do evolucionismo de Spencer, ver: Colares e Adeodato (2011); Ainda: Guimarães (1991).

Enquanto homem negro, seria natural esperar que Tobias não aceitasse o condicionamento racial como explicação primeva para nossa (in)volução social. Em importante texto de 1876, publicado em alemão, (*Brasilien wie es ist in literarischer hinsicht betrachtet*, algo como, “O Brasil tal como é do ponto de vista literário”), Tobias argumenta:

Para mais uma vez testemunhar a nossa estreiteza, seja feita também ligeiramente esta menção. Muitas vezes se diz, referindo-se à velha Grécia, que só a uma alta sociedade aristocrática foi possível mergulhar-se no mundo das idéias, acumulando ela todas as preocupações gerais da vida nos ombros pacientes dos seus escravos; mesmo um homem, como Treitschke, não vacila declarar, que as tragédias de Sófocles e o Zeus do Fídias não foram compradas caras demais pelo preço da miséria dos escravos. Admitido. Todavia eu pergunto: o que é que lucrámos com o preço das lágrimas dos escravos através de três séculos? Absolutamente nada. A aristocracia brasileira é uma das mais estúpidas que se conhece, o que não a impede de ser arrogante e orgulhosa (Barreto, 1978b, p. 61).

Claro está que a imputação causal do nosso atraso em Tobias passa longe da explicação racial, mas toca em cheio na historicidade de nossa colonização e organização social, além da nossa ingerência política. Logo retomaremos as críticas de Tobias à cultura nacional. No momento, o mais importante é salientar a relação entre a crítica do nosso atraso e da nossa barbárie — como aparece em Graciliano Ramos, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa — como uma arqueogenealogia de temas e ideias já presentes na Escola do Recife: o caráter nacional, nossa literatura, nosso atraso, nossa barbárie e violência, o autoritarismo de nossas oligarquias e seu exercício do poder político e militar. Em carta

a João Alfredo de Freitas datada de 1884 e intitulada “Lendas e superstições do Brasil”, Tobias (1926i, p. 296) argumenta:

O meu nobre collega ha de concordar commigo que a raça já vae se tornando uma especie de força occulta, uma quidditas escolastica, invocada á todo instante para dar a explicação de muita cousa inexplicavel. É hoje questão de moda; felizmente o que a moda traz, a moda leva. O que se diz actualmente da raça, já se disse do instincto. Havia tempo em que elle era o guia obrigado de todos os phenomenos ethnologicos.

Conclui então com as seguintes palavras: “É de esperar porém que a raça desapareça, como desapareceu o instincto” (Barreto, 1926i, p. 296). Assim, buscamos explorar essa possibilidade, qual seja, a constituição de um quadro de debates intelectuais e ideias que farão parte de uma agenda ampla de reflexão e autorreflexão sobre a cultura nacional, que aos nossos olhos, estão articuladas à crise e transição do Império para a República e assumem novo teor e densidade com os paradoxos do nosso regime republicano, como nos conflitos de Canudos e Contestado. Horizonte intelectual esse que nasce no coração do sertão nordestino, mas que guarda em si uma tendência ao universalismo de seu projeto e rompimento com a ordem vigente, à guisa de todas as diferenças e singularidades entre os intelectuais desse campo. Em outras palavras, haveria uma raiz ideológica comum entre a crítica à cultura nacional Oitocentista, especialmente da Escola de Recife, que reverberaria posteriormente em nossa *intelligentsia*?

O debate em torno de uma definição, ou definições, para a identidade nacional é um dos mais recorrentes temas na historiografia brasileira contemporânea. Quando nos remetemos às raízes historiográficas dessa discussão invariavelmente nos voltamos para a formação do nosso Estado nacional enquanto unidade política

e cultural: a emergência do Brasil, independente de Portugal e do Brasil republicano. Estes dois momentos inegavelmente produziram grandes impactos sobre o devir de nossa formação identitária. Ao final do Império, sistematizam-se em torno das correntes filosóficas europeias grupos intelectuais articulados, de forma mais ou menos homogênea, à formulação — aos olhos deles identificação — de nossa identidade nacional, de nossas características intrínsecas e que seriam a chave explicativa para o nosso futuro como Nação. Nesse sentido, a Província não era antítese do nacionalismo. Ela precedera a ideia de uma nação enquanto corpo político unificado. Conforme Sylvio Rabello:

[...] o sentimento de Província se transforma em compreensão cada vez mais larga dos valores comuns a todo um povo ou tãda uma raça — à sua história e ao seu destino — harmonizando-se o conceito de Província com o conceito de nação (Rabello, 1967, p. 162).

Sob essa perspectiva, a Província materializava uma situação de ambivalência. Por um lado, ela gozava de certa autonomia em relação ao centro, e por outro, era a síntese de um espírito cosmopolita: “Aquêlê que se frechasse [*sic*] no seu exclusivismo de fronteiras sentimentais ou ideológicas estaria de certo perdido para a humanidade” (Rabello, 1967, p. 163). Dessa forma: “Nacionalismo jamais quer dizer dissolução de provincianismo” (Rabello, 1967, p. 162).

Elemento fundamental será a constituição de grupos de confluências da recepção de referenciais ideológicos alternativos. Em muito, Tobias Barreto e o grupo da Escola do Recife ao elaborarem a crítica à hegemonia positivista marcada tanto pelo signo do polemismo (entre eles mesmos), quanto no debate das formas com que projeto(s) e ideologia(s) seriam mais apropriados para a construção de mudanças sociais efetivas no limiar de seu

tempo. Segundo Angela Alonso, a constituição da revolta desses intelectuais contra o *status quo* imperial se devia à dificuldade desses intelectuais em efetivar suas ascensões sociais. Por outro lado, dentro do universo intelectual Oitocentista brasileiro, as filiações a grupos políticos de interesses também passavam pela filiação filosófica e essas filiações não se davam apenas por pressões das esferas externas de imposição política e econômica ou desejo de ascensão ou status social (Alonso, 2002).

É o que, em certa medida, podemos observar em relação a Tobias Barreto e Sílvio Romero. Pertencentes a classes sociais distintas, um ligado ao latifúndio provinciano decadente e o outro a classe média urbana emergente e com trajetórias intelectuais diversas — Tobias jamais sai da Província e Romero muda-se para a Corte —, não podemos simplesmente dissociar na onda das suas singularidades as linhas mestras de suas críticas sociais e culturais. Tanto em Tobias quanto em Romero, a cultura é elemento-chave para compreensão e crítica de nossa realidade, ainda que em cada um esse debate se dê por vias diversas. Como destacam Veloso e Madeira, ao analisarem a formação de um campo intelectual a partir de três intelectuais diversos (Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto):

Cada um deles constrói seu diálogo com outros autores e tradições, visando encontrar seu lugar de fala. Assim, a biografia entrelaça-se à história, e as trajetórias individuais, ao se definirem, vão compondo as redes institucionais que demarcaram o horizonte cultural da época (Veloso; Madeira, 1999, p. 81).

A afirmação pode ser estendida aos intelectuais que analisamos, já que a constituição do campo intelectual que se apropria do sertão como *locus* privilegiado de suas reflexões e dará luz a uma literatura ficcional, filosófica e científica, vinha sendo “ensaiada”

pelos intelectuais da geração de 1870. Ou seja, os intelectuais do fim do Império emulavam elementos que constituiriam essa literatura.

Mas se, “No sertão, mesmo a realidade mais ‘iniludível’ vista através de lentes de aumento e de uma visão complementada pela técnica do binóculo traz sempre o risco da ilusão e do fictício” (Nicolazzi, 2009, p. 83), então como analisar a produção desses intelectuais que vivem e pensam estando no sertão — Tobias publicou um jornal em alemão, o *Deutscher Kaempfer*, no interior de Pernambuco, na cidade de Escada, na década de 1860 — mas que voltam sua crítica para as peculiaridades locais e o fazem se valendo dessas peculiaridades como exemplos de nossa inferioridade cultural enquanto nação? Como aponta Jadson Tavares de Jesus:

Quando Tobias pretende pensar o Brasil a partir da sua cidade, Escada, está analisando o todo a partir das partes. Poderia uma amostra local servir de referência para uma análise global? Segundo o nosso autor, o que ocorria em Escada era uma amostra do comum nas demais cidades brasileiras (Jesus, 2013, p. 211).

Em primeiro lugar, precisamos delimitar o contexto dessa produção intelectual que não trabalhava com categorias de local e universal, tal qual as entendemos. No debate sobre a nossa “evolução mental”, como os autores do período se referiam, a influência estrangeira passava pela consciência de que nosso progresso material e espiritual andava muito aquém das nações ditas civilizadas. O Brasil era o sertão do mundo. Sertão aqui entendido na sua acepção de espaço do atraso, oposto ao espaço da civilização (Albuquerque Júnior, 2013). Por isso, o chamado culturalismo de Tobias Barreto e da Escola de Recife constituiu-se como mecanismo para propor a transformação da realidade de atraso para a superação dos nossos problemas sociais profundos. No entanto:

As teorias culturalistas não constituem propriamente uma Escola, formam um movimento em torno do imperativo moral de transformar o mundo. Imperativo que para Tobias Barreto era compromisso menos acadêmico do que desafio real de salvar a liberdade do homem (Carvalho, 2002, p. 89).

Intervir na realidade e não apenas explicá-la. Eis a tarefa a que se propuseram esses intelectuais. Não à toa, exerceram cargos políticos e participaram de movimentos e associações culturais, além da atividade educacional, artística e filosófica exercida por muitos deles. Nesse sentido, a Escola do Recife, como movimento, também serviu de base para a formulação e formalização das ciências sociais e jurídicas, tendo em vista que, institucionalmente, a Faculdade de Direito do Recife foi o ambiente de formação desses quadros intelectuais. Sobre essa faceta, vários trabalhos já evidenciaram a importância da Escola na reformulação dos saberes jurídicos. Segundo Alberto Venancio Filho:

O movimento da Escola de Recife representava, contudo, e talvez pela primeira vez, a realização daquela grande tarefa a que se tinham proposto as faculdades de Direito, de representarem grandes centros de estudo das ciências sociais e filosóficas no Brasil, mas da qual, via de regra, se vinham omitindo ou escapando, pois trazia o movimento no seu bojo um problema de transformação de ideias no campo da filosofia, no campo do pensamento científico e no campo da crítica literária (Venancio Filho, 2011, p. 96).

O período é demarcado assim, pela recepção e reelaboração de modelos filosóficos e teóricos estrangeiros dos mais diversos, sendo que o germanismo da Escola do Recife deu o tom de diferenciação do movimento, que segundo Sívio Romero, “[...] de todos os

centros intelectuais do Brasil, se é que neste país os há bem caracterizados, a cidade do Recife, nos últimos quarenta anos do século XIX, foi o que levou a palma aos outros na iniciativa das ideias” (Romero, 1980c, v. 4, p. 1183). Temos que a própria percepção do espaço, da paisagem singular do nosso território e da influência estrangeira é predominante. Como destaca Wille Bolle:

A base teórica para a construção da *paisagem* como retrato de um *país* foi criada no Romantismo europeu. Por intermédio dos viajantes das primeiras décadas do século XIX a ideia chegou ao Brasil, onde foi vivamente acolhida pela elite, que desejava dar um sólido sustento cultural à construção política do Estado independente, através da fundação concomitante de uma ‘paisagem nacional’. Assim se desenvolveu aqui, entre os anos de 1820 a 1870, um rico repertório de formas e procedimentos, no qual puderam se basear Euclides da Cunha e Guimarães Rosa em seus mapeamentos literários do país (Bolle, 2004, p. 48–49).

A geração de 1870 foi profundamente marcada pelo romantismo europeu. Tobias escreveu, como vimos, poesias inspiradas em Victor Hugo, além de traduzir poemas do mestre francês. Segundo Carelli (1994, p. 144):

Os críticos brasileiros falam de *hugonismo*, pois o estudo das epígrafes, das citações implícitas ou explícitas, do sistema de imagens e dos *leitmotive*, dos ritmos poéticos, o número considerável de traduções (tanto as do grande poeta romântico Castro Alves quanto as Hugonianas de Múcio Teixeira), atestam um empreendimento sem par.

Naquele contexto, o Romantismo é notadamente o movimento intelectual que articulou em território nacional a constituição de uma identidade que confluísse nossa formação étnica, geográfica e histórica e assim:

[...] de modo geral, com todas as suas contradições originais transplantadas para o Brasil, o romantismo teve que se de-
frontar com a tensão entre seu ideal de exaltação entusiasta
do sentimento nacional e a realidade de um país escravagista
(Carelli, 1994, p. 144).

Dessa forma, o romantismo se colocara como mote de transformação social. Nas palavras de Carelli (1994, p. 145): “No Brasil, a exemplo da evolução na França, o romantismo não se limita a um programa artístico, mas corresponde à emergência histórica de aspirações nacionais e de transformações sociais”. Não à toa, a literatura e a história — a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 — foram acionadas e instrumentalizadas em função de suas capacidades para produção de mitos e imaginários de cunho identitário pela via ficcional literária e científica.

Euclides utiliza o esquema empregado por Sílvio Romero: uma sociedade se explica pelo jogo entre raça e meio geográfico. Como Sílvio Romero, Euclides tem dificuldade para empregar as teorias européias, pois estas supunham um meio que determinasse a raça, enquanto no Brasil pelo menos duas raças estavam fora de seu habitat e, além disso, se cruzaram, o que impedia que se falasse em raça brasileira
(Leite, 1976, p. 204–205).

Das duas qualidades que darão fortuna à obra de Euclides da Cunha — como apontou Miguel Reale em obra dedicada ao autor de

Os sertões —, o valor literário e o método científico, são basilares também para Romero. Segundo Reale (1993, p. 95): “[...] a posição de Euclides é claramente a de um empiricista, mas que leva em conta elementos subjetivos da percepção, não aceitando correlação essencial ou real entre o que se percebe e a coisa percebida em si mesma”. Interessante notar que, já em 1888, Romero registra na obra *Estudos sobre a poesia popular do Brazil*, conhecimento da presença de Antonio Conselheiro pelo sertão, momento em que o crítico da literatura nacional exercia a função de promotor público em Sergipe. Segundo descrição de Romero (1888, p. 21)¹⁴:

Um indivíduo criminoso do Ceará sabio a fazer penitencia a seu modo e inaugurou predicas publicas pela mesma fórma por que os nossos enfastiados, sedentos de nomeada inauguram *conferencias*... No seu percurso veio ter aos sertões da Bahia e fundou uma igreja em Rainha dos Anjos. Chamava-se Antonio e o povo o denominava o *Conselheiro*. Passou por Sergipe, onde fez adeptos. Pedia esmolas e só acceitava o que suppunha necessario para a sua subsistencia, no que divergia de nossos mendigos vulgares. Não tinha doutrina sua e andava munido de umas *Horas Marianas*, donde tirava a sciencia!

Mas, quais as bases de sustentação da crítica à cultura e ao caráter nacional em Tobias e Romero, tendo em vista que eles abandonarão o projeto romântico? Ela encontra ressonância nas críticas dos descendentes aos mesmos problemas sociais e culturais enfrentados na transição do Império à República (exclusão social, violência e autoritarismo do Estado, dependência cultural externa)? É o que procuramos discutir na próxima seção.

14 Indicação de leitura: Ventura (2000).

Retóricas do polemismo e do pessimismo

Uma das defasagens que vem sendo corrigida nos estudos historiográficos sobre o Oitocentos diz respeito à relação íntima entre a constituição das ideias e sua circulação nas elites intelectuais e a retórica intrínseca a esses discursos. A questão é complexa e delicada. Do ponto de vista teórico, os estudiosos se dividem em dois grupos. O primeiro considera a retórica desses intelectuais como puro ornamento vazio e vazio de sentido, útil apenas na produção de efeito discursivo no momento de sua enunciação. O segundo grupo compreende que essa retórica não é apenas uma nuvem de fumaça discursiva, mas a própria estrutura de construção do pensamento desses intelectuais ao manipularem o próprio imaginário social ao mesmo tempo em que o estruturam e fazem circular seus signos¹⁵.

No caso da geração de 1870 e da Escola de Recife, a retórica é onipresente nos discursos produzidos, fossem nos palanques, auditórios, jornais, panfletos ou tratados filosóficos e legais. Tanto Tobias quanto Romero foram grandes oradores e também polemizaram com um sem-número de outros intelectuais de seu tempo, que vão de José de Alencar a Machado de Assis, passando pelo Imperador, os padres do Maranhão, Castro Alves e outros. Sobre Carlos Gomes, Tobias afirmou:

E seja como fôr, eu digo sem reбуço: - na galeria de estatuas mutiladas, que enchem o pequeno pantheon das notabilidades brasileiras, Carlos Gomes é um dos poucos, que tem nariz, isto é, que tem uma feição própria, uma feição

15 Sobre este debate indicamos: Carvalho (2000, p. 123-152).

individual e característica, adaptada ao nosso espírito e ao
nosso estado de cultura (Barreto, 1926i, p. 314).

Essas polêmicas também envolveram indiretamente os grandes intelectuais, filósofos e homens de ciência europeus do período: Darwin, Comte, Marx, Kant, Spencer, Haeckel, para citar alguns. Mas como se construiu a argumentação em torno de uma crítica à cultura nacional em Tobias Barreto? Primeiro, o seu diagnóstico dessa realidade:

É conhecido, que o Brasil se apresenta como a terra predeterminada e de promessa de Deus, o que é peculiar a cada povo atrasado. Em geral, os brasileiros sofrem infelizmente duma megalomania romântica: eles se julgam chamados para resolver a mais importante questão histórica mundial, portanto, para superar os restantes povos do novo mundo. Nem faltam centenas de profetas, que desvendam o obscuro futuro e profetizam o predomínio da solitária monarquia da América sobre o orbe terrestre inteiro. Com uma segurança, que não tem similar, tomam a sério os tropos da retórica patriótica e juram naquelas palavras ingênuas do poeta:

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores.

Assim, porém, não é. Nem tudo que brilha é ouro. Bem pode ser o Brasil muito poético e maravilhoso e paradisíaco e quem sabe mais ainda, só não é rico de talentos, de forças espirituais, de fatores vivos do progresso humano. Somos, sem dúvida, como repetidas vezes se proclama, o povo dos

rios gigantes, das cobras monstruosas e, querendo assim, das estupendas florestas milenárias, das pedras preciosas, das montanhas auríferas; mas, infelizmente somos também o povo rude dos espíritos mais medrosos, das cabeças mais mediócras, entre as quais até os assim chamados sábios podem ser enumerados, quer gostem quer não. A palavra acertada de Löhner, que seria uma loucura que na América amanheça o novo magnífico porvir da humanidade, adapta-se melhor ao Brasil, do que a qualquer outro estado do continente (Barreto, 1978b, p. 30-40).

No caso de Tobias, a opção pela Alemanha enquanto modelo cultural superior ao francês é a chave de explicação para o seu entendimento da realidade nacional e a crítica ao patriotismo ingênuo, como coloca o sergipano em relação às nossas riquezas naturais. Tobias aprofunda seu estudo da cultura germânica a partir de 1870. Depois, o diálogo e troca de cartas e ideias com escritores, editores e professores na Alemanha se intensifica, sendo que:

Em 1875 editou seu próprio jornal em língua alemã – *Die Deutsche Kaempfer* – como órgão de propagação do germanismo no Norte do Brasil. No ano seguinte escreve, em alemão, uma monografia sobre o Brasil, sob o ponto de vista literário e em 1878 faz a Carta Aberta à Imprensa Alemã, traçando um perfil sócio-econômico e cultural do Brasil, desmistificando a imagem que o Império, pela figura bonachona de Pedro II, difundia na Europa. Também no ano de 1875 publica o seu livro de Ensaios e Estudos de Filosofia e Crítica, de tendência, nitidamente alemã, citando diversos autores, inclusive o então desconhecido Karl Marx. Em 1880 edita a Revista de Estudos Alemães, publicado em 1883, ano particularmente feliz para Tobias Barreto pelo

seu encontro com o Príncipe Henrique, em visita ao Brasil
(Barreto, 1994, p. 359).

Mas, qual a importância desses escritos de Tobias para o entendimento de sua crítica à identidade nacional? Primeiramente, a natureza desses materiais permite construir pontos de vista privilegiados para análise, já que foram produzidos a um destinatário, que era o estrangeiro. Ao produzir em alemão para alemães, Tobias deixou transparecer críticas ásperas à nossa cultura. Não que não tenha realizado a mesma crítica em língua nacional, mas como a identidade se define na relação de alteridade, ao definir seu país para esse outro estrangeiro, o sergipano define-se a si mesmo numa construção dialética de significação. Assim, ainda que o público leitor de sua produção em alemão fosse virtualmente nulo, esses escritos constituem o que Maria Bernardete Ramos Flores, ao se referir a obra de Hernani de Irajá (médico e artista plástico), chamou de “[...] ‘arquivo’ de referências, de repertórios, dos enunciados de verdade [...]” (Flores, 2008, p. 232). Fundamentalmente, seus alvos podem ser sintetizados em dois grandes tipos: 1 – nossa cultura política e o Estado Imperial; 2 – nossas expressões culturais: música, literatura, teatro, filosofia etc. Essa dupla natureza de nossos pecados como nação são explicitadas por Tobias em escrito de 1874, intitulado *Nosso atraso*:

A candidatura do Brasil aos fóros de nação culta é um phenomeno morbido: - alguma cousa de semelhante ao disparate dos loucos, que se julgam reis. Que cultura se concebe para um povo, cuja religião, cuja política são puramente mechanicas? E que religião, e que politica póde haver em um paiz, onde a philosophia é nulla, onde a arte é nulla, onde a sciencia é nulla? – Eis ahi tudo (Barreto, 1926i, p. 258).

O pessimismo quanto à possibilidade de evolução cultural do Brasil é uma constante nessa retórica da negatividade. Ao comentar o livro *A Província*, de seu contemporâneo Tavares Bastos, Tobias mantém o tom:

Ora, ninguém desconhece que apesar da fatua pretensão de sermos um povo culto, nós não temos, já não digo nas Províncias, na propria côrte do imperio, uma pequena revista, uma só folha, se quer, especialmente animada do espirito scientifico e votada à causa do progresso e diffusão das ideas. O jornalismo é quasi todo político e em regra mane- jado por um partido, expulso do poder (Barreto, 1926i, p. 96).

Interessante notar como na era de ascensão do sentimento nacional com forte inserção social em todo o mundo Ocidental, Tobias joga na contramão de seu tempo produzindo uma crítica visceral ao patriotismo vigente. Nas suas palavras, o nacionalismo:

[...] que Lessing chamava uma heroica fraqueza, - tempo ha de vir, em que limitar-se-ha a ser simplesmente um objecto de estudo para os psychiatras, como uma nova especie de mania sine delirio, como uma psychose, como uma doença (Barreto, 1926i, p. 310).

Para superação dessa aporia caberia então ao pensador se colocar como ponta de lança para uma crítica radical da cultura nacional e a construção de uma cultura autêntica. Em suas palavras:

Não seria desejável, que entre nós surgisse um homem, que, em vez, de se deleitar na utopia mentirosa dum patriotismo vazio, ousasse a arrojante aventura de provocar pouco a pou- co uma reação contra as aspirações e tendências, que nos

arrastam consigo, até que implante finalmente em todos os brasileiros tanto a convicção da nossa atual pobreza, como também a visão entristecedora do nosso futuro nacional? Oxalá eu consiga contribuir de minha parte para esta obra meritória de reforma e destruição! (Barreto, 1926i, p. 37-38).

E como se daria a contribuição de Tobias para o progresso de nossa cultura? Inicialmente pelo diagnóstico de nossa miséria, do ponto de vista de uma definição de nossa configuração social e histórica. Dessa maneira, Tobias declara seu intento:

[...] profundamente compenetrado na necessidade duma reforma da vida espiritual brasileira, tomo a peito, tanto quanto minhas forças o permitem, de fazer sentir mais e mais aos meus compatriotas, completamente enganados de seu rumo intelectual, a grandeza da Alemanha (Barreto, 1926i, p. 36).

Ainda em suas palavras:

[...] continuo no folguedo, sob forma menos perigosa, mas igualmente apazível. É dar alfinetadas na vaidade de uma sucia de parvos, para rir-me de sua furia e dos seus insultos, que aliás me deixam illeso (Barreto, 1926i, p. 311).

Esse desejo pela polêmica se efetiva tanto na estratégia retórica agressiva quanto na necessidade de distinção do intelectual no sertão, que pensa na Província e a partir da Província. O alvo privilegiado será a Corte do Império. Em texto de 1875, intitulado *Miserias do Império e sua côrte*, Tobias constrói péssima imagem para a capital imperial e imputa a ela a causa de nossa decadência. Assim, a capital seria o local de guarda de um “[...] governo estolido e mesquinho [...] o Rio de Janeiro é o tumulto do Brasil; mas note-se

que o tumulto nada tem a ver com a morte" (Barreto, 1926i, p. 177). Mesmo a densidade populacional da Corte e sua constituição enquanto capital cultural não a salvariam da decadência já que:

[...] em vão para ali affluem todos os annos dúzias de legisladores; em vão alli residem centenas de advogados, e um sem numero de illustrados de todas as classes: o Rio de Janeiro não se assignala, diante das provincias, por qualquer progresso, neste ou naquelle ramo de conhecimento. E oxalá que á isto se limitasse o seu atraso. Mas não ha tal
(Barreto, 1926i, p. 177).

Obviamente que, para o intelectual que jamais saiu da Província e deseja se impor dentro do "campo", a negação da Corte poderia soar como uma declaração de autoexclusão do jogo político e cultural nacional. E é exatamente atrás da necessidade de diferenciação, de singularização dentro do campo, que Tobias escolhe a crítica à Corte como eixo central de sua retórica. Em diversas ocasiões Tobias ameniza sua posição crítica declarando-se patriota:

Não pela cega devoção à pátria, não pelo elogio diário de suas supostas riquezas, mas, sim, na séria meditação de seus defeitos e necessidades prova-se o verdadeiro patriotismo. Ao amor à pátria, que obceca em nossa terra todos os espíritos, conseguindo até que tenham o Brasil como um milagre do mundo, contrapõe-se, senão mais recomendável ao menos em igualdade, o amor à verdade, que unicamente me move para escrever (Barreto, 1978b, p. 39).

Logo, a opção pela Alemanha em detrimento da força que a cultura francesa tinha na Corte constitui uma das opções possíveis de alternativa, talvez a opção que mais despertou interesse de

Tobias, tendo em vista o crescimento político e econômico germânico no fim do século XIX, além da tradição filosófica daquele povo. Curiosamente, outro concorrente que começava a deslumbrar o horizonte brasileiro, só vai ser considerado como opção viável, por Romero. Tobias não teve tempo de presenciar a emergência dos Estados Unidos como potência mundial. Sobre a cultura norte-americana, encontramos um pequeno texto bastante positivo, intitulado *Notas sobre a literatura na America do Norte*, datado de 1886 e que afirma:

Uma nação, por conseguinte, cujo materialismo, tantas vezes malsinado, admitte semelhante idéa de um dever nacional para com a litteratura, não tem somente um futuro na mostruosa aposta dos povos sobre os portos e praças commerciaes do mundo; altos destinos tambem se lhe reservam no puro dominio da vida espiritual (Barreto, 1978b, p. 268).

Lamentavelmente, enquanto no norte a literatura cresce em produção e circulação, no Brasil, nossa literatura pecaria por sua mediocridade, ausência de relevância e originalidade:

Na história da vida espiritual do vigente seculo nós brilhamos pela ausencia; porém de um brilho triste, não semelhante ao que Tacito, o creador da insigne expressão, attribuiu ao que Tavito, o creador da insigne expressão, attribuiu á Bruto e Cassio, precisamente porque não se viam as suas effigies, ao lado de outras, nos funeraes de Junia. Não basta asseverar que nunca tivemos, - ainda hoje não temos um só homem, que escreva para o mundo culto, um homem, cuja cabeça tenha maior ambito, do que o estreito horisonte da própria nacionalidade (Barreto, 1978b, p. 268).

A culpa do nosso atraso recai mais uma vez sobre a Corte:

E importa declarar-o: a côrte do Império é o resumo, a condensação sombria de toda a sorte de males que nos affligem. O espírito nacional, que em regra não se caracteriza pela posse de qualidades insignes, é alli que se revela na mais completa indigencia, e até parece constituir uma excepção monstruosa daquillo que, por outras partes, elle póde ainda ter de bom e aproveitavel (Barreto, 1978b, p. 176).

No entanto, a Corte representa toda sorte de males de nossa nação, mas não necessariamente a causa de todos eles já que:

[...] assim, dizendo nós que a côrte do Império é um resumo de nossos males, não fica subentendido que seja causa delles. Mal apercebemos, por exemplo, como se deva attribuir ao Rio de Janeiro o atraso intellectual, a miseria scientifica e literaria, que graça em todo paiz (Barreto, 1926i, p. 177).

Mas então, quais seriam as causas primeiras de nosso atraso? Tobias não vacila em apresentar as heranças de nossa Metrópole, Portugal, como a fonte de todos os nossos males culturais:

Duas causas, sobretudo, têm concorrido para embaraçar a nossa consciência, ao ponto de supormos muito grandes e muito célebres: o contato de Portugal e a preponderância absoluta do espírito francês. Não tendo diante de nós um termo de comparação mais natural, do que o velho reino, de quem somos dignos herdeiros, bitolamo-nos por ele e sorrimos de contentes: miramo-nos nesse espelho e achamo-nos bonitos. Por outro lado, obedecendo desde longa data, a direção fatal das letras francesas, chegamos ao

estado lastimável de não admitir outras idéias, não imaginar mesmo que existam, se não as que importamos de Paris (Barreto, 1978b, p. 42).

Ao comentar a obra *Correntes principais da literatura do século XIX*, do dinamarquês Georg Brandes, Tobias Barreto enfatiza a tese defendida no livro de que a Literatura pode representar a natureza de um povo se ela for completa, ou seja, se houver nessa nação a expressão de todos os gêneros literários. Nesse caso, Tobias contra-argumenta que nem França, nem Alemanha possuíam então tal completude. Há lacunas inerentes ao processo de evolução dos povos:

Pois, mesmo a falta de produções literárias é um manifesto psicológico do enfraquecimento ou vácuo espiritual de uma nação. Cada atividade espiritual do povo, diz Julien Schmidt, tem o seu tempo; ora entra em primeiro plano a arte poética, ora a filosofia; ora as ciências jurídicas, ora a política; ora o movimento religioso entra no primeiro plano e influi nos outros momentos, ou ao menos na participação do povo e na atuação sobre o mesmo (Barreto, 1978b, p. 50).

Novamente a imputação causal de nossa involução cultural se volta para a ex-Metrópole:

Estas lacunas, porém, que quase sempre são provocadas pela preponderância de cada atividade espiritual, podem também provir mesmo do caráter das nações, da sua natural incompetência para a atividade de alguns ramos literários. Assim vemos, p. ex. que Portugal, no decorrer de sua vida histórica, nunca se interessou pela filosofia, nem sequer teve um só filósofo de renome. Salta aos olhos sua carência de

senso filosófico. Digo mais: entre as virtudes do pequeno, velho Reino setecentenário não conta de forma alguma o talento científico. Hoje ninguém nos poderia indicar, o que e como os portugueses, contemporâneos de Descartes e Spinoza, opinaram sobre as questões metafísicas de então. Mesmo na época de Voltaire e de Frederico O Grande, naquela época de **revolução monárquica**, no dizer de Schlosser, e de fermentação intelectual, Portugal, pobre e sem brilho, tinha só dois fenômenos de fama européia: Pombal e o terremoto de Lisboa. Se apesar disso existe uma literatura, à qual cabe a censura de ser incompleta segundo o critério de Brandes, é esta a portuguesa (Barreto, 1978b, p. 52).

Se Portugal, “pobre e sem brilho”, pouco representaria em termos de filosofia e cultura autênticas, sendo uma nação “consumidora e reprodutora” de padrões franceses, é claro que a figura do imperador seria alvo da crítica de Tobias. Mas é inegável que no Oitocentos:

No Brasil, a adoção de um modo de vida europeu, destacadamente francês e burguês, não significava apenas uma continuidade dos laços de dependência econômica e cultural, mas era também a suposta expectativa de afastar-se de tudo quanto significasse atraso, aspecto que estava ligado a Portugal, e uma maior aproximação do progresso, que significava estar ligado à França ou à Inglaterra, e também um afastamento do campo e do modo de vida rural para uma aproximação com a cidade e o modo de vida urbano, fato esse que só aconteceu, de forma mais forte, a partir da segunda metade do século XX, acompanhado de um crescente projeto de industrialização do país (Bezerra, 2009, p. 61).

A crítica à Corte então, passava pela crítica da própria cultura lusitana. Nas palavras de Tobias:

Ele [o imperador] ocupa, portanto, na nossa evolução histórica, o lugar dum fator retardante, duma força perturbadora. Turmas de pedantes e sabichões originais, cujo mecenas ele é, borboleteiam em redor dele, como os planetas em redor do sol, ou mesmo como as moscas em redor duma insidiosa chaga aberta (Barreto, 1978b, p. 70).

Essa figura alegórica, produto de ilusão de uma construção realizada pela máquina do Império, seria um ícone gritante das fragilidades estruturais de nossa cultura, Artes e Ciência. Ironicamente Tobias constrói a seguinte imagem para o imperador ilustrado:

Salve a nação, que possui um reinante tão sábio! Enquanto outros príncipes e soberanos se dedicam somente às grandes tarefas práticas do tempo, enquanto a Esfinge política exige deles uma séria e esforçada atividade, pode D. Pedro ainda se dedicar corajosamente à pedanteria, ocupando-se de filologia e aprendendo a língua sânscrita! Ô! Bom regente! Vinde, portanto, vós reis e rainhas e experimentai com enigmas, o homem é realmente uma curiosidade. Apresenta-se no exterior, como se ele fosse um perfeito exemplo de magnanimidade monárquica e todos os reis deveriam torná-lo como exemplo, enquanto entre nós ele se mostra nada menos como liberal e magnânimo. Quem o conhece, não o compra. Todavia, não se deve negar a ele um talento excelente, o talento de um artista nato, que só visa o aplauso do público (Barreto, 1978b, Nota 1, p. 71-73).

Nesse momento, Tobias não se colocava ainda como defensor do republicanismo:

Pelo amor de Deus! Não se imagine que com isto me seja permitido homenagear o republicanismo de um dia, a este tosco e berrantemente pintado fetiche no pagode 'À santa Parvoíce', como merecidamente intitula Johannes Scherr. Tão pouco como eu creio na única beatificante, tão pouco creio a única beatificante república. A república pressupõe a soberania do povo; mas esta soberania é ainda e sempre uma '*Contradictio in adjecto*' (Barreto, 1978b, Nota 2, p. 68).

No entanto, há considerável documentação levantada por Luiz Antonio Barreto, que aponta para a participação ativa de Tobias tanto no movimento abolicionista quanto republicano. Segundo Luiz Antonio Barreto:

Em Escada, Tobias Barreto de Menezes praticou essa tríplíce busca: da liberdade religiosa, da liberdade aos negros e da organização da sociedade e afirmação do cidadão. Consciente de que Escada, com seus 120 engenhos ditando sua vida, era uma representação pernambucana, Tobias Barreto foi um agitador a bradar contra as formas de injustiça que uniam, não raro, a Igreja, a justiça e o poder constituído. Para combatê-los, em todas as frentes, Tobias dispôs de uma tipografia montada para editar seus jornais, muitos dos quais distribuía gratuitamente, na feira, com o povo (Barreto, 1994, p. 78)¹⁶.

Há ainda outra perspectiva a se levar em conta: a crítica às ideologias e à Corte eram formas de se contribuir com a dissolução do mundo escravista.

16 Indicação de leitura: Chacon (2008) e Barreto (1994).

Ao mesmo tempo em que essa retórica agressiva parece depreciar, ao contrário de idolatrar a realidade nacional, ela também cumpre a função de dupla conjunção na construção da alteridade: ela busca identificação, apoio alemão para a reformulação de nossa cultura enquanto inspiração e a negação da cultura francesa sorvida pelas nossas elites inicialmente pela influência da dominação da metrópole lusitana. Também em Sílvio Romero, essa retórica pessimista e polemista se apresenta invariavelmente ligada ao lugar de fala no horizonte das ideias e seu propósito de distinção:

Em Sílvio Romero (1851-1914), a pretensão científica era frequentemente contrabalançada, às vezes anulada, por um temperamento polêmico, que hoje parece até simpático, mas que certamente contribuiu para muitos de seus juízos falsos, positivos ou negativos (Leite, 1976, p. 180).

Mas também Romero vai ressaltar um elemento importante das transferências culturais do Oitocentos: a circulação de ideias e autores estaria condicionada ao filtro lusitano, mas principalmente ao filtro francês. Ele exemplifica com o caso da literatura:

A literatura *francesa* tomou o ascendente na época romântica, de 1830 em diante. Não a deixamos até hoje; porquanto o que sabemos e tomamos dos *ingleses, alemães, russos e escandinavos* nos vem por intermédio da crítica e da assimilação francesa. Releva, porém, ajuntar que com tabulado recentemente um regular comércio direto. O mesmo se deve dizer dos norte-americanos em matéria de organização política, desde a adoção que fizemos de seu sistema de governo (Romero, 1980a, v. 1, p. 306).

No caso de Tobias, sua justificação para uma postura crítica em relação às condições sociais de produção, reprodução e circulação de nossos bens culturais é enfática:

Mes amis les ennemis me acusam que costumo pronunciar-me com tal desprezo a respeito das situações internas do país, como se eu não tivesse nada com isto. Acusação tola. O contrário é o caso. Justamente por participar das deficiências e necessidades do Brasil, lamento e mostro-me contrariado por isto, por insistirem com tenaz pertinácia nos preconceitos e não se enfrentam o destino, que parece pesar sobre nós. Em nome dum princípio anatematizaram os profetas de Israel a sua pátria e lhe profetizaram desgraça. Não eram eles verdadeiros patriotas? Também um princípio superior – falando clara e abertamente, sem todavia bancar o profeta – me inspira nojo e repugnância diante de coisas brasileiras (Barreto, 1978b, p. 66–67).

A retórica da negatividade é invertida e revertida em amor à pátria. A crítica exaustiva aos problemas nacionais procuraria funcionar como vetor para reflexão diante de nossa condição e então movimento para a maquinaria da transformação social. Além de fator de distinção dentro do campo intelectual, essa retórica fomentaria a natureza intrínseca de um verdadeiro patriotismo, aquele que não se engana diante das ilusões ideológicas construídas pelo sentimento nacional, tampouco supervaloriza a produção cultural estrangeira, mas busca observar o quadro mais geral de composição das correntes filosóficas em circulação no ocidente Oitocentista, como deixa claro o fragmento abaixo:

Sou brasileiro de corpo e alma. Motivo algum seria capaz de fazer-me trocar a minha pátria por outra. Que eu fique

conhecendo somente de duas maneiras, a saber, na forma de seu fiscal de rendas com sua papelada, e na do soldado com sua baioneta – não quer dizer nada. Quase poderia ter dito, como o Fígaro de Beaumarchais, só para não morrer de fome, que eu precisaria mais de arte e ciências do que foi gasto desde anos pelo Governo no Brasil inteiro. Preferiria, porém ter nascido como macaco africano, objeto de estudo dum Darwin ou de um Haeckel, do que... **J'aime mieux me taire**. Para completar este período, queira permanecer o Senhor D. Pedro de Alcântara, este rei **liberal**, sim, **republicano**, que viaja com o livro debaixo do braço e o saco na mão, e que gostaria ver derrubadas todas as monarquias na terra, exceto a sua própria, **ad maiorem suam gloriam!**...

(Barreto, 1978b, p. 66–68).

Novamente, Tobias se volta para o nosso monarca de forma contundente, se valendo de seu exemplo como avatar de nossas estruturas sociais mais arcaicas. A mesma lógica de construção retórica de depreciação de si, pelo olhar do outro, é utilizada por esses intelectuais de forma sistemática, e nesse ponto talvez tenham caído na armadilha de se absorver um ponto de vista eurocentrista quando lhes foi convenientes ao passo que, as filiações teóricas se realizaram de forma dispersa. É o caso de Tobias e seu diálogo com a obra do historiador Henry Thomas Buckle (1821–1862). Buckle foi autor de grande circulação no final do século XIX e início do XX no Brasil. Suas obras se centravam num ponto de vista progressivo e evolutivo em termos de civilização. No caso do escrito de Tobias que aqui analisamos — o *Brasilien Wie Es Ist*, de 1876 — o uso das ideias do autor britânico serve de sustentação teórica e de legitimação internacional para a reafirmação de nossa inferioridade e atraso cultural, um reforço de densidade para o argumento de autoridade à qual o autor busca consolidar junto ao seu público:

Seja qual foi a doçura do orgulho que sentimos, imaginado-se cada um de nós pertencer a um povo grande e capaz, devemos ter a coragem de vencer tal engano, auscultando somente a voz da natureza e da história, que reza assim: somos um povo pobre, despreocupado, preguiçoso, inconsciente, numa palavra, um povo sem ideias. E aqui vem Buckle em nosso auxílio. As poucas lisonjeiras verdades enunciadas por ele sobre o nosso caráter nacional, impelido na sua evolução, como se pairasse sobre nós uma espécie de praga, são ainda verdadeiras; e faço minhas as palavras férreas do célebre filósofo da história:

'The Whole of Brazil, notwithstanding its immense apparent advantages, has allways remained entirely uncivilized; its inhabitants wandering savages, incompetent to resist those obstacles which the every bounty of Nature had put in their way. For the natives, like every people in the infancy of society, are averse to enterprise: and being unacquainted with the arts which physicaal impediments are removed, they have never attempted to grapple with the difficulties that durin more than three hundred years the reSSources of European knowledge have been vainly employed in endeavouring to get rid of then. Along the coast of Brazil, there has been introduced from Europe a certain amount of that civilization, which the natives by their own efforts could never have reached. But, such civilization in itself very imperfect, has never penetrated the recesses of the country: an in the interior there is still found a state of things similar to the which has always existed. The people, ignorant and therefore brutal, practicing no restraint, and recognizing no law, continue to live in their old inveterate barbarism'.

Assim o sábio inglês, cujo juízo muito aprecio, tanto mais, quanto implacavelmente descobre as nossas chagas e não nos alimenta com palavras ocas. Pois, para mim não se trata da questão, se este ou aquele outro escritor menospreza a minha pátria, mas se é verdade o que ele diz. Só é pena que eu esteja quase isolado neste modo de pensar e que os meus compatriotas se deixem colocar uns óculos e só acreditem nos zombadores, que se despejam sobre as cabeças a água benta dos louvores (Barreto, 1978b, p. 58–60).

Povo pobre, despreocupado, preguiçoso, inconsciente, sem ideias, ainda que ao nosso alcance a paisagem natural seja das mais deslumbrantes e favoráveis ao nosso desenvolvimento, continuamos a viver num estado de barbárie perdidos em nosso próprio território: sombria paisagem, sem dúvidas, Tobias reitera o olhar de Buckle, com o objetivo de corroborar com a “verdade” enunciada. Estratégia discursiva utilizada como mecanismo retórico pelo qual se pode afirmar uma crítica através do posicionamento de negação, que o julgamento do pensador inglês resulta de início. No segundo capítulo do primeiro volume da sua importante *História da Literatura Brasileira* (1888), Romero recorre ao mesmo esquema retórico para realizar uma análise da nossa literatura. Nas suas palavras: “A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos”, isso posto, tendo em vista que, “[...] a darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia” (Romero, 1980a, v. 1, p. 59).

A recorrência às teorias evolucionistas recém-aportadas no Brasil assumiria lugar na consolidação das nossas ciências sociais, médicas, criminais e antropológicas, servindo de base para consolidação da imagem de pioneirismo tanto de Tobias quanto de

Sívlio Romero num campo intelectual bastante vasto. Pela chave da retórica polemista, esses intelectuais produziram efeitos no espaço público de seu tempo e no contemporâneo, legando à posteridade lugar de destaque aos seus nomes e obras. No entanto, há outra parcela da nossa crítica que o acusou de ser “[...] o protótipo da bacharelise latino-americana: pedantemente erudita, agressiva, provinciana, alienada dos problemas políticos e sociais concretos” (Chacon, 2008, p. 37). Ora, como procuramos demonstrar, a “alienação” diante de nossos problemas sociais concretos é o que menos se sobressai à retórica desses intelectuais. Seus discursos estão eivados pelas questões de seu tempo e estas marcadas pelo olhar central da cultura como chave de leitura e explicação de nossa condição. Imersos nos debates mais profundos sobre nossa dependência externa, joga esse que envolvia a crise do Império e do sistema escravista.

O movimento do Recife e o “surto de ideias novas”

Sciencia, historia, litteratura: – tudo isto é futil; mas seria uma injustiça querer exprimir tudo isto por meio de uma formula absolutamente negativa. No fundo da critica fica sempre algum residuo, que ainda pode servir de fermento á mais serias e mais dignas producções futuras
(Barreto, 1926h, p. 246).

Se, o diagnóstico e as críticas à cultura nacional nos são apresentadas, como mostramos, numa retórica do excesso de

pessimismo, é inegável também, que produziu polêmicas que à posteridade gerou estranhamento diante da fermentação de um nacionalismo político ufanista denso, visualizado na ideologia dos governos de Getúlio Vargas, no Tenentismo e no Integralismo, para citar três exemplos de experiências com forte teor nacionalista da República. Seria possível concordar com as palavras de Tobias:

Não ha quem sinta a necessidade de olhar por cima dos muros da prisão, em que definhamos. Emparedados no prejuizo burlesco de valermos muito, de não termos que invejar ás [sic] grandes nações, vivemos de todo alheios ao movimento geral da intelligencia moderna, considerada em suas alturas (Barreto, 1926f, p. 257).

A resposta à questão levantada por Tobias certamente não é de fácil determinação. Como procuramos demonstrar, é indissociável aos nossos olhos a retórica do polemismo pessimista do conteúdo que reveste essa mesma retórica com a argumentação que transita entre uma filosofia da história e a nossa localização no curso mais geral da história humana:

E se é verdade o que diz Ruediger, que cada nação deve ter um merito permanente para com a humanidade, sob pena de ser arrastada pela corrente da historia, pois ellas só se conservam, quando produzem de si mesmas, em qualquer das direcções da actividade humana, alguma cousa de excellente, que possa valer como modelo, fóra dos limites nacionaes; se tudo isto é verdadeiro, ha motivos de receio pelo futuro do Brasil (Barreto, 1926f, p. 257).

Evaristo de Moraes Filho caracteriza o “surto de ideias novas”, que marca a renovação no campo das ideias, nos seguintes termos:

A verdade é que nunca se viu usar e abusar tanto de tais vocábulos como naquela época — ideal, idéia, novos tempos, idéia nova eram palavras inflacionadas, gastas pelo emprego excessivo; mágicas e místicas, quase dogmáticas, tanto quanto os dogmas e mitos que se queria combater (Moraes Filho, 1985, p. 112).

Tobias Barreto, no contexto do “surto”, é descrito por Evaristo de Moraes como o erudito envernizado e vaidoso, que se valia das ideias para ostentar posição de destaque:

Tobias Barreto, um dos primeiros a darem o grito renovador [...] desde 1868, usa e abusa dessas expressões da moda, slogans da época, num esforço incontido de comunicar no leitor a atualidade de suas intuições, mais do que isso, de suas antecipações. E joga, aos borbotões, a sua ciência, o que ele acabou de ler e aprender, em cima dos seus conterrâneos, locais ou nacionais, procurando confundi-los ou lhes fazendo abrir a boca, admirados (Moraes Filho, 1985, p. 115–116).

Inegavelmente, a literatura era o *locus* privilegiado para a determinação da visão desses intelectuais para uma expressão da evolução cultural de uma civilização. Não à toa, Romero produz cinco volumes de sua *História da Literatura Brasileira*, destrinchando quatro séculos de correntes literárias, movimentos, autores, ideias e obras que constituiriam o nosso espólio literário ao mundo. Tobias Barreto também produziu volume considerável sobre literatura: um dos volumes de suas obras completas é dedicado à crítica literária e cultural e em diversos momentos faz referência a obras e autores do momento, sem contar, como vimos no capítulo anterior, que foi

poeta¹⁷. Assim, a tarefa da crítica e da crítica literária seriam das mais urgentes e fecundas. Em texto de 1882, intitulado *Um romance e um romancista*, Tobias declara:

O critico litterario, eu já o disse uma vez, se acha ordinariamente deante de quatro seguintes ordens de phenomenos: obras vivas de auctores vivos, obras mortas de auctores mortos, obras mortas de auctores vivos, obras vivas de auctores mortos. As duas classes intermediarias são as mais comuns em nosso paiz; as duas outras são de um caracter exceptico e narirrimo. A critica é quasi sempre um trabalho, não por assim dizer physiologia, mas de anatomia litteraria: é um estudo de cadaveres. Não existe, por falta de objecto, a pratica das viviseccões e d’ahi as dificuldades que embaraçam o critico, quando tem de apreciar um phenomeno vivo
(Barreto, 1926f, p. 272).

A Literatura, nesse sentido, representaria a síntese do próprio *Zeitgeist* de uma civilização: “[...] costuma-se dizer – e envergonho-me de repetir verdade tão trivial – que a literatura dum povo representa a história inteira de suas opiniões e sentimentos” (Barreto, 1978b, p. 50). Nosso pecado mortal não residiria na dependência de modelos estrangeiros apenas, mas o equívoco capital estaria no erro, na escolha do interlocutor francês, porque:

[...] em relação à Arte, Religião, Política, nosso sentir e pensar originam-se em França, formados pelo modelo desta. Assim, cada um dos nossos presumidos pensadores e escritores tem, por assim dizer, um par de muletas francesas, só com elas se

17 Críticas de literatura são encontradas nos seguintes volumes: *Obras Completas Vol. I (Dias e Noites, poesias)*, *Obras Completas, Vol. II (Polemicas)*, *Obras Completas, Vol. X (Vários Escriptos)*. Edição do Estado de Sergipe (Aracaju) em 1926.

podem movimentar, por isso parece a Literatura brasileira e pobreza duma própria vida substancial. Alimentando-se de migalhas francesas o pensamento brasileiro só produz névoa e fumaça (Barreto, 1978b, p. 34).

Como bem sabemos, ao longo de nossa história, a Literatura funcionou como produtora de discursos tanto de críticas à nossa identidade quanto serviu à construção e consolidação dessa identidade. Nesse caso os intelectuais que pensaram o Brasil a partir do sertão e da Província, também almejaram a constituição de uma literatura nacional. Os movimentos regionalistas travaram luta tanto num ambiente local quanto frente a outras regiões em busca de afirmação, especialmente em detrimento da força do eixo Rio de Janeiro-São Paulo:

O regionalismo liga-se a um Brasil em busca de uma identidade enquanto povo, por intermédio de conceitos como raça, etnia, usos, costumes, história. Os estudos do folclore e o nascimento da etnologia também contribuem para a narrativa produzida pelos escritores regionalistas de fins do XIX e da primeira metade do século XX. Como uma das formas do nacionalismo, o regionalismo na literatura, seja romântico, seja realista, voltou-se para pensar a identidade brasileira, na maioria das vezes não como partes isoladas, excludentes, em conflito, mas como reflexão a contribuir para o desvendamento da 'alma nacional' mais autêntica (Alencar, 2012, p. 93).

No caso dos intelectuais da geração de 1870, que vivenciavam um processo ainda tímido de defesa do republicanismo, os paradoxos inerentes à expansão das fronteiras internas, levada a cabo pela República gradativamente, não foram presenciados. Logo, toda

uma literatura, que “descobre” os sertões e as contradições dos projetos de modernização seletiva, se encontra ainda em gestação. Mas haveria na literatura sobre os sertões brasileiros influência do ideário de 1870 para além do lugar-comum de sua contribuição para nossa formação identitária? Acompanhemos Romero mais uma vez na *História da Literatura Brasileira*:

A filosofia da história dum povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana. São conhecidas as dificuldades quase insuperáveis dos estudos sociológicos. Uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico, por todas as suas faces, com fatos positivos e não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se estiolaram por inúteis e irrealizáveis, como órgãos atrofiados por falta de função; acompanhar o advento das populações cruzadas e suas predisposições; descobrir assim as qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos de psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura. De todas as teorias propostas a de Spencer é a que mais se aproxima do alvo, por mais lacunosa que ainda seja (Romero, 1980a, v. 1, p. 69).

Evolucionismo ou darwinismo social aplicado ao desenvolvimento da Literatura. A metáfora da seleção natural aplicada aos “organismos” culturais. Mas, tentamos extrapolar esse outro lugar-comum, que a historiografia sobre Romero consolidou, e mostrar como, através de uma retórica do pessimismo e da crítica, à nossa cultura esses intelectuais tentaram equacionar o problema de nossa evolução cultural localizada no mesmo espaço-temporal das nações

desenvolvidas. Nesse sentido, teríamos um grave problema porque, “[...] outrossim, também a nossa literatura se apresenta bastante lacunosa e incompleta. Apesar disso ela leva a chancela do nosso espírito, ou melhor, o cunho da nossa miséria” (Barreto, 1978b, p. 54). Miséria essa levemente mascarada pela ideologização de um sentimento nacional trivial, mas profundamente articulado ao imaginário republicano que sustentará o autoritarismo de exclusão e violência sociais extremos. No caso da Escola do Recife, ela escapa parcialmente dessa armadilha quando elege a cultura como noção chave para o entendimento e mapeamento da natureza de nossa identidade, e não apenas a raça ou o meio geográfico:

A cultura reveste-se porém de outro significado ao associar-se à problemática do nacional, adquire agora uma dimensão agregadora. Se os membros de uma população territorial encontram-se separados pela distância geográfica, pela origem de classe, pelo fato de serem citadinos ou camponeses, um mesmo conjunto deve envolvê-los para que façam parte de uma unidade comum. A cultura é a consciência coletiva que vincula os indivíduos uns aos outros (Ortiz, 2013, p. 612).

Destacamos que a noção de cultura estava impregnada antes de Tobias e Romero pelo debate polarizador *natureza/cultura*. Ou seja, a cultura não era compreendida enquanto dimensão antropológica de produção de significados e significações para as atividades humanas, mas sim como conceito explicativo das relações da humanidade com a natureza e seu desenvolvimento¹⁸. Assim, através da noção de cultura e da retórica do polemismo, esses intelectuais construíram um movimento e muitas reações dentro da efervescência da crise do Brasil Imperial. Como ressaltam Veloso e Madeira (1999, p. 38):

18 Sobre esse debate sugerimos: Borges (1991) e Calafate (1991).

Apesar de suas contradições e divergências internas, decorrentes de uma maior complexidade adquirida pelo próprio campo intelectual, a 'geração 1870' representa um dos grupos mais importantes para a cristalização da idéia de nação como ideologia, ou seja, para a potencialização de sua força como estratégia de luta política.

Em confluência a posição da Escola enquanto lugar de inovação teórica, temos a análise de Antonio Paim:

A Escola do Recife, conforme indiquei, desaparece virtualmente na época da primeira guerra mundial. Seus últimos integrantes não tiveram tempo sequer para concluir o pretendido estudo global da sociedade brasileira. E muito menos para dele retirar um programa de ação revestido da eficácia de que não chegou a dispor a plataforma reformadora com base na filosofia, no Direito, na sociologia, em suma, nas esferas da cultura exigentes de maior elaboração teórica (Paim, 1997, p. 97).

Em artigo, Francisco Foot Hardman explora uma hipótese interessante em torno de Euclides da Cunha. Segundo Hardman, além do cientificismo e da ideologia do progresso do Estado Nacional, em Euclides haveria um romantismo de inspiração hugoniana (comum a Tobias Barreto): "A história, nele [Euclides da Cunha], como indicaremos, constitui essencialmente uma construção de ruínas" (Hardman, 1996, p. 294). Haveria razão, ainda, para acreditarmos que as relações entre o nosso modernismo, o desenvolvimento da literatura regionalista e sertanista e a geração que pensou, repensou e idealizou um projeto de nação ao fim do Império se encontrariam tão apartadas que jamais poderíamos conjecturar o seu diálogo ainda que esfumado pelas

especificidades de cada tempo histórico e horizontes intelectuais distintos? É inegável que, como afirma Evaristo de Moraes Filho, em Tobias, “A modernidade era nota constante do seu espírito, a despeito da sua sólida formação de língua e literatura latinas clássicas” (Moraes Filho, 1985, p. 116).

Ora, não teria Euclides evidenciado, ao estar no sertão, o tamanho da distância entre a formação cultural do homem do litoral, da “civilização” com os saberes do sertão? Ao desafio de pensar o Brasil havia uma enorme lacuna entre conhecer o Brasil! O mesmo espanto diante do espaço e da natureza são vislumbrados na nossa geração modernista, mas com utilização e significação completamente diversa. Graça Aranha, em 1901, publicava sua obra maior, *Canaã*. Na obra, o personagem Milkau, imigrante europeu, chega ao Brasil com o intuito de aqui viver. Deslumbrado pela exuberância da paisagem natural, ele conclui esperançosamente que aqui haverá de transformar o País de cima a baixo, por completo. Esse fascínio pela natureza seria elemento decisivo na crítica da Escola do Recife e do Positivismo já que seria a causa de uma:

[...] contínua exaltação, provocando a falta de método e disciplina, responsável pela deformação insanável da nossa vocação para a eloquência inconsequência inconsequente, cujas manifestações mais recentes, segundo ele, estão no cientificismo da Escola do Recife e no Positivismo (Prado, 2010, p. 130).

Sabemos que o imigrante europeu foi considerado, na transição de nosso Império para República, como uma das possíveis soluções para nosso desenvolvimento, mas poderíamos confiar nas palavras de Milkau como fórmula para a solução de nossos dilemas enquanto povo? Seria a nossa identidade tão cruelmente perdida que apenas à luz dos civilizados poderia nos conduzir ao caminho do progresso? Fiquemos com seu raciocínio:

Ha uma tragédia na alma do brasileiro, quando elle sente que não se desdobrará mais até ao infinito. Toda a lei da criação é crear á própria semelhança.... E a tradição se rompeu, o pae não transmittirá mais ao filho a sua imagem, a lingua vae morrer, os velhos sonhos da raça, os longínquos e fundos desejos da personalidade emmudeceram, o futuro não entenderá o passado.... [...] (Aranha, 1901, p. 43).

A projeção de Milkau à luz da imigração europeia, condição *sine qua non* para o aceleramento de nosso progresso enquanto civilização, reverbera na imagem que Sílvio Romero tinha do processo imigratório. No olhar de Francisco Foot Hardman:

Essa narrativa [Canaã] é seminal, tanto no que contém de dramatização épica da passagem do Brasil por alguns dos impasses da modernidade, quanto na filiação a um utopismo visionário aberto às possibilidades da imigração em massa de colonos europeus para a agricultura e indústria nacionais. Alguns temas despontam, neste texto, como questões de base que permaneceriam ainda, por muito tempo, na cultura e sociedade brasileira: a oposição campo/cidade; a indeterminação dos limites extremos das fronteiras econômicas e civilizacionais da nação; os conflitos raciais, a herança da escravidão e os efeitos da imigração estrangeira; a exploração predatória e o arruinamento precoce das paisagens; a contradição entre nacionalismo e cosmopolitismo; os choques de temporalidades adversas, bem expressas pelo antagonismo entre a comunidade rural de pequenos produtores (lugar de solidariedade utópica fundada no trabalho cooperativo, na igualdade entre pares e num misticismo vitalista que faz o elogio da terra germinadora) e a sociedade nacional (lugar do Estado legal-burocrático

moderno, detentor do monopólio do uso da violência)
(Hardman, 1992, p. 292-293).

Como destaca Francisco Foot Hardman, marca forte da obra é a tensão na qual:

[...] as relações de dialética entre ruína e utopia estabelecem-se de modo bastante visível, apontando para uma tensão permanente entre a memória melancólica de um tempo esgarçado [...] e a imaginação redentora de um porvenir libertário [...] (Hardman, 1992, p. 293).

Sem meias palavras, Romero não se esquivou de projetar ao futuro as consequências, em nível nacional, provocadas por esse processo. Oliveira Lima também se colocou a favor de uma fraternidade universal entre as nações tendo em vista o progresso resultante dessa aproximação. Em uma de suas conferências pronunciadas em Paris, em 1911, na prestigiada *Sorbonne*, assim sentenciou sobre o tema da imigração e da nossa formação étnica:

O exemplo do Brasil serve para demonstrar que o concurso dos estrangeiros pode ajudar vantajosamente, e de fato ajuda sempre poderosamente o desenvolvimento nacional, e que a contribuição de ordem social que cada um deles pessoalmente representa não é senão a visão fragmentária do espetáculo que o futuro provavelmente nos reserva, a saber, a combinação, a solidariedade – repetamos a palavra, que por haver sido mais usada não perdeu seu valor nem sua significação – dos esforços de todos os povos para um fito comum e para um Estado estranho tão-somente às ambições e às injustiças mantidas pelas rivalidades presentes
(Lima, 2000, p. 254).

Ao se referir ao Norte do País, Romero (1980b, v. 2, p. 607) sentencia: “O futuro deste elemento no Brasil depende da solução que tiver entre nós o problema da colonização e da imigração”. Na perspectiva de Romero, o desenvolvimento desse processo histórico culminaria num dilaceramento da nação com a separação dos territórios. Em suas palavras:

No fim de seis ou oito gerações, digo mal, no fim de quatro ou cinco, a serem realizados os sonhos de certos pretendentes vistosos e levianos, todo o Sul do Brasil estará, além de outras causas naturais, com uma enorme população estrangeira, totalmente diversa da do resto do país e a sua separação, a sua independência será inevitável (Romero, 1980b, v. 2, p. 607).

Esse futuro de cisão entre Norte e Sul é vislumbrado pela concentração, mas também pelo fator determinante da raça. Assim:

[...] o Brasil do futuro será de uma outra raça que não a nossa, e o papel do povo português nesta terra terá sido simplesmente o do primeiro desbravador do terreno; terá sido o de uma população provisória que veio limpar o caminho para outros (Romero, 1980b, v. 2, p. 608).

No entanto, Romero relativiza essa previsão de ruptura interna:

Não sei até que ponto a história é um produto da mecânica universal; não sei até que ponto é ela inconsciente e fatal e realizará os seus feitos independentemente dos cálculos humanos. Não sei, pois, até que ponto o problema das emigrações e imigrações dos povos modernos seja uma cousa que se possa calcular e dirigir (Romero, 1980b, v. 2, p. 608).

Realmente o controle das populações assume através da política de imigração um caráter de normatização por parte do Estado que na primeira República envolveram ainda a urbanização, a saúde, o saneamento, e a ocupação territorial iniciada no Império, onde o fim da escravidão também seria um “[...] signo dessa transformação do que é governar e da constituição do conceito de população” (Oliveira; Salomon, 2010, p. 84).

No caso do Império, o fator de urbanização e imigração ainda não possuía a dimensão do período republicano que chegou a colocar em xeque as estruturas sociais que passaram a conflitar com o ordenamento da República. Prova disso são os conflitos messiânicos (Canudos e Contestado como os de maiores impactos) e as revoltas urbanas (Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, dentre outras) que eclodiam a efetivação das trocas políticas das elites, indiferentes à participação cidadã de sua população nos processos decisórios. Nosso passado guardava em si não apenas a explicação de nossas contingências, mas a chave para a projeção de um novo futuro. A essa convicção, os intelectuais das primeiras décadas do século passado responderam de variadas maneiras. Dentre os “herdeiros” do movimento do Recife reverberou a imagem de uma colonização que teve o mérito de criar uma nova civilização pela sua destreza em se adaptar aos trópicos. Fazia enorme sucesso a interpretação da miscigenação e da sociedade patriarcal como a matriz da organização social brasileira. No “surto das ideias novas” o futuro e passado do homem cordial encontravam suas raízes na casa grande e senzala¹⁹.

19 Segundo Lúcia Lippi Oliveira, para Gilberto Freyre: “Este passado abre perspectivas para o futuro, fazendo dos brasileiros, já pioneiros históricos, pioneiros da civilização nos trópicos” (Oliveira, 1990, p. 195).

A Escola do Recife: tentativa de definição

Os estudos acadêmicos sobre o pensamento brasileiro da segunda metade do século XIX constituem-se numa tradição já bastante explorada nas Ciências Sociais e na historiografia brasileiras. Como ressalta José Murilo de Carvalho, diversas abordagens foram experimentadas. Das que enfatizam as correntes de pensamento às que defendem uma abordagem sociológica, onde as ideias são vinculadas às classes e grupos sociais emergentes, as perspectivas são variadas. Um dos principais estudos em torno do movimento de ideias da intelectualidade nesse período histórico é a tese de Angela Alonso (2002) sobre a geração de 1870 e seu papel na crise do Império. Através de uma sociologia das posições sociais dos integrantes da geração de 1870, Alonso prioriza uma percepção das variadas ideias onde as divergências são relegadas a um segundo plano em nome de uma relação elementar “estruturante” entre o contexto social conjectural e a própria existência de determinadas ideias. Assim, as variações nas filiações teóricas estrangeiras e os embates desses intelectuais são explicados pelos seus interesses de classe e de ascensão social dentro das estruturas das elites no Império.

Sabemos que a constituição da elite política imperial foi bastante tributária dos bacharéis e letrados. No movimento de ideias e ideais da segunda metade do século XIX, e concentrados na chamada geração de 1870, a relação estabelecida com o Império é bastante irregular. Em muito, as ondas de racionalização e crítica a um sistema político fadado à crise, que segundo Alonso (2002) é acelerada pelos diversos intelectuais da geração de 1870 e pelo *status* do intelectual, contribuíram para a afirmação de uma crítica cultural que se articulava com a crítica política. Em torno do

prestígio das profissões liberais que contém em si grande parte dos intelectuais,

Apenas, no Brasil, se fatores de ordem econômica e social – comuns a todos os países americanos – devem ter contribuído largamente para o prestígio das profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe-pátria (Holanda, 1995, p. 157).

Assim, para José Murilo de Carvalho: “Tanto as idéias e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta mesma elite mantinham relação tensa de ajuste e desajuste [...]” (Carvalho, 2003, p. 417).

No início do século XX, em discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, Romero assim definia o movimento do tempo nos finais do Império:

De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as cousas se mostrou e o sophisma do imperio appareceu em toda sua nudez. A guerra do Paraguay estava a mostrar a todas as vistas os immensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociaes, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão [...] religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sophistico das eleições, o systema de arroxos das instituições policiaes e da magistratura e innumerous problemas economicos; o partido liberal, expellido do poder, commove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programma de extrema democracia, quasi um verdadeiro socialismo: o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar (Romero, 1910, p. 359).

Ampliam-se os interesses e se abre a discussão a uma série de temas dos mais variados, o que materializa o espírito de mudança perceptível aos contemporâneos da transição vivida no país, além do questionamento das estruturas e instituições sociais que formavam a nação. Diante de tal conjuntura, os intelectuais também vivenciavam no universo das ideias e concepções de mundo os imperativos que exigiam desses intelectuais novas formas de “ler” essa realidade e lhe dar sentido. Nas palavras de Romero, “Um bando de idéas novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte”, e contextualiza:

Hoje, depois de mais de trinta annos, hoje, que são ellas correntes e andam por todas as cabeças, não teem mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, soffremos os combates do grande decennio
(Romero, 1910, p. 359–360).

E uma vez mais, Romero advoga a primazia do Recife revelando uma dimensão importante do movimento, qual seja a sua função de introdução do novo em território nacional e no horizonte, uma vez mais, à figura de Tobias Barreto: “O escriptor dos *Menores e Loucos* foi o mais esforçado combatente, com o senso de visão rapida de que era dotado. Por que contestar seu merecimento? Porque amesquinhar o seu esforço?” (Romero, 1910, p. 360).

Machado de Assis afirmara em 1879 que, “[...] o influxo externo é que determina a direção do movimento; não há por ora no nosso ambiente, a força necessária à invenção de doutrinas novas” (Assis, 1879 *apud* Schwarz, 1973, p. 154). A afirmação de Machado corrobora com a definição de que boa parte da geração de 1870 foi constituída, em grande medida, por intelectuais “marginalizados” da política imperial. Um estrato social letrado formado por profissionais liberais, jornalistas e bacharéis que, “[...] para exercer sua

insatisfação, buscaram espaços de protesto na nova imprensa e procuravam doutrinas que os ajudassem a criticar a situação desvantajosa em que vivenciavam e que legitimassem seus anseios de mudança [...]” (Alonso, 2002, p. 87).

No entanto, mesmo se levarmos em consideração os pareamentos explicativos utilizados por Angela Alonso ao estabelecer a relação entre esses grupos sociais e a formação das ideias nas diversas correntes de pensamento, nos deparamos com uma dificuldade imensa em “classificar” Tobias Barreto e a Escola do Recife em uma corrente específica ou mesmo em uma delimitação de classe. Alonso considera Tobias Barreto e a Escola de Recife como Positivistas Abolicionistas, e ainda assim de modo flexível já que estariam, “[...] mais perto dos liberais republicanos na ação política, mas vizinhos dos positivistas abolicionistas em experiência social e em ângulo de interpretação do Brasil [...]” (Alonso, 2002, p. 222). Assim, a crítica da Escola seria eminentemente reformista, um pensamento até mesmo em certas circunstâncias moderado.

Outros trabalhos definem a Escola sob outros epítetos. É o caso de Celeste Cordeiro que nos apresenta outra definição possível para Tobias Barreto. Segundo Cordeiro, Tobias é um liberal cientificista, ao lado de Silveira Martins, Tavares Bastos, Clóvis Bevilácqua, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Sílvio Romero: “Trata-se de uma ampliação do interesse eminentemente político dos doutrinários, voltando o enfoque liberal para os temas sociais, econômicos, educacionais e religiosos” (Cordeiro, 1997, p. 109).

Interessa à nossa investigação a composição das transfêrências e circulações culturais entre “nós” e um “eles” que era eminentemente estrangeiro (francês, alemão, inglês), com especial atenção a essas composições, na formulação das ideias de Tobias Barreto. No entanto, o que se deslumbrou no percurso é um embate de disputas que se davam internamente em solo nacional

entre nossos intelectuais e a composição das relações de força entre esses intelectuais ao longo de nossa história. Coube, então, redimensionar a problemática para percepção dos efeitos dessa composição de forças internas, e se haveriam ou não consequências teóricas, metodológicas, epistemológicas contribuindo ou complicando a constituição de um “pensamento” nacional.

Nesse sentido, o estudo das transferências culturais vem assumindo uma importância crescente na análise das relações interculturais, e mais especificamente, das possibilidades de escrita da história intelectual e da história dos intelectuais. No âmbito da historiografia os estudos são relativamente recentes. Remontam aos trabalhos de Michel Espagne e Michaël Werner, em meados dos anos 80, sobre as trocas culturais entre França e Alemanha entre os séculos XVIII e XIX²⁰. A perspectiva explorada por esses autores se concentra nos fluxos e trocas culturais levando em consideração as dinâmicas inerentes aos processos de descontextualização e recontextualização de ideias e objetos culturais. No caso da produção de conhecimento há um peso muito forte das transposições nacionais: “Assim, quando um texto científico é transposto de um espaço cultural (intelectual e linguístico) para um outro espaço nacional, inevitavelmente, sua significação, ligada a sua historicidade e a sua temporalidade, se modifica” (Rodrigues, 2010, p. 204).

Dessa maneira, a proposta das transferências culturais realiza um esforço de superação de uma dicotomia entre uma história intelectual e uma história social dos intelectuais e suas ideias. Essa dicotomia, bastante presente na historiografia norte-americana, que vivenciou uma febre de estudos de história das ideias e história intelectual nos anos 1940 e 1950, colocou em choque suas

20 Dentre os principais trabalhos podemos destacar os seguintes: Werner e Zimmermann (2003); Werner e Zimmermann (2004); Espagne (1999); Espagne e Werner (1994); Espagne e Werner (1988) e Espagne (2009).

abordagens dos intelectuais e suas obras: uma voltada para uma história social dos intelectuais em diálogo com a sociologia e uma história intelectual mais ligada à Filosofia. As divergências são de abordagem, mas também de procedimentos metodológicos e de seleção das fontes documentais (textos, obras, discursos etc.). Segundo Wickberg (2001, p. 390, tradução própria):

Se o historiador social busca recuperar a experiência de atores do passado por meio do uso de textos primários, o historiador do pensamento tende a ver esses mesmos documentos primários como a expressão do pensamento; o que organiza e dá forma a um texto – qualquer texto, incluindo registros censitários, documentos políticos e jurídicos, memórias pessoais – não é a experiência que ele pretende descrever, mas a sensibilidade imaginativa ou conceitual que o enquadra²¹.

Essa dimensão, referida por LaCapra, da forma com que o pensamento se expressa no texto, e que no olhar de um historiador social assume outra conotação, também nos permite analisar os textos de natureza diversa dos integrantes da Escola do Recife, ainda que tenham uma natureza mais “filosófica” ou “política” guardam em si tantas dimensões que transcendem essas classificações:

Tanto a história intelectual, que se serve de seus métodos e objetos, como a teoria das transferências culturais, que explicita os procedimentos (de importação, de seleção e de adaptação), fornecem subsídios para uma melhor compreensão

21 No original: If the social historian seeks to recover the experience of past actors through the use of primary texts, the historian of thought is inclined to see those very same primary documents as the expression of thought; what organizes and gives shape to a text – any text, including census records, political and legal documents, personal memoirs – is not the experience that it purports to describe, but the imaginative or conceptual sensibility that frames it.

dos bens culturais (importados ou exportados). Mesmo não se referindo, necessariamente, a uma perspectiva de relação recíproca entre espaços nacionais, a análise dos fenômenos de exportação e de importação é reveladora da projeção coletiva das imagens e das representações culturais (Rodrigues, 2010, p. 220).

Sob esse aspecto, a tarefa de realizar uma leitura *das* leituras de intelectuais *sobre* intelectuais necessita de uma abordagem das temporalidades e dos contextos de circulação de ideias que não pode ser circunscrito numa linearidade rígida, porque o movimento dessas apropriações não segue, necessariamente, uma lógica temporal linear. Como destaca Lúcia Lippi Oliveira, ao analisar as leituras feitas sobre as ideias e obras de Oliveira Vianna, podemos sintetizar essa complexidade da perenidade ou não das ideias de um autor pelo exemplo do próprio Oliveira Vianna e dos destinos que sua obra assumiu pela posteridade:

Oliveira Vianna foi autor de seu tempo, elo de ligação entre a chamada geração de 1870 (Sívio Romero, Euclides da Cunha, dentre outros) e o pensamento nacionalista brasileiro após a Primeira Guerra Mundial (marcado pelos críticos da Constituição de 1891 e da República Velha) e vai dar suporte ideológico ao Estado brasileiro no pós-30 e principalmente no pós-37 (Ianni, 1993, p. 242).

Haveria assim, uma clara passagem entre gerações de elites intelectuais constituídas por sujeitos que faziam parte ativamente não apenas dos debates intra elites, mas também das ações e posições políticas. Típico de um contexto histórico onde os intelectuais exerciam uma série múltipla de posições no campo que ia da crítica literária à proposição de formas de governo e exercício do

poder por parte dos governantes. Em geral, os intelectuais do Brasil Imperial são analisados através de uma pretensão de ascensão social no interior da ordenação imperial. Essa ascensão se daria pelo reconhecimento de notório saber (daí então tantas polêmicas entre esses intelectuais serem uma constante do período) ou pelo exercício de cargos políticos e administrativos. Assim, suas ideias e obras seriam meramente simulacros de seus interesses de ascensão social. Por isso, caberia ao presente, o desafio de realizar a revisão das ideias de nossos antepassados. Como ironiza Gildo Marçal Brandão: “Seria importante, em consequência [sic], retomar a obra centralizadora dos ‘reacionários audazes’ do Império” (Brandão, 2005, p. 247). Aqui podemos evocar a discussão das chamadas “redes contextuais”, especialmente, para a História dos intelectuais nesses processos de circulação e composição de “campos” intelectuais, sejam literários, filosóficos ou artísticos, mas sem derivar deste contexto, como aponta Carlos Henrique Armani, toda forma de causalidade e explicação de uma determinada dinâmica das ideias no tempo (Armani, 2013).

Retrospectivamente, há uma recorrência nos anos 1970 de referências a Tobias Barreto que o incluem no panteão dos grandes pensadores nacionais, os “intérpretes” do Brasil. Essa recorrência, de certa maneira, se enfraquece dentro do universo acadêmico intermitentemente reaparecendo em alguns estudos de Direito, Sociologia e Filosofia. No campo dos estudos jurídicos por seus trabalhos em torno dos direitos da educação da mulher e da sua defesa de um regime jurídico criminal singular para menores e loucos, além de seu pioneirismo mundial no debate em torno dos chamados “direitos autorais”²²; na sociologia, pelas análises sobre nossas estruturas sociais, sendo referenciado como precursor da disciplina em território nacional; na filosofia, seu legado é constantemente

22 Indicação de leitura: Barreto (1926d).

reduzido ao seu reconhecimento do pensamento de Kant, também definido de forma frequente como precursor da obra kantiana no Brasil. No caso de Romero:

Do legado de Sílvio Romero resistiu por mais de um século, e ainda ressoa, a sua concepção historicista de que as ideias filosóficas dependem das condições histórico-culturais em que o homem conhece a si mesmo como povo. Em outras palavras, ou as ideias filosóficas têm a sua origem na história da cultura nacional ou não têm, mas indiferente às premissas a história universal da filosofia continua a sua marcha para o futuro (Cerqueira, 2011, p. 181).

Podemos destacar a tese de doutoramento de Adalberto Marson, defendida em 1975, e apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: a crítica do artificialismo, da imitação, da dependência e da marginalização das elites culturais. Não basta apenas levar em consideração os sujeitos consagrados pela historicidade de suas ideias como “cânonnes” ou “clássicos”. É preciso também levar em conta os “de menor notoriedade”, como afirma Sirinelli, já que, como aponta Helenice Rodrigues: “[...] é fundamental para o estudo das ‘transferências culturais’ a dimensão intercultural dos conceitos que elas analisam, ou seja, as próprias transferências, que são também fenômenos de criação e de deslocamento semântico” (Rodrigues, 2010, p. 208). Deslocamento semântico proporcionado pelas trocas entre esses agentes, onde a mecânica das transferências forma uma tecitura discursiva, à qual apenas a posteridade realizará uma hierarquização.

Assim, os contextos de apropriação são múltiplos, variados e polivalentes e se dão internamente (em território nacional) e externamente (envolvendo agentes no estrangeiro). Eles transitam entre a troca de obras, citações e referências que muitas vezes não

esclarecem em detalhes a maneira com que essas obras, ideias e autores foram apresentados, como se deu sua leitura, com que instrumentos e sob quais condições foram absorvidos pelos pensadores nacionais, já que eles mesmos constantemente não fazem questão de esclarecer esses pormenores, cabendo ao investigador explorar essas dimensões, cruzando textos e autores tanto originais do momento histórico quando da exegese (historiografia, crítica literária, filosófica e fortuna crítica):

Nesse sentido, sua intelecção depende do momento histórico, isto é, do grau de consciência de que os atores adquiriram de sua própria herança, o que supõe, por outro lado, exploração empírica sistemática e trabalho teórico prévio, sem as quais tais formas não serão expostas à luz, incorporadas à experiência (Brandão, 2005, p. 256).

Fato esse, válido também, para as figurações da Escola ao longo da posteridade.

Sob a condição, é claro, de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos 'grandes' intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos 'despertadores' que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes [...] (Sirinelli, 2003, p. 246).

E sob os auspícios da herança a nossa "tradição" intelectual é profundamente marcada por dois movimentos. Um interno que constitui uma rede de filiações, e, intimamente relacionado a este, um

externo de apropriações e interferências de contextos estrangeiros. Como diagnostica Octávio Ianni, diante da miscelânea vasta de teorias e interpretações sobre os mais diversos aspectos da existência humana, os modos com que um pensamento afirma esta ou aquela ideia, é de fundamental importância para o entendimento não só do próprio pensamento, mas também do nosso modo de ser em sociedade:

Nas diferentes maneiras de focalizar a realidade, distinguem-se interpretações, escolas de pensamento, famílias de intelectuais, estilos de explicação. Mas distinguem-se principalmente por suas perspectivas teóricas. Há de tudo nas interpretações conhecidas: catolicismo, liberalismo, evolucionismo, darwinismo social, positivismo, pragmatismo, marxismo, estruturalismo, existencialismo, funcionalismo, interpretação típico-ideal, hermenêutica e outras. Sem esquecer as várias modalidades de ecletismo e bovarismos. A maneira pela qual o pensamento brasileiro incorpora, copia, parodia ou recria o pensamento europeu e norte-americano compreende um capítulo importante da maneira pela qual ele pensa a formação e a modernização da sociedade brasileira (Ianni, 1993, p. 432).

Ainda segundo Ianni, o pensamento brasileiro tem sido, “[...] principalmente jurídico, sociológico e econômico” (Ianni, 1993, p. 438). Em nosso caso, o elemento filosófico assume um lugar de destaque para os intelectuais do Oitocentos, já que a base de suas formações se dava pelos caminhos da Filosofia ensinada em seminários católicos. Não à toa, a questão nacional já se mostrava no centro das operações destes intelectuais. Como pondera Ianni (1993, p. 432–433):

É provável que uma parte das peculiaridades teóricas, desta ou daquela interpretação, manifeste-se no modo pelo qual se explicam a questão nacional e a modernização. Pode-se mesmo encontrar interpretações baseadas em teorias distintas, mas coincidentes em alguns pontos, dentre os quais sobressaem os desafios da questão nacional e modernização. Há contribuições de filiação evolucionista, por um lado, e marxista, por outro, que coincidem na convicção de que sociedade civil é débil, pouco organizada, incapaz, gelatinosa. Também há os que consideram o aparelho estatal e a sociedade civil pouco eficientes, anacrônicos, patrimoniais, cartoriais etc., conferindo missão civilizatória às elites empresariais, intelectuais, militares ou outras. Divergem quanto à elite em causa, mais capaz, missionária; mas estão de acordo no que se refere à precariedade ou anacronismo, à incapacidade, tanto do Estado como da sociedade civil.

Esses posicionamentos e interpretações diante de nossa história são visualizados na fortuna crítica que se ocupou da Escola do Recife. No que concerne a essa “vida” do pensamento, é inegável que a ela se liga à condição atual que se encontra a historiografia. Marcada por uma infinidade de possibilidades de abordagem e construção de objetos, uma imperativa prática de estudos de caráter cultural, uma certa efervescência dos trabalhos voltados ao debate em torno do fazer dos historiadores, tanto trabalhos teóricos e metodológicos, quanto voltados para o ensino e a didática da história frente aos desafios do novo século. Seccionando todos esses campos está a reflexão sobre os sentidos da História e da chamada “consciência histórica”. No diagnóstico de Astor Diehl:

Talvez não tivesse havido até agora, na história da formação e consolidação do pensamento historiográfico moderno, um

momento em que a questão do debate sobre os sentidos da história estivesse tão em evidência. São inúmeros artigos e livros que procuram considerar o quanto o conhecimento histórico teria a contribuir na formação de uma consciência esclarecedora tanto nas experiências individuais como nas coletivas (Diehl, 2006, p. 376).

Dessa forma, os estudos sobre o pensamento nacional e seu lugar no desenvolvimento das Ciências Sociais sobre os chamados estudos do “pensamento social” no Brasil, carece de atenção para a pluralidade de vieses com que a temática já fora abordada, como assinala Gildo Marçal Brandão:

Como em todo lugar, muita coisa menor foi aí escrita, desde história das idéias que não passava de exposição monográfica das concepções de um autor sem a menor inquietação sobre a natureza da empreitada teórica e dos processos histórico-sociais dos quais – pensamento em pauta e forma de abordá-lo – são momento e expressão, até a pretensão de erigir a sociologia da vida intelectual ou a das instituições acadêmicas em sucedâneo da sociologia do conhecimento, de resolver o problema da qualidade e da capacidade cognitiva e propositiva de uma teoria pela enésima remissão ao grau de institucionalidade da disciplina ou Província acadêmica na qual ela surge. Isso sem falar nas tradicionais ‘explicações’ de uma obra pela origem social do autor e nas moderníssimas reduções do conteúdo e da forma da produção intelectual às estratégias institucionais ou de ascensão profissional ou social das *coteries* (Brandão, 2005, p. 232).

Nessa perspectiva, dois trabalhos fundamentais sobre a Escola do Recife ainda merecem menção e nos ajudam a compreender

as posições que frequentemente se polarizam no debate sobre o movimento. O primeiro é *Nós e a Europa Germânica* (1971), de Gilberto Freyre, e o segundo é *A Cultura Ocultada* (1999), de Jorge de Carvalho Nascimento. Abordaremos nessa seção, mais detidamente, as considerações de Gilberto Freyre, mas cabe ressaltar que os dois autores nos permitem cotejar tanto o viés sociológico, no caso de Freyre, quanto filosófico e pedagógico no caso de Nascimento, nossa compreensão de um dos elementos perenes no estado da arte sobre a Escola do Recife: a ambivalência das opiniões e da crítica. Do nosso ponto de vista, essas ambivalências são replicadas pela crítica justamente porque o próprio movimento — e mesmo o pensamento de Tobias Barreto, como discutiremos no próximo capítulo — se constituiu na tensão dessas ambivalências. Vejamos então, os principais elementos dessas tensões discutidas com ênfase no trabalho de Freyre.

Em, *Nós e a Europa Germânica*, Freyre procede a uma sistematização que desvela a presença germânica no Nordeste. Na esteira metodológica que pavimentou a notoriedade de Freyre ao contemplar objetos e temas novos nas ciências sociais, realização, principalmente, de *Casa Grande & Senzala* (1933), *Nós e a Europa Germânica*, realiza um mapeamento das relações econômicas, sociais e culturais do Nordeste, especialmente Recife, com a Alemanha. Assim, a alimentação (o consumo de cerveja e o comércio de pianos), a presença de engenheiros, pintores, além da literatura, marcenaria e fotografia germânicas, constroem a gradação da presença alemã no Nordeste. Havia, dessa maneira, um contexto de circulação e presença alemã que datam desde o Primeiro Império. Já no universo intelectual, a influência germânica teria sido o motor de ordenação de um tipo de cultura, segundo Freyre, ao mesmo tempo aristocrática e democrática. Sobre o lugar da Escola do Recife nesse processo, afirma que:

Parece fora de dúvida que a Faculdade de Direito do Recife, antes de afetada pelo germanismo, vinha produzindo um tipo de intelectual aristocrático. Antes de formado, o jovem que ela consagrasse bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, já era um 'Senhor Acadêmico'. Podia ser republicano, abolicionista, libertário. Mas sem deixar de ser aristocrático: intelectual e, até certo ponto, socialmente aristocrático. Ou aristocratizado pela sua condição de 'Senhor Acadêmico' quando jovem de origem plebéia ou socialmente inferior (Freyre, 1971, p. 128).

Freyre valoriza o papel da instituição social para a ordenação do movimento e da circulação das ideias. Mas não apenas a Faculdade de Direito do Recife como instituição, também as repúblicas estudantis:

Foram as chamadas 'repúblicas de estudantes', pontos nada desprezíveis de encontros, de conflitos, de conciliações daquelas idéias antagônicas, daqueles pontos de vista opostos, daquelas formações culturais diferentes, de que eram portadores jovens vindos de várias partes do país e até de diferentes camadas sociais para se bacharelarem, primeiro em Olinda, depois no Recife; ou fazerem em Olinda, ou no Recife, parte de seu curso de Direito, a outra parte sendo feita, por vários jovens, em São Paulo (Freyre, 1971, p. 129).

Para Freyre, esses espaços de sociabilidade estudantis é que propiciaram a mudança do tipo acadêmico formado em Coimbra para um novo tipo de estudante e intelectual que combinava experiências interprovincianas, para usar o termo de Freyre, frente às "várias Europas". Processo então de ajustamento e construção de "[...] novos rumos à cultura brasileira" (Freyre, 1971, p. 129-130).

Assim, Freyre localiza a emergência do movimento germanista que emergiu da Faculdade de Direito do Recife e irradiou o País não na Faculdade em si, mas na ordenação dos acadêmicos estudantes: “[...] foram *scholars* com alguma coisa de apolíneo”, que realizaram então, “dispersões de energia intelectual em energia política ou jornalística e demagógica”. E no horizonte dessas agitações, Tobias Barreto, “de todos o único com alguma coisa de genial”, e ainda assim seu germanismo também tinha uma certa dualidade específica no que concerne ao modo de “abrasileirar, autores alemães” (Freyre, 1971, p. 135).

Para Clóvis Beviláqua, a Escola do Recife se definia como: “[...] um forte movimento filosófico jurídico, de ação poderosa nos momentos de sua maior efervescência, e que deixou impressão inapagável na evolução mental do Brasil” (Bevilaqua, 1977, p. 378). E esse movimento não teria se constituído, no seu entendimento, se “[...] um pensamento superior os não reunisse” (Bevilaqua, 1977, p. 379). Esse pensamento superior era a presença de Tobias Barreto. Beviláqua reafirma a imagem do mestre referencial edificada por Romero. Já para Antonio Cândido, o movimento do Recife se constituiu como “um verdadeiro modernismo”, tendo em vista que: “[...] parece fora de dúvida de que a divulgação do positivismo, do evolucionismo e de crítica moderna no Brasil se processou, senão a princípio, pelo menos mais intensamente no Recife” (Cândido, 1988, p. 32). Mas, para além da divulgação, no Recife é que se produziram também as primeiras críticas a esse conjunto de ideias.

Nesse sentido, a irradiação das ideias debatidas pelo movimento e pelos discípulos no Recife e em Sergipe, especialmente as figuras de Gumercindo Bessa (1859–1913), Prado Sampaio (1865–1932), Oliveira Teles (1859–1939), além de Beviláqua, que se refere a uma irradiação da Escola a partir dos primeiros “discípulos” que levaram a “[...] outros centros idéias trazidas do Recife” (Bevilaqua, 1977, p. 377). Dentre estes, Graça Aranha,

Fausto Cardoso, Viveiros de Castro, Virgílio de Sá Pereira, Sousa Bandeira, Abelardo Lobo, mas

[...] sem terem as mesmas soluções para todos os problemas ético-jurídicos, porque a escola do Recife, dentro da orientação científica, sua característica, tinha largueza e tolerância, trouxeram para o Rio de Janeiro um acervo de ideias novas, que foram propagando e desenvolvendo (Bevilaqua, 1977, p. 378).

O papel de Tobias Barreto como o professor que motivava os alunos é uma das marcas de propagação de suas ideias através de seus alunos, alguns, continuadores de suas ideias. Ainda segundo julgamento de Beviláqua (1977, p. 373): “Os moços, que o tiveram como mestre, possuíam por ele verdadeiro fanatismo. Sugestionava a todos com os fulgores da inteligência e do saber de que dispunha”.

Assim, a ascensão das ideias de Tobias Barreto e o reconhecimento da Escola do Recife caminham ao lado do estabelecimento de uma cultura acadêmica e com a própria reforma das instituições estatais realizada pela República, fato esse que dá pistas também da rapidez com que essas ideias foram “superadas” dentro dos quadros republicanos, demasiadamente marcados pelo positivismo. Segundo Rosa Mendonça de Brito:

Seu período de apogeu [da Escola] aconteceu justamente quando as novas faculdades de Direito adotam como compêndio os ‘Estudos de Direito’, de Tobias Barreto, e com o combate ativo de seus integrantes ao positivismo, de que resulta, finalmente, o declínio da Escola. Neste século, seus diversos membros abandonam virtualmente a filosofia e refugiam-se no Direito, na sociologia e na crítica literária (Brito, 1980, p. 30).

Esse desdobramento interpretativo marca uma relação entre as gerações de pensadores e analistas do Brasil nas décadas de 1920 e 1950. Em sua tese, Adalberto Marson traça essa linhagem ao se debruçar sobre o pensamento de Alberto Torres. Segundo Marson (1979, p. 202):

Situado pelos intelectuais nacionalistas dos anos 20 e 30, no grupo privilegiado dos 'pensadores' mais 'assimilados' e 'realistas' (Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Farias Brito, Tobias Barreto, entre os mais destacados), Alberto Torres foi recuperado pela sua capacidade de denúncias às 'ficções jurídicas' e ao comportamento 'alienado' dos políticos e intelectuais brasileiros.

Interessante destacar no estudo de Marson sua percepção das apropriações das ideias de Alberto Torres é uma dimensão que necessitaria de estudos mais cuidadosos:

Como última reflexão, é sabido que o legado nacionalista de Alberto Torres sofreu, posteriormente na década de 20, uma sucessão de apropriações por parte de movimentos intelectuais e políticos, cuja importância exigiria uma outra investigação. As apropriações foram acompanhadas simultaneamente de rejeições, conforme o tipo de conveniência que orientava as interpretações (Marson, 1979, p. 203).

No caso da historiografia, Tobias Barreto figura de maneira controversa e marginal, citado por alto frente às análises sobre o movimento abolicionista e superficialmente no campo das ideias. No entanto, tanto Tobias quando Sílvio Romero conheciam as obras dos grandes mestres historiadores do seu tempo. Como profere Romero em relação a esses historiadores: "Em tempos posteriores,

Niebuhr, Otfried Müller, Curtius, Mommsen, Sybel, Zeller, Ranke, Gervinus, Gregorovius, Droysen constituem uma forte legião que levaram a história em todas as direções”, e ainda: “Nunca em tempo algum houve um tão profundo conhecimento e tão completa consciência do passado. Os alemães foram os grandes obreiros dessa transformação” (Romero, 1980b, v. 2, p. 597). A circulação de autores, obras e ideias em território nacional no Oitocentos era intensa, ainda que essa circulação se desse, como era frequente, pela citação de autores estrangeiros através da leitura de terceiros, fragmentos de crítica em jornais e resenhas breves.

Assim, se as ideias europeias eram consideradas superiores na evolução do pensamento ocidental, em muito é o que a crítica ao romantismo efetivara: “O fato é que, desde os princípios do século XIX, a rebeldia, seja individual ou coletiva, era já um importantíssimo elemento de desgaste do sistema produtivo” (Nascimento, 1999, p. 51). Mas, a contradição reside no fato de que o romantismo se colocava em oposição ao pensamento religioso: “Foi sob a égide do Romantismo, é importante lembrar, que a intelectualidade brasileira desenvolveu as suas interpretações anticlericais e viu consolidar-se o pensamento liberal” (Nascimento, 1999, p. 62). Assim, é compreensível que Tobias, ainda que crítico do Romantismo, tenha por influência dessa escola uma postura de crítica ao pensamento religioso, outra será o seu contato com a exegese bíblica germânica, que analisamos no capítulo 4. Como aponta Jurandir Malerba, a convivência mútua entre posições contraditórias era uma das características das apropriações de ideias no século XIX:

A grande receptividade dessa corrente de pensamento, que se difundiu pelo II Reinado a dentro, explica-se pela sua vocação mediadora, que pregava a conciliação de todos os pensamentos, a prudência, a combinação de perspectivas às vezes opostas como maneira de se conseguir a ‘paz’ entre

as diversas filosofias, retendo de cada uma o que fosse 'verdadeiro'. Poetas e políticos aderiram a essa conveniente prática de pensar, como Gonçalves de Magalhães, Torres-Homem e Eduardo Ferreira França (Malerba, 1999, p. 120).

Inegável que a forma com que, muitas ideias chegavam aos nossos intelectuais, frequentemente ocorria de maneira tortuosa. Eram recepcionadas ideias de “segunda mão”, autores citados em fragmentos por outros autores em contextos textuais diversos e pouco esclarecedores. Não à toa, Tobias se esforçou por aprender sozinho a língua alemã com o claro intuito de se relacionar diretamente com os autores germânicos. E assim o fez. Trocando correspondências com editores e professores na Alemanha e também com a comunidade germânica que publicava jornais no sul do Brasil, especialmente no *Koseritz Deutsche Zeitung* de Porto Alegre (Barreto, 1994)²³. Dessa forma, o movimento de Tobias em direção ao pensamento alemão o fez se distanciar criticamente do ecletismo. Corrente filosófica hegemônica do Brasil Imperial e que tinha por mestre Victor Cousin. Na crítica do ecletismo reverbera a posição de Roberto Gomes em sua *Crítica da razão tupiniquim*, para o qual o ecletismo é elemento-chave na construção do mito do “espírito da imparcialidade”, típico de nossa reflexão filosófica. Nas palavras de Gomes (1994, p. 35):

Fica claro neste mito que, se ainda não criamos qualquer posição filosófica nossa, demos variadas mostras de imaturidade intelectual, e, no ecletismo, retratamos nossa hesitação em assumir um ponto de vista que nos permitisse uma síntese original. De resto, reflexo da dependência cultural que desde sempre nos acompanha.

23 Indicação de leitura: Chacon (2008).

Em contrapartida, chegaremos ao passo de referendar a opinião de Jorge Carvalho sobre Tobias, para o qual: “É possível afirmar que Tobias Barreto foi, no século XIX, o primeiro intelectual brasileiro a levantar o tema da cultura como sendo uma questão fundamental” (Nascimento, 1999, p. 20). O tema da cultura, como abordaremos no terceiro capítulo, além de legado resgatado e atualizado no século XX, foi um dos principais eixos de estruturação de uma ampla crítica por parte de Tobias sobre os temas e problemas que seu pensamento combateu. De resto, como define Antonio Paim, a Escola do Recife desaparece virtualmente na época da primeira guerra mundial, somente sendo retomada pela obra de Oliveira Viana, autor considerado ícone do pensamento conservador brasileiro ou mesmo autoritário, alvo de duras críticas por parte de Dante Moreira Leite, para o qual além de nada de original, seu pensamento e obra não resistiriam “[...] a qualquer crítica, por mais benevolente que o leitor procure ser” (Leite, 1976, p. 221). Antonio Paim denomina o sistema ideológico de Viana de autoritarismo instrumental e teria se tornado em seu devir o modelo de ação, nas suas palavras, “[...] adotada pelo núcleo da elite que conquistou a hegemonia na Revolução de 64” (Paim, 1997, p. 99). Essa relação que constrói uma linha evolutiva das ideias que edificariam o pensamento autoritário no Brasil República conflui para um dos julgamentos emitidos por Wilson Martins, para o qual o movimento do Recife era de tendência, nas suas palavras, “nitidamente conservadora”, sem dimensionar esse conservadorismo de maneira explícita.

A close-up, sepia-toned portrait of a man's face, focusing on his eyes and a prominent mustache. The man has dark hair and is looking slightly to the right. The background is a textured, light brown color.

Capítulo 3

**OS ETERNOS COMBATES
DE TOBIAS BARRETO**

O que a História capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisas ou no vivido, mas o acontecimento em seu devir, em sua consistência própria, em sua autopoisição como conceito, escapa à História. Os tipos psicossociais são históricos, mas os personagens conceituais são acontecimentos [...]. Sem história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica, ela é filosófica (Deleuze; Guattari, 1992, p. 143).

Espécie de *contagium animatum*, a eiva nacional só se apega aos defeitos daqueles que entre nós ousam pensar (Romero, 1980c, v. 4, p. 1190).

A controvérsia em torno da História, em especial em torno do seu conceito, não era só uma controvérsia metodológica, teórico-científica ou científicopolítica. Ela atingiu de forma profunda a dimensão política e social do campo linguístico, pois o conceito carregava dentro de si – como conceito geral de movimento – aquela força integradora e distanciadora que podia motivar ações políticas. Isso fica claro na política de censura e no movimento que a ironiza, o lirismo político (Koselleck *et al.*, 2013, p. 212).

Se o século XIX marca em nossa trajetória intelectual a assimilação das filosofias modernas e *pari passu* às formas com que essas filosofias foram decodificadas e absorvidas em nossa realidade, haveria então uma filosofia nacional no Brasil, constituída em seus próprios termos, para além do efeito de mimese dessas filosofias modernas? Mais precisamente, podemos falar em um “pensamento” brasileiro atento ao jogo das transferências culturais e seus níveis de refração e defasagens específicos? Certamente que a filosofia em território nacional é uma das grandes preocupações da vertente da

crítica do pensamento brasileiro chamada de “culturalista”, a qual traz para si a pecha de herdeira da Escola do Recife (considerada o grau zero da formulação dessa corrente). Nas raízes dessa filiação, encontramos não apenas ideias da Escola mas também as formas com que essas ideias foram apropriadas, além da figura de Tobias Barreto como precursor e mestre da primeira intuição da cultura como motor dos assuntos humanos.

De modo diacrônico com os fatos históricos, essas ideias foram tensionadas aos acontecimentos já pouco afeitos aos contextos de elaboração. Num jogo de luz e sombra entre recortes e seleções realizadas à revelia de outros tempos, a Escola do Recife foi gradativamente requerida como movimento de inegável importância para as ondas intelectuais tanto dos liberais quanto dos conservadores ao longo da República, transitando por todo espectro político e ideológico. Mas, sob que condições se realizam, por um lado a construção de uma história da filosofia e do pensamento filosófico nacional e, por outro, dos conteúdos conceituais que fundamentam não apenas posições políticas, uma determinada visão da história — ou visões — e até mesmo projeções de futuro? Para delinear algumas possíveis respostas, passemos a uma análise da constituição do que chamamos aqui de filosofias de composição e decomposição. Em outras palavras, movimentos de apropriação e ressignificação de ideias à luz de determinadas conjunturas e intencionalidades específicas, tanto no que concerne a modelos estrangeiros quanto à circulação e apropriação em território nacional (se é que se pode separar categoricamente essas duas dimensões).

O primeiro movimento, como já afirmamos, se dá já nos sentidos construídos por Sílvio Romero à obra e às ideias de Tobias Barreto. Assim, as questões propostas por Romero na análise dos embates entre positivismo e evolucionismo, o germanismo e a formulação de uma teoria da cultura na aurora de nosso regime republicano aqui são mais do que pertinentes, afinal se tratava de um

confronto de doutrinas que evidenciara a própria tessitura social da nossa recém-nascida República, em que a posição de Tobias Barreto como crítico pioneiro do positivismo comteano antecipava e reforçava mais uma vez, dentro de sua mitologia, o vanguardismo do gênio. Filosofia e política entravam em simbiose e autorreferencialidade num mesmo campo de embates intelectuais, compondo e decompondo posições e opiniões a contrapelo dos acontecimentos. Em primeiro plano, todo esse campo intelectual é seccionado pela ideia de ciência, tal qual pondera Raymundo Faoro:

As correntes de pensamento diziam que havia um mundo renovado, que era preciso rearticular ao país cadaveroso. O veículo para renovação era a ciência – a ciência em filosofia, a ciência em poesia, a ciência na literatura, a ciência na política. Era a ciência como salvação [...] (Faoro, 2007, p. 129).

Nossa hipótese é de que esse tipo de apropriação reverbera na posteridade e localiza posições *a priori*. Assim, a Escola do Recife assume uma série de conectivos condicionantes de uma “pré-história” de nossa formação intelectual; “movimento reformista” será um dos seus rótulos definitivos. Mas o conteúdo ideológico em que a Escola do Recife sustentou suas posições seria o elemento central na determinação dos posicionamentos dos “herdeiros” diante de sua fortuna crítica para a consolidação dos estados da arte sobre o movimento? Em que medida as camadas de sentido, que se cristalizaram sobre o movimento encontram ressonância e densidade na atualização de suas ideias ou na predominância dos sentidos já consolidados sobre o movimento do Recife?

Passemos então à análise das composições iniciais do movimento em torno das grandes questões de seu tempo e, posteriormente, das decomposições e recomposições efetivadas por seus herdeiros na tentativa de apropriação de seus espólios. Começemos

pelo embate com a ideologia que se tornou a identidade primeva — inclusive imagética e simbólica — da República: o positivismo. Posteriormente, analisamos e buscamos reconstituir os elementos fundamentais que foram articulados por Tobias Barreto em consonância com sua recepção das ideias evolucionistas e, por fim, na terceira seção, da formulação de uma “teoria” da cultura que edifica a base de formulação do chamado “culturalismo” e “lança”, bases que tornam possível uma atualização do lugar da Escola e de Tobias pelos herdeiros ao longo do século XX.

Positivismo e sociedade

Declaradamente, estamos a libertar o Ocidente de uma democracia anárquica e de uma aristocracia retrógrada para constituir dentro do possível uma verdadeira sociocracia, a qual faça concorrer sabiamente para a comum regeneração todas as forças humanas, cada uma delas sempre aplicada conforme a natureza (Comte, [19-?], p. 15).

O paiz vai muito mal; cada situação politica que se inaugura é um immenso *fiasco* que se prepara. Não temos politicos de merito, não temos estadistas de valor; estamos em pleno reinado da mediocridade e da pequenez. Povo e governo não se entendem aqui; consideram-se forças antagonicas, em estado de completa polaridade. D’ahi, a concepção especial que da politica formam os proprios figurões e dos mais conceituados dos nossos dous partidos (Roméro, [1883], p. 3).

É notório o lugar ocupado pelo positivismo na emergência de nossa República. O positivismo de Auguste Comte vencera a batalha ideológica dos modelos concorrentes na transição do Império para a República, como bem demonstra José Murilo de Carvalho. Obviamente a vitória não se deu de modo consensual. Havia modelos concorrentes: do jacobinismo francês ao parlamentarismo liberal inglês, passando pela República norte-americana. A sua grande vantagem ao sul do Equador foi sua capacidade de se manter no horizonte intelectual, enquanto serviu de instrumento de ação política (Holanda, 2008, v. 7, p. 390). A relação íntima entre política e práxis é uma constante na jovem República entrecruzada pela formulação das ideologias, e por vezes, de sua instrumentalização política. Como ressalta Raymundo Faoro, a práxis não se constitui como um “[...] feixe caótico de instintos, mas de idéias” (Faoro, 2007, p. 40).

O sucesso político do positivismo pode ser analisado também pela leitura de nossa realidade e projeção de alternativas no contexto do movimento geral do mundo civilizado. Internamente esse fator se deve, curiosamente, ao mesmo eixo que se tornará uma crítica interna a esse sistema: sua natureza demasiada esquematizante e determinista da realidade. Para Sérgio Buarque de Holanda:

[...] o positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica, porque o Mestre, além de haver deixado discípulos e seguidores que preferiram tomar depois caminhos próprios, não raro heterodoxos, deixou obras numerosas, de épocas diversas, que se prestaram a interpretações várias (Holanda, 2008, v. 7, p. 335).

E ainda:

Em muitos casos, o papel predominantemente, politicamente, do positivismo, não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou

da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo (Holanda, 2008, v. 7, p. 335–336).

Já Raymundo Faoro, assim define o grupo dos positivistas:

Uma classe dentro de um estamento. A elite divergente, em oposição à pedantocracia legista, que representava o atraso dos tempos pré-científicos, ditos metafísicos, formou um grupo dirigente, que, apesar de sua coesão, nunca conseguiu ser dominante, nem se transformar em uma classe governante (Faoro, 2007, p. 130).

E no aspecto doutrinário:

Seu programa e sua ideologia, ainda que filtrada por meio do liberalismo, viria a ter uma presença permanente na história brasileira, entroncando-se à base pombalina. Essa talvez seja uma das chaves da história brasileira, ainda não suficientemente identificada e iluminada (Faoro, 2007, p. 130).

E, se como quer Karl Mannheim, “[...] a essência da história é a luta das elites” (Mannheim, 2013, p. 11), podemos dimensionar que o erro do projeto positivista em nossa elite se vivificaria na falta de percepção de que: “Uma elite não pode, pela compulsão, pela ideologia, gerar a nação” (Faoro, 2007, p. 139). Como destacam Reinhart Koselleck e outros, “[...] os campos políticos, de forma alguma, coincidem integralmente com as linhas de confronto que derivam da semântica política. Existem estruturas conceituais que possuem afinidades próprias” (Koselleck *et al.*, 2013, p. 220). Na relação entre nossa elite e a adoção do positivismo pela mesma, é

inegável que “o positivismo também atraía aqueles membros da elite que ansiavam por desenvolvimento econômico, mas sem mudança social” (Skidmore, 2012, p. 48). Nessas relações de poder que evidenciam ideias apropriadas por elites, importa notar que o Recife padecia de um estatuto diferenciado de outras Províncias, no que se refere à adesão ao positivismo. Segundo Beviláqua (1883, p. 49–50):

No Recife preponderou sempre o ramo positivista dissidente que vai se transformando no monismo allemão por intermedio do neo-positivismo inglez de Spencer; enquanto que ao sul sempre a balança pendeu mais para o lado orthodoxo. Aqui appareceram as primeiras adhesões apreciaveis do positivismo adaptado às primeiras adhesões á religião da humanidade systematisada.

Ainda assim, a Escola do Recife, enquanto contraponto à ideologia positivista, falhou em combater essa ideologia no campo da práxis política. Poderíamos conjecturar que no nível das ideias saiu vitoriosa, mas, não pôde superar o plano político proposto pelos positivistas engajados na ordenação do novo regime de governo? Se, Roméro (1894, p. IX) questionava-se: “Qual a lei sociologica que vai presidindo ao desdobramento dos factos?”, haveria então de se construir uma sociologia rivalizante. Fatos aqui não apenas demarcados pela transição entre os dois sistemas políticos distintos — Império/República — e os dois modelos ideológicos distintos — positivismo/evolucionismo — mas também todo o espectro de domínio de ordenamento da sociedade e sentidos atribuídos à ordem desses fatos no tempo. O embate entre ideologias concorrentes no limiar da república, suas circulações, usos, abusos e projeções enquanto modelos mais convenientes e adequados ou não à realidade de então, guarda em si a relação irreduzível entre a sociedade e as ideias, que lhe dão densidade e profundidade, pelo menos no

entendimento de Romero. Seu livro *Doutrina contra doutrina* (1894) é dedicado ao embate entre o positivismo e o evolucionismo na esfera filosófica e doutrinária, ainda que: “[...] aos positivistas é evidente que a substância monárquica no Brasil se afigurava arcaica; mas não a forma autoritária de governo” (Freyre, 1990, p. 17). Na realidade, o positivismo já circulava entre nossas esferas intelectuais antes de se tornar “a ideologia-síntese” da recém-proclamada República.

Como ressaltamos, no caso da Escola do Recife, essa recepção não foi tão passiva e pacífica. Ainda no fim da década de 1860 e na década seguinte, os moços do Recife já debatiam o ideário comtista:

Esses jovens estudavam intensamente o positivismo, o evolucionismo e o materialismo. Liam Comte, Darwin e Haeckel, além de Taine e Renan. Nos primeiros anos, o fascínio do romantismo continuou intacto, mas, no começo da década de 1870, Sívio Romero e Tobias Barreto lançaram uma campanha feroz contra o indianismo e o ecletismo (Skidmore, 2012, p. 45).

E não apenas ecletismo, também o positivismo foi o alvo preferencial das críticas de Tobias e Romero, antes mesmo do positivismo assumir lugar de destaque na cena política brasileira republicana. Em *Doutrina contra Doutrina* (1894), Romero é explícito quanto à sua ojeriza ao positivismo e seu intuito em combater a “[...] infiltração do comtismo na política brasileira” (Rabello, 1967, p. 99). Infiltração essa, propiciada, sem dúvida, pela força da cultura francesa no país. Como aponta Skidmore (2012, p. 47):

Ademais, o positivismo vinha da França, país cuja cultura gozava de enorme prestígio entre os brasileiros letrados. Era lógico, embora irônico, que os rebeldes intelectuais lançassem mão de Comte a fim de atacar a imitação servil de Victor Hugo pela geração mais velha.

Essa tradição que liga Victor Hugo a Auguste Comte é de extrema importância para a compreensão da recepção do positivismo e levanta uma questão fundamental: o jogo entre romantismo, positivismo e germanismo no pensamento e trajetória de Tobias. Assim, a relação entre Hugo e Comte, desvela uma curiosa relação entre os dois pensadores e a leitura e apropriação brasileira de suas obras e ideias. Sobre a sedução do positivismo e do hugoanismo, fiquemos com a análise de Carelli (1994, p. 145):

A passagem da nostalgia da antiga ordem, cara a Chateaubriand, para o anúncio messiânico de um mundo novo correspondente à evolução filosófica de Victor Hugo, seduz as elites brasileiras sensíveis aos ecos da 'primavera dos povos', da revolução de 1848, como Saint-Simon, Auguste Comte ou Pierre Leroux, Hugo, fiel à sua 'inquietude social', acredita que a miséria será infalivelmente estrangeira pelo progresso.

Se na França as ideias de Victor Hugo serão bases de crítica social ao mundo do capital emergente e em expansão articulada pela Revolução Industrial, no Brasil sua estética literária fará mais sentido do que essa crítica ao presente. Sendo assim:

Hugo catalisa as aspirações nacionais que preconizam um sopro lírico se identificando aos mitos hugonianos tais como o de 'povo', contido em *Os miseráveis*. Compreende-se facilmente que esta mística da história como absoluto tenha mobilizado a sensibilidade de um povo que toma consciência de seu destino comum. A poesia visionária do senhor e a de seus epígonos brasileiros tiveram capacidade de mobilização, na medida mesma em que integraram a vontade humana na evolução da história (muito mais explicitamente que a

visão positivista, que tende a valorizar as leis internas da transformação orgânica da sociedade) (Carelli, 1994, p. 146).

Logicamente que a poesia romântica, aqui inspirada em Hugo, absorvera aspectos fundamentais de uma visão de mundo ampla:

Os sonhos humanitários e os temas sociais da poesia hugoniana transplantados para o contexto brasileiro concentram-se essencialmente em torno da abolição da escravidão. A expressão poética maior do combate por esta causa é Castro Alves (Carelli, 1994 p. 146).

Daí uma das raízes da força dos jacobinos republicanos no Brasil, representados pela figura de Silva Jardim, que rivalizou com positivistas pela prioridade na memória sobre a proclamação e na construção dos heróis e símbolos nacionais:

O misticismo social e messianismo de um Victor Hugo reforçaram a 'lenda' da Revolução Francesa. Mas esta adoção brasileira não se faz sem contradições, pois Hugo é ao mesmo tempo o ídolo dos românticos (conservadores e revolucionários) e do imperador dom Pedro II (Carelli, 1994, p. 147).

Dessa forma, a construção de um projeto nacional tomado à esteira pelos positivistas, se iniciara com o romantismo literário de um lado, e do outro com a missão de coleta e sistematização da história e geografia nacionais levada a cabo pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nesse contexto de nascimento de uma nação, era preciso passar de um 'instinto de nacionalidade' à edificação de uma 'consciência nacional' veiculada por um discurso e por

uma série de símbolos. O projeto nacional nascido no movimento romântico estava presente na criação literária, mas também na composição musical ou na criação arquitetônica (Carelli, 1994, p. 148).

Segundo Márcio do Nascimento, Tobias e a Escola do Recife concorreram para disputar a primazia das ideias com o grupo dos positivistas:

Tobias Barreto e alguns dos seus colegas positivistas do núcleo do Recife compartilharam também da aspiração de elaborar uma '*ciência política positiva*', pautada em princípios tais que permitissem superar as diferenças, os conflitos sociais, as efervescências políticas e ideológicas oriundas das diferentes demandas surgidas no contexto de crise do Brasil Império. Por meio dela, esperava Tobias superar os interesses polarizados e orientar a Nação nos seus passos rumo à modernização, prescindindo do recurso da revolução (Nascimento, 2010, p. 139).

O paradoxo aparente entre o novo regime político, a modernização das instituições e opção pela República presidencialista se articulavam assim, a uma certa tradição que vislumbrava a França como modelo onde a ideologia positivista moldada sob uma teleologia inexorável servia aos propósitos de nossa elite ansiosa pela "[...] ideologia, enquanto sistema intelectual estruturado [...]", que entretanto: "[...] oferece apenas o esboço abstrato que precisamente importa transformar, adaptar, para responder às exigências do momento" (Ansart, 1978, p. 16). Essa aparente contradição, entre ideologia e suas possíveis recepções, coloca em jogo a dinâmica entre a apropriação das ideias e seus efeitos: deformação, ressignificação, instrumentalização política ou prática etc. Assim:

[...] não é precisamente a ideologia que é preciso tomar como fonte de doação dos significados e sim a totalidade indefinida das linguagens em suas particularidades e contradições [...]. A teoria é ineficaz se não for divulgada e, inversamente, a propaganda só é eficaz na medida em que propaga mensagens para todos e inteligíveis (Ansart, 1978, p. 16).

E sob esse signo de apropriação nossa elite manteve uma relação, em certo sentido, paradoxal com o modelo europeu francês (especificamente o positivismo):

Essas imagens francesas eram freqüentemente [*sic*] desvalorizadas em relação aos modelos incontestados de desenvolvimento à européia. Na oposição clássica entre barbárie e civilização, o francês conhece seu lugar e o brasileiro que pertence à elite de seu país julga-se branco e *afrancesado*, para rivalizar com seu modelo, sacrificando assim sua herança ameríndia e exorcizando a presença africana (Carelli, 1994, p. 105).

Dessa maneira, na circulação das ideologias, o cuidado maior deve levar em consideração que: “[...] a articulação entre a produção da linguagem política e o desenvolvimento dos conflitos permaneceu obscurecida por uma tradição intelectualista, que tende a isolar a linguagem de suas condições sociais de produção” (Ansart, 1978, p. 14). Essa tradição intelectualista realiza a recepção e ressignificação das ideias francesas, incluindo o positivismo, alternando sua interpretação e aplicação diante das enormes diferenças nos contextos de produção das ideias.

Ou seja, não se trata de um conhecimento das coisas definidas como objetos e possuidoras de uma verdade essencial,

dada; trata-se de uma análise dos quadros formais através dos quais foi possível conhecer as coisas, falar das coisas, com a diferença de que esses quadros formais não se encontram na estrutura do espírito humano, do sujeito que conhece, mas se situam num espaço de relações, entre o sujeito e o objeto, historicamente constituído (Salomon, 2011, p. 328).

Além da escravidão, a permanência da monarquia, sua ausência de resistência diante do golpe republicano e até mesmo a “escolha” pelo modelo político a ser importado evidenciam as contradições dessas circulações de ideias. Como escreve Carelli ao analisar essas movimentações, principalmente com uma “[...] forte lusofobia, [que] vai, ao longo do século XIX, tomar corpo na consciência do povo” (Carelli, 1994, p. 105), as importações de ideias não estavam estéreis à consciência dos intelectuais brasileiros em torno das diferenças contextuais entre o universo de formulação na Europa e sua pertinência e capacidade de aplicação em território nacional:

Esse movimento nacionalista não aceita mais os julgamentos peremptórios que os europeus continuam a tecer sobre sua sociedade. É neste jogo de espelhos deformantes que os brasileiros se viram encarcerar com um mal-estar crescente. De fato, certos intelectuais terão consciência da defasagem entre a realidade de seu país e as representações européias, defasagem esta que acentuava necessariamente uma visão exótica, dirigida por definição a sublinhar os traços diferenciais, mas sugestivos. Esta busca do pitoresco freqüentemente [sic] conduz o relato de viagem e torna-se um texto mais ou menos ficcional (Carelli, 1994, p. 105–106).

No caso do liberalismo político à luz da política do Império, Tobias declarava também sua ressalva, colocando-se numa linha cinza que não o vinculava ao Império ou à República, naquele momento em fase de gestação:

Mas eu não cansei de ser liberal, o que vale dizer que ainda não cansei de crêr na realidade de uma força superior que nos descobre um mundo melhor, que nos impelle para elle; ainda me não senti obrigado a ajoelhar-me diante dos idolos e pedir perdão da minha virtude, a única, talvez, de que me posso lisongear, a virtude de poder pensar no povo sem pensar no rei, estes dous conceitos que para mim serão sempre os dous termos de uma antinomia do sentimento, mil vezes mais inconciliavel que as antinomias da razão
(Barreto, 1926a, p. 153).

Segundo Tobias, até o liberalismo vulgarizara-se e descaracterizava-se no que tinha de superior: a defesa dos valores da liberdade e do progressismo e, pelo menos na teoria, dos costumes. Lamentou o fato nos seguintes termos: “O liberalismo tornou-se um artigo da moda, um costume do dia, um objecto de negocio” (Barreto, 1926a, p. 159). Nessas bases é que podemos considerar o liberalismo de Tobias e da Escola do Recife como difuso. Mas para os jovens do Recife, as ideologias importadas, incluídas aí o positivismo, eram demasiadamente sedutoras. Traziam o ar da novidade e colocaram em movimento os debates fervorosos sob a centelha de Tobias e suas polêmicas:

Para o combate ao domínio dos poderosos, os jovens construíam barricadas na imprensa, nas lojas maçônicas, nos corredores da Faculdade de Direito, nas ruas e nos teatros, espalhando teorias, cada um com uma função amplificada,

na dimensão do anseio da liberdade que unia aqueles sedentos de saber novo. Ao desembarcar no cais do Recife, com uma carta de professor de latim licenciado em sua Província, Tobias Barreto parecia auscultar o silêncio dos revoltados, solto no ar que varria as ruas daquela 'cabocla civilizada' (Barreto, 1994, p. 135).

No campo da política local, nas Províncias e municípios, as polêmicas reverberavam as formulações teóricas estrangeiras que funcionavam como o meio apropriado para a distinção do intelectual nos embates mais diversos, fosse no Parlamento ou nos jornais. Após a Guerra do Paraguai a constituição de um reordenamento do campo político-partidário mantinha relação íntima com as ideologias estrangeiras que colocavam em perspectiva uma guinada no universo intelectual. No entendimento de Vicente Licínio Cardoso:

Todavia, o embate violento entre os partidos, bem refletindo as insuficiências orgânicas da nação, foi adiado [...]. Porque, de fato, a Guerra separara a agitação monárquica, fermentada dentro dos partidos — de acanhada significação política aliás — da evolução democrática republicana firmemente esboçada desde 1870 (Cardoso, 1938, p. 134).

A Guerra colocara em pauta tanto as noções de nacionalidade e nacionalismo quanto de soberania do Estado Nacional. No campo político, os temas correntes na Filosofia política sofreram profundo impacto das ideias estrangeiras mais recentes naquele momento. Assim, na confluência de posições em torno da ideia de liberdade, coração do liberalismo em Tobias e ainda do contorno geral do liberalismo do Oitocentos, percebemos que há um jogo intrincado entre política e liberdade. Os termos se relacionam mutuamente e ainda seccionam temáticas íntimas da

própria trajetória dos intelectuais da Província: política nos municípios, o lugar do Direito, a ideia de força, a ideia de igualdade e a noção de história.

O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, o phenomeno mais saliente da vida municipal, que bem se póde clamar o *expoente* da vida geral do paiz, é a falta de cohesão social, o desagregamento dos individuos, alguma cousa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de atomos inorganicos, quasi podia dizer, de poeira impalpavel e esteril. Entre nós, o que ha de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionarios na côrte, por seus subrogados nas provincias, por seus infimos caudatarios nos municipios; - não é o povo, o qual permanece *amorpho* e dissolvido, sem outro liame, entre si, a não ser a comunhão da língua, dos máos costumes e do servilismo (Barreto, 1926a, p. 101).

A crítica se concentra no elemento constitutivo de qualquer Nação moderna: o povo. Sujeito político que emerge na Revolução Francesa e é alçado a sujeito de Direitos, em território nacional estaria condicionado a uma maquinaria política das elites. Alienado, dessa maneira, de qualquer participação ativa nos processos políticos tanto da esfera municipal, quanto da Corte Imperial, o povo seria o elemento-chave para a escrita historiográfica Oitocentista e suas projeções de futuro²⁴. Crítica essa bastante pertinente aos propósitos do Movimento Republicano que declarou em seu Manifesto: "Não reconhecendo nós outra soberania mais de que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e

24 Indicação de leitura: Turin (2005).

nós" (Menezes, 1998, p. 648). Na esfera cultural o povo é imagem fundamental dos românticos, já que:

[...] são os intelectuais românticos os responsáveis pela invenção do conceito do povo, conceito esse necessário à elaboração de toda uma teoria que criava também dentro do conceito de classe um espaço de idealização e de evasão (Barel, 2002, p. 268-269).

A ordem civil e política, questionada pelos republicanos, traz à tona um dos grandes temas da filosofia política: a questão da liberdade. Curiosamente, neste debate, Tobias Barreto recorre a Charles Darwin.

Com efeito, na lucta prova-se a força; e a lucta, por sua vez, desperta e produz a força. Como se vê, é isto ainda uma das formas da doutrina de Darwin, pela qual a liberdade mesma deixa para quem não se acha predicado condigno, *um nome que só tem vocativo*, um grito, uma interjeição, para entrar nos domínios da experiencia e ser no chamado mundo moral o que é, por exemplo (o leitor não se espante), a musculatura masculina, a própria barba viril no mundo physico: - um resultado de desenvolvimento particular, um producto tambem do *struggle for life* e *natural selection*, estes sedícios estribilhos do dia, aos quaes, entretanto, a mesma sedicidade não é capaz de tirar o alto valor e profunda significação scientifica. Isto, porém, não só em relação á natureza e á sociedade, com quem o homem vive em perfeito combate, mas ainda em relação ao seu mundo intimo, frente á frente, com suas paixões, vis-á-vis [*sic*] de si mesmo. A liberdade é sempre uma conquista (Barreto, 1926a, p. 139).

Natureza e cultura aparecem então intrinsecamente ligadas como elementos conflitantes das posições que conduzem o indivíduo a estabelecer as mais variadas reações diante das imposições sociais dentro do contexto em que vive. Em outro movimento Tobias evoca a figura de Arthur Schopenhauer (1788–1860), na defesa de um saber capaz de confluir liberdade e razão, já que o conhecimento no universo filosófico seria a realização mais completa da liberdade.

O que disse Schopenhauer da razão humana, a deusa da *philosophia*, por elle desencantada e reduzida as proporções singellas de uma qualidade *feita* ou *adquirida*, assenta em cheio na liberdade, esta outra *deusa*, cujo culto idolotrico não tem sido menos perigoso, e não é hoje menos ridículo que o da sua orgulhosa irmã. Como a sciencia da razão, a sciencia da liberdade – e realmente pode se falar de uma tal – não é ainda o que devem ser todos os ramos do saber humano, uma sciencia de relações de verdades proporcionaes aos factos
(Barreto, 1926a, p. 139–140).

Tobias prossegue o raciocínio atacando agora o pensamento utópico por fazer, aos seus olhos, uma leitura equivocada da liberdade:

O conceito de liberdade será um pouco mais tarde tão diverso da intuição hodierna, quanto já hoje, em grande parte, é elle differente das formulas sacramentaes do velho cathecismo liberal. Assim, afóra os obstinados maniacos francezes, e mais alguns, ou embusteiros, ou parvos, de outras nações, que se associam ao *grupo francez*, - para suppor aqui, por instantes, realizado o sonho de Saint Simon e servir-me da sua expressão, - com excepção desses taes, cujo numero aliás pouco revela que seja duzia ou legião, ninguém mais fala nem crê nos prodigiosos effeitos de uma liberdade ideal.

A natureza divina deste *verbo*, bem como a de Jesus, vae sendo posta á conta dos phrenesis poeticos e das creações phantasticas (Barreto, 1926a, p. 140).

John Stuart Mill (1806–1873) é o contraponto liberal referenciado no debate, porque segundo Tobias, ele se tornou o: “[...] philosopho predilecto da industriosa sociedade moderna, aborrecida, impaciente de qualquer apparencia de tyrannia” (Barreto, 1926a, p. 144). Em torno de Mill, o jurista sergipano constrói sua noção de liberdade:

Bem póde se me objetar: - E Stwart Mill?... Que dizes de Stwart Mill, cujo famoso livro – *On Liberty* –, que elle mesmo considerava a sua mais importante obra, é chamado o evangelho politico do seculo XIX? E onde é que melhor já se entooou um hymno á liberdade, como nós sonhamo-la, como nós quizeramos tel-a, do que nesse opusculo de ouro?

A objeção é de peso, mas nem por isso irresponsavel. Ao falar de Stwart Mill e do seu livrinho exemplar, actualmente mais elogiado do que lido, eu sinto, por effeito não sei de que lei psychologica, virem-se á lembrança aquellas malignas palavras de Henrique Heine: – ‘o francez ama a liberdade, como sua noiva, o inglez, como sua esposa, o allemão como sua avó.’ – Á parte o que diz respeito á velha avó e a jovem *noiva*, consideremos somente a liberdade, *como esposa*, visto que Mill era inglez, era um filho leal, segundo Tretschke, ‘daquella classe media, legitimamente germanica, da Inglaterra, que desde os dias de Ricardo II, tanto no bem, como no mal, por meio de um serio impulso para a verdade, como por meio de um *tenebroso e phanatico zelotismo*, de preferencia tem representado a vida intima, o trabalho espirital desse paiz’ (Barreto, 1926a, p. 140–141).

Além do fragmento destacar uma das características da recepção de autores por Tobias (via leituras de terceiros, no caso Mill aqui figura via Tretschke), ele também ressalta a crítica constante à cultura francesa. Assim, a análise de Tobias sobre a Revolução Francesa coloca em perspectiva tanto sua visão sobre o processo que irrompeu o tempo contemporâneo, quanto suas críticas às ideias de “liberdade” e “igualdade” à luz desse grande marco da história Ocidental. Logo, sua definição de liberdade vai explorar a relação desta com a distinção natureza/cultura pelo viés evolucionista. Para o sergipano, então, liberdade assume a feição do “[...] aperfeiçoamento” e da “[...] conquista” que “[...] o homem adquire, de dirigir seus actos para um alvo real ou ideal, por elle prefigurado, e quasi sempre em opposição ao pendor da natureza” (Barreto, 1926h, p. 66). Na crítica, Tobias estende suas considerações sobre a Revolução Francesa também ao comunismo, já que este compartilharia ideais derivados do processo revolucionário. Sua crítica se inicia pela contradição dos termos “liberdade” e “igualdade”:

Mas antes de tudo, - que a liberdade e a igualdade são contradictorias e repellem-se mutuamente, não milita duvida. A liberdade é um Direito, que tende a traduzir-se no facto, um principio de vida, uma condição de progresso e desenvolvimento; a igualdade, porém, não é um facto, nem um Direito, nem um principio, nem uma condição; - é, quando muito, um postulado da razão, ou antes um sentimento. A liberdade é alguma cousa que o homem pode dizer: - *eu sou!*...; a igualdade alguma cousa, de que somente se diz: - *quem me dea ser!*... A liberdade entregue a si mesma, á sua própria acção, produz naturalmente a desigualdade, da mesma fórma que a igualdade, tomada como principio pratico, naturalmente produz a escravidão. A liberdade é aquelle estado, no qual o homem pôde empregar, tanto as suas próprias, como as

forças da natureza ambiente, nos limites da possibilidade, para atingir um alvo, que elle mesmo escolhe. Onde, pois, o indivíduo é perturbado no uso de suas liberdades dos outros, sem ás necessidades sociaes, é sujeito a uma tutella, ahí não existe liberdade, nem civil, é aquelle estado da vida publica, no qual não se confere ao indivíduo predicado algum particular, como não se lhe confere particular encargo. Igual independencia de todos, ou igual sujeição de todos. O mais alto gráo imaginavel de igualdade, - o communismo, - porque elle pressuppõe a oppressão de todas as inclinações naturaes, é tambem o mais alto gráo da servidão. A realização da liberdade satisfaz ao mais nobre impulso do coração e da consciência humana; a realização da igualdade só pode satisfazer ao mais baixo dos sentimentos: - a inveja. Que uma e outra não se harmonisam, que são exclusivas e repugnantes entre si, prova-o de sobra a revolução franceza, que tendo começado em nome da liberdade, degenerou no fanatismo da igualdade, e reduzindo-se ao absurdo nas mãos de um despota. O povo francez assemelhou-se então a uma cidade que se submerge, só ficando de pé uma torre enorme, no meio do lago immenso: - a figura de Napoleão! Estava assim, da melhor fórma, o ideal de Mirabeau: - *la monarchie sur la surface égale*. Os indivíduos, ou os povos, que esquecem a liberdade por amor da igualdade, são semelhantes ao cão da fabula, que larga o pedaço de carne que tem na bocca, pela sombra que vê na agua do rio (Barreto, 1926a, p. 104).

A guinada que Tobias realiza em sua crítica, transitando entre a definição dos conceitos atrelados a uma condição moral, coloca em perspectiva a oposição entre os termos oriundos do ideário da Revolução Francesa. Liberdade e igualdade seriam então, por princípio, autoexcludentes e suas consequências levariam

a resultados opostos da enunciação inicial de seus pressupostos. Mas, e em relação à fraternidade, o que pensa Tobias Barreto? Nas suas palavras:

Quanto á fraternidade, francamente vos declaro que considero-o mais um conceito religioso, do que um conceito politico. Dentro dos limites, em que se póde ser realisada, ella não é o sacrificio da pessoa, pelo qual recebe-se uma bofetada, e offerece a face para receber a segunda, mas é somente a união de todos numa mesma idéa, num mesmo sentimento, – a idéa de patria, o sentimento do Direito. E dest'arte exercida, a fraternidade torna-se decunda, porque conduz á conquista da liberdade, pondo de parte os sonhos extravagantes de uma igualdade impossivel
(Barreto, 1926a, p. 104).

O raciocínio conclui um círculo interpretativo. Se a fraternidade não pode se realizar no plano político é justamente porque ela coloca em contraposição a liberdade e a igualdade. O cerne do processo revolucionário na França continha um confronto entre classes sociais e o reordenamento do espaço político dessas classes. No contexto brasileiro, estaríamos sob a égide da mesma categorização de classe:

É certa que a nossa população se acha dividida não somente em classes, mas até em castas. E não só em castas sociaes, como tambem em castas politicas, quaes são sem duvida os dois partidos, que se disputam no poder, dos quaes o dominio de um é equivalente á perseguição do outro, modificada apenas pela infamia dos renegados e dos transfugas (Barreto, 1926a, p. 105).

Ainda assim, a afamada igualdade propalada pela França, é razão de crítica justamente quando se contrapõe ao desejo revolucionário de emancipação individual:

Em um paiz em que cada indivíduo é um Narciso, e o publico a donde chrySTALLINA, em que elle se contempla e enamora-se de si mesmo; em um paiz, *le plus vilain pays du monde*, - a expressão não é minha, é de Stendhal, - *que les nigauds appellent la belle France...*, onde todos os movimentos e attitudes do indivíduo parecem calculados para o applauso, e como que sempre acompanhados de um... *qu'en dira-t-on?!* -; num paiz, enfim, onde a polidez, que em ultima analyse vem a ser tambem, a seu modo, uma tyrannia, uma coacção da pessoa, é mais que um appendice, - é um subrogado da moral, e dest'arte até se vióla com menos remorsos um artigo do *Code Penal*, do que uma regra sacrosanta de genuina *politesse française*; - em semelhante meio, querer emancipar o indivíduo do poder e influencia da sociedade, é um bello pedaço de phantasia, um dos melhores capitulos de - *Philosophie pour rire* (Barreto, 1926a, p. 145).

A contradição dos termos torna sua antítese irrefutável. A pretensão idealista de emancipação dos indivíduos "do poder" da sociedade transbordam numa fantasia de dimensões ingênuas sobre a natureza do ordenamento social. O ceticismo de Tobias nessa questão mantém paralelo com a condição da estrutura social do Brasil imperial, sedimentado nas bases da escravidão. Dar crédito a possibilidade da liberdade à luz de um regime sociopolítico violento exige de qualquer analista um nível de empatia que apenas o conhecimento empírico das condições de possibilidade de tal emancipação tornam possível. Tobias não possuía essa experiência. Nem mesmo a Corte ele conhecera. Ainda assim,

sua crítica em termos conceituais possui certa coerência teórica. Nesse sentido, o Liberalismo tampouco representara a alternativa mais palpável, já que:

Todo ideal explica, porque os metaphrastas liberaes, com os seus brincos de imaginação, com os seus navios sempre de velas desfraldadas, á espera de vento, que os conduza ao paiz da felicidade, muitas vezes prestam mais serviços aos governos despoticos, do que os próprios theoreticos do absolutismo (Barreto, 1926a, p. 146).

Mas a sua crítica da liberdade como noção e como realidade social e política não se sustenta somente num olhar puramente formal. Ainda que no Império o Liberalismo se fundava em noções, como bem destacam Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, genéricas de liberdade e igualdade “[...] plásticas, e adaptáveis seja a [sic] repúblicas ou a [sic] monarquias parlamentares” (Mota; Lopez, 2015, p. 497), as idiossincrasias de nossa realidade política e social e recepção de ideias que iam de encontro a essa realidade, facilitaram o ordenamento de uma crítica aguda às formas com que nossa elite imperial absorvia esse ideário. Já no campo filosófico, o Império “[...] vivia o conflito entre Direito Natural e Escolástica, e que a ideologia liberal era uma forma de pensamento adaptável a qualquer sistema político, até o monárquico” (Mota; Lopez, 2015, p. 496). Essa anomalia entre uma ideologia demasiadamente fluida e suas contradições no contexto de apropriação abriu espaço para a formulação das críticas de Tobias. De um lado, então, sua crítica é fomentada pelas nossas contradições sociais e culturais. De outro, pelo seu diálogo com a cultura germânica, especialmente com o evolucionismo via Ludwig Noiré e Ernest Haeckel. Acompanhemos seu raciocínio:

Já deixei escripto que a liberdade é sempre uma conquista; - mas isto não se oppõe a que ella seja tambem uma herança, não no sentido rhetorico e trivial, mas no sentido scientifico de um facto *phylogenetico*, para exprimir-me na linguagem de Haeckel. Em harmonia com os principios de sua *Philosophia monistica*, diz Ludwig Noiré - 'A liberdade humana é um fructo, tarde amadurecido, do longo, infatigavel esforço de innumeradas gerações: - da *determinação* deste grande passado, e somente della, é que resulta para nós a liberdade actual...'

E Goethe já tinha dito: - 'O que tu herdaste de teus paes, adquire-o para possuil-o.

A liberdade é um dos bens componentes deste patrimonio herdado, que mais que todos importa *adquirir pela propria força*' (Barreto, 1926a, p. 147).

O elemento da "herança" é fundamental na teoria da evolução das espécies e, posteriormente, ganhará maior densidade com o desenvolvimento da genética. Tobias "transpõe" para a dinâmica social as características intrínsecas ao movimento de luta das espécies pela sobrevivência, incluída aí a hereditariedade (já enunciada por Jean-Baptiste Lamarck na sua obra *Philosophie zoologique* em 1809), com a pequena diferença nesse caso de que é necessária uma tomada pela força e consciência de uma liberdade que é fruto da própria história e das gerações passadas. O evolucionismo é chave de compreensão da realidade social, ainda que, Tobias declare que "Darwinista ou haeckeliana, pouco nos importa, o que queremos é a verdade" (Barreto, 1926a, p. 167). Retórica à parte, inegavelmente o evolucionismo conformou a crítica de Tobias às nossas estruturas de recepção ideológica. Mas essas contradições na dinâmica das apropriações que anacronizaria positivismo e liberalismo isentaria o evolucionismo por quais termos? Em outras

palavras, quais elementos tornariam a mesma crítica improcedente para o pensamento germânico? Tobias declara por várias vezes o impacto que as ideias vindas da Alemanha causaram em seu espírito. Em um de seus discursos chega a proferir as seguintes palavras:

Ha uma orthodoxia liberal, que não tolera o menor afastamento da terra sancta de sua dogmatica. Eu serei, portanto, aos olhos de muitos, aos olhos de todos, uma ovelha desgarrada, um liberal heterodoxo. Mas este peccado não é, em si mesmo, o que mais espanta; maior que o proprio crime é a circumstancia, que o agrava, a circumstancia exotica de me ter deixado envenenar das doutrinas allemans (Barreto, 1926a, p. 147).

De modo recorrente, Tobias cruza a natureza do indivíduo — a sua própria, inclusive — e do individual para traçar a dinâmica de articulação entre ação, história, singularidade e determinações culturais, sociais e naturais. E é neste cruzamento que podemos perceber sua insatisfação com as determinações do positivismo, que interfere sobremaneira nas suas posições políticas. Se existem leis históricas, certamente não são as defendidas pelos positivistas que regeriam a máquina das sociedades modernas.

Não sou judeu para crer no Messias, nem tenho a ingenuidade dos primitivos christãos para acreditar na *parousia*; mas sou philosopho em confiar nas leis da historia, que regulam o destino dos povos; e essas hão de tambem cumprir-se entre nós. Os cometas não percorrem uma mesma orbita, e as nações não seguem um mesmo caminho. Do paiz em geral se ergue como que um sussurro de imprecações e lamentos, é o naufragio que se approxima. Nada de bater nos peitos, nem de pedir misericórdia. Ninguém nos socorrerá, se o

socorro não vier de nós mesmos. Abramos mão de nossos prejuizos, de nossas reservas, de nossos temores, e sejamos um povo livre (Barreto, 1926a, p. 109).

A crença numa possível vitória pessoal e individual contradita, num primeiro olhar, sua defesa do evolucionismo. Pelo menos em parte, tendo em vista que há uma clivagem entre o indivíduo e o desenvolvimento dos povos como entes biológicos frente à natureza. Dessa forma, Tobias passa da crítica conceitual da fraternidade à sua dimensão em termos de humanidade (nós enquanto espécie).

Os apóstolos da *paz universal*, os capuchinhos philosophicos da *fraternidade humana*, illudem-se de todo, se é que, pelo contrario, não querem illudir. [...]. No dia em que a humanidade constituisse uma só família segundo os votos dos seus prophetas, deixaria ella de existir, porque, desaparecendo a lucta, desapareceria tambem o impeto da vida. Os povos têm cada um o seu alvo, o seu fim a perseguir; a humanidade, porém, não tem um fim próprio, e assim não póde perdurar e progredir, senão dividida em estados, nações e raças, que emúlam, que se contradizem e luctam entre si. O desenvolvimento humano effectua-se por meio de contrastes, da mesma forma que o ponteiro do relógio avança pelos vaivens da pendula (Barreto, 1926a, p. 126).

O caráter evolucionista dos povos, ou ainda, a sua irredutível natureza evolucionista reforçaria a impossibilidade da fraternidade, já que a luta seria a força motriz da espécie e da humanidade:

Tão pouco póde existir uma união, uma *fraternidade humana*, como existe uma *historia humana*, uma *língua humana*. Bem que se diga, - e realmente seja acceitavel, - que o homem é

um *ente historico*, esta verdade não deixa de soffrer, todavia, suas restrições. Porquanto, sem ellas, qual viria a ser, por exemplo, a *historicidade* do Papua ou do Esquimó, e de tantos outros *residuos* inuteis ou *esboços* desprezíveis, que ficaram fóra da acção do geral processo evolutivo?

(Barreto, 1926a, p. 127).

Aos seus olhos, a própria ideia de força é elemento-chave nessa "historicidade" do ser humano. Existem franjas singulares de ordenações sociais que escapam dos condicionamentos gerais da evolução dos povos. Dessa forma, a própria humanidade é colocada em uma perspectiva negativa numa linhagem de pensadores aos quais Tobias se liga diretamente:

Não nos illudamos: – o conceito da humanidade é apenas uma categoria do pensamento, senão antes um schema da phantasia, que nas almas estremecidas pôde elevar-se ao gráu de um postulado do coração, um suspiro, um – *quem me déra!* – Quem nos dera, com effeito, que todos fossemos irmãos, que como taes nos amassemos! Nada mais bello, sem duvida. Mas tambem nada mais irrealisavel. É um modo diverso de exprimir a formula vulgar da grande illusão humana: - *quem me dera ser feliz!* – 'A esperança de uma futura felicidade positiva da humanidade e, por força dessa esperança, a co-operação para o desenvolvimento do *todo*, forma o *terceiro estadio* da illusão, diz E. von Hartmann'. É sabido que este philosopho, o qual com Byron, Shopenhauer e Leopardi constitue, por assim dizer, o grupo dos quatro evangelistas do pessimismo [...] (Barreto, 1926a, p. 128).

Nem mesmo a fraternidade política e filosófica de considerável influência no Império — a maçonaria — escapa do olhar arguto

do crítico da fraternidade. Ideia essa imaterializável e irrealizável em *práxis* política ou mesmo cultural, na sua percepção:

O amor christão tornou-se uma phrase hypocrita, e o humanismo maçônico uma bravata ridícula. A igreja, que se diz órgão do primeiro, préga o jejum e banqueteia-se, aconselha agua e bebe vinho, ao passo que a *loja*, por sua vez, continua a occultar dos olhos dos profanos o seu tremendo segredo, o quem consiste exactamente no seu...*nada fazer*. Não basta expôr e figurar a humanidade 'como um *todo*, unido pelos laços de fraterno amor para um esforço commum traz tudo que é verdadeiro, bello e bom' – é mistér, principalmente, organizal-a para esse fim. Mas... quaes são, e onde estão os órgãos dessa alliança enorme? (Barreto, 1926a, p. 129).

Ideias que não encontram possibilidade de efetivação e realização prática se caracterizariam como ilusões:

Repito, que Hatmann dividio em tres estadios as illusorias pretenções do homem; sendo pois o terceiro e ultimo delles a aspiração phantastica de um reino de Deus na terra, no qual a dita suprema de cada um consistirá precisamente na suprema dita de todos (Barreto, 1926a, p. 128).

Muito além de uma postura que relegue a leis universais a determinação do futuro e explicação do passado, Tobias retoma o valor que dá ao indivíduo como elemento causador de toda mudança possível em sociedade (Barreto, 1926a), enunciando a afirmação do vitalismo evolucionista. Aqui Tobias cita *A miséria da Filosofia* de Karl Marx, mas sem realizar uma discussão exaustiva da obra. Constava na biblioteca particular de Tobias os dois volumes d'*O Capital*, edição de Otto Meissler (1883–1885). No entanto, sua crítica ao positivismo

também reverbera no catolicismo, já que a “religião da humanidade” bebeu na tradição cristã em variadas formas, mas principalmente na crença de uma natureza humana universal a todos os indivíduos:

A mais importante organização social, de que a historia dá conta, depois do imperio romano, o catholicismo, - espécie de arvore immensa que tinha a pretensão de espancejar o céu com as ramas e fazer na sua sombra acampar o exercito, ou amalhar-se o rebanho de todos os povos da terra, - o catholicismo é, aos olhos de quem quer ver, o mais claro exemplo da improficuidade dos esforços empregados para *uniformisar* o genero humano. Sem consideral-o *le chef d'ouvre politique de la sagesse humaine*, e julgal-o dotado de um *génie, eminentment social*, como ensina Auguste Comte, para cuja predilecção e quasi entusiasmo pela religião catholica (entre parenthesis) eu chamo attenção não só dos devotos, que o condemnam, sem conhecel-o, mas tambem dos anachronicos senhores positivistas, que o endeosam sem reservas e declamam em seu nome, contra a igreja e os padres; - sem ir tão longe, como o velho propheta do *Comité positif occidental*, eu penso todavia, que, se ao catholicismo não coube a dita de reduzir a humanidade a um só systéma de crenças e costumes, aptitudes, idéas, sentimentos e acções, como explicita ou implicitamente estava contido no seu programma, nehuma outra associação, religiosa ou politica, podel-o-ha jámais conseguir (Barreto, 1926a, p. 129–130).

O ceticismo de Tobias reifica uma visão negativa tanto do presente e, ainda, de sua projeção de futuro. O tema da felicidade, seja por via religiosa ou por meios políticos, emerge e outra vez desestabiliza as bases teóricas das teleologias e utopias positivas. Mais uma vez a fundamentação desta interpretação dos

fatos humanos se sustenta no evolucionismo e na dinâmica da luta pela sobrevivência.

O que resta, pois, de todos os sonhos de eterna paz e harmonia entre os homens, de todos esses mundos phantásticos, formados nas nuvens, para habitação de felizes crentes, que se pretendem filhos dos deuses, e nessa presunção reclamam para sua espécie o cumprimento de altos destinos; - o que resta de tudo isso, é bem triste e pouco edificante: sempre o *homo homini lupus*, a refutar triumphante o *homo momini Deus*, persistindo verdadeiro, a respeito da humanidade, o que disse Scheffel da natureza em geral:

*Denn der Grosse frisst den Kleinen,
Und der Grösste frisst den Grossen,
Also löst in der Natur sich
Einfach die sociale Frage.*

Pelo grande o pequeno é devorado,
E o grande do maior torna-se presa:
Simplesmente, dest'arte, se resolve
A questão social da natureza
(Barreto, 1926a, p. 130).

Tobias era entusiasta da ciência, em especial do evolucionismo, último lastro, na sua percepção, de progresso no pensamento da época. Como bem ressalta Raymundo Faoro "As correntes de pensamento diziam que havia um mundo renovado, que era preciso rearticular ao país cadaveroso", sendo que:

O veículo para a renovação era a ciência – a ciência em filosofia, a ciência em poesia, a ciência na literatura, a ciência na

política. Era a ciência como salvação, retomando-se, nas elites que a promoviam, os elos visíveis das reformas pombalinas (Faoro, 2007, p. 129).

No entanto, a transposição das ideologias para o campo do exercício da política, que deveria articular esses saberes à renovação de nossas instituições e conseqüentemente da cultura nacional como um todo, acabava condicionada não apenas às recepções, mas ainda, às deformações inerentes à divergência entre contextos de elaboração dos referenciais para os contextos de apropriação.

O pensamento político está sob a jurisdição da *práxis*. A *práxis*, entretanto, não é um feixe caótico de instintos, mas de ideias. A recuperação do pensamento político, com seu isolamento conceitual, o extremo da falsa consciência do mito e do arbítrio teórico. Por esse meio se revitaliza a realidade política, não aquela mítica realidade nacional, o velocino de ouro do reducionismo, que a procura na subtração das camadas de tinta estrangeiras que a recobriram (Faoro, 2007, p. 40).

Essa dinâmica de apropriações é elemento antigo na formação cultural brasileira. Na análise de Faoro (2007, p. 85), ela se refere, de modo especial, ao contexto da Independência onde: "Leituras importadas, seletivamente adotadas e rejeitadas, não para a definição, mas para um esboço de pensamento". Assim, uma das conseqüências dessas apropriações foi a de que: "A emancipação intelectual do universo português, o acanhado universo mental metropolitano, ocorre gradativamente no penoso esforço de juntar ideias europeias e muitas vezes proibidas" (Faoro, 2007, p. 86). Emerge, ainda uma vez, a defesa da nossa subjetividade diante

dos ideais estrangeiros, o que mostra certa consciência de Tobias no processo de apropriação desses referenciais:

Assim, em summa, eu creio que não é lançando mão do programma revolucionario deste ou daquelle paiz, nem trazendo alheia *roupa constitucional*, que poderemos jámais elevar-nos e engrandecer-nos. Alexandre Humboldt chamou a constituição ingleza um *producto oceanico*; nós seriamos ditosos, se tambem aquella que nos rege, podesse por ventura qualificar-se de um *producto selvatico*. A politica autochtone, ingenita ao caracter do povo, é a única efficaz e vantajosa, por ser a única, capaz de desenvolvimento (Barreto, 1926a, p. 138).

No olhar de Sílvio Romero, o germanismo de Tobias Barreto se assentava na sua crença na Ciência. Não de forma genérica, mas na formulação da intuição monística do mundo:

A sua nova intuição elaborada pelo estudo profundo do positivismo, do darwinismo, das escolas da ciência religiosa alemã, máxime a strauss-bauriana, e pela leitura dos historiadores literários, como Julian Schmidt e H. Hettner, e dos publicistas, como Mohl e Gneist, derramou-se em variados escritos. O germanismo de Tobias Barreto firmava-se, quanto à ciência, na intuição monística do mundo e da humanidade, pressupondo o conhecimento de Comte e de Darwin; e na literatura promovia implicitamente a aplicação do princípio da seleção natural entre as nações, fazendo-nos jogar à margem as migalhas da civilização francesa e mergulhar na grande corrente da cultura alemã. Semelhante modo de pensar envolvia por força a necessidade crítica objetiva, isto é daquela que, não guardando preferências,

estudando os homens e os fatos como eles são, lavra o seu juízo sem tergiversar, por mais enérgico que possa ser (Romero, 1980c, v. 4, p. 1189).

Daí então a crítica à Nação fazer todo sentido no contexto de recepção do evolucionismo europeu. Os momentos em que esses intelectuais irrompem o espaço público e organizam formas de superação dos problemas nacionais, mas constantemente tendo como espelho as realidades exteriores, tanto das projeções teóricas de futuro, quando das realizações efetivadas, como por exemplo, as unificações da Alemanha e Itália e ainda a emergência dos Estados Unidos como potência industrial, se concordarmos com Habermas (2014, p. 269), para o qual, “[...] a esfera pública não se realiza unicamente na república dos instruídos, mas sim no uso público da razão de todos que nela se entendem”. Dessa forma, para os positivistas a pátria era o coração de edificação da civilização. Nas suas palavras: “A pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social” (Carvalho, 1990, p. 22), justamente porque para Comte ([19-?], p. 94): “[...] se a liberdade consistisse em não seguir qualquer lei, ela seria ainda mais imoral do que absurda”. É claro que liberdade não se confunde com total liberação das normas sociais, ou o que Comte chama de lei. O que Tobias critica é justamente a manipulação e conspiração de supostas leis e sua subordinação a uma finalidade última passível de controle ou aceleração, o que evoca a limitação mesma, das filosofias da história. Nas palavras de Valdeci Lopes de Araújo:

Por mais bem-sucedidas que fossem, as filosofias da história não eram capazes de garantir a redenção absoluta, a reintegração do tempo histórico perdido; abria-se então a necessidade especificamente moderna de produzir tecnologias

capazes de combater a rememoração melancólica da perda do passado, mesmo do mais recente, da história que se vivia (Araújo, 2011, p. 300).

Ainda assim, do ponto de vista político nossa elite imperial, de maneira geral, se afeiçãoou ao utilitarismo de Hume:

O utilitarismo de Hume era a fonte de inspiração comum de todos. Como se sabe, para Hume todos os homens eram velhacos (*knaves*) e só poderiam ser motivados por meio do apelo a seus interesses pessoais. Tratava-se, portanto, de uma concepção de liberdade que se adaptava perfeitamente à noção de liberdade dos modernos como descrita por Benjamin Constant. O mundo utilitário é o mundo das paixões [...], e não o mundo da virtude no sentido antigo da palavra (Carvalho, 1990, p. 18).

Retomemos a formulação original da famosa marca teórica do comtismo: a lei dos três estados. Ela é enunciada já na primeira lição do *Curso de Filosofia Positiva* (1830). Nas palavras de Comte,

[...] esta lei consiste que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo dos nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados teóricos diferentes: estado teológico ou fictício; estado metafísico ou abstracto; e estado científico ou positivo (Comte, 1925 *apud* Cruz, 2013, v. 1, p. 140).

A ênfase na cientificidade da lei dos três Estados, objeto de crítica por mostrar-se demasiado esquemática, é adensada pelo lugar que o Direito ocuparia no plano geral de projeção dos diversos ordenamentos da sociedade. Nas palavras de Tobias, enunciadas no discurso "Idéa do Direito" (pronunciado em 1883):

Assim como, de todos os modos possíveis de abreviar o caminho entre dous pontos dados, a linha recta é o menor; assim como, de todos os modos imaginaveis de um corpo girar em torno de outro corpo, o circulo é o mais regular: assim, tambem, de todos os modos possíveis de coexistencia humana, o Direito é o melhor modo (Barreto, 1926a, p. 175–176).

E, para o jurista sergipano, esse papel central do Direito no ordenamento da própria história estaria em sintonia com o monismo:

Tal é a concepção que está de accôrdo com a intuição monistica do mundo. Perante a consciencia moderna, o Direito é o *modus vivendi*, é a pacificação do antagonismo das forças sociaes, da mesma fôrma que, perante o telescopio moderno, os *systemas planetarios* são tratados de paz entre as *estrellas* (Barreto, 1926a, p. 176).

Na sequência do discurso, Tobias historiciza essa definição do Direito nos seguintes termos:

A concepção monistica do Direito já existia esboçada no pensamento de Vico. Não é que eu opine com o *chauvinismo* italiano, professor Bertrando Spaventa, para quem Vico é *il vero precursore di tutta l'Allemagna*, mesmo porque poderia succeder que os allemães me provassem que tres quartos da riqueza de Vico provenieram de Leibnitz; mas é certo que no autor da *scienza nuova*, que aliás já em muitos pontos se tornou *scienza vecchia*, houve como que uma prefiguração do jurista moderno, do jurista, como elle deve ser, indagador e philosopho, capaz de utilizar-se de tudo que serve a sua causa, desde as observações astronomicas de um barão du

Prel, até as minudencias naturalisticas de um Charles Darwin
(Barreto, 1926a, p. 167-168).

O jurista moderno, nessa acepção, seria o sujeito que necessariamente transcenderia um puro exercício de formulação legal, para se converter em verdadeiro agente do moderno ordenamento das relações entre os indivíduos. A ciência social por excelência residiria no Direito e não na sociologia, a qual Tobias realiza dura crítica nas “Variações Anti-sociológicas” (texto concluído em 1887). O que escapara a Comte era justamente a dimensão humana dos sentimentos e paixões, objetos inalcançáveis a uma ciência social:

Os sentimentos não figuram em sociologia, mesmo na estética, a não ser quanto às impulsões que exercem sobre a vida comum ou às modificações que dela que recebem. As suas leis próprias só podem ser convenientemente estudadas pela moral, onde adquirem a preponderância devida à sua dignidade superior na totalidade da natureza humana
(Comte, [19-?], p. 103).

Tobias não compactuava dessa concepção de Comte que relegara os sentimentos à esfera da moral. Os sentimentos não se encontravam apartados do próprio movimento da sociedade. Ao contrário, são elementos constitutivos de sua dinâmica. Para Tobias:

O estudo dos phenomenos sociaes, considerados em sua totalidade e reduzidos á unidade logica de uma systematização scientifica, daria em resultado uma monstruosa pantosophia, que é incompativel com as forças do espirito humano. Se nem mesmo como sciencia descriptiva, que aliás, na opinião de Haeckel, é uma contradicto in adjecto, a

sciencia social não é constructivel, pois que não pódem ser observados e por isso não pódem ser descriptos todos os phenomenos da sociedade, porque rasão sel-o-hia como sciencia de principios, como sciencia de leis, que têm de ser induzidas da observação completa dos factos a estudar?

(Barreto, 1926a, p. 182).

Sob a égide da normatividade axiológica arbitrária do com-tismo, Tobias sentenciava, principalmente, à sociologia positivista a vivacidade de um momento que passaria:

Emquanto, pois, assim como a velha astrologia dos Apollonios de Thyane, dos magos da Caldéa passou a ser a astronomia dos Copernicos, dos Galileus, dos Keplers, a nova sociologia de Comte, Spencer e outros sociologos e magos do occidente não passar a ser socionomia de sabios, estou firme na minha convicção: a sociologia é uma phrase (Barreto, 1926a, p. 182).

Tobias prossegue na sua crítica da sociologia nos seguintes termos:

E isto parece tanto mais incontestavel, quanto é certo que nem mesmo nos achamos no periodo sociologico, mas ainda no periodo *sociolatrigo*. Ora uma sociolatria, ainda que tenha por objecto a adoração de grandes homens, é inconciliavel com uma sciencia social, qualquer que seja o grau do seu desenvolvimento. Desde que conhecemos, por exemplo, a natureza, a orbita e a marcha dos cometas não ha mais lugar de contemplal-os com terror. Se é conhecida a lei que determina a formação dos genios para que engrandecel-os e deifical-os? Não ha maior contradicção

(Barreto, 1926a, p. 182-183).

Dessa maneira, se: “[...] a sociolatria encarrega-se de matar a sociologia” (Barreto, 1926a, p. 183), caberia ao Direito equilibrar as tensões entre indivíduos e sociedade, instituições e o Estado. Para além de uma ciência da sociedade, pretensão essa ingênua para Tobias e teoricamente insustentável, a economia política estaria mais apta a se tornar ciência, aos seus olhos, porque:

Era bem possível que a sociologia não existisse, não pudessem mesmo existir, e todavia a economia política, segregada do todo, pela limitação do seu objecto, pela diminuição do circulo de suas observações, constituisse uma verdadeira sciencia (Barreto, 1926a, p. 183).

O elemento fundamental da crítica feita na “Idéa do Direito” retoma a ideia de “força” que para Tobias deriva do evolucionismo.

Forças chimicas, forças phisicas, forças naturaes em geral, são expressões corriqueiras, que estão ao alcance do senso commum, que já não dão motivo de objecção a nenhum espirito sério. O que importa aqui averiguar, é se, assim como os phenomenos da natureza se reúnem sob o conceito da força, o mesmo succede com os phenomenos da sociedade, ou, em outros termos, se, assim como falamos de forças naturaes, também podemos falar de forças sociaes. Ora, é facil de vêr que a comparação é justa; nem é preciso ser materialista para affirmar-o (Barreto, 1926a, p. 185).

Aqui então, surge o confronto entre liberdade, individualidade e condicionamentos sociais:

Ainda que os phenomenos sociaes só se explicassem pela vontade livre dos homens, esta vontade livre que produz

efeitos, todos os efeitos constitutivos da vida social, é uma causa e, como tal, é uma força. Sobre isto não ha duvida (Barreto, 1926a, p. 185).

Dessa maneira, apenas a Economia Política teria condições de estabelecer um estudo científico condizente com essas forças:

Com efeito, se a economia politica se occupa do phenomemo social da *riqueza*, e se a riqueza se produz por meio de factores diversos, entre os quaes figuram principalmente o capital, o trabalho e os agentes naturaes, desde que estes tres factores são irreductiveis entre si, qual será a idéa geral, o conceito da força? Agentes naturaes são *forças* naturaes; trabalho é actividade humana, e esta, por sua vez, é uma força; capital é trabalho accumulado, por conseguinte força acumulada. Já se vê o conceito da *força* tambem figura no dominio da economia politica²⁵ (Barreto, 1926a, p. 186).

Forças naturais em confronto com as atividades humanas. Começava a tomar contorno aquilo que se tornaria mais um avanço teórico no pensamento de Tobias: a emergência da noção de cultura. Se a economia é ciência da escassez, ela é lugar privilegiado para o estudo dos movimentos e ações humanas no tempo. Tobias se aproxima então do materialismo histórico, ainda que não leve as consequências da dinâmica do capitalismo e sua gênese na estruturação das relações sociais, tal qual Marx. Mas o papel da singularidade das temporalidades específicas de cada agrupamento social não lhe é indiferente:

25 Aqui, no interior da discussão de sua escrita, mais uma vez, Tobias Barreto cita Karl Marx. No entanto, no texto não há referência e a fonte consultada não é exata.

Muitos dos chamados princípios economicos estão sujeitos, dentro de um mesmo tempo, á relatividade de lugar, e dentro do mesmo lugar, á relatividade do tempo. O que é hoje economicamente verdadeiro para a Inglaterra, não o é de todo para o Brasil; o que convinha, por exemplo, a Pernambuco no seculo passado, não convém hoje pelo mesmo modo. Tudo isto quer dizer que não se trata de *leis*, mas de meras generalizações...

(Barreto, 1926a, p. 186–187).

Contra “leis” aplicáveis a toda e qualquer sociedade e acontecimento indiscriminadamente ao contexto histórico, eis a postura de Tobias diante da pretensão da Sociologia ao status de ciência dos fenômenos sociais. Voltamos ao lugar que os juristas deveriam ocupar nesse processo numa sociedade que abandonava, ou, pelo menos, pretendia abandonar o ordenamento social hierárquico e excludente do Império.

Mesmo entre as profissões liberais uma posição de eminência singular havia de ser reservada àqueles que fizeram os cursos jurídicos, num país que pretendeu desterrar o arbitrio e os privilégios herdados para reger-se segundo normas impessoais. Aos juristas, pois, que podem interpretar as leis, é natural que se confie a factura das leis também sua boa aplicação. A importância que assumem os ‘legistas’, já no Império nascente, e especialmente os magistrados, que vão ocupar, numericamente, o primeiro lugar nas legislaturas é filha dessa reflexão (Holanda, 2008, v. 7, p. 380).

Homem ilustrado de seu tempo, Tobias manteve relação de crítica ao Positivismo, justamente porque ele confrontava sua percepção da sociedade e da política. Ainda que sua intuição de Ciência tenha paralelo com a noção de “Ciência Positivista” ele procurou traçar um conjunto de argumentos contrários à filosofia de Comte.

Nesse esquema interpretativo, a cultura e o Direito assumiam a função de contrapesos argumentativos que desestruturavam os determinismos das leis gerais estabelecidas por Comte. No lugar desta, a presença da luta dos seres vivos na evolução construía significações muito mais densas e coerentes com os processos de estabelecimento das civilizações, ao longo da história, aos olhos de Tobias. É inegável que suas opções estavam relacionadas com a dinâmica de importação dessas ideias. E mais: com as tramas e jogos de poder ligados a sua enunciação em território nacional. Não à toa: “O fenômeno de buscar modelos externos é universal. [...] Que idéias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isso pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora” (Carvalho, 1990, p. 22). A relação com a política também é inegável tendo em vista que na transição do Império para a República:

Todas essas importações serviam à preocupação central que era a organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial. Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do país, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social. Somente ao final do Império começaram a ser discutidas questões que tinham a ver com a formação da nação, com a redefinição da cidadania (Carvalho, 1990, p. 23).

No entanto, não devemos perder de vista que tanto os discursos quanto as práticas de circulação e enunciação dessas posições colocam em perspectiva toda uma dinâmica das apropriações teóricas e conceituais que não se sustentam pela validade intrínseca desses enunciados, principalmente se levarmos em conta que “[...] os discursos e as práticas não são meios de reconhecer e se relacionar com coisas dadas. É através deles que

se produzem objetivações. Não há coisa ou objeto independente de uma prática” (Salomon, 2011, p. 328). E no âmbito do Brasil Império a recepção do discurso da ciência como lugar de poder, realização e legitimação da modernidade não ocorrera de forma pacífica ou sistematicamente linear. Ao contrário, as formulações de Tobias Barreto rebatem o entendimento de que as transferências culturais se dariam eminentemente de maneira vertical. E se concordamos que:

[...] o discurso da ciência e do progresso estrutura os demais discursos e reinventa tradições. A história, ao anunciar a nova verdade universal, tão somente esquece que a verdade suprema é sempre antiempírica e que, naquele momento, mesclara-se com a genealogia das nações e da civilização de que é portadora (Paz, 1996, p. 153).

Inegavelmente, as proposições de formulação de uma identidade nacional realizada no Oitocentos não resistiram imunes à crítica, ainda que advindas da capital da Província de Pernambuco.

Afinal, por que a crítica ao positivismo é importante para a compreensão da formulação e articulação da ideia de cultura de Tobias Barreto? Porque refutar a ideia de uma física social era o meio de questionar a própria instituição social e seu funcionamento, como procuramos demonstrar. Dessa maneira, para Comte, a Pátria era o meio pelo qual se edificaria a instituição social: “A pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social” (Carvalho, 1990, p. 22), justamente porque, “[...] se a liberdade consistisse em não seguir qualquer lei, ela seria ainda mais imoral do que absurda” (Comte, [19-?], p. 94). Inegavelmente, os positivistas formaram uma imagem pública forte o bastante para se caracterizarem como defensores das liberdades republicanas. Como declara Beviláqua, a

chave para o sucesso dos positivistas residiu na força de coesão de seu grupo:

Eis ahi apontado o essencial para se poder avaliar da latitude e força do comtismo puro, entre nós. Todos que temos amor ás grandes convicções, não podemos retirar nossas sympathias e admiração á esse punhado de teimosos infatigaveis, de apaixonados inflexiveis, que affrontaram corajosamente a acção enervante do meio social, lutaram contra todos, não recuando mesmo diante do ridículo, com que se lhe quis inutilisar os nobres tentamens, sempre consumidos pela pyrexia de uma crença profunda, á absorver-lhes todas as energias n'um devotamento fanatico (Bevilaqua, 1883, p. 82).

Contribui para a formação dessa imagem a sua adesão nas principais faculdades do país e nos círculos intelectuais que tomariam o corpo do novo regime político. Uma das causas que desgastavam o Império era o movimento abolicionista, ao qual, positivistas conseguiram “colar” seu apoio. Segundo Alonso (2015, p. 99):

A ideia positivista de progresso adentrou a Faculdade de Direito de São Paulo e do Recife, de onde muitos alunos saíam republicanos e abolicionistas. A imbricação ficou corriqueira: para caracterizar o antiescravismo de um personagem, o autor de uma peça teatral o descreveu como positivista²⁶.

No entanto, os representantes da Escola do Recife, articulados numa crítica às ideias positivistas muito anterior ao calor intenso do movimento abolicionista da década de 1880, continuaram

²⁶ Trata-se de Joaquim Nunes e sua obra *Corja opulenta, drama abolicionista em 3 atos* (1887).

o combate utilizando a rede de amizade entre seus assecclas. Em carta sem data, Romero pedia a Artur Orlando que se manifestasse contra a reforma do ensino promovida pelos positivistas durante o início da República. Diz Romero: "Vá para a tribuna e vá para a imprensa. Aquilo tudo é plano dos positivistas do Rio Grande. Querer desorganizar todo o ensino para melhor se apossarem dêle" (Rabello, 1967, p. 223). Isso prova que a força da sentença de Oliveira Vianna, para o qual: "Esta influência do Positivismo foi então uma influência de crenças – e não do credo em si" (Viana, 2004, p. 108), também serve aos integrantes do movimento do Recife. O combate aos positivistas, realizado por Tobias e por muitos dos intelectuais ligados a Escola do Recife, demonstra outro aspecto dessas disputas de ideias: no universo das ideias, a crítica sistemática antecedeu a ação política, o que não significa que a sua ascensão dentro do Regime republicano tenha acontecido à revelia de um cogente e intenso debate das ideias. Nesse particular, Tobias Barreto construiu uma crítica aos fundamentos do positivismo antes mesmo da confirmação dessa ideologia no coração do governo republicano.

Evolução e ciência

No fim do século XIX, data a que somos chegados, o espectáculo que se oferece a todo o observador reflectido é dos mais notáveis. Todas as pessoas instruídas concordam em reconhecer que, sob bastantes pontos de vista, este século excedeu infinitamente os que o precederam e que resolveu problemas que, na sua aurora, pareciam insolúveis (Haeckel, 1909, p. 1).

A recepção e o sucesso das ideias evolucionistas (não apenas as ideias de Darwin), principalmente a partir da segunda metade do século XIX no Brasil Império, podem ser analisados sob vários aspectos. Podemos enfatizar o mecanismo pelo qual essa recepção preenchia uma lacuna à crítica à Filosofia. Após a morte de Hegel, a Filosofia, para muitos, teria se tornado obsoleta, não contribuindo mais para a resolução dos problemas contemporâneos. O debate sobre a anunciação da “morte da metafísica”, realizado por Sílvio Romero em sua defesa de tese na Faculdade de Direito, é uma prova de que esses intelectuais estavam a par do impasse. Leôncio Basbaum, em sua *História sincera da República*, reduz o horizonte intelectual à tintas cinzentas. Na sua descrição:

No Brasil, liquidado o positivismo, nada mais restou como Filosofia. E os livre-pensadores do fim do século passado, que, colocando-se contra a Igreja, passavam a simpatizar com o positivismo, ou ingressavam na maçonaria ou ainda se deleitavam com as verrinas iconoclastas de Tobias Barreto, haviam desaparecido (Basbaum, 1976, p. 197).

As “verrinas iconoclastas” de Tobias Barreto teriam perdido sua força porque não se articulavam mais aos problemas e paradoxos políticos e culturais. A República se esforçara por construir consensos dentro de um quadro geral de reordenamento das instituições e do exercício de suas funções. A burocracia estatal, as reformas educacionais e urbanas, e o reordenamento jurídico relegaram os combates de Tobias a um passado recente, mas concluso pelo novo regime. Ainda assim, até as “ideias novas” agora teriam adquirido à luz republicana — como sentenciar Basbaum ao se referir às ideias de Heackel — um, “[...] fundo reacionário da doutrina” (Basbaum, 1976, p. 198).

Numa escala evolutiva (construída pelo próprio pensamento europeu), a Europa afirmara uma posição superior no contexto geral dos povos. A emergência da modernidade e as ideias de civilização e progresso estavam articuladas a um amplo processo histórico que colocava em perspectiva as ideias de história e evolução. E sob essa perspectiva o pensamento moderno articulará novas relações entre natureza, cultura e homem. Segundo Francisco Falcon: “Isso é particularmente visível na completa transformação que se opera nas maneiras de situar as relações entre o homem e a natureza, bem como na luta empreendida pela Igreja contra os avanços do espírito matemático-natural” (Falcon, 1982, p. 7). Dessa forma, as forças conservadoras da moral religiosa se confrontavam com as teorias científicas mais recentes gerando debates e polêmicas, nas quais Tobias não se furtou a enfrentar. Assim, podemos considerar um esforço de racionalização em todos os campos onde seu pensamento agiu. Seja no Direito, na Filosofia, na crítica. Esse esforço de racionalização, também pode ser incluído no movimento amplo de secularização que marca a modernidade. Ainda segundo Falcon (1982, p. 8):

No âmbito específico das teorias e práticas políticas e econômicas, essa passagem da transcendência à imanência assumiu, de certo modo, uma conotação facilmente identificável: a *secularização*. É a emancipação de cada um dos campos particulares do conhecimento da tutela da teologia e da metafísica tradicional.

Se a Europa mantinha sua posição superior na escala geral de evolução dos povos, podemos considerar que a ciência Oitocentista continha em si uma força de retração que a despeito das descobertas não prescindia de uma ideologização. Essa força de retração exercia pressão através do campo político e sob muitos aspectos legitimou os projetos de dominação imperialistas da Europa sobre

territórios diversos na África e Ásia. Assim, o evolucionismo muito cedo transitou entre uma teoria científica e uma ideologia política. Segundo Pierre Boule:

A maioria dos *philosophes*, de forma mais tradicional, considerava a humanidade como resultado de evolução. Mas como demonstrou o darwinismo social do século XIX, essa posição não evitava um conceito de superioridade européia, até mesmo racial (Boule, 1990, p. 196).

Típico pensamento de época, qual seja, contextualização e tipificação de um pensador na linhagem histórica de evolução das ideias, a ideia mesma de evolução transpassa o universo teórico para o metodológico definindo no social as suas significações. Num momento embrionário de consolidação das ciências sociais e humanas, de fronteiras disciplinares pouco definidas, o que unifica diversos saberes em construção é a sua reivindicação junto à ciência. Nesse contexto, como bem aponta Francisco Paz:

O discurso da ciência e do progresso estrutura os demais discursos e reinventa tradições. A história, ao anunciar a nova verdade universal, tão somente esquece que a verdade suprema é sempre antiempírica e que, naquele momento, mesclara-se com a genealogia das nações e da civilização de que é portadora (Paz, 1996, 153).

No julgamento de Antero de Quental, em marcante trabalho sobre as correntes filosóficas do século XIX, encontramos a determinação de um modo de observação e análise de um pensamento. Nas suas palavras: "As ideias de um grande pensador, cujo largo âmbito ele raríssimas vezes mede bem, não são o que ele quis ou pretendeu que elas fossem, mas sim aquilo que de facto representam

na evolução do pensamento geral a que se ligam” (Quental, 1991, p. 66). Se recorrermos à prescrição de Quental, podemos realizar esse enquadramento de Tobias diante várias questões latentes na urgência de seu tempo. É o caso de sua posição em relação ao antissemitismo. Tobias se colocara contra o antissemitismo que nascia na Alemanha nos finais do Oitocentos. Em artigo elaborado entre 1871 e 1873, já se colocava contra os críticos do judaísmo. O texto, um exercício de exegese bíblica, se encerra com a seguinte assertiva:

É certo por conseguinte que os semitas não se caracterizam só pela posse de um alto senso religioso, revelando em tudo mais pobreza e esterilidade, como sôe parecer a alguns ethnologos. O exemplar da raça, os judeus, tem Direito a maior apreço, baseado em um estudo menos superficial de sua psychologia. Elles se acham actualmente na vanguarda do progresso intellectual, entre os grandes combatentes e os grandes demolidores do edificio de velhos erros. Visivelmente, elles tem ainda um nobre destino a cumprir. [...]. E é uma verdade (Barreto, 1926f, p. 78).

A mesma postura se conservará ao comentar a atuação de Heinrich von Treitschke (1834–1896), então professor de filosofia na Universidade de Berlim e redator dos *Annaes prussianos*. Tobias questiona as razões do movimento antijudaico em outro artigo de 1880:

O que não comprehendo é que elle pretenda, como acaba de fazel-o, por força do mesmo principio, condemnar ao odio e á execração da maior parte uma pequena parte da população allemã. Quero falar da actual questão judia, que tão pouco sympathicos vae tornando no estrangeiro os nomes de seus agitadores na Allemanha. Qualquer que seja a divisa,

por que se assignalem taes combatentes, ainda mesmo a santa divisa do amor da patria, não justifica o anachronico e disparatado de semelhante lucta (Barreto, 1926b, p. 353).

O sergipano compreendeu as manifestações de Treitschke e acusações de manipulação e enfraquecimento da opinião pública através do controle da imprensa como anacrônicas aos valores modernos. Desacreditando a posição de Treitschke, Tobias defendia a opinião de que a imputação causal aos judeus, que se realizava então, na Alemanha não possuía mais significação no contexto de evolução dos povos. Logo, concluímos que a adesão de Tobias a determinado sistema de pensamento ou ideia não era em absoluto dogmática. Ao contrário, em cada debate e "adesão" às ideias que acompanhamos, visualizamos um crivo de criticidade ao examinar a forma e plasticidade dos raciocínios. Nosso intuito não é o de simplesmente relativizar a adesão às ideias por parte de Tobias, ou esvaziar as classificações que o taxam com este ou aquele rótulo ideológico, mas afirmar que essas adesões não se deram ao vento das apropriações assistemáticas e fortuitas, porém sofreram crítica e reflexão por parte do sergipano. Retrospectivamente, o historiador tem condições de realizar esses julgamentos classificatórios, mas jamais pode deixar de fitar o devir de um pensamento, ou seja, a sua constituição no tempo.

Monismo, evolucionismo e darwinismo social eram perpassados pela ideia geral de evolução e com ela as ideias de luta pela vida e de força. Sendo assim, ainda se constituíam consensos amplos sobre as teorias elaboradas na Europa. O deslizamento das descobertas da história natural para a análise das sociedades foi um dos movimentos realizados por esses intelectuais. Assim, se por um lado esses intelectuais passaram a admitir uma distinção entre natureza e cultura, as civilizações e o homem ainda mantinham uma relação com o mundo natural. Seu trabalho, então, consistia na adequação

dessas ideias às especificidades dos povos e das dinâmicas sociais. Esse esforço é efetivado por, dentre outros, Beviláqua ao explicar as ideias de Spencer — que vale lembrar, era crítico de Darwin — nos seguintes termos: “A nação, que não tem em si a seiva necessaria para crear as originalidades, está exposta á uma lucta mais tenaz, porque tem de disputar com outras, n’um duello de morte, todos os seus elementos de vida” (Bevilaqua, 1883, p. 56). Nesse fragmento, fica evidente a transposição de uma noção científica para o campo social, recurso frequente realizado por Tobias e Romero.

Dessa maneira, no campo da análise das sociedades emerge desse mecanismo teórico de apropriação de um saber e sua transposição para outros, uma visão de história e de progresso das civilizações. Esse mecanismo articulava um senso de tempo e evolução dos povos, mas que poderia admitir a intervenção humana, no caso específico do pensamento de Tobias Barreto, através da cultura e seus implementos (destaque para a educação, o Direito e a razão filosófica). É sob esse olhar que se edifica a conexão entre essas experiências reflexivas do final do século XIX e seu papel na construção de nossa modernidade. Ao analisar essas experiências e suas ramificações no futuro, Francisco Foot Hardman localiza a forte presença do positivismo, evolucionismo e materialismo naturalista e suas importâncias na formação do nosso modernismo. Ao comentar a obra de Fausto Cardoso, Hardman (1992, p. 300) afirma que:

É o caso sugestivo da obra filosófica de Fausto Cardoso, *Concepção monista do universo* (1895) – cuja filiação à chamada Escola do Recife é notória, tendo sido, sintomaticamente, prefaciada por Graça Aranha, que antecipa, ali, muito de certo vitalismo messiânico presente em seus escritos futuros –, livro precursor, entre nós, de uma concepção moderna sobre a linguagem humana vista como código objetivado e passível de se decifrar pela lógica científica.

A *Concepção monista do universo*, se apropria de outra noção implícita ao evolucionismo: a de desenvolvimento no tempo. A historicidade se torna categoria fundamental para esse pensamento. Por isso, podemos entender a afirmação de Francisco Paz, para o qual “[...] o passado é a base duradoura da sociedade e reveladora de seu futuro” (Paz, 1996, p. 153). Daí surgem visões escatológicas e teleológicas da história. A ideia de evolução interferiu no senso temporal de forma decisiva. Analisar o passado tornara-se condição *sine qua non* para o entendimento do presente e as projeções de futuro, logo, construções de propostas políticas. A força do saber científico no discurso intelectual Oitocentista guarda em si essas projeções que serviam, ao mesmo tempo, como unidades de sedimentação teórica: ao passo que legitimavam uma posição e lhe davam autoridade, elas também instituíam um lugar de novidade. Assim:

A singularidade do oitocentos [...] não está na novidade das respostas, mas sim no significado e no triunfo do *devir*. Isto é, no desenvolvimento de um modo de pensar que envolve tudo o que é perene e que projeta tudo para o novo. Concepção explosiva e fragmentária do universo, o devir oitocentista sujeita as verdades presentes às transformações da revolução tecnológica e da revolução científica. O espírito imanente do ser é invadido pelo espírito científico. Ao firmar o motor da ciência, o homem estabelece o novo sentido da vida. Da história (Paz, 1996, p.162).

No limiar do século XX, o ideário Oitocentista parecia reforçar e concretizar muitas das suas projeções. O devir produziu a “guerra de raças”, como a chamou Michel Foucault²⁷, e que explodira num

27 Aula de 21 de Janeiro de 1979 (Foucault, 2005b).

conflito mundial entre os grandes Impérios do Ocidente. Como a epígrafe de Haeckel aponta — o que chegou, para alguns, a influenciar até mesmo certos ramos da psicanálise — o século XIX resolveu problemas até então considerados “insolúveis”, é bem verdade, mas este mesmo século também edificou outros problemas tão ou mais complexos que os que se propôs a resolver. Daí então, fazer todo sentido histórico a consideração de Hardman de que no limiar dos conflitos mundiais as utopias dos modernistas contrastavam com a barbárie em pleno vigor, elemento esse de ambivalência constante nos críticos da modernidade:

Por isso, quando os antigos modernistas chegaram, projetando cidades e esperanças, as guerras tinham, havia muito, começado. Numa era de barbáries tecnológicas crescentes, suas utopias emergiram como fogos-fátuos, como reminiscências de verdades, como prelúdios de alucinações reais (Hardman, 1992, p. 304).

A educação da mulher

De maneira recorrente a Escola do Recife é definida como o *ethos* pioneiro de recepção e circulação das ideias evolucionistas no Brasil. A profusão de citações de ideias e obras dos expoentes das variadas vertentes evolucionistas, do lamarckismo ao darwinismo social, se dá em grande medida pelas possibilidades que essas ideias forneceram de diferenciação desses intelectuais num campo cada vez mais dominado pela doutrina positivista. O próprio Romero realça a interpretação que se consolidará, *a posteriori* do pioneirismo do Nordeste, na propagação dos ideários da evolução. Nas suas palavras:

Mas eis que no Rio de Janeiro só de 1874 em diante é que pela primeira vez os nomes de Darwin e Comte foram conscientemente pronunciados em público em conferências e escritos, quando em Pernambuco eram de vulgar notícia entre os moços de talento desde 1869 (Romero, 1980c, v. 4, p. 1189).

Assim, no Recife se organizava um *front* de combate ao positivismo, no qual: “Martins Júnior, Clóvis Bevilacqua e Clodoaldo Freitas fundam o jornal *Idéia Nova* em 1880” (Carelli, 1994, p. 152), com o intuito de rebater a doutrina de Comte.

Sílvio Romero conjecturou um lenitivo de diversidade racial e cultural como chave explicativa para os desdobramentos sociais que a Nação sofreria. Esse raciocínio se fundamentava na origem de nossa constituição social, já que desde o nascimento o País foi forjado pela convivência entre raças distintas. Romero então, ao contrário das taxações usuais da crítica, se coloca favorável à nossa diversidade racial. Nas suas palavras:

Se o progresso futuro tiver de ser feito à custa da diversidade, da variedade, da diferenciação, do pitoresco, da originalidade das criações humanas, o diabo leve o progresso e traga os antigos dias do indigenismo, do nativismo, do particularismo das crenças e efusões. Que cousa miseravelmente banal não seria o mundo, se ele fosse feito segundo as idéias e os gostos dos nossos cosmopolitas mirins. Voto contra semelhante chateza e acho digno de preitos todo e qualquer indivíduo que de algum modo tem contribuído para criar-nos uma fisionomia à parte (Romero, 1980b, v. 2, p. 614).

Da perspectiva de Tobias Barreto, a questão pode ser tangenciada pela sua defesa veemente da educação enquanto elemento fundamental de civilização, independente de condição racial ou

sexual. É um outro olhar que transcende um determinismo de “choque” de culturas. Um dos momentos mais importantes de afirmação dessa sua convicção no poder da educação no processo civilizatório não se deu de forma puramente “teórica”, mas se fez ação nas arenas políticas através de dois momentos bastante marcantes da trajetória do Tobias, deputado provincial. Os dois momentos se revelam nas sessões da Assembleia de Pernambuco. O primeiro no debate sobre o pedido de uma jovem que solicitara uma bolsa para estudar medicina na Rússia e o segundo na defesa de seu projeto para criação de uma escola voltada à instrução feminina. Acompanhem os dois momentos.

O primeiro momento se inicia na sessão da Assembleia de 22 de março de 1879. Tobias sucede seu colega, Dr. Malaquias, que fizera um discurso com uso de argumentação da ciência da época defendendo a inferioridade biológica da mulher, o que impossibilitaria seu desenvolvimento cognitivo. Para isso, a base de sua argumentação eram os trabalhos de medição de crânios e cérebros, bastante em voga nesse momento. Ao assumir a tribuna, Tobias já contesta o colega ao afirmar que “[...] cada cousa tem suas nove faces, diz o proverbio” (Barreto, 1926a, p. 42). Abrindo seu discurso, já se coloca claramente favorável à requisição que fora enviada à assembleia. Vejamos:

Eu ousou pois confiar na boa causa que trato de defender, e no bom genio que me inspira, o genio do reconhecimento e do culto rendido ás excellencias do bello sexo, ousou confiar, repito, que poderei tambem contribuir com algumas verdades, seriamente meditadas e francamente expressas, para arredar desta assembléa a immensa responsabilidade de um peccado imperdoavel contra o santo espirito do progresso, de um crime de lesa-civilisação, de lesa-ciencia, qual seria sem duvida o de ficar aqui decidido, barbaramente para os

misteres scientificos, para os misteres que demandam uma alta cultura intellectual (Barreto, 1926a, p. 42).

Tobias então ataca e questiona a teoria defendida pelo Dr. Malaquias, segundo a qual a inferioridade da mulher estaria asentada em base científica e não em um puro conservadorismo das estruturas sociais que relegavam à mulher um papel que não permitia a ela realizar atividades consideradas masculinas, como estudar. Segundo Tobias:

[...] já de muito retirou-se do combate, envergonhada de si mesma, theoria decrepita, sem razão de ser, pretendida physiologica, da mulher condemnada por natureza á incapacidade e ao atraso mental, theoria que já hoje, no mundo da sciencia, representa o mesmo papel, que representa, no mundo poetico, a insulta maldição classica dos vates indignados contra as Marilias sempre ingratas, as Marcias sempre crueis, as Jonias sempre traidoras (Barreto, 1926a, p. 43).

Tobias faz referência ao longo de sua argumentação a uma bibliografia eminentemente estrangeira. Um artigo de Büchner no jornal de Berlim chamado *O advogado das mulheres (Der Frauenanwalt)*, e outro artigo intitulado *O cerebro da mulher*. Também faz referência em outro discurso (sobre os carros fúnebres) ao professor Pôlz da Universidade de Mûnich. A presença de autores germânicos é corrente em seus discursos. Neste ponto evoca então os zoólogos alemães do período:

Este estranho modo de pensar do deputado fez-me comprehender a exactidão, com que ha poco tempo o grande zoologo allemão Carl Semper, um dos mais fortes adversarios de Ernesto Haeckel, escreveu que no dominio das

sciencias verifica-se a mesma lei natural, que se dá na vida dos povos, a saber: o vencido tem sempre alguma influencia sobre o vencedor; e assim vemos que a zoologia está prestes a admitir o methodo praticado naquella ordem de idéas, contra a qual ella tem de preferencia combatido, e crê ter ganho a victoria, isto é, está prestes a assumir a fé absoluta em dogmas, que por se dizerem scientificos, não são menos incomprehensíveis que os dogmas religiosos (Barreto, 1926a, p. 44).

E prossegue na sua argumentação:

Neste caso está o dogma impertinente, o artigo da fé tradicional, que se quer impor como baseado em provas physiologicas, relativo a não sei que incompetência natural da mulher para o cultivo completo de suas faculdades mentaes (Barreto, 1926a, p. 45).

Sua linha argumentativa se baseia em homens notáveis e renomados da Ciência da época que defendiam o fato de que a mulher teria totais condições para exercer qualquer forma de prática científica, sem qualquer prejuízo ou condicionante para o exercício desses saberes:

Os factos ahi estão e com elles o testemunho de homens notabilissimos. Não é possível mais insistir de encontro ao que já é verdade reconhecida; salvo, se se pretende qualificar todos esses homens de incompetentes, ou animados de paixões inconfesaveis, o que não é admissível. São homens sérios, que estudaram a materia com seriedade da sciencia (Barreto, 1926a, p. 52).

Tobias cita casos da Universidade de Zurich em que mulheres obtiveram títulos de doutorado em medicina, notadamente o caso mais famoso da russa Nadeschda Suslowa (1843–1918). A tese defendida pelo Dr. Malaquias, à qual Tobias rebate em cada detalhe, é a de que a medição do cérebro era vetora de equivalência e critério de determinação do nível de inteligência de um ser humano, com base no postulado segundo o qual, quanto mais desenvolvido o órgão, mais desenvolvida seria a sua especialidade. Ao coração dessa tese, Tobias contra-argumenta:

O maior peso do cérebro é por si só uma prova de maior desenvolvimento? A physiologia, que até hoje, como diz pessoa competente, não se tem ocupado nem com as funções do desenvolvimento das funções, bem poucas leis apresenta, que não possam soffrer contestação; e nesse numero não se contam as que dizem respeito ao cerebro. Basta-me o seguinte factó: Nós temos conhecimento do peso cerebral de alguns grandes homens. Perguntarei pois ao nobre deputado ou a outro qualquer que siga a mesma theoria, como póde explicar este phenomeno: o cerebro de Byron, pesou 2238 grammas, e o de Depuytren 1436, um peso tal que offerece para com o primeiro uma differença de 802 grammas, uma libra e tres quartas, pouco mais ou menos. Ora, a uma differença tamanha de peso do cerebro deveria corresponder uma notavel differença intellectual entre os dous espiritos. Mas, porventura Byron, como poeta, foi maior do que Dupuytren, como cirugião? (Barreto, 1926a, p. 53–54).

Mas, Tobias relativiza sua defesa da emancipação da mulher. Afirma ele, que do ponto de vista político, pessoalmente não tem certeza de que a mulher possa participar da vida política e volta então sua defesa ao que chama de aspecto civil da questão:

Pelo que me toca, porém, ao ponto de vista civil, não ha duvida que se faz necessario emancipar a mulher do jugo de velhos prejuizos, legalmente consagrados. Entre nós, nas relações da familia, ainda prevalece o principio biblico da sujeição feminina. A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ella não tem, como devera ter, um Direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se, como escrava, á soberana vontade marital. Essas relações, digo eu, deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado á civilisação [sic] (Barreto, 1926a, p. 56).

Após contestar duramente a tese do seu colega, Tobias passa a desvelar as motivações que estariam ocultas no discurso do Dr. Malaquias, notadamente a sua dimensão moral:

Essa theoria tem sua historia. Como eu disse ao principio, ella é filha bastarda do dogma impertinente do peccado original. Passou do velho para o novo testamento e incorporou-se nas doutrinas de São Paulo, o qual na sua primeira epistola a *Thimoteo*, capitulo II, vol. 11 e 12, assim se exprime: - "*Mullier in silentio discat cum omni subjectione... - Docere autem mulieri non permitto, neque dominari in virum; sed esse in silentio* (Barreto, 1926a, p. 57).

Prossegue a argumentação com o seguinte raciocínio:

O Sr. TOBIAS: - ... é a doutrina de S. Paulo, a doutrina do catholicismo, cuja influencia se fez sentir na jurisprudencia allemã dos seculos 15, 16 e 17. É assim que Paulo Zachias, medico-legista desse tempo, resumio tudo o que pensava sobre a mulher nas seguintes palavras: *Das Weib ist geboren, um zu gebaren*. Textual: *a mulher nasceu para ter filhos*.

E os juristas italianos, como quasi todos da época, tinham phrases feitas para designar a inferioridade feminina, - *consilium invalidum, imbecillitas, infimitas animi*, etc... o que tudo, queria dizer que a mulher não tem cabeça que é fraca de juizo!... Eis ahi! Eu não sei, Sr. presidente, como o nobre deputado, antagonista do projeto, *espírito emancipado*, póde chegar, sob este ponto de vista, a abraçar-se com a santa igreja, a abraçar-se com S. Paulo. (*Apoiados*). Ora ahi está, meus senhores: acabo de fazer uma conversão, converti o Sr. Malaquias.

O Sr. MALAQUIAS: - Perdão: eu estou nos braços da sciencia.

O Sr. TOBIAS: - Engana-se; está com o catholicismo, está com S. Paulo, está com os santos padres, que tinham duvidas sobre a alma racional da mulher, como hoje se duvida do seu cerebro, está com a jurisprudencia catholica da idade media, está com toda essa gente...

O Sr. GERVASIO CAMPELLO: - Então está salvo. (*Riso*)
(Barreto, 1926a, p. 58).

Tobias contrapõe o oponente e pondera: "Com effeito Sr. presidente, dizer que a mulher não tem competencia para os altos estudos scientificos é, além do mais, um erro historico, um attentado contra a verdade dos factos" (Barreto, 1926a, p. 59). Então, passa a construir uma digressão histórica para corroborar seu ponto de vista, recurso de erudição para reforçar sua argumentação, donde remonta aos filósofos gregos e a presença das mulheres na tradição de pensamento clássico:

Assim vemos apresentarem-se na Grecia, além de Sapho, Myrtis e Corinna, tambem poetisas, a quem cabe a gloria

de terem sido mestras do maior lyrico daquela nação, mestras de Pindaro. E não somente a poesia, a philosophia teve igualmente suas dignas representantes. Dest'arte nomeia-se como primeira philosopha Clobulina, filha de Cleobulo, que floresceu na época dos sete sabios. Pythagoras contou, entre os seus discipulos, grande numero de mulheres. Diz-se mesmo que elle aprendeu a philosophia com sua irmã Themistocléa, e que a sua mais applicada discipula foi Theano, sua mulher. Nomeia-se ainda a Thargelia, de Mileto, mestra de Aspasia, a mulher de Pericles, a mestra de Socrates... (Barreto, 1926a, p. 61).

O filósofo sergipano passa então à defesa da educação como forma de emancipação, tal qual seu contemporâneo Tavares Bastos também a compreendia²⁸, e que Romero também compactuava, especialmente em relação à abolição dos escravos. Romero defende que aos escravos: “[...] a instrução popular, tornando efficaz a obrigatoriedade do ensino primario e a liberdade plena do secundario e superior” (Roméro, [1883], p. 15). Segundo Tobias:

É possível que, precedendo-se a uma analyse das qualidades masculinas e femininas, descubra-se realmente ao homem maior grão de desenvolvimento; mas, este phenomeno se explica pela razão que acabei de indicar e que é incontestavel: a educação incompleta, a cultura escassa da mulher. Até hoje educada só e só para a vida intima, para a vida da família, ella chegou ao estado de parecer que é esta a sua única missão, que nasceu exclusivamente para isto. E tal é a illusão, em que laboramos: tomando por effeito da natureza o que é simplesmente um effeito da sociedade, negamos

28 Indicação de leitura: Moraes Filho (2001).

ao bello sexo a posse de predicados que aliás elle tem de commum com o sexo masculino (Barreto, 1926a, p. 62).

Tobias ataca ainda a noção corrente naquele momento do sentimento como expressão de fraqueza. Fato esse que determinaria uma fragilidade no caráter feminino, tendo em vista, que supostamente a expressão dos sentimentos e da emotividade seria mais propenso às mulheres:

Ora, se para uma continua applicação e estudos profundos, é mister uma vida sedentaria, de solidão e recolhimento, não ha duvida que a mulher, por este lado sobrepuja o homem em disposição naturaes para o cultivo das sciencias. Pouco importa o facto que eu não nego, de haver no mundo feminino um certo predominio da sentimentalidade. Efeito da educação, é não da natureza, esse phenomeno cessará, desde que cesse a sua causa. Como não se chegar a semelhante resultado, como não dar-se na mulher essa preponderancia do sentimento sobre a razão, se até hoje a sua educação tem sido preponderantemente sentimental? Começa pela educação religiosa, que é toda de sentimento; vem em seguida a educação moral, que ainda é de preferencia dirigida á sensibilidade, e afinal completa-se a obra com o despertar do sentimento esthetico, - é o piano, é o canto, é a musica em geral. Isto por annos, atravez de muitas gerações, não podia deixar de produzir as consequancias que ahi vemos (Barreto, 1926a, p. 63).

Conclui então que: "Todo homem tem sua mania; e é infeliz aquelle que não a tem: a minha mania, senhores, é pensar que grande parte, senão a maior parte dos nossos males vem exactamente da falta de cultura intellectual do sexo feminino" (Barreto, 1926a,

p. 67). E, em resposta ao Dr. Malaquias, que realiza sua réplica, sucedendo novamente Tobias na tribuna nessa mesma sessão do dia 22 de março, uma vez mais o sergipano retomará o movimento de defesa da educação como fundamento de emancipação, já que para Tobias era incontestemente a opinião de que a educação era o mecanismo de esclarecimento do povo, preceito posteriormente basilar para o projeto republicano. Nas suas palavras: “[...] eduque-se o povo, e teremos então uma opinião pública ilustrada” (Barreto, 1926a, p. 88–89). A educação enquanto manifestação da cultura, como no posicionamento de Tobias sobre a educação da mulher, era a chave para resolução dos nossos profundos problemas sociais. Ele inicia sua argumentação relativizando a inferioridade natural da mulher, defendida por seu opositor neste debate, recorrendo a um postulado historicista:

Eu sei que ha ainda um certo prejuizo arraigado, e difficil de extirpar, a respeito da inferioridade da mulher. Ha quem diga infelizmente... para vergonha da época, que a mulher nasceu sómente para a *agulha* ou para o *tear!*... Esta theoria é do tempo, em que o homem tambem só tinha nascido para a *enxada*. Houve um tempo, com effeito, em que o homem, no espirito de muita gente somente nascera para *esse mister*; e tanto assim é que a reminiscencia existe na linguagem; ainda hoje se diz: a banca do advogado é sua *enxada*; a *enxada* do actor é o palco, etc., etc. Isto, que é uma especie de psychologia do povo estudada na língua, autorisa-nos a affirmar que já houve realmente uma época, em que o supremo ideal da actividade varonil, aquillo que o homem de mais nobre podia aspirar, era... a *enxada*. Desse tempo é gracioso dito: que a mulher se deve limitar á *agulha* ou ao *tear* (Barreto, 1926a, p. 74).

Poética e razão se embricam na construção da retórica no debate. E se “a mulher é a melhor metade do gênero humano”, não haveria base de sustentação da superioridade masculina, as diferenças entre os sexos são de ordem da evolução da espécie, logo histórica e provisória.

Ora, o homem physicamente, dista pouco de um *gorilla*. Não exagero, é a verdade. Abstrai-se da roupa, dos appendices artificiaes e diga-se então se, considerado em sua forma natural, o homem não se approxima somente do *macaco*? Mas agora vejamos tambem: póde-se imaginar formas mais bellas do que as de uma bella mulher?... Parece que a natureza, realisando a mulher, fez o que de mais completo cabia nas suas forças.

Se pelo morphologico, foi ella tão poeta, podia ser tão pro-saica pelo lado physiologico? (Barreto, 1926a, p. 75).

Dessa maneira, na harmonia entre fisiologia e o desenvolvimento biológico, não faria sentido constatar um suposto erro da natureza na definição das características entre os gêneros: “A natureza não faz distinção: ella é toda harmonica. A desarmonia é criação nossa, é obra da sociedade. A natureza, que harmonisa tudo, não póde ter querido que a bonitas formas deixem de corresponder funcções perfeitas” (Barreto, 1926a, p. 75–76). Ainda que Tobias declare sua ojeriza à retórica performativa e vazia: “Eu não gosto de rhetorica, se bem que todas as vezes que aqui me levanto, rhetorise um pouco; sou inimigo da rhetorica, não gosto de palavreado, em que gastamos um tempo enorme, e o que mais admira, inutilmente!” (Barreto, 1926a, p. 89), é inegável que seu poder de argumentação reside na harmonia entre uma dimensão estética do discurso e sua defesa de uma razão científica. O segundo movimento de Tobias, de defesa da educação como força motriz do

desenvolvimento social, é seu *Projecto de um Parthenogogio* apresentado à Assembleia de Pernambuco em 1879. De início, Tobias já assume que o projeto de criação de uma instituição para instrução feminina já nascera morto:

[...] o projecto que apresentei e que se discute, é um daquelles que parecem de antemão condemnados a morte prematura, porque elle tem por fim a realisação de uma novidade e nós não estamos muito habituados a acceitar de bom grado, sobre tudo nos dominios da vida publica, os tentamens de character novo, que envolvem sempre uma ousadia, que importam sempre uma invasão arriscada no terreno desconhecido (Barreto, 1926a, p. 91).

Eis a definição do projeto:

[...] o projecto encerra no seu fundo a satisfação de uma das mais urgentes necessidades da provincia, qual é sem duvida a necessidade de instrução, em geral e particularmente, feminina, instrucção em mais alto gráu e melhores meios, do que presentemente existe. O projecto não tem em vista inaugurar na provincia o dominio das *blue stocking* ou das *précieuses ridicules*, mas simplesmente abrir caminho, entre nós, á solução lenta e fradual de uma das mais graves questões da actualidade: a elevação do nível intellectual da mulher ou, se assim posso dizer, a purificação, pela luz, da atmospheria em que ella gira (Barreto, 1926a, p. 92).

Mais uma vez, ele recorre e sustenta sua argumentação no pensamento alemão, o qual teve contato, para reafirmar a instrução para todos os gêneros sexuais.

Se eu tivesse que filiar minha ideia num principio mais elevado, não filial-a-hia por certo neste ou naquelle arroubo sonhador, mas numa verdade pratica, bellamente expressa por um homem pratico. Frederico Diesterweg, um notavel espirito allemão, o qual, com Pestalozzi e Froebel, é o terceiro na série dos grandes pedagogos da idade moderna, se exprime deste modo: A liberdade do povo e a felicidade do povo, pela cultura do povo não pódem ser conseguidas por meio da instrução parcial, ministrada a um só sexo (Barreto, 1926a, p. 93).

E novamente, defesa do argumento de que a educação que serve à civilização reaparece de forma incisiva, nos seguintes termos:

Se as mulheres são seres humanos, que têm uma missão na sociedade e deveres a cumprir para com ella, se, como seres humanos, as mulheres trazem consigo thesouros espirituaes que devem ser aproveitados e desenvolvidos, é preciso todo o escrupulo de uma freira, ou toda a logica de um frade, para entender que estabelecimentos da ordem do que se acha indicado do projecto, não passam de appendices ou excrescencias inuteis, quando elles são, pelo contrario, complementos indispensaveis da educação total de um povo civilisado, ou mesmo civilisavel, se não é que nós outros brasileiros pertencentes áquella classe de *povos crepusculares*, de que fala H. Klencke, povos que vivem no *lusco e fusco* perpetuo de uma semi-cultural banal, sem saber o que são nem o que devem ser, atacados da mais grave das psychoses, a photophobia intellectual, o medo da luz, o horror da claridade (Barreto, 1926a, p. 94).

Certamente, nas projeções de futuro construídas nos projetos políticos e debates que os integrantes da Escola do Recife estiveram envolvidos, e no espírito geral do Brasil Império, a defesa da educação como meio de emancipação não era precisamente uma novidade. Essa ideia tem raízes antigas reatualizadas pelos filósofos e cientistas iluministas — materializada na célebre referência atribuída a Francis Bacon, "*scientia potentia est*"²⁹. O que não podemos negar é o frescor que a proposta de extensão e inclusão da instrução às mulheres possuía nesse momento (fins do século XIX). Nesse quesito, Tobias particularmente, se antecipava décadas aos movimentos de luta política e as conquistas das mulheres no espaço público, ainda que seu projeto apresentado à Assembleia não tenha sido aprovado. Negligenciar seu pioneirismo é ocultar esse fato, ainda que se acuse seu pioneirismo de ser demasiado incidental e pontual para formular um capítulo singular nessa longa história³⁰.

No entanto, há uma tensão latente entre passado, presente e futuro nessa equação. Nas palavras de Alfredo Bosi (1992, p. 377), ela pode se expressar nos seguintes termos: "As vezes o presente busca ou precisa livrar-se do peso do passado; outras, e talvez sejam as mais numerosas, é a força da tradição que exige o *ritornello* de signos e valores sem os quais o sistema se desfaria". O peso de Tobias e da Escola do Recife residiria de forma contundente em suas próprias posições, ou nas posições que assumiram para posteridade? Além da educação da mulher, defendida pelo sergipano, em que se revela um lugar de emancipação através da educação, outro horizonte para se enfrentar a questão é analisar o lugar da raça no evolucionismo que professou.

29 Tradução: Conhecimento é poder.

30 Indicação de leitura: Nascimento (1999).

Raça e evolução

Os nomes de Darwin e Haeckel, – bem o sei, – não soam de modo agradável aos ouvidos felizes, que encontraram a serenidade nas alturas, que acham por tanto Haeckel e Darwin dignos de lastima, principalmente porque nunca leram. Mas isto não é uma rasão plausível, para que eu deixe de prosseguir na minha viagem (Barreto, 1926h, p. 116).

A relação entre raça, evolução das sociedades e história é uma das chaves de ordenamento dos discursos baseados nas ideias evolucionistas de Ernest Haeckel e da sociologia de Spencer. Assim, Romero se expressa em termos de invariável certeza científica: “A distinção e desigualdade das raças humanas é um facto primordial e irreductível, que todas as cegueiras e todos os sophismas dos interessados não têm fôrça de apagar” (Roméro, 1894, p. XXII), e prossegue: “Esta desigualdade originaria, brotada do laboratorio immenso da natureza, é bem differente da outra diversidade, oriunda da historia, a distinção das classes sociaes” (Roméro, 1894, p. XXII). Spencer está na base dessa relação inerente entre o paralelismo da organização biológica-natural e da ordenação social.

Nas considerações de Ana Beatriz Demarchi Barel, a respeito da miscigenação racial e seu lugar no fim do XIX:

[...] estamos diante de um dos muitos momentos em que o intelectual brasileiro vai se deparar com o descompasso das teorias elaboradas nos ditos países de centro ou geradores de cultura e a leitura dessas mesmas teorias por aqueles de periferia cultural, nosso caso (Barel, 2002, p. 278).

Ao analisar a posição de Romero, Barel (2002, p. 278) pondera:

A saída de Silvio é de uma fineza intelectual admirável. Uma vez que para ele o fator raça era o determinante de um caráter genuinamente nacional, o que nos diferenciava seria a presença do mestiço 'agente transformador por excelência... que por sua vez já é uma transformação'. O mestiço seria também 'autor', pois o resultado dessa transformação é a criação de algo novo.

Mas, a observação de Spencer dirigida ao contexto europeu bem vale a elite também. Nas suas palavras "La mayor parte de los que se reputan ahora como liberales, son conservadores de una nueva especie" (Spencer, 1884, p. 9). Ainda com Spencer: "[...] a evolução faz surgir, quer no organismo social quer no organismo vivo, não apenas diferenças, mas diferenças entre as quais existe uma relação definida, diferenças de tal natureza que cada uma delas torna as outras possíveis" (Spencer *apud*³¹ Cruz, v. 1, 2013, p. 195).

As sociedades, tal como os organismos vivos, começam sob a forma de embriões, têm origem em massas que são extremamente pequenas em comparação com aquelas que alguns deles chegam por vezes a atingir. Que as maiores sociedades surgiram a partir de pequenas tribos errantes semelhantes às que formam actualmente as raças inferiores, é uma conclusão incontestável (Spencer *apud* Cruz, v. 1, 2013, p. 207).

Para Spencer, os agrupamentos biológicos e sociais mantêm integração ao passo que crescem em massa produzindo uma coesão "[...] resultante da aproximação dos pares" (Spencer *apud* Cruz, v. 1, 2013, p. 207). No mesmo lastro, Haeckel realizará toda uma

31 Todos os casos de *apud* (citação de citação) foram conferidos, as chamadas que não possuem o ano e/ou a página da primeira citação já não se encontram na obra da segunda citação.

leitura da evolução dos povos pelas lentes da evolução biológica, perspectiva que, em Romero, fará da filosofia um saber que só teria algum sentido e função a partir de uma analítica que levasse em consideração o mundo biológico e da interação entre os seres, ou seja, uma filosofia com base científica sem espaço para a simples “fantasia” (Rabello, 1967, p. 104). Especialmente característico desse ordenamento entre mundo social e natural é a classificação realizada por Haeckel. Acompanhemos a demonstração do seu raciocínio:

Ordem moral do mundo – Na philosophia da historia, nas considerações geraes que desenvolvem os historiadores sobre os destinos dos povos e sobre a marcha tortuosa da evolução dos Estados, admitte-se ainda hoje a existencia d’uma ‘ordem moral do mundo’. Os historiadores procuram, nas alternativas variadas da historia dos povos, um alvo conductor, uma intenção ideal que tivesse eleito tal ou qual raça, tal ou qual Estado para lhe procurar uma felicidade especial e a supremacia sobre os outros. Essa concepção teleologica da historia encontrou-se n’estes ultimos tempos em opposição tanto mais radical com a nossa philosophia monista, qanto esta appareceu com mais certeza como a única legitima no inteiro dominio da natureza inorganica. Quando se trata da astronomia e da geologia, da physica e da chimica, ninguém já hoje falla d’uma ordem moral do mundo, como não falla d’um Deus pessoal cuja ‘mão dispoz todas as coisas com sabedoria e talento’. Mas succede o mesmo no dominio da biologia, da composição e da historia da natureza organizada, exeptuando ainda o homem. Darwin não só nos demonstrou, na sua theoria da seleção, como as disposições conformes a um fim, na vida e na estrutura do corpo dos animaes e das plantas, foram produzidas mechanicamente, sem fim preconcebido, mas ensinou-nos além d’isso a reconhecer na

lucta pela vida, a possante força natural que de ha milhares d'annos, rege e regula, sem interrupção, todo o processo evolutivo do mundo organico. Poder-se-hia dizer: 'A lucta pela vida' e a 'sobrevivencia do mais apto' ou o 'triumpho do melhor', mas não se pode senão considerando-se sempre o mais forte como o melhor (no sentido moral) e de resto toda a historia do mundo organico nos mostra, em todos os tempos, ao lado do progresso para o mais perfeito, que predomina, alguns regressos para estados inferiores. A 'tedencia para um fim', na opinião do próprio Baer³², não mais offerece o menor caracter moral.

Seguir-se-hia talvez differentemente na historia dos povos, n'essa historia que o homem, victima como é do delirio anthropistico das grandezas, se compraz em chamar 'a historia universal'? Poder-se-ha ahi descobrir, em toda a parte e em todos os tempos, um principio moral supremo ou um sabio regente do unverso que dirige os destinos dos povos? No estado adiantado a que hoje chegaram a historia natural e a historia dos povos, a resposta imparcial só pode ser uma: – *Não*. Os destinos dos diversos ramos da especie humana que, em tantas raças e nações, luctam desde milhares de annos para conservar a sua existencia e proseguir no seu desenvolvimento – estão submetidos ás mesmas 'grandes e eternas leis de bronze', que a historia de todo mundo organico que, de ha milhões d'annos, povoa a terra. [...] Pode-se agora considerar este processo evolutivo progressivo como a expressão d'uma tendencia consciente para um fim ou d'uma moral do mundo? Absolutamente que não. Porque a theoria da seleção ensina-nos, como a diferenciação

32 Karl Ernest von Baer (1792–1876): médico, naturalista, geógrafo e antropólogo. Autor da obra *De ovi mammalium et hominis genesi*, publicada em 1827.

organiza, que o *progresso organico* é uma *consequencia* necessaria da lueta pela vida. Milhares d'especies, boas, famosas, dignas d'admiração, tanto no reino animal como no vegetal, desapareceram no decurso d'esses quarenta e oito milhões d'annos, por que lhes foi preciso darem logar a outras mais fortes e estes vencedores, na lueta pela vida, nem sempre foram as formas mais nobres ou as mais perfeitadas no sentido moral.

Succede exactamente o mesmo com a historia dos povos.

A maravilhosa cultura da antiguidade classica desapareceu porque o Christianismo veio fornecer ao espirito humano que se debatia, um possante e novo vôo, pela crença n'um Deus d'amor e pela esperanza d'uma vida melhor no além. O papismo bem depressa se tornou a caricatura imprudente do christianismo puro e cacou inexoravelmente aos pés os thesouros de sciencia que a philosophia grega tinha reunido já; mas conquistou a supremacia universal pela ignorancia das *massas* cegamente crentes. Foi a Reforma que despeçou as algemas em que o espirito estava captivo e que ajudou a razão a revindicar os seus Direitos. Mas n'este novo periodo da historia da civilização, como no precedente, a grande lueta pela vida ondeia eternamente, sem a menor ordem moral (Haeckel, 1909, p. 308–311, grifo nosso).

Uma série de elementos de ordem discursiva estruturam a explicação de Haeckel para a evolução das sociedades. A longa citação revela uma estrutura discursiva e imagética presente no evolucionismo de Tobias, daí sua importância. Sabemos, com ajuda dos trabalhos de Michel Foucault, que a ordenação dos discursos funciona através de uma série de procedimentos de exclusão (Foucault, 2005a), e, “[...] quando elaboramos um discurso, inclusive o discurso histórico, vemos que toda a sociedade o controla a

partir de múltiplos procedimentos de exclusão” (Paz, 1996, p. 147). Esses procedimentos são determinados pela própria sociedade que coloca em funcionamento esses mecanismos. Os discursos então, se organizam sob procedimentos que colocam em estruturação “[...] um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos” (Foucault, 2005a, p. 30). No caso de Haeckel, popularizador das ideias evolucionistas e correspondente internacional da Academia Brasileira de Letras, a luta pela vida é o eixo de ligação entre a evolução dos seres vivos e da vida das civilizações, já que: “De um modo generico, o progresso tem por base a diferenciação; é igualmente um resultado imediato da selecção natural pela lucta pela existencia” (Haeckel, 1930, p. 205). Essa luta transbordava o mundo natural:

A lucta para viver favorece necessariamente a divergencia geral, o desvio mutuo das fôrmas organicas, a tendencia perpetua para a formação de novas especies. Não se deve este resultado a uma propriedade mythica, a uma força mysteriosa do organismo, mas á acção combinada da hereditariedade e da adaptação na lucta pela vida. Pela extincção das fôrmas intermediarias de cada especie, pronuncia-se o desvio cada vez mais e engendra as fôrmas extremas, que constituirão as novas especies (Haeckel, 1930, p. 200).

Tobias Barreto reverberou essa ciência evolucionista de maneira incisiva até, pelo menos, sua redescoberta do pensamento de Kant. Antonio Cândido contextualiza a presença da *História da criação* de Haeckel no Brasil Oitocentista:

Um livro como História da Criação, de Haeckel, expondo teorias de Kant, Lamarck, Goethe, Lyell, Darwin, Wallace,

devia constituir verdadeiro tesouro para os nossos bacharéis. Estribado nele, podia-se discutir, num país de pouca cultura, como o Brasil, cosmogonias, geologia, biologia; os mais curiosos – e é o caso de Sílvio – usavam-no talvez como fio de Ariadne para chegar a estudos mais detalhados (Cândido, 1988, p. 31).

A “raça” era considerada um fato recentemente confirmado pela ciência Oitocentista. Instrumento de dominação política dos imperialismos europeus que exploraram África e Ásia, a ideia de raça sustentada pela ciência extrapolou os limites do universo natural e ascendeu com a explicação da evolução dos povos e organizações sociais. Ao lado dos fatores e condicionamentos espaciais e geográficos, a raça sustentava a escritura da jovem Sociologia e suas explicações para a assimetria da diversidade das culturas num mundo em crescente redimensionamento e aceleração, proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico — transportes e comunicações, eminentemente — provas inequívocas da realidade do progresso naquele contexto. Nas palavras de Tobias Barreto:

O progresso não é o ruído das paixões humanas, das paixões mesquinhas que refervem, que se agitam pelo espírito da desordem. Elle é menos uma marcha, que uma ascensão; a vibração de todas as sympathias, o azulamento de todos os céos, a transfiguração de todos os martyres; é o vôo da civilização, o vôo da ave lugubre carregando o Prometheu do Caucaso aos Alpes, dos Alpes aos Andes, dos Andes ao céu, o redemoinhar dos povos em torno das idéas, o redemoinhar das idéas em torno de Deus (Barreto, 1926a, p. 193–194).

No entanto, como bem define Michel Foucault, o evolucionismo se efetivou numa espécie de máscara que articulou o poder político ao discurso dessa ciência.

No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato [...] tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc.

(Foucault, 2005b, p. 307).

Tratava-se, nesse século, do progresso e da aceleração das percepções do tempo e de reedificação também de nossas sincronias e diacronias com o passado. Assim, raça, história e evolução se articulavam nas estruturas discursivas produzindo uma ressignificação do passado das sociedades e a reboque projeções de futuro variantes e condicionantes a essas categorias e suas especificidades. O dilema nacional se centrava na possibilidade de queimar estágios de média e longa duração já vividos por outras raças em estágio de evolução mais avançado que o nosso. Dessa maneira:

[...] as transformações da sensibilidade histórica, ao longo do Oitocentos, revelam as diferentes fases da consciência e do sentido da história – ora ciência, ora arte, ora discurso. E reafirmam o constante desejo de decifrar as ironias do destino humano (Paz, 1996, p. 194).

A novidade era a negação de uma transcendência à natureza responsável pelo ordenamento da evolução. Nas palavras de Haeckel (1909, p. 311): “Se um exame crítico e imparcial das coisas não nos permite reconhecer uma ‘ordem moral’ na marcha da história dos povos, não podemos imaginar que uma ‘sabia providencia’ regule o destino dos indivíduos”.

Por isso o movimento falava sobre o papel da raça na história. Em texto publicado postumamente por Artur Orlando na Revista do Norte de 15 de julho de 1891, e intitulado *Ideias introdutórias ao Estudo da História*, Tobias vai negar a história universal e a história da humanidade defendendo uma concepção de história diversa. Nas suas palavras:

D’aqui resulta que o verdadeiro nome da ciência, que nos ocupa, é o de história da civilização, ou história das nações, ou simplesmente história, podendo-se adicionar a esta palavra o epíteto de geral, como fazem alguns autores, no intuito de distinguir a história das nações da história desta ou daquela nação em particular (Barreto, 1891, p. 205).

Conclui então, por óbvio, em termos evolucionistas: “Fique portanto assentado que a história geral ocupa o meio-termo entre a história da humanidade, que não existe, e a história do homem, que faz parte da história natural” (Barreto, 2012, p. 217–218). O mesmo passado que legitimava a superioridade de uma raça sobre outra era capaz de desmontar esse tipo de arranjo discursivo. No entanto, os que aceitavam a superioridade da raça branca também acreditavam na possibilidade de reversão do quadro negativo de nossa raça mestiça, parda e negra. Segundo Skidmore (2012, p. 62): “A maioria previa um processo ‘evolucionista’ em que o elemento branco aos poucos triunfaria. Também estavam dispostos a acelerar essa ‘evolução’ promovendo a imigração européia [...]”.

Essa maioria incluía o próprio Sílvio Romero que: “[...] dizia-se um darwinista social, e embora nutrisse reservas quanto a algumas ideias de Spencer, julgava-se o melhor guia para a compreensão histórica” (Skidmore, 2012, p. 73). Ora, se se pensava com Spencer e a sociedade era vista como um organismo, era a ciência europeia que daria através de suas mais elevadas teorias científicas (discursos autorreferenciais em grande medida) tanto o instrumental teórico para que se pudesse compreender a superioridade da raça branca, quanto das possibilidades de aceleração de nossa evolução. Dessa forma, “Sílvio Romero tinha uma convicção inabalável: os brasileiros precisavam dominar as doutrinas científicas então correntes e aplicá-las a seu país” (Skidmore, 2012, p. 73). E aí que o processo de miscigenação generalizado nos trópicos era um enorme empecilho a essa tarefa civilizatória, já que:

[...] a ciência europeia inclinava-se a condenar a mistura de sangue humano como fonte de fraqueza e possível esterilidade. Ele [Sílvio Romero] achava que isso provavelmente era tolice, mas não dispunha, ainda, de uma base científica para expressar essa opinião (Skidmore, 2012, p. 78).

Esses postulados são aceitos por nossa intelectualidade até as primeiras décadas do século XX de maneira ampla e quase irrestrita. Como destaca Lúcia Lippi Oliveira:

A intelectualidade cientificista brasileira no início deste século assume tais pressupostos [desigualdade das raças, superioridade do branco e o mal da miscigenação]. Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Graça Aranha (em Canaã), para citar figuras expressivas, estão preocupados com a nacionalidade, querem soerguer o Brasil, mas ficam limitados pelos

impasses advindos das teorias da época, que eles aceitam e postulam (Oliveira, 1990, p. 191).

Até a década de 1930 temos uma forte presença da ideia de raça como função explicativa de nosso ordenamento social. O exemplo de peso nessa presença, certamente, é a figura de Gilberto Freyre, que insistia na Europa como modelo étnico.

A conservação de uma forma social – para fixar-se o fenómeno em moderna linguagem sociológica – que permitisse desenvolver-se daquelas substâncias transplantadas da Europa para a América tropical – raça e civilização européias – um novo tipo de raça e um novo tipo de civilização. Precisamente aquele novo tipo de raça e civilização que estudos de Antropologia iniciados no fim da época considerada neste ensaio – os de Roquette-Pinto – iriam identificar, ao se estenderem da Antropologia Física para a Social, como caracterizado por predominâncias européias, sem ser de modo algum tipo exclusiva ou estaticamente europeu de raça ou de civilização; muito menos, subeuropeu (Freyre, 1990, p. 36).

Já no caso da escravidão, Gilberto Freyre generalizara as imagens edificadas e os sentidos atribuídos do espaço e tempo passado a tal ponto que acabara por negligenciar a “dinâmica do processo histórico” e ignorando, dessa maneira, “a historicidade da escravidão”, ao estender a condição escrava do Nordeste açucareiro ao Brasil todo (Queiróz, 1998, p. 107). Isso, em parte, pode ser pensado se levarmos em conta o fato de que haveria uma distância entre sistema produtivo e a vida ideológica, tal qual enunciou Roberto Schwarz (1973).

No final do século XIX a materialização desse modelo que reverbera na República se dá na recepção do monismo na Escola do

Recife. Termo forjado no século XVIII por Christian Wolff, o monismo proclama a unidade de tudo que existe em uma única substância. No século XIX, Spencer será um dos grandes defensores e divulgadores do monismo, ao lado de Haeckel. Em defesa do monismo escreveu:

O monismo, que será a religião do futuro, não é, como as religiões ecclesiasticas, o antagonista das sciencias natu-
raes e da razão; está de accordo com ellas. As primeiras
são synonymas de superstição e illusão; o monismo tem
como base a verdade e a sciencia. A razão humana sujeita
á superstição, a guerra declarada á natureza são factos que
não tornam nem melhor nem mais feliz, como o provam aos
espiritos imparciaes as historias das religiões. A floração
da edade media, o triumpho do christianismo correspon-
dem a uma epocha de grosseira ignorancia, de revoltante
brutalidade e de profunda immoralidade. Cinco seculos an-
tes de Christo, a philosophia, com Thales e Anaximandro,
Heraclito, Empedocles e Democrito, já fundamentára a the-
oria transformista, mas a diffusão dos dogmas catholicos e
as fogueiras da inquisição fizeram da rainha das sciencias
o cego instrumento da theologia. Foi o vôo poderoso das
sciencias natu-
raes que no ultimo seculo reconduziu para
o caminho da verdade a philosophia, transviada e rebaixa-
da; dá-lhe hoje uma base solida o transformismo monistico
(Haeckel, 1930, p. 566-567).

E, assim conclui:

A nossa epocha, que teve a gloria de fundamentar scientifica-
mente o mais brilhante resultado do saber humano, a doutrina
genealogica, será celebrada pelos seculos vindouros, como
havendo inaugurado, pelo progresso da humanidade, uma

era nova e fecunda caracterizada pelo triunfo do livre exame sobre o domínio auctoritario, pela nobre e poderosa influencia da philosophia monistica (Haeckel, 1930, p. 567).

Portanto, a sua adesão ao monismo de Haeckel é ponto de articulação da sua reflexão sobre a cultura. Em torno da antítese natureza/cultura ele se posicionará a partir do monismo considerando sua perspectiva filosófica materialista:

Não faço mysterio da minha fé philosophica: – eu sou materialista, no bom sentido da palavra. Não me insurjo nem mesmo contra a tentativa de fazer-se da chamada sciencia da alma um compartimento da meteorologia. 'O homem é o que elle come' – disse o auctor de *Kraft und Stoff*³³–; e não hesito glosar: – o homem é todo feito á imagem e semelhança, não de Deus, porém da natureza, isto é, do céu que elle contempla, do ar que respira, da terra em que pisa, do leito em que dorme, e até das flores que colhe, se não até dos labios que beija. Isto não é poesia, como de tal costuma-se acoimar tudo aquillo que não sabe ao pão quotidiano das idéas e palavras corriqueiras; – isto não é poesia, é pura realidade (Barreto, 1926e, p. 70).

Na urdidura de sua filosofia emerge o aparente paradoxo de sua condição racial. A crença de que escapamos ao preconceito de cor, como exemplifica Skidmore através de Joaquim Nabuco, que escrevia n'*O Abolicionista*, seu grande panfleto político, não passara então, de olhar enviesado sobre as relações sociais no regime escravocrata: "A escravidão, por felicidade nossa, não azedou

33 Obra de autoria do filósofo materialista e médico alemão Friedrich Karl Christian Ludwig Büchner (1824–1899).

nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou, entre as duas raças, o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos” (Nabuco, 2013, p. 21). É inegável que Nabuco vislumbrava os capítulos posteriores à abolição e os desafios inerentes à nova ordem social, com atenção especial para o lugar de brancos e negros nesse ordenamento:

Ocorre que dentro de uma sociedade escravocrata que reconhecia o mestiço e possibilitava a sua mobilidade por intermédio de credenciais intelectuais, não era inexpressivo o número dos que enveredavam pela via intelectual como forma de negociar certas formas de reconhecimento e mobilidade (Barbosa, 2014, p. 4).

A antropometria e a criminologia do início do século instrumentalizariam, cada qual a seu modo e de maneira incisiva, o saber científico com o controle das populações. Como vaticinou Romero (1980c, v. 4, p. 1189), “[...] a crítica-ciência, pois, não nasceu no Rio com a retórica do Cônego Pinheiro”. Dessa maneira: “Para classificar as raças humanas tomam-se por base a natureza dos cabelos, a coloração da pelle, a fôrma do cranio. Debaixo d’este ponto de vista ha dois typos cranianos oppostos, cabeças compridas e cabeças curtas” (Haeckel, 1930, p. 520–521). Consequentemente, a raça de maior “progresso intellectual” segundo Haeckel (1930, p. 521), é a indo-europeia. E arremata: “É preciso dar hoje a preeminencia aos inglezes e allemães, que activamente trabalham para esclarecer e edificar a theoria genealogica e assim abrir uma nova éra ao progresso intellectual” (Haeckel, 1930, p. 538). No que se refere à etnologia do Oitocentos e o posicionamento no debate sobre as raças, Tobias era enfático na crítica às limitações de alguns modelos que hierarquizavam raças. Nas suas palavras:

Quanto ao ponto relativo às raças, isso é apenas o efeito de outra mania do nosso tempo, a mania ethnologica. Eu quizera que Lillienfeld viesse ao Brasil para vê-se atrapalhado com a aplicação de *sua theoria* ao que se observa entre nós. As chamadas *raças inferiores* nem sempre ficam atrás. O filhinho do negro, ou do mulato, muitas vezes leva de vencida o seu coevo purissimo sangue aryano (Barreto, 1892, p. XII).

Do mesmo modo, exemplo da apropriação das ideias evolucionistas e da leitura feita por esses intelectuais à luz da realidade nacional, é o julgamento de Romero sobre a obra do poeta Cruz e Souza (1861–1898). Como aponta Roberto Ventura (1991, p. 40) ao analisar o lugar da mestiçagem:

Modelos, como o de ‘estilo tropical’ ou de ‘poesia mestiça’ (S. Romero), são representativos dos padrões específicos de **estilo historiográfico**, formados na América Latina a partir do sincretismo de teorias e conceitos europeus deslocados de suas funções de origem e através de uma **escrita** do tipo sincrético, cuja principal expressão é o ensaísmo cultural.

Muito se disse sobre um “[...] deslocamento de Romero da evolução social para os determinismos” (Ventura, 1991, p. 59). Considerado por parte da crítica da historiografia com autor racista, como o define Carelli, a questão da cultura é um dos grandes temas, tanto em Romero quanto em Tobias, e reverbera na posteridade que se filia ou contrapõe à Escola do Recife. Aliás, Carelli chega a matizar uma crítica dura a Romero. Nas suas palavras: “Racista, Sílvio Romero inaugurara os estudos culturalistas realçando o valor do papel dos negros e da mestiçagem brasileira das raças e das idéias” (Carelli, 1994, p. 151). Por outro lado, também é ponto pacífico nessa mesma historiografia o fato de que a aproximação com o pensamento

alemão foi a chave para a formulação do culturalismo por parte de Tobias Barreto e seus herdeiros intelectuais. Assim, o culturalismo de Tobias é um nó teórico e político importante no contexto da recepção e circulação dessas ideias “evolucionistas”. No caso de Romero, a sua recepção da sociologia norte-americana o ajudou a ampliar os horizontes de sua teoria da miscigenação das raças.

O que se revela no jogo entre raça, evolução e história — e evolução das sociedades no tempo — é o jogo dos saberes que ordenam a realidade com o intuito declarado de intervir politicamente no presente em nome de uma ou muitas projeções de futuro. No caso que nos propomos a analisar, podemos corroborar a análise de Francisco Paz, para o qual:

[...] a construção dos sentidos, como podemos ver, dá-se no interior de um campo de tensões entre diferentes idéias, *idées-forces* que impulsionam os desejos e impelem os indivíduos, as coletividades. Assim, é no campo da história das idéias que localiza(m)-se a(s) idéia(s) de história (Paz, 1996, p. 161).

No espírito dessa premissa, a história não era reduzida a sua forma clássica — *magistrae vitae* —, mas assumia outras formas mais sutis e articuladas com a modernidade em pleno vigor, que já se insinuava no ocaso do Império brasileiro.



A close-up, sepia-toned portrait of a man with a prominent mustache and intense gaze. The image has a textured, slightly grainy appearance, suggesting it might be a scan of a printed page or a photograph of a textured surface. The man's face is the central focus, with his eyes looking slightly to the right of the viewer. The lighting is dramatic, highlighting the contours of his face and the texture of his mustache.

Capítulo 4

**POR UMA NOVA
CONCEPÇÃO DE CULTURA**

Não basta haver uma ciência do mundo físico para criar-se uma outra do mundo supra-sensível. Dado mesmo que este mundo exista, como eu creio, ainda assim não fica resolvido que possamos ter dele um conhecimento adequado. E esta é a questão (Barreto, 1926f, p. 264).

Se as doutrinas filosóficas, em voga no século XIX, motivavam paixões por parte dos intelectuais que faziam confluir projeto político com crítica à cultura, podemos objetar as condições de organização e teor dessa crítica. Dessa forma, ao nos referirmos a uma noção de cultura, fazemos no sentido de compreender o lugar da própria ideia e suas dimensões na trajetória intelectual de Tobias Barreto. Para tanto, recorreremos aos debates que, em nossa investigação, emergiram como centro de articulação reflexiva da noção de cultura. Trata-se então, de analisar esses debates através dos textos, nos quais Tobias consagrou uma discussão e formulação da sua concepção de cultura, ainda que, muitas vezes, não tenha realizado uma definição exata do que entendia por cultura. O recorte por temas se articula à sua trajetória intelectual e procura mostrar no quadro geral do seu pensamento a construção de uma noção que funciona como eixo epistemológico, ou seja, conduz sua reflexão e centra sua posição diante de problemas diversos e questões distintas, como o Direito, a Teologia, a Sociologia e a Filosofia de seu tempo.

Localizando a cultura nos quadros da ciência e do evolucionismo, Tobias distingue-se de maneira significativa, basta lembrarmos do debate com Dr. Malaquias na Assembleia Provincial, quando da discussão sobre a educação da mulher. Nesse sentido, Tobias compreendia a diferenciação do evolucionismo em relação ao darwinismo. No trabalho de junho de 1884, intitulado *Notas sobre a evolução emocional e mental do homem*, Tobias argumenta que:

A *theoria* evolucionista surgiu bem antes do *darwinismo*. Os dois conceitos precípuos, que entram na idéia de evolução, os conceitos de *transformação* e *melhoramento*, já eram bem commum de espiritos notaveis, anteriores ao naturalista inglês (Barreto, 1926h, p. 2).

Para o sergipano, a ideia de transformação já estava presente em Saint-Hilaire, Lamarck, Goethe, Kant e Herder. O que distinguia a obra de Darwin dos demais era o seu maior grau de cientificismo e o volume dos "factos observados". Assim, Tobias diferenciava evolucionismo de darwinismo com a seguinte analogia: "[...] o *darwinismo* é mais científico, e o *evolucionismo* mais philosophico", e arrematando que: "[...] *evolução* é *desenvolvimento*" (Barreto, 1926h, p. 4). Aqui chegamos ao arco teórico que pode lançar luz a uma possível noção de cultura em Tobias, porque sua leitura do evolucionismo articula-se a essa noção. Não à toa, ele afirma que a evolução mental e emocional do homem é um processo da civilização e da cultura, e que o "[...] conhecimento desse processo é sobretudo um conhecimento historico" (Barreto, 1926h, p. 6). No entanto, haveria no pensamento de Tobias Barreto a formulação de um conceito de cultura? Vejamos.

A questão se coloca em perspectiva da recorrência em sua obra do elemento da cultura, tanto do ponto de vista da reestruturação de seu pensamento, no período em que assume cadeira na Faculdade de Direito, quanto da articulação de suas críticas aos temas que o distinguiram de seus contemporâneos no espaço dos púlpitos, jornais e na Academia. Seja no debate sobre a educação feminina, a literatura e filosofia nacionais, economia, política, criminalidade, a cultura flui como elemento estruturante do pensamento e argumentação crítica do sergipano. Neste Capítulo percorreremos alguns desses temas fitando a ordenação e articulação da cultura enquanto elemento central na reflexão tobiática, principalmente,

tendo em vista os movimentos do pensamento de Tobias Barreto e quais lugares o localizam frente às formulações ideológicas variadas que influenciaram suas ideias. Vislumbraremos, então, o jurista em ação, crítico do Direito, dos saberes modernos e do pensamento filosófico que, em seus derradeiros momentos, recorda Immanuel Kant à luz do presente de seu tempo, incerto no seu anúncio derradeiro do ocaso do Império brasileiro e da aurora da República.

Menores e loucos em Direito Criminal

Tobias Barreto publica a primeira edição de *Menores e loucos em Direito Criminal* em 1884, no Rio de Janeiro, e contou com o trabalho de Sílvio Romero para efetivar a publicação. A segunda edição sai em 1886, no Recife. Na obra se debruça sobre o Artigo 10 do Código Criminal produzindo uma análise que lhe dará notoriedade no campo jurídico. O Artigo que integra o Código de 16 de dezembro de 1830, traz a seguinte redação:

Tambem não se julgarão criminosos: § 1.º os menores de quatorze annos; § 2.º os loucos de todo genero, salvo se tiverem lucidos intervallos, e nelles cometerem o crime; § 3.º os que commetterem crimes violentados por força ou por medo irrisistiveis; § 4.º os que cometerem crimes casualmente, no exercicio ou pratica de qualquer acto licito, feito com a tenção ordinaria (Barreto, 1926e, p. 13).

A crítica de Tobias ao Código se assenta sob três aspectos: condições de imputabilidade, conhecimento do mal e intenção de o praticar. Assim:

Como phenomeno intellectual, como synonymo de designio, projecto ou intuito, a intenção não presuppõe necessariamente a liberdade de escolha entre caminhos diferentes. Como forma da vontade, como desejo ou proposito deliberado de obrar, tambem não exclue a possibilidade da falta de livre arbitrio (Barreto, 1926e, p. 8–9).

A volição, como condição inerente ao ato criminoso, parece excluída do Código independente dos conceitos de loucura e menoridade em questão. O nó do Código é o de considerar “loucura” e “menoridade” como dados estáticos e universais, enquanto toda reflexão de Tobias parte do princípio de que o crime é um fato histórico, social e cultural. Dessa maneira, a articulação da sua reflexão alinhava as contradições de um Código normativo que esvazia a historicidade e subjetividade dos fatos.

Por isso, uma das primeiras investidas de Tobias se volta para um dos princípios do Código, segundo o qual: “Não haverá criminoso ou delinquente sem má fé, isto é, sem conhecimento do mal e intenção de o praticar” (Barreto, 1926e, p. 7). O que leva a extensão da inimputabilidade penal aos loucos:

No art. 10 estão, por exemplo, comprehendidos os loucos, como livres de imputação criminal; a apreciação da loucura, em qualquer de suas formas e symptomas diferentes, envolverá porventura o que se costuma chamar uma *questão de Direito?* (Barreto, 1926e, p. 10).

Se o Direito é definido então como: “[...] a disciplina das forças sociaes, o principio da *selecção* legal na lucta pela existencia” (Barreto, 1926e, p. 11), como postular um princípio universal jurídico que normatiza a vontade humana abrangendo todo espectro da ação humana e suas relações intersubjetivas? A concepção jurídica,

embebida pela noção monista de evolução, é que instrumentaliza Tobias a um questionamento da normatividade estática do Código:

De accordo com a philosophia monistica e com os dados da sciencia moderna, posso ainda definil-o: o processo de adaptação das acções humanas á ordem publica, ao bem-estar da communhão politica, ao desenvolvimento geral da sociedade (Barreto, 1926e, p. 11).

Logo, sua concepção de crime está ligada à noção biológica da hereditariedade e que o permite questionar uma natureza humana imutável no horizonte da evolução das espécies: "Se por força da seleção natural ou artistica, até as aves mudam a côr das plumas, e as flôres a côr das petalas, porque razão, em virtude do mesmo processo, não poderia o homem mudar a direcção da sua indole?" (Barreto, 1926e, p. 11). E, afirma uma vez mais a evolução aplicada à sociedade e ação humanas:

Mais tarde ver-se-ha nella, em nome de Darwin e de Haeckel, alguma cousa de semelhante á *selecção espartana*, ou uma especie de selecção juridica, pela qual os membros corruptos vão sendo postos á parte do organismo social commum (Barreto, 1926e, p. 12).

Para o jurista, o passo fundamental para a constituição da disciplina jurídica é a definição da ideia de criminoso. Para o jurista sergipano:

A ideia do criminoso envolvea idéia de um espirito que se acha no exercicio regular das suas funcções, e tem, portanto, atravessado os quatro seguintes momentos da evolução individual: - 1.º a consciencia de si mesmo; - 2.º a consciencia

do mundo externo; - 3.º a consciencia do dever; - 4.º consciencia do Direito (Barreto, 1926e, p. 13).

A partir desses princípios, menores e loucos não poderiam responder por seus atos porque:

O estado de irresponsabilidade por causa de uma passagem ou duradoura perturbação do espirito, na maioria dos casos, é um estado de perda das duas primeiras formas da consciencia ou da normalidade mental. Não assim, porém á carencia de imputação das pessoas de tenra idade, e em geral de todas aquellas que não attingiram um desenvolvimento sufficiente; neste caso, o que não existe, ou pelo menos o que se questiona, se existe ou não, é a consciencia do dever, e algumas vezes tambem a consciencia do Direito (Barreto, 1926e, p. 12-13).

Ao definir a ideia de criminoso e as circunstâncias, Tobias delimita a relação do nosso Código Criminal com o *Códe Penal* francês, no que concerne a taxação da imputação penal aos menores: na França a imputação penal recaía sobre a idade de 16 anos. Além da fixação da idade, a noção de "*discernement*" no Código Francês era demasiada vaga em sua aplicabilidade (Tobias se vale do exemplo de um jovem de 15 anos que cometa crime na França sairia impune, e no Brasil não). Na Seção VI, Tobias inicia a discussão sobre a figuração dos loucos no Código Penal do Império. Sua linha argumentativa parte da contestação lógica da normatividade jurídica da imputação criminal aos loucos. Segundo o Código, estariam excluídos da criminalidade "§ 2º - Os loucos de todo genero, salvo se tiverem lucidos intervallos" (Barreto, 1926e, p. 12). A fragilidade do Código estaria na indefinição aberta pela exceção à regra. Dessa forma, "lucidos intervallos" abria uma brecha legal que desmontava

a validade lógica do artigo quando pensada concretamente. Tobias sentencia que a indeterminação em nosso Código Penal, ao adentrar num campo científico em desenvolvimento, teria escamoteado o reconhecimento da insuficiência da ciência frente à definição de loucura: “A ser sincera, a sciencia deve confessar que ainda não chegou a indicar o termo mais apropriado ao conceito de alienação do espirito, e a formular uma definição, que se adapte a todo o definido” (Barreto, 1926e, p. 50).

A dificuldade de nosso Código em adentrar numa “especificação da loucura” é que constitui, para Tobias, o problema central na normatividade pretendida pela letra fria do Direito. O paradoxo é formado pelos avanços da “ciência da alma”, a Psicologia, na tarefa de estruturar e classificar as doenças mentais em um conjunto vasto de manifestações psíquicas e a vagueza de nosso Código em enfrentar essa imensa gradação, logo, deixando a dosimetria de penas e punições aberta a interpretação subjetiva do magistrado frente ao crime e ao criminoso. O resultado é de que ao final:

Os loucos de todo o genero, a somma de todos elles, é sempre inferior ao total dos que são irresponsaveis em consequência do desarranjo, e dahi podem resultar, como de facto têm resultado, não poucas injustiças no exercicio da penalidade (Barreto, 1926e, p. 52).

Na sequência do desenvolvimento da crítica, Tobias desloca a análise para o embate entre médicos, juristas e filósofos. Inicialmente reconhece que diante de uma “sciencia psiquiatrica”, ainda em desenvolvimento, ao jurista resta apenas a opção por uma normatividade geral, em vez de se esforçar no exercício da lei, abarcar todas as “molestias mentaes”. O que estava em jogo no limiar da ciência criminal era a relação entre loucura, criminalidade e raça. Como destaca Roberto Ventura, ao analisar as ideias de Cesare Lombroso:

“A loucura, a criminalidade e a degeneração poderiam ser previstas e entendidas a partir dos cruzamentos raciais, que produziam uma população fraca e doente” (Ventura, 2000, p. 346). A descrença dos juristas para com o saber médico, aos olhos de Tobias, é devida ao atraso destes em acompanhar a evolução do saber médico, o que exigiria nova postura por parte dos operadores do Direito.

Assinalando a necessidade de diálogo e troca de saberes entre juristas e médicos, não vislumbrada em nosso Código Penal, já que, como aponta Tobias em seu ensaio: “[...] o nosso legislador não se mostrou muito acima do ponto de vista velho, que julgava a apreciação dos phenomenos da loucura objeto de simples bom senso” (Barreto, 1926e, p. 63), na realidade jurídica nacional os “mentecaptos” têm seu destino decidido unicamente pelo magistrado. Defesa então, de um código positivo e científico: eis o propósito e um dos eixos da crítica de Tobias. E o que propõe o eminente jurista? O auxílio de um corpo técnico de médicos destinados a analisar os casos jurídicos à luz de seus saberes, um vislumbre de ciência mista entre a área penal e a médica, propriamente dita. Nas suas palavras:

Nem ha nada de mais simples: assim como – como temos *medicos do exercito, medicos da armada, medicos da policia*, poderamos tambem ter *medicos da justiça*; mas estes unidos entre si pelo principio da collegialidade, e formando uma magistratura, que os romanos, á semelhança do *collegium praetorum* e do *collegium quaestorum*, teriam designado por *collegium medicorum*. Um grupo de sabios oficialmente encarregados de julgar das questões da sua sciencia, levantadas no terreno do Direito, cujos *veredicta*, porém, seriam outras tantas sentenças, apenas com appello para um corpo superior da mesma natureza, as Faculdades de medicina, por exemplo (Barreto, 1926e, p. 65–66).

Respeito aos saberes específicos, a crítica de Tobias reverbera a defesa da ciência e suas áreas de competência em crescente segmentação e especificação em andamento no século XIX. Ideia essa em sintonia com os desenvolvimentos científicos na Europa, mas ainda incipientes no Brasil do Segundo Reinado. Denunciando a falta de competência em julgar tema do qual o Direito se apropria, a normatividade da sanidade mental de um criminoso, a questão coloca em choque o domínio jurídico-penal e a competência da Medicina e da Psicologia na definição dos estados mentais de "lucidez". Por fim, no embate de competências entre juristas e médicos, Tobias é taxativo: "A minha opiniao está assentada: – aos medicos e só aos medicos, é que compete apreciar definitivamente o estado normal ou anormal da constituição psycho-physica dos criminosos" (Barreto, 1926e, p. 67).

A crescente ciência criminal, que transitava entre Biologia Evolutiva, Psicologia, Antropologia e Sociologia, serve, então, à análise da busca das determinações que motivam a ação criminosa. É a obra de Cesare Lombroso, *L'Uomo delinquente* (1876), que recebe louvação e entusiasmo de Tobias e serve de base para sua contestação dos limites da definição de crime e criminoso. Ainda que considere o livro de Lombroso "revolucionário", Tobias reconhece que ele acabou por "[...] alargar demais suas vistas" (Barreto, 1926e, p. 68). A amplitude das tipificações de Lombroso, especialmente na coleta de "[...] dados *craniométricos, dynamométricos, ophthalmoscópicos* e todos os demais epithetos sesquipedaes, de que sói usar a tecnologia medicinal" (Barreto, 1926e, p. 68), acabou por assumir proporções exageradas nos postulados. A apropriação de postulados, descobertas e técnicas das ciências naturais teria assumido, especialmente na Itália, as "proporções de mania", tendo em vista que a escola que se formava em torno de Lombroso estaria "[...] exagerando por demais a pequena somma de verdades, que a *psichiatria* póde fornecer á *theoria do crime*" (Barreto, 1926c, p. 19).

Ainda que materialista declarado, Tobias Barreto não tinha uma concepção determinista do homem e não reduzia a ação humana às leis da natureza. O seu evolucionismo era relativo, especialmente quando posto a tarefa de analisar casos concretos de ação humana. Enquanto jurista, e analisando o Código Penal, o crime e o criminoso permitem uma reflexão sobre a volição diante de situação singular, mas ainda, o status das ciências de seu tempo. E aqui emerge a presença de Lombroso enquanto figura central nos estudos criminais. Segundo Venancio Filho, Tobias Barreto foi o primeiro pensador no país a combater a escola de Lombroso.³⁴ Assim, no caso de Tobias, apesar deste reconhecer os méritos de Lombroso na busca por explicação científica para os atos criminosos, Tobias não se nega a criticar o italiano:

Além disso, importa reconhecer que a ideia capital de Lombroso não é de todo isempta de um certo sabor de paradoxia. Reduzindo o crime ás proporções de um facto natural, incorrigivel, inevitavel, tão natural e incorrigivel, como a doença, elle parece julgar inutil a função da justiça publica. E uma das mais vivas provas desta inutilidade é o phenomeno constante da *reincidencia* (Barreto, 1926e, p. 71).

A reincidência do crime prova, dessa maneira, além dos limites da “naturalização” das causas do crime, que a punição também possui limites complexos. A base da contestação de Tobias à tese de Lombroso está assentada na distinção natureza/cultura. Ao naturalizar o fato criminoso, ou seja, determinar a causalidade nos limites das determinações biológicas, não haveria dispositivo jurídico com “[...] efeitos salutaes e purificadores da pena” (Barreto, 1926e, p. 71). A conclusão da teoria de Lombroso

34 Indicação de leitura: Venancio Filho (2011).

tornaria impossível a imputação penal dos criminosos que ele tipifica, porque, diante dos seus “[...] princípios, os seus dados positivos, destendidos pela logica, levam á consequencia de ser talvez preciso metter-se no hospital a humanidade inteira” (Barreto, 1926e, p. 73). Tobias ainda se vale de uma ideia presente na obra de Moritz Lazarus na obra *Völkerpsychologie* (1850), que enuncia o fato de que com frequência ocorre uma “[...] invasão reciproca de dominios intellectuaes limitrophes”, que se applicaria ao caso de Lombroso e sua obra, onde se percebe que “[...] o psychiatra quer desthronar o jurista, a psychiatria quer tornar dispensavel o Direito penal” (Barreto, 1926e, p. 74). Ainda assim, Tobias não visualizava no futuro uma autonomia absoluta da “*sciencia* do crime” inaugurada com Lombroso, mas sim, a manutenção do Direito Penal na detenção do poder de determinação da pena.

Na seção X, já anunciando a conclusão de seu estudo, Tobias se volta para o terceiro elemento da causação do crime, segundo o Código Penal do Império, ou seja, crimes cometidos a partir de violência por força ou por medo irresistível. Crimes motivados por essas causas estariam excluídos de imputação penal, constituindo exceção legal. A primeira lacuna apontada por Tobias é a de que o Código não realiza a distinção clara entre “[...] coacção physica e a coacção psychica” (Barreto, 1926e, p. 74). As exceções que se abrem diante da distinção entre coação física e psicológica que podem motivar atos criminosos são fundamentais para a aproximação da letra fria da lei aos fatos que deverá julgar. Sendo assim, um pai pode exigir a um filho a execução de ato criminoso, assim como a *obediência* militar também pode coagir a uma ação de violência. Exemplos utilizados por Tobias, acompanhado da famosa tese que inocentou tantos casos de crimes de paixão, ou na terminologia utilizada “força irresistível”, ao longo de todo século XX: o homicídio da mulher adúltera. Mas o jurista nega a racionalidade legal dessa justificação.

É difícil, com efeito, admitir que toda e qualquer paixão seja uma força capaz de subjugar a liberdade, essa pouca mesma que existe no estado actual da cultura humana, pois que também a chamada liberdade psychica é *uma cousa que se faz*, uma qualidade que se adquire por via de desenvolvimento (Barreto, 1926e, p. 82).

Prossegue, então, na inversão do argumento que justifica os crimes passionais:

O Direito é a disciplina das forças sociaes. Uma força irresistível, no sentido do penalismo romantico, é uma força indisciplinavel. Ora, as forças sociaes, de que o Direito é disciplina, são justamente os homens com as suas paixões, que determinam os seus actos; porquanto é tão impossivel que elles obrem somente em virtude dos motivos idéaes, sem um gráo qualquer de paixão, quão impossivel é, por exemplo, que uma locomotiva se *determine* a andar, só pelo impulso de uma bonita prelecção sobre a dynamica (Barreto, 1926e, p. 82).

A conclusão do raciocínio é de que se todas as paixões humanas se convertessem em inúmeras forças “irresistíveis”, como postula o Código, então o Direito não seria capaz de normatizar os atos criminosos positivamente. O paradoxo que coloca em xeque essa normatividade é a definição do grau de liberdade do ato criminoso. A resolução do impasse para o legislador do nosso Código foi a delegação da imputação criminal ao tribunal do júri. No quesito da *imputatio facti*, o Código ainda normatiza que não são criminosos, “§ 4º - Os que commetterem crimes casualmente, na pratica de um acto licito, feito com a tenção ordinaria” (Barreto, 1926e, p. 15). A *imputatio facti* se refere a “[...] relação causal, o nexo de causalidade

entre o sujeito agente e o resultado da sua acção" (Barreto, 1926e, p. 85). E na imputação do fato criminoso, duas noções se tornam fundamentais: a de dolo e a de culpa. Segundo Tobias:

Para que se possa admittir um dolo, deve pois existir além da vontade dirigida áquella violação, a consciência da *injuri-ridicidade*, da injustiça do acto, isto é, o offensor deve ter sabido, – primeiro, – que o resultado que elle tinha em mira, violava o Direito de outrem; segundo, – que a sua acção ou omissão havia de produzir esse resultado. Dest'arte, para que um effeito de tal natureza se apresente como produzido, não por *dolo*, mas por *culpa*, é mister que se dê a falta de conhecimento presuppuesto em ambas as relações, ou em qualquer dellas (Barreto, 1926e, p. 87).

A imputação criminal, então, perpassa a volição do ato que produziu o crime. Além disso, a consciência, ou "estados intellectuaes", é fator determinante para a imputação criminal. A questão filosófica de fundo traz ao debate a causalidade dos fatos. Tobias, uma vez mais, fundamenta sua posição na distinção entre natureza e cultura. Para ele, todo fato natural possui uma lei causal, já que a natureza é "[...] um systema de causas e effeitos" (Barreto, 1926e, p. 89). No entanto, essa concepção mecanicista da natureza não pode ser tributada ao universo social, já que ele não se aplica à vontade. Assim, o que o código determina como casual (involuntário) possui condicionantes.

Ao encerrar sua análise do Art. 10 do Código Criminal do Império, Tobias sintetiza suas posições, uma vez mais, ponderando a relação entre a imputação penal e a causação do fato criminoso. Seu intento é produzir uma síntese entre as funções sociais contidas em cada ação humana e a imputação da vontade e da causação dessas ações. Uma vez mais, natureza e cultura

mantêm sua distinção para Tobias. Para tanto, ele forja a noção de *vida nacional*. Nas suas palavras:

A vida do homem social, como a do homem natural, é um conjunto de funcções. Essas funcções, que são modos diversos de actividade, postas em relação com o Direito, que é a funcção por excellencia da vida nacional, convertem-se em outras tantas funcções jurídicas, as quaes se subdividem em positivas e negativas, conforme ellas se exercem na pratica daquillo, que o Direito ordena, ou só daquillo, que o Direito não prohibe (Barreto, 1926e, p. 119).

Essa determinação de funcções em sociedade, intimamente ligadas à causação das ações humanas, não seria a base para a construção de uma ciência do social? Sabe-se que Tobias realizou uma crítica contundente à Sociologia em um de seus escritos mais famosos, as *Glosas Heterodoxas a um dos motes do dia ou Variações Anti-Sociológicas* (iniciado em 1884, mesmo ano de *Menores e loucos*). Haveria então uma contradição em seu pensamento ou, uma vez mais, a mudança de opinião ou reconhecimento das limitações do argumento teriam sido desveladas pelo conhecimento de um novo nome ou referência? É o que discutiremos na próxima seção junto à análise de Tobias sobre os saberes modernos da Sociologia, Psicologia e Teologia.

Sociologia, Psicologia e Teologia

Uma das chaves de leitura sobre a atuação dos intelectuais brasileiros sob a égide do Brasil Império se consolidou na

historiografia através da crítica da cultura do bacharelismo. Em momento de transição política e efervescência cultural, os bacharéis ocuparam lugar central na dinâmica de projeção crítica sobre os rumos da Nação. Como vimos, os intelectuais ligados a Escola do Recife, contribuíram com suas projeções de futuro, ainda que politicamente os positivistas tenham alcançado o controle primevo da organização do Estado. Assim, a postura da ação dos intelectuais do Recife, em nosso caso Tobias e Romero, edificaram uma retórica polemista, com a qual acreditavam poder alterar a realidade dos problemas que criticavam. Sob a crença dessa forma de encarar o poder de suas palavras e escritos, aponta Roberto Ventura que:

Tobias Barreto adotava concepção semelhante à de Romero e atribuía a pouca eficácia da oposição política às falhas de eloquência e retórica dos parlamentares, como se o discurso fosse capaz de promover, por si só, as reformas sociais (Ventura, 1991, p. 121–122).

Exemplo sintomático dessa crença nos próprios discursos que preferiam é a defesa da tese de Sílvio Romero, realizada em março de 1875, na Faculdade de Direito do Recife. Durante a arguição oral, Romero anunciava a morte da metafísica. Em depoimento de Tobias, datado de 1881, há explicação da divergência entre os dois na matéria em questão:

Há seis anos, quando o meu nobre amigo Sílvio Romero, em uma defesa de tese na Faculdade de Direito do Recife, afirmou que a metafísica estava morta e esta asserção produziu no corpo docente espanto igual ao que teria produzindo um tiro de revólver que o moço candidato tivesse disparado sobre os doutores, já eu nutria minhas dúvidas a respeito da

defunta, que o positivismo tinha dado realmente como morta, porém que ainda sentia-se palpitar. E tanto era que comecei a publicar 'Deutscher Kämpfer' um estudo filosófico, no único intuito de mostrar o que havia de exagerado na pretensão da seita positiva, que entretanto já hoje só tem de positivo, pouco mais que o nome. O que me pareceu sobremaneira estupendo é que se tivesse tomado por uma heresia o que já era de certo modo um atraso (Barreto *apud* Mercadante; Paim, 1972, p. 34–35).

A causa da divergência fica clara a partir do entendimento, de que, antes de ser Romero o alvo do combate, era uma proposição positivista que estava em xeque, ou seja, as ideias precediam, muitas vezes, o portador da mesma. Assim, a crítica à sociologia significava naquele contexto, uma vez mais, criticar o positivismo nesse particular, já que viveríamos "[...] no período *sociolátrico*" (Barreto, 1926h, p. 34). Se o positivismo se apresentava como novidade no país e se propagava pelo trabalho de seus partidários, como aponta Clóvis Beviláqua: "[...] entre esses emeritos operários do bem commum, cabe um logar saliente aos primeiros hastearam no Brazil a bandeira innovadora do positivismo" (Bevilaqua, 1883, p. 9), a postura de Tobias é de combate a esses ideólogos e a definição de uma ciência social era um dos pontos propagados pelo ideário positivista de então. Em torno do sucesso do positivismo, Beviláqua relaciona essa recepção com uma característica de nossa formação intelectual:

Nossa capacidade philosophica nunca teve seiva bastante para marmorisar um systema, nunca foi bastante forte para elevar-se á uma criação original, nem siquer teve até hoje valor para transformar ou aperfeiçoar as construcções de sciencia geral que nos chegam do outro lado do

Atlantico, e é a França o prisma predilecto atravez do qual vemos a ebulição das forças civilisadoras. Só agora é que alguns dos que podem levantar mais os olhos, estão enchergando a actividade intellectual da Allemanha e da Italia (Bevilaqua, 1883, p. 13).

Mas, no Recife a aceitação ao positivismo era relativa, já que: “As tradições litterarias do Recife tornaram-no improprio para a aceitação do positivismo mystico” (Bevilaqua, 1883, p. 81). Nesse ínterim, a Ciência positivista contrastava com a perspectiva evolucionista. Havia então, uma gradação entre ciências que passavam pela crítica de seus pressupostos. A rejeição ao positivismo e a adesão à ideia de evolução, com fito na ciência da vida, coloca esse mecanismo em perspectiva. Bem sabemos que a defesa da ciência, por parte de Tobias Barreto e da Escola do Recife, é uma das chaves interpretativas consolidadas ao legado do movimento na história intelectual nacional. Mas, no pensamento de Tobias Barreto, os saberes modernos, especialmente a Sociologia, a “ciência da alma” ou Psicologia e a Teologia, não escaparam da crítica e do crivo da própria ciência. Nesses campos bastante amplos de saber em constituição e sobre os quais Tobias produziu crítica em jornais e polêmicas, além dos textos que compuseram suas obras publicadas em vida, encontramos posicionamentos frente aos postulados desses saberes e à vontade de pertença ao conhecimento considerado científico que eles expressavam. Os elementos que compõem suas restrições a esses saberes colocam em perspectiva o processo mesmo de consolidação desses campos que se encontravam em movimento no seu tempo. Inegavelmente, como ressalta Romero (1910, p. 221), Tobias “[...] não admittia elle a *psychologia* e a *sociologia* como sciencias [...]”. Mas, quais as linhas de articulação de sua crítica a esses saberes? Acompanhem os deslocamentos de seu pensamento e os combates que estavam articulados na sua crítica.

Em discurso de formatura, "Idéa do Direito", pronunciado em 1883 e publicado em 1892 por Romero, mas já presente em 1882 na sua dissertação de concurso, expunha sua negação da possibilidade teórica e prática de uma ciência social. Importa destacar que, a crítica à sociologia enunciada e desenvolvida, nas "Variações anti-sociológicas", de modo sistemático, já fazia parte de seu pensamento. Tobias compreendia que seu tempo vivenciava um processo, pelo menos no universo do conhecimento, de "despoetização", efeito dos progressos científicos que produziam a desmistificação de uma série de saberes. Delimitar então, os horizontes que ainda poderiam ser explorados pela ciência, era questão tão urgente quanto expandir ciências em desenvolvimento. Por isso, as "Variações anti-sociológicas" mantêm uma lógica com a necessidade de depuração do saber pretensamente científico. A sociologia seria um "[...] postulado do coração" que "[...] quizera ver na sociedade humana um todo organico, subordinado, como os demais organismos, a certas e determinadas leis" (Barreto, 1926h, p. 33).

Na dissertação de concurso, que tinha por questão: "Conforma-se com os princípios da ciência social a doutrina dos Direitos naturais e originários do homem?", Tobias desenvolve dura crítica à Sociologia, construindo uma reflexão que contrastava postulados científicos a um saber em desenvolvimento, evidenciando os paradoxos dessa pretensão de institucionalização e reconhecimento. Assim, ele considera que: "A concepção da sociologia, e especialmente a concepção do Direito, ainda hoje entre nós, são um pedaço de metaphysica, um resto de mythologia"³⁵ (Barreto, 1926e, p. XV). O paralelo entre o Direito e a Sociologia era irresistível para Tobias, já que o primeiro se propunha a normatizar a sociedade e o

35 Tobias incluiu "Como introdução" a *Menores e loucos*, a dissertação do concurso de 1882, na primeira e segunda edições (1884, 1886), sendo reproduzidas nas Obras Completas.

outro edificar constantes que determinariam causas e efeitos dos fatos sociais. Havia uma distinção epistemológica, mas também de método. Nas palavras de Tobias:

Porquanto, se todas as sciencias, antes de tudo, devem ter um methodo, e este é o methodo de observação e inducção, é innegavel que a sociologia não satisfaz ainda a semelhante exigencia, isto é, os seus phenomenos ainda não se pres-taram a uma observação regular, e muito menos tem sido possível, do pouco que se ha observado, induzir leis e chegar ao conhecimento das causas reaes, que geram os factos, cuja somma constitue a sociedade (Barreto, 1926e, p. XV).

Assim, o saber sociológico não possuiria condições de edificar um método científico, limitação essa imposta pelo próprio objeto que procurava normatizar. Paradoxo esse indissolúvel, tendo em vista que a regularidade dos “phenomenos” era ainda insuficiente:

Verdade é que a sociedade, na qualidade de um organismo de ordem superior, na qualidade, não de uma anthitese, mas de uma continuação da natureza, deve ter a sua mecanica; mas essa mecanica, para dizer tudo em uma só palavra, ainda não encontrou o seu Kepler (Barreto, 1926e, p. XVI).

Sem um “Kepler”, a Sociologia padecia de um estatuto que não a definiria como saber científico, existiria como uma aspiração:

É um fato que a sociedade se desenvolve; porém as leis desse desenvolvimento não estão descobertas, o que importa dizer que a sciencia social existe ainda apenas como uma aspiração, e, em taes condições, não tem, não póde ter principios seus, principios próprios, com os quaes possam

conformar-se os Direitos, quaesquer Direitos do homem
(Barreto, 1926e, p. XVI).

É inegável, que subjaz no texto de Tobias, um confronto entre a Sociologia e o Direito. Nesse confronto, a posição do sergipano é clara: “[...] a sociologia não se acha no caso de bitolar pelos seus dados, pelo enunciado de seus problemas, os conceitos de outra qualquer sciencia” (Barreto, 1926e, p. XVI). Refutar a Sociologia tinha então uma dimensão política imanente. Pela ideia de “desenvolvimento” pertencente ao evolucionismo, a Sociologia não seria ainda uma ciência consistente. Isso porque ela não poderia dar parecer sobre processos em desenvolvimento, mas apenas de maneira retrospectiva que um dado processo poderia ser objeto de investigação científica. Ademais, “[...] o homem é um ser historico, o que vale dizer, que elle é um ser que se *desenvolve*” (Barreto, 1926a, p. XVII). Em suma, o objeto de verificação científica pretendido pela sociologia não se sustentaria:

O estudo dos phenomenos sociaes, considerados em sua totalidade e reduzidos á unidade logica de uma systematização scientifica, daria em resultado uma monstruosa pantosophia, que é incompativel com as forças do espirito humano. Se nem mesmo como sciencia descriptiva, que aliás, na opinião de Haeckel, é uma contradicto in adjecto, a sciencia social não é constructivel, pois que não pódem ser observados e por isso não pódem ser descriptos todos os phenomenos da sociedade, porque rasão sel-o-hia como sciencia de principios, como sciencia de leis, que têm de ser induzidas da observação completa dos factos a estudar?
(Barreto, 1926a, p. 182).

Além da recorrência, uma vez mais a Haeckel, Tobias não acreditava que os fatos sociais poderiam afirmar a existência de Direitos naturais imutáveis. Se, nas suas palavras, “[...] não ha Direitos naturaes e originarios” (Barreto, 1926a, p. XIX), é porque o homem é um ser em desenvolvimento, preso a um processo que é histórico, mas inconcluso, fato esse que tornava a Sociologia um saber contraditório:

E digo mais: a theoria de semelhantes Direitos não é sómente inharmonisavel com os referidos pressupostos, mas até succede que a sua permanencia é um obstaculo ao desenvolvimento da sociologia. Platão disse: não ha sciencia do que passa; a moderna theoria da evolução inverteu a proposição e redargüio ousada: só ha sciencia do que passa, porque a historia só se occupa do que passa, e todas as sciencias caminham para tornar-se preponderantemente historicas (Barreto, 1926a, p. XIX).

A mudança na trajetória de Tobias, entre a dissertação de concurso e os seus últimos trabalhos, é a presença de Immanuel Kant. Se na dissertação a concepção monista do Direito é o ponto de ancoragem e partida de sua reflexão contestatória da Sociologia, o diálogo com Kant consolidará sua reflexão em torno do binômio natureza/cultura. Dessa forma, o “Direito é uma transformação da força”, princípio evolucionista, sobretudo se consideramos que para o jurista: “[...] os Direitos, como taes, quer como condições de existencia, quer como condições evolucionaes da vida social, são da mesma natureza, e são-no justamente, porque sahem da mesma fonte; esta fonte é a sociedade” (Barreto, 1926a, p. XX).

A confluência entre a dissertação de concurso ao estudo sobre menores e loucos não é gratuita. No estudo de 1887, Tobias insere a sua crítica ao Código Penal justamente num quadro histórico

e social. O mesmo procedimento é a base para o questionamento frente às possibilidades da Sociologia em tornar-se ciência. Não à toa, Tobias relega a sociologia a “[...] simplesmente um producto da especulação philosophica”, porque “[...] o elemento empirico lhe fallece de todo” (Barreto, 1926h, p. 106). Entretanto, afronta também a ideia de “determinismo”, base da especulação sociológica, na sua leitura. Para tanto, define sua acepção de liberdade. Para Tobias, a liberdade deve ser posta em perspectiva da natureza e suas leis. Assim, as leis da liberdade são as mesmas da natureza. Dessa maneira: “[...] a liberdade é humana é um facto de ordem natural, que tem a sua lei, porém não se deixa explicar mechanicamente” (Barreto, 1926h, p. 37). Colocam-se em debate as relações entre os indivíduos e a sociedade; ao fundo a noção de liberdade estruturando as relações sociais. Aqui podemos retomar Comte. No esforço de objetivação de um método sociológico, Comte afirma que o estudo da moral seria a dimensão complementar para as aporias que a subjetividade, no caso dos sentimentos, colocaria ao estudo científico da sociedade. Segundo Comte ([19-?], p. 103):

Os sentimentos não figuram em sociologia, mesmo na estética, a não ser quanto às impulsões que exercem sobre a vida comum ou às modificações que dela recebem. As suas leis próprias só podem ser convenientemente estudadas pela moral, onde adquirem a preponderância devida à sua dignidade superior na totalidade da natureza humana.

A discordância de Tobias se dará na perspectiva do olhar sobre a definição primeira de sociedade, objeto pretendido pela sociologia e centro de gravitação de seus pressupostos científicos. Nos seus termos:

O positivismo, que creou a barbara expressão de *sociologia*, aliás bem adaptada á exdruxula ideia da cousa, nos falta uma *statica* e uma *dynamica* social, aquella comprehendendo as leis da existencia, e esta as leis do desenvolvimento da sociedade; porém a pergunta surge espontanea: - que sociedade? A humana por certo (Barreto, 1926h, p. 77).

O erro elementar dos sociólogos seria o da perda de percepção do movimento contido nos fatos sociais. Mais que isso, da incapacidade em converter esses movimentos da sociedade em objetos de análise científica. O equívoco, nesse sentido, seria o da aproximação da Sociologia das Ciências Naturais.

Ahi está pois a origem do mal. Os sociologos, que em regra são espiritos tomados de admiração pelos progressos e conquistas das sciencias naturaes, entendem que nada ha mais facil do que construir a sua sociologia, applicando-lhe unicamente o methodo naturalistico, isto é, observando e induzindo. A illusão é comprehensivel, mas não desculpavel (Barreto, 1926h, p. 86).

Tobias critica então a transferência de métodos e do próprio vocabulário científico para o universo social, o que num primeiro olhar nos parece contraditório. Nas “Variações anti-sociológicas”, Tobias critica ainda o sociólogo e estadista russo Paul von Lilienfeld (1829–1903). Lilienfeld, nas obras referenciadas por Tobias, e que ele teve acesso pela edição alemã, *Gedanken über die Socialwissenschaft der Zukunft* (1873–1881), é autor de uma teoria orgânica da sociedade, que postula uma concepção biológica da sociedade. Mas, Tobias questiona a validade da teoria de Lilienfeld aos olhos da realidade nacional, o que dá mostras de que sua adesão às ideias estrangeiras não era de forma alguma

acrítica: “Eu quizera que Lilienfeld viesse ao Brazil, para ver-se atrapalhado com applicação de sua theoria ao que se observa entre nós” (Barreto, 1926h, p. 103). Se haveria no pensamento do sergipano uma adesão mimética às ideias estrangeiras, certamente ela não era absoluta. Ao contrário, sua crítica passava por um teste reflexivo e as motivações as quais sustentavam a adesão a este ou aquele sistema de ideias não são de fácil determinação. No caso, da crítica aos saberes que aqui chamamos modernos à Sociologia é alvo preferencial também porque se encontrava em ascensão junto aos intelectuais, assumindo a feição de uma verdadeira moda, que Tobias chamou de sociolatria, como vimos.

O problema então residiria no fato da Sociologia edificar uma realidade autônoma dos homens em relação à própria natureza, deformando a sua real autonomia, logo essa “[...] sociolatria encerra-se de matar a sociologia” (Barreto, 1926h, p. 183). Convém, então, analisar a concepção de sociedade que se encontrava em jogo, ponto central do debate. Tobias define a sociedade nos seguintes termos:

A sociedade, que é o grande aparato da cultura humana, deixa-se afigurar sob a imagem de uma tãa immensa de relações synergicas e antagonicas; é um systema de *regras*, é uma rãde de *normas*, que não se limitam ao mundo da acção, chegam até os dominios do pensamento. *Moral, Direito, grammatica, logica, civilidade, polidez, etiqueta, etc., etc.*, são outros tantos corpos de doutrina, que tem de commum entre si o character *normativo* (Barreto, 1926h, p. 57).

Mas se a sociedade se constitui como sistema de regras e normas, por que a Sociologia não teria condições de normatizar esse sistema lhe dando tratamento científico? Na realidade, se pensarmos na força da ideia de movimento e transformação ou

devir, em Tobias, podemos considerar que a história já cumpriria o papel do saber científico e com maiores qualidades. Assim, no lugar de uma Sociologia, Tobias defende que a história seria um saber mais efetivo (os modelos invocados por Tobias são as obras de Guizot e Herder):

A sociologia, que deste modo não seria mais do que uma irmã bastarda das velhas histórias da civilização e filosofias da história, nada teria á apresentar de proprio e novo; poderia até, nas fecundas syntheses de um Guizot, ou nos prodigiosos fragmentos de um Herder, ir beber muita ideia que a esclarecesse e chegasse a convencê-la da sua impertinencia (Barreto, 1926h, p. 80).

O que desqualifica uma vez mais a Sociologia como conhecimento é a convicção de Tobias de que o evolucionismo apresentava maior rigor e força produtora na análise de nossas características sociais. Em outras palavras, a história natural já acumulava progressos e resultados mais consistentes para a compreensão de nossa evolução social que a pretensa sociologia moderna. Essa valorização do evolucionismo também é mecanismo que faz Tobias criticar a Psicologia e a Teologia como saberes, principalmente pelos seus pressupostos, o que o levou a afirmar que no campo das paixões a fé teria mesmo sofrido processo de regressão em vez de progresso em seu tempo:

Indubitavelmente uma analyse ligeira de certos sentimentos e paixões leva a crer que não tem havido progresso. Ha mesmo algumas emorções, das quaes não só se pode dizer que o progresso é nullo, como até que o regresso é bem sensível. A emoção religiosa, a fé que fazia santos, está nesse caso. O proprio patriotismo de hoje, medido pela

bitóla histórica de gregos e romanos, é uma degeneração
(Barreto, 1926h, p. 22).

Daí então, uma das razões pelas quais nossa organização da sociedade passa a ser definida de modo extremamente pessimista. Na sua compreensão:

A sociedade é um sujeito, para o qual ha muito que se procura um attributo. Ela não é, nem será jamais o que Jesus queria que fosse: - *a organização do amor*. Ainda não é também, nem ha de ser tão cêdo o que Lorenz Stein e Hartmann pretendem que ella seja: - *a organização do trabalho*. Diante, porém, de semelhantes factos, creio ter descoberto a *organização da hypocrisia* (Barreto, 1926e, p. 30).

O mesmo raciocínio que define a vida através da luta pela sobrevivência serve a definição das condições com que a sociedade se organiza, donde o Direito seja o mecanismo criado com o intento de estabelecer o equilíbrio das forças:

Todo systema de forças vae atrás de um estado de equilibrio; a sociedade é também um systema de forças, e o estado de Direito, para cuja consecução ella vive em continua guerra defensiva, empregando meios e manejando armas, que não são sempre forjadas, segundo os rigorosos principios humanitarios, porém que devem ser sempre efficazes
(Barreto, 1926e, p. 152).

Exceção seriam os regimes democráticos que substituiriam, no seu entender, a ideia de "sociedade" pela de "povo". Dessa maneira:

Aos olhos da democracia, – em geral não existe sociedade. Este conceito, ella o substitue pelo de povo. O povo é para ella o que é a sociedade para o socialismo, isto é, o soberano, - ou este se deixe servir pelo Estado, ou sirva-se a si mesmo (Barreto, 1926h, p. 87).

No entanto, se: “[...] os sociologos ainda são victimas de uma illusão, característica do tempo, quero dizer, a illusão, a mania da lei” (Barreto, 1926h, p. 95–96), essa ilusão se manifestaria efetivamente nos esforços teóricos por quantificação dos fenômenos sociais. Outro erro aos olhos de Tobias:

Os sociologos costumam pôr a estatistica á seu serviço e allegar que uma tal ou qual regularidade, com que os numeros funcionam em certas ordens de phenomenos da vida social, é uma prova em favor da existencia das leis sociologicas (Barreto, 1926h, p. 97).

Em texto de 1888, preparado para seu livro *Questões Vigentes de Filosofia e Direito*, intitulado “A irreligião do futuro”, Tobias critica simultaneamente a Sociologia e a religião. O texto é uma resenha crítica ao livro de Jean-Marie Guyau (1854–1888) publicado em 1887, *L'Irréligion de l'Avenir: Étude sociologique*, onde Tobias constrói um raciocínio que ataca a um só tempo o universalismo defendido por Guyau ao caracterizar as religiões e o mesmo universalismo presente no seu saber, a Sociologia:

Não assim porém com o retumbante nome – *A irreligião do futuro; estudo sociologico*. As duas phrases – *irreligião* e *sociologico* – foram de um effeito prodigioso; a primeira, por conter um certo sabor de impiedade, e a segunda, por estar de accordo com a *folie raisonnante* do positivismo, que é

hoje o característico, pelo menos entre nós da semi-cultura frívola e pretensiosa (Barreto, 1926h, p. 283).

Sabemos da importância da análise das religiões por parte dos positivistas. Logo, conflui nesse texto a possibilidade de Tobias atacar, uma vez mais, o positivismo e a Sociologia através de um autor considerado positivista tratando de um tema pertinente (o futuro das religiões), já que: “A ideia de uma *physica religiosa*, o autor tirou-a visivelmente da *physica social* do positivismo” (Barreto, 1926h, p. 299); mas o equívoco da tese de Guyan estaria na sua projeção de um futuro de extinção das religiões, ainda que o sergipano concorde que: “É certo que a *vida da alma* vaee sendo cada vez mais sobrepujada pela vida da intelligencia e as necessidades religiosas vão em constante decrescimento” (Barreto, 1926h, p. 307), ainda assim a tese do pensador francês não se sustentaria ao se olhar para a história das religiões:

Os apóstolos da futura *anomia* religiosa não tem o Direito de inferir o seu advento do facto occasional e transitorio da descrença que lavra em todos os dominios do espirito na epocha vigente. É um phenomeno que se tem muitas vezes repetido no decurso da historia. A única inducção cabivel seria attribuir ao senso religioso um desfallecimento periodico, nunca porém condemna-lo á uma total extincção (Barreto, 1926h, p. 307).

Ao analisar o pensamento de Antero de Quental (1842–1891), Fernando Catroga localiza a sociologia e a metafísica nesse contexto de emergência das ciências sociais no século XIX: “Se a sociologia ocupava o lugar supremo na hierarquia das ciências, sintetizando todo o saber científico, para além dela, justificando-a, encontrar-se-ia a compreensão metafísica do devir do ser” (Catroga,

2001, p. 168). Igualmente podemos estender a Tobias Barreto essa tensão entre Filosofia (Metafísica) e Sociologia. Por esse fio condutor, também é possível analisar a crítica, aos saberes modernos, realizada pelo sergipano.

Assim, na crítica da teologia com olhar voltado para a pretensão de previsão do futuro das religiões, presente na obra de Guyan, desvela-se a mesma tensão entre Metafísica e Sociologia, tendo em vista que as projeções realizadas pelo francês se assentavam numa leitura do presente em crescente racionalização e laicização das instituições. Tobias se posicionará frontalmente contra o estabelecimento de leis sociológicas capazes de prever o futuro. A equação que envolvia maior racionalização e esclarecimento da sociedade, produzindo como resultados o desaparecimento virtual das religiões, era, aos seus olhos, um completo exagero, além de falta de perspectiva histórica. Dessa maneira:

Um dos ideais da cultura humana é a libertação da lei do atavismo, quasi no mesmo sentido em que o poeta fallou de uma libertação da lei da morte; porém esse ideal nunca será completamente realizado. O homem cultissimo hodierno, o mais desabusado e isento de preconceitos religiosos, ainda não está livre de ser de repente aggredido por um sentimento invencível, que o obrigue a ajoelhar-se e adorar o idolo de pau ou de pedra dos espiritos mais incultos. Ha bons motivos de crer que no futuro o phenomeno será o mesmo

(Barreto, 1926h, p. 321).

Se, para Tobias, a ciência não poderia renunciar à filosofia, como aponta Jorge Carvalho do Nascimento, é inegável que o pensador não se furtou de criticar duramente a Psicologia e a Teologia como saberes científicos (Nascimento, 1999). Dessa forma, se a Sociologia estava relegada a uma condição paradoxal, ela se devia

em grande medida pelo conjunto de sociólogos e seu esforço na defesa de uma Ciência do social. A institucionalização e o *modus operandi* dos sociólogos, que exerciam pressão para construir uma coesão epistemológica, é outro problema inerente à pretensão da Sociologia em tornar-se Ciência.

Da mesma forma, Tobias realiza uma crítica contundente da Psicologia, saber esse que, ao longo de todo seu itinerário filosófico, a Psicologia foi então “[...] sempre rejeitada por Tobias Barreto”, porque era um saber que “[...] resumia-se a um jogo de palavras desprovidas de senso crítico” (Nascimento, 1999, p. 171), na sua percepção. Outro elemento fundamental para compreender sua rejeição da Psicologia é justamente o fato de que seu pensamento é assentado em um materialismo, que Jorge Carvalho do Nascimento determina como levado às últimas consequências, já que, para o sergipano, até mesmo os fenômenos intelectuais são produzidos pela matéria (Nascimento, 1999, p. 172). Com a crítica à “*sciencia da alma*”, termo usado por Tobias, surge a possibilidade de voltar suas críticas tanto à Psicologia quanto à Teologia. Segundo ele, se um “*physico*” pode “[...] assegurar-se de uma lei, por força de experimentos” (Barreto, 1926f, p. 8), o “*psychologo*” está subjugado a outro contexto.

Collocando-se em face do – *eu* – nú e solitario, nunca póde tomar a verdadeira attitude de um observador. A razão é clara e simples. Para que a alma fosse de certo um objecto de estudo, seria mister principiar por vê-la em seu estado natural, entregue a si própria, seguindo somente a marcha traçada pelas leis de sua existencia. Mas isso fôra omposível; e irrisorio, pretendel-o (Barreto, 1926f, p. 9).

A concepção de Ciência estava sob a luz dos métodos dedutivos e indutivos. Assim, uma Ciência da alma não pode se afirmar

como ciência moderna: “Por mais que digam os descendentes de Descartes, a consciência não pôde dar a ultima palavra sobre o que realmente se passa no fundo da vida moral” (Barreto, 1926f, p. 8). Dessa forma, a Psicologia não possuiria um objeto capaz de condicionar seu saber, fato que não desmerecia, aos olhos de Tobias, a autoridade da Psicologia sobre determinados fenômenos “internos”. Em *A sciencia da alma, ainda e sempre contestada*, texto datado de outubro de 1871, o sergipano declara-se cético em relação às capacidades da Psicologia em desvendar “[...] as riquezas potenciaes da alma humana” (Barreto, 1926f, p. 15). Mas questiona, justamente, o elemento que dá sustentação aos saberes modernos com pretensão científica: o método. A Psicologia não edificara, naquele momento ainda, as ferramentas necessárias para “desvendar” as estruturas dos processos da “alma”, ao passo que Tobias questionava justamente essa ausência de métodos adequados aos postulados que a Psicologia almejava sustentar, afinal, “[...] como penetrar nesses thesouros occultos, entranhados no fundo da vitalidade organica, por meio da consciência?” (Barreto, 1926f, p. 15).

Tobias passa então a atacar a Filosofia espiritualista, especialmente as figuras de Victor Cousin (1792–1867), Théodore Jouffroy (1796–1842) e Jean Charles Levêque (1818–1900), representantes do “espiritualismo cartesiano-catholico”, alvos constantes ao longo de todo texto. Tobias não faz distinção entre os três pensadores, tomando todos de arremate e criticando-os sobre o rótulo dilatado do espiritualismo, sem levar em consideração os embates entre as ideias dos três filósofos. Sob os esforços dos espiritualistas, a crítica uma vez mais relaciona a uma essencialidade do país de sua elaboração, no caso, a França:

Non se crêa uma sciencia, - é preciso observar, - dando-lhe somente um methodo e um ponto de partida; maxime,

quando ambos desafiam e provocam a impugnação. Previno assim que me tragam pela frente o aborrecido – *je pense, donc je suis*, insípida bagatella, com que a França, ha tanto tempo, tem gasto inutilmente a sua seiba philosophica (Barreto, 1926f, p. 17).

O segundo momento do texto é dedicado à crítica a Étienne Vacherot (1809–1897) e sua obra *Essais de Philosophie Critique* (1864). Segundo Tobias, “[...] propondo-se refutar a opinião dos adversarios da psychologia”, Vacherot, que para o sergipano fora “uma especie de Werther, um *suicida psychologico*”, primeiramente declara que a alma na percepção dos fenômenos tem dupla ação: “na parte individual e na parte geral de seu ser” (Barreto, 1926f, p. 19); mas reconhece também a importância da memória na “[...] observação dos factos accidentaes, que atravessam a vida humana” (Barreto, 1926f, p. 20–21). No entanto, o sergipano vai discordar da capacidade da memória, a qual Vacherot atribui o efeito de lançar luz aos fenômenos da alma e que seriam observados constantemente pela consciência, mas não pela memória. Por fim, a introspecção excessiva da alma paralisaria a sensibilidade das paixões, outro problema da reflexão psicológica. Ao concluir o texto, uma vez mais, Tobias se volta ao espiritualismo, objetivo primevo da sua crítica. Ao sintetizar os pressupostos defendidos pelos filósofos espiritualistas, a saber: “O homem é um ser pensante; e o pensamento só póde convir á um ente espiritual. O cerebro é uma condição, não é uma causa. A alma se vê e se revê na consciência; - ella tem a convicção de não ser um attributo da materia...” (Barreto, 1926f, p. 37), Tobias passa a contestação dessas afirmações que teriam como propósitos sustentar “[...] velhas theorias esthetic-theologicas da escola semi-platonica e semi-catholica dos philosophos lettrados” (Barreto, 1926f, p. 37). Com esse objetivo, o combate a que Tobias se propõe se dá em termos epistêmicos, ou seja, deslocando a

problemática de seus elementos metafísicos para os pragmáticos (ou práticos). Assim:

É preciso encarar de frente a verdade, ainda quando ella venha transtornar os nossos planos e corrigir cruelmente as nossas esperanças. A philosophia, – é tempo de proclamar-o – não possui menos que a religião uma mythologia adequada. Elevar ideias geraes ao summo gráo de realidades concretas; incarnar, dar um corpo exterior á uma série de phantasmas racionaes, que cada qual figura á seu modo, é este ainda o mistér da metaphysica hodierna (Barreto, 1926f, p. 38).

Assim, o elemento da base desse conjunto de “phantasmas racionaes” se identifica na ideia da alma, objeto da Psicologia. E no que concerne à alma, Tobias a considera um mito. Como consequência: “O defeito capital da psychologia, como sciencia de observação, é a falta absoluta de dados para se formarem exactas e profundas previsões” (Barreto, 1926f, p. 32). Como materialista, Tobias recusa aceitar a alma como realidade, como querem os espiritualistas, ancorados no postulado do cogito cartesiano. Ao contrário do pensamento que determina a existência, ele inverte essa proposição e reduz o próprio pensamento à matéria:

Sim, a materia é aquella pedra bruta; é a poeira que suspen- do; - é a lama em que piso; - mas a materia tambem é aquella flôr que se embala aos anhéritos da noite, e, a trinta passos de mim, derrama no ambiente perfumes deliciosos; - a materia tambem é o rubro labio feminino, o seio alvo e palpitante, provocador de affectos e paixões; - sim, a materia tambem é aquella estrella que brilha; - é o sol que flammeja; - e porque não póde ser a cabeça que pensa?... (Barreto, 1926f, p. 46).

Ao final desse trabalho reflexivo, Tobias sentencia que o ecletismo espiritualista de Cousin e Jouffroy é um “[...] systema articial, um filho degenerado da theologia catholica” (Barreto, 1926f, p. 46), o qual devemos superar através da crítica científica, essa última, “[...] cruelmente imparcial como a natureza” (Barreto, 1926f, p. 47–48). Da mesma forma se passaria com a Teologia, que não poderia ser considerada uma Ciência. Em carta resposta às críticas de Manoel Godofredo Autran, datada de 16 de junho de 1868, Tobias vai reiterar as críticas feitas à doutrina de São Tomás de Aquino, especialmente a afirmação da impossibilidade, aos seus olhos, da Teologia e da teodiceia não se constituírem em ciências, tendo por raciocínio os seguintes termos:

Desde que Deus é um objecto de sentimento, um objecto de amor, elle deixa de ser um objecto de sciencia; pois nada é mais repugnante ao amor do que a severidade da logica, a frieza do raciocinio. Theologia ou theodicéa, a sciencia de Deus é impossivel (Barreto, 1926g, p. 4–5).

Logo, se a percepção de Deus é um fato individual ele tampouco se prestaria ao crivo de uma ciência, se levarmos em conta que para o sergipano a ciência é geral e “baseada em principios”, e o “[...] individual, encarado em si mesmo, não pertence á sciencia” (Barreto, 1926g, p. 6). O mesmo argumento é defendido em texto escrito em latim e publicado em 1870 no jornal *A Crença*, redigido por Sílvio Romero no Recife. O texto se intitula *Theologia Rationalis (Confutatio)*, e nele uma vez mais, Tobias expõe a ideia de Deus sob a perspectiva da natureza:

O certo é que ou Deus é imanente ao universo e, nesse caso, a teologia, ciência universal, é impossível, ou está acima da natureza e supera todo o criado, então de que modo será

percebido, perguntamos, por nossa faculdade, o que está acima da natureza e, ainda, acima das mesmas faculdades que são naturais?... (Barreto, 2013a, p. 67).

O que subjaz ao movimento das ideias e críticas de Tobias à Teologia é justamente a afirmação de que a metafísica moderna se encontrava sob revisão diante da ascensão da ideia mesma de Ciência. Os escritos de Tobias estão carregados por uma forma de recorrência constante à historicidade das ideias e é por esse viés que ele conduz internamente suas críticas aos saberes modernos. Antes de erros de lógica, efeitos linguísticos e retóricos, sua filosofia se concentra na noção de finitude e relatividade de todo conhecimento, como ele mesmo declara em apontamentos produzidos para um curso na Faculdade de Direito em 1885, e intitulado, justamente, *Relatividade de todo conhecimento*, como declara Tobias:

Desacreditada a pretensiosa ontologia metaphysica e quasi nada reduzida a proporções de velha mythologia, que tem perdido o seu primitivo encanto poetico, é explicavel que a ideia da relatividade de todo saber humano viesse substituir o antigo prejuizo dos princípios absolutos e absolutas verdades (Barreto, 1926b, p. 425).

Os embates de Tobias com os católicos renderam muitos artigos em jornais ao longo de toda sua trajetória intelectual. O grosso de sua argumentação se sustentava nos recentes estudos de exegese bíblica, realizados na Alemanha, mas também, como afirma Márcio Nascimento, na sua leitura de Kant. Em outras palavras, e em síntese: “[...] Tobias Barreto inaugurou uma linha crítica, depois seguida por Távora e Sílvio Romero, que reinterpretava o repertório doutrinário Iluminista para o cenário nacional no sentido de combater o catolicismo” (Nascimento, 2010, p. 176).

Nas “Variações anti-sociológicas”, Tobias ataca de forma contundente a capacidade, aos seus olhos, que a religião potencialmente detinha para criar ilusões. Nas suas palavras:

A pequenez das grandes, como a grandeza das pequenas individualidades, é um paradoxo, apenas tolerável na esfera religiosa, onde o valor das ideias não é determinado pela verdade dellas, mas sobretudo pela sua capacidade de illudir e consolar (Barreto, 1926h, p. 35).

E, uma vez mais, ancora sua reflexão na historicidade da própria linguagem que organiza e dá forma às ideias, inclusive a de Deus. Dessa maneira, declara:

Quero crer que Deus, para o commum dos homens, não passa de uma palavra. Mas a palavra também é uma força, que não só na historia das religiões, porém, ainda em todos os districtos da historia humana em geral, continúa a representar um importante papel (Barreto, 1926h, p. 74).

Como bem aponta Jorge Carvalho do Nascimento, a percepção de Tobias se sedimentava na convicção de que o aperfeiçoamento ao infinito do espírito humano era uma realidade da modernidade, sendo que a própria “[...] verdade filosófica estar sempre circunscrita a um determinado contexto histórico” (Nascimento, 1999, p. 163). E os saberes modernos que criticou de maneira ardente — Psicologia, Sociologia e Teologia (à luz da hermenêutica Oitocentista) — no contexto de aproximação das Ciências Naturais, não tinham capacidade de se igualarem a essas Ciências.

Retomemos o argumento e encerremos essa seção. Como vimos, para Tobias Barreto aceitar a Sociologia e a Psicologia como Ciências, significava não apenas o reconhecimento do *status* desses

saberes no universo do método científico, mas colocar em questão o próprio contexto social de sua existência. Confrontado com a normatividade de uma Ciência que “coisificava” os fatos e a ação humana em sociedade, a opção tobiática era a de negação dos postulados que feriam a sua subjetividade e as possibilidades de esgaçamento ou ruptura da ordem social, então de um país escravocrata. A teoria evolucionista ao menos lhe dava um horizonte de possibilidade de luta pela existência e com ela a vitória do mais apto, enquanto que os saberes da Psicologia, Sociologia e Teologia, muito pouco o diziam a respeito desse horizonte de possibilidades. Em síntese, e seguindo o apontamento de Cândido (1988, p. 58), “[...] o grande feito do século XIX foi estabelecer o estudo das ciências morais sobre bases positivas; não é mais possível história sem crítica, nem esta sem as ciências naturais”.

Por uma **nova** intuição do **Direito**

Boa parte da construção de Tobias Barreto no espaço público está relacionada a sua presença nos espaços de circulação dos discursos no contexto dos salões, dos teatros, das salas de aulas das faculdades e também nos espaços literários e intelectuais, especialmente na imprensa. Em um de seus discursos mais notórios ele proclama: “Só o Direito não quer sahir de sua casca mythologica” (Barreto, 1926c, p. 443). A sentença foi registrada no muito citado discurso de formatura da turma de Direito em 1883, presente em suas obras. O contexto da afirmação é a tensão emergente entre a Filosofia e as Ciências Naturais em expansão. Cabe, então, delimitarmos a concepção de Direito do jurista sergipano à luz desse momento de expansão de um discurso científico e a

validade da reflexão e dos postulados filosóficos da tradição que sustentam nova intuição do Direito. Dentre os trabalhos de Tobias Barreto que constituem o *corpus* principal de seu pensamento jurídico podemos localizar, além de *Menores e Loucos*, os textos *Algumas idéias sobre o chamado fundamento do Direito de Punir* (1881) e *Sobre uma nova intuição do Direito* (1881), como os pontos de sustentação do fundamental na sua concepção de Direito. Textos esses produzidos em Escada, quando da preparação de Tobias para o concurso que lhe daria uma cadeira na Faculdade de Direito do Recife.

Essa perspectiva de Tobias mantém a distinção entre natureza e cultura e reafirma o pertencimento do Direito ao seu tempo histórico, produto então da ação e definição dos homens. A interlocução nesses trabalhos, além dos autores evolucionistas, é a obra de Kant. O primeiro trabalho, *Algumas idéias sobre o chamado fundamento do Direito de Punir*, editado na tipografia que Tobias manteve em Escada, imediatamente circulou no meio acadêmico para uso dos estudantes. O contexto de ancoragem de sua leitura parte da constatação de que a Filosofia perdia gradativamente espaço para as Ciências Naturais.

Enquanto a philosophia de Kant, Fichte e Hegel dominou o mundo pensante, foi justamente que o numero de criminalistas philosophos, em nosso seculo tornou-se legião. Hoje, porém, que a direcção dos espiritps é diversa, hoje que a philosophia cedeu o passo ás sciencias naturaes, de cujos triumphos a medicina é a melhor representante e mais apta vulgarisadora, apparece o reverso da medalha. Os penalistas pathologos e psychiatras surgem aos grupos, e tornam com asw duas idéas, pretendidas originaes, não poucos livros e revistas completamente illegiveis (Barreto, 1926c, p. 19).

Frente a esse panorama, não sem fundamento, o primeiro postulado que Tobias enuncia em *Algumas ideias* é a possibilidade da metafísica produzir conhecimento, tema kantiano, sem dúvida. A despeito da morte da metafísica enunciada por Sílvio Romero em seu concurso, Tobias pontua na nota 2 de rodapé do trabalho sobre *Algumas ideias sobre o fundamento do Direito de Punir*, em que:

Sylvio Romero fallava como positivista; fallara em nome de uma escola intolerante, que não estava mais no caso de nutrir um espirito pensador, e que elle mesmo, annos depois, em sua Philosophia no Brasil, reduzia á proporções bem pequeninas, censurando-lhe sobretudo a visão maniacal de metaphysica por toda parte (Barreto, 1926c, p. 138).

Tobias pondera que, “[...] da parte de quem assim o affirma um total desconhecimento da historia da philosophia, onde ha phenomenos periodicos, não raras vezes intervallados por seculos, que apresentam á cada geração um character de novidade” (Barreto, 1926e, p. 132–133). A base para a reflexão de Tobias é a *Kritik der reinen Vernunft* (1781), citada ao longo do texto sustentando os seguintes princípios articuladores: 1 – uma crítica dos debates intelectuais de seu tempo que recorriam a uma “metaphysica rhetorica, sem base racional”; 2 – falta de “cultura philosophica” dos nossos intelectuais; e 3 – o Direito e sua tendência para a “mania philosophante” que esvaziaria a concretude sobre os objetos que estariam sob seu domínio. Assim, a primeira definição que procura delimitar a relação entre a Metafísica e a constituição do Direito, é a sua aproximação da ciência. No âmbito do Direito de punir, objeto do texto em questão, Tobias postula que “[...] o Direito de punir é uma necessidade imposta ao organismo social por força do seu próprio desenvolvimento”, tendo por princípio que ao Estado cabe a “faculdade de *policar*” a sociedade e punir os delitos (Barreto, 1926e, p. 136).

Enuncia-se o princípio evolucionista do homem e das sociedades. Evolução essa condicionada ao processo histórico:

[...] é evidente que a humanidade, como tudo que lhe pertence a título de propriedade, herdada ou adquirida, não passa de um *parvenu*. Ainda hontem *macaca*, – e hoje *fidalgua*, que renega os seus avós e vive á cata de pergaminhos para provar a sua nobresa, como filha unigenita dos deuses (Barreto, 1926e, p. 139).

Então, sobre a origem do Direito, o sergipano responde com a perspectiva histórica de sua evolução: “[...] hontem força e violencia, ainda hontem simples expressão dae experiencia capitalisada no processo de eliminação das irregularidades da vida social” (Barreto, 1926e, p. 139). Além da referência a Ruldolf von Ihering, Hermann Post, Julio Froebel, Georg Meyer e Theodor Mommsen, figura na argumentação de Tobias a presença, uma vez mais, de Haeckel:

O que disse Haeckel á respeito dos chamados conhecimentos á prioridade, designados na escola pelo nome de principios, ideias e verdades primeiras, isto é, que todos elles são baseados na experiencia, como sua única fonte, que todos elles são conhecimentos á posteriori, que pela herança e adaptação chegaram a tomar o caracter de conhecimento á priori, é também exacto em relação ao Direito (Barreto, 1926e, p. 140–141).

Uma vez mais, coloca a dimensão da pena em perspectiva histórica, localizada no coração das civilizações, logo, com variações diversas. A nova intuição do Direito, para o jurista sergipano, evoca outra localização da metafísica jurídica. Não mais — aos seus olhos — atrelada a uma filosofia abstrata aos fatos concretos que

o Direito se propõe normatizar, mas agora, consciente de que na origem da justiça se encontra a vingança (“vindicta”). Dessa forma, a função primeva do Direito seria a racionalização desse processo para além da lei de Talião. Dessa forma, afirma Tobias: “O certo é que o Direito, da mesma forma que grammatica, da mesma forma que a logica, é um systema de regras e, como tal, um producto de inducção, um edificio levantado sobre base puramente experimental” (Barreto, 1926e, p. 140). Mas, isso não significa considerar o Direito um saber superior aos demais em sociedade: “Julgamos um dom divino, um privilegio da nossa intelligencia, aquillo que é apenas um sedimento dos seculos, um resultado do labor dos tempos” (Barreto, 1926e, p. 140), e prossegue:

Para elle [o povo] sentimento de justiça, que por si só seria incapaz, mesmo por ser relativamente moderno, de dar origem á instituição da pena, se confunde, a fazer um só, com o sentimento da vingança, que é o momento subjectivo do Direito de punir, e que não foi absorvido ou aniquilado pelo poder publico, nem mesmo nos estados modernos, onde existe reconhecido o Direito individual da queixa ou o Direito de promover accusação criminal por uma offensa recebida, o qual nada mais nem menos importa do que o reconhecimento da justa vindicta do offendido (Barreto, 1926e, p. 146).

Por consequência do raciocínio, se a pena é a racionalização nas sociedades modernas da vontade de vingança frente ao ato de violência originária, ao Direito caberia na imputação penal a mediação política, através da pena, dos conflitos sociais. Instrumento, portanto, de regulação dos delitos e desvios em sociedade. A isso se soma o que Tobias chama de caráter histórico universal do crime. Nas suas palavras:

Com efeito, o crime, como facto humano, como phenomeno psycho-physico, tem um caracter historico universal, pois elle se encontra em todos os gráus de civilisação e de cultura; mas isto é somente verdade a respeito de um certo numero de factos, que á semelhança das doenças resultantes da própria disposição organica, poderiam qualificar-se de crimes constitucionais, crimes que se originaram, logo em principio, da própria lucta pela existencia, e que são, como taes, inherentes á vida collectiva, ao contato dos homens em sociedade (Barreto, 1926e, p. 147).

Em outras palavras, para Tobias, o conceito de pena não é jurídico, mas político, tendo em vista que assume em sociedade a função de dispositivo regulador dos conflitos, ou para ser preciso, o “sentimentalismo”, na argumentação que segue, teria em conta que a pena é um produto do ordenamento jurídico, ao passo que, ao contrário, a pena resulta não do Direito, mas da própria sociedade. Assim: “O sentimentalismo volve-se contra este lado fraco da doutrina, combatendo a imputabilidade em todo e qualquer gráu. Para isso lança mão de razões psychiatricas, historicas, pedagogicas, social estatistica” (Barreto, 1926e, p. 150). Ao fim do texto *Algumas ideias*, cabe destacar que Tobias Barreto descrê da capacidade, por si só, da pena em recuperar o criminoso e devolvê-lo à sociedade regenerado, porque “[...] a sociedade, como organização do Direito, não partilha com a escola e com a igreja a difficil tarefa de corrigir e melhorar o homem moral” (Barreto, 1926e, p. 152).

Diferentemente do trabalho anterior, *Sobre uma nova intuição do Direito*, realiza uma exposição mais ampla do Direito, não apenas restrito à função da pena, mas agora articulado com o movimento geral da história. A tese central presente em *Algumas ideias* se conserva no presente texto, qual seja, a definição do Direito não

deve ser procurada fora da humanidade, diga-se da própria ação humana no tempo:

O grande merito da escola historica está em ter posto um dique á essa phantastica racional dos Direitos absolutos e immutaveis, reduzindo o Direito em geral as proporções de uma cousa, que nasce, cresce e se desenvolve, como qualquer producto da natureza (Barreto, 1926h, p. 136).

Por conseguinte: “[...] nenhum pensador da actualidade acredita seriamente na origem divina do Direito” (Barreto, 1926h, p. 136). Outrossim, não há para Tobias uma transcendência na determinação do Direito. Ao contrário, ele não observa transcendência alguma na existência do Direito, contrariando as tradições jurídicas ocidentais que delegam o poder de justiça a causações externas ao próprio homem, caso do Direito natural de vertente tomista. E aqui encontramos a distinção fundamental no pensamento de Tobias Barreto: a antítese entre natureza e cultura. Primeiro seu conceito de cultura, definido justamente no contraste dialético ao de natureza:

O estado originario das cousas, o estado em que ellas se acham depois do seu nascimento, em que uma força estranha, a força espiritual do homem, como a sua intelligencia e a sua vontade não influe sobre ellas, e não as modifica, – esse estado se designa pelo nome geral de *natureza*. A extensão desta ideia é constituida por todos os phenomenos do mundo, apreciados em si mesmos, conforme elles resultam das causas que os produzem, e o seu caracteristico essencial é que a natureza se desenvolve segundo leis determinadas e forças que lhe são immanentes; não se afeiçoa de accordo com fins humanos. Quando isto porém acontece, quando o homem intelligente e activo põe a mão

em um objecto do mundo externo, para adaptal-o á uma ideia superior, muda-se o estado desse objecto, e elle deixa de ser *simples natureza* (Barreto, 1926h, p. 140–141).

Essa concepção localiza os assuntos humanos em paralelo às leis da natureza, mas distinguindo a capacidade do ser humano de modificar essa mesma natureza e produzir o novo. Conclui, então, a exposição sintetizando sua tese: “A cultura é pois antithese da natureza, no tanto quanto ella importa uma mudança do natural, no intuito de faze-lo bello e bom” (Barreto, 1926h, p. 141). Concepção essa que remonta ao pensamento grego clássico. Tobias combina na sua percepção da cultura o sentido antigo de formação do homem e também a concepção moderna de cultura como produto dessa formação, o que inclui “[...] o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos [...]” (Abbagnano, 2007, p. 225). Jean Pierre Vernant aponta para um aspecto fundamental no pensamento grego e a força da razão frente a natureza. Nas suas palavras: “A razão grega é a que de maneira positiva, refletida, metódica, permite agir sobre os homens, não transformar a natureza” (Vernant, 2002, p. 143). Nesse quadro, o Direito, por extensão, é mais um dos “produtos” da cultura humana ou nos termos tobiáticos, “[...] um effeito, entre muitos outros, desse processo enorme de constante melhoramento e nobilitação da humanidade” (Barreto, 1892, p. 25).

Outro ponto fundamental para a delimitação de sua concepção jurídica é o lugar da leitura de Hegel realizada por Tobias. A postura do sergipano é de crítica à filosofia da história hegeliana, principalmente pela apropriação e propagação dos aspectos especulativos do autor da *Fenomenologia do Espírito*, naquilo que Tobias chama de “metaphysica especulativa”. A crítica tobiática a Hegel é sustentada pela sua leitura da definição de Rudolf Haym (1821–1901), para o qual, após a morte de Kant, a Metafísica espe-

culativa teria declinado em favor de uma Metafísica ética. Como resultado: “[...] a philosophia de Hegel commetteu, entre outros, o grave peccado de estagnar a corrente da escola historica e soltar de novo as redeas á razão indisciplinada” (Barreto, 1926h, p. 137).

Crítico, portanto, dessa Metafísica especulativa hegeliana, Tobias também diverge do filósofo Friedrich Adolf Tredelenburg (1802–1872) e da sua *Naturrecht auf dem Grunde der Ethik* (1860). Na descrição de Tobias: “Para elle o Estado é um organismo ethico, e o Direito a sua lei immanente, que deve ser realisada pela livre deliberação dos seus membros” (Barreto, 1926h, p. 138). Construção, aos olhos do sergipano, puramente especulativa e “[...] sem o minimo de respeito á realidade dos factos” (Barreto, 1926h, p. 138). Muito mais coerente seria a posição de Ihering, ainda que não tenha realizado a “destruição das velhas ideias” do Direito natural e do Direito divino.

A nova intuição do Direito, formulada por Tobias, com fito nas ideias kantianas e no evolucionismo de Darwin e Haeckel, tendo por nódulo central a distinção entre natureza e cultura e o lugar do Direito nessa distinção, abriu o caminho que tornou possível, no exercício de seu professorado no Recife junto aos moços, o frescor de tais ideias. Alimentou, além das mitologias que o edificaram como o mestre da Escola do Recife, a motivação para outros olhares sobre o Direito ao aproximar essa intuição de uma reflexão filosófica sobre o ofício da crítica à Metafísica. Recordar Kant, uma vez mais, era o conselho do sergipano na aurora dos novos tempos que se anunciava.

Recordações de Kant

Em 1887, ao final de sua vida, Tobias sentenciava: “[...] estou amarrado ao manto de Kant” (Barreto, 1926h, p. 85). O “retorno” às ideias de Kant, realizada pelo sergipano, revela o último *tour de force* de seu pensamento materializado em texto intitulado, curiosamente, *Recordação de Kant* (1887–1888). Além desta reflexão, em *Sobre Kant* (1887), publicado na segunda edição, já póstuma dos *Estudos alemães* (1892) e que circulou inicialmente no Jornal do Recife, uma guinada em direção a um diálogo com o pensamento e obra do pensador de Königsberg. Dessa maneira, como aponta Antonio Paim em obra organizada por Luiz Antonio Barreto, é fato que: “Tobias Barreto difundiu entre os seus companheiros de Escola, nos últimos anos de vida, o conceito neokantiano de filosofia, segundo o qual esta seria um tipo de saber que não aumenta o conhecimento científico” (Paim, 1989, p. 65).

O contexto de recepção das ideias advindas da Alemanha, em especial as ideias kantianas, é explicitado por Antonio Paim, segundo o qual:

O retorno a Kant havia sido propugnado na década de 60 por Herman Helmholtz (1821/1908), Frederico Alberto Lange (1828/1875), Eduardo Zeller (1814/1908) e Otto Liebmann (1840/1812), que sobreviveram, quase todos a Tobias, formando nas décadas de 70 e 80 uma corrente não homogênea (Paim, 1989, p. 65).

Essa corrente daria forma ao chamado neokantismo. Assim, sobre esse contexto é preciso definir que a Alemanha não era, do ponto de vista das filosofias, doutrinas e ideias, uma unidade coesa.

No texto *Recordação de Kant*, o primeiro movimento procura localizar o estado atual da filosofia no país, como lhe é habitual na grande maioria de seus textos. Então, passa a localizar a especulação filosófica europeia nos limites da obra de Hegel e dos efeitos após sua morte, motivo pelo qual, “[...] a especulação philosophica na Allemanha perdeu quasi todo o seu valor de outr’ora [sic]” (Barreto, 1926h, p. 251). Período então, marcado para Tobias, pelo distanciamento da filosofia em relação às Ciências Naturais, fato que teria relegado a especulação Metafísica a um segundo plano. Nesse contexto, a figura de Comte apenas ganhou certo “incremento”, na sua visão, após a morte do criador do Positivismo. No entanto, o elo de reaproximação da Filosofia com as Ciências Naturais fora a obra de Kant. Segundo Tobias:

Todas as questões que hoje se suscitam e discutem no terreno das sciencias naturaes, inclusive a mathematica, deffrontando com a philosophia, conduzem necessariamente aos fundamentos do systema kantesco como um campo de operação commum (Barreto, 1926h, p. 252).

Então, o sergipano passa a relacionar as conexões entre os estudos das ciências naturais que fizeram menção às ideias de Kant. Destaca o trabalho de astronomia de Friedrich Zoellner (1834–1882), intitulado *Ueber die Natur der Kometen* (1872); além do trabalho Ernest Haeckel, *Natuerliche Schoepfungsgeschichte* (1868).

Tobias define, então, o que seria a metafísica, nesse contexto de revivificação da Filosofia em detrimento das Ciências Naturais e suas descobertas: “Metaphysico de velho estilo se diz aquelle que pretende sondar o que está fóra de toda a experiencia, sem ter-se de ante-mão certificado de que um tal saber seja possível, bem como do valor e acceitação, que elle possa ter” (Barreto, 1926h, p. 261). Ao fim da definição, ele se coloca mais próximo das Ciências

Naturais do que da Metafísica, já que esta estaria assentada em “simples hypotheses e conjecturas”. No que concerne a Kant, para Tobias Barreto, este não fora um “[...] architecto de castellos aéreos”, ao passo que sua filosofia crítica teria nascido como “[...] antithese da philosophia dogmatica” (Barreto, 1926h, p. 263). Tobias elaborou uma série de argumentos originais que asseguraram a autonomia do campo da cultura, como pontua Jorge Carvalho do Nascimento. Assim, um dos problemas de seu tempo era o do caminho para o país alcançar a modernidade:

O processo histórico levava o Brasil a uma monarquia. Tobias propôs o tema da cultura como alternativa para a sociedade brasileira, na busca de alternativas em uma sociedade que era monárquica e à qual Tobias se opunha. Por ironia, o tema da cultura iria perder espaço justamente com a instauração do Estado republicano, com o qual Tobias sonhou e lutou para constituí-lo (Nascimento, 1999, p. 194).

Nesse contexto, a aproximação das ideias de Kant conduz Tobias a um novo horizonte argumentativo, para a crítica do sistema de Augusto Comte. No momento de emergência dos positivistas no cenário político nacional, a obra kantiana permitia ao sergipano, uma vez mais, atacar os positivistas, que posteriormente relegariam suas ideias e obras ao ostracismo. Nas suas palavras:

Á vista de taes documentos, não ha pois rasão de rir na cara dos positivistas, quando ousam affirmar que Kant foi um metaphysico no sentido de um visionario? Não é o caso de manda-los todos *bugiar*, desde os leões da seita até os gatos dos nossos telhados, isto é, desde Comte e Littré até a récuca de *cretins* brasileiros, amarelllos, empanturrados, de leque na mão e cigarrinho na bôcca, fazendo philosophia

positiva, - que é uma especie de *philosophia dos pobres*,
- nas calçadas e confeitarias da rua do Ouvidor no Rio de
Janeiro?... (Barreto, 1926h, p. 264).

Momentos antes deste ataque, Tobias desqualificara a leitura que Comte teria feito de Kant, definindo ela como um “disparate inqualificavel”, já que: “Augusto Comte fallou de Kant, como fallou de muitas outras coisas, ignorando-as completamente; mas julgava poder aprecia-las por uma especie de intuição prophetica, própria do seu character de salvador do espirito humano!...” (Barreto, 1926h, p. 254). Na defesa de um “retorno” às ideias de Kant, o movimento de Tobias necessitava de posicionar o filósofo de Königsberg frente ao avanço do positivismo no Brasil. Assim, Tobias procurou demonstrar o equívoco do entendimento da definição das ideias para Comte, que se assentaria nas categorias da quantidade e qualidade, o que seria uma “falsa attribuição”. Donde a crítica do sergipano ser posta nos seguintes termos: “E se é certo que Kant nunca fez semelhante divisão, que juizo deve-se formar da seriedade scientifica do tal Sr. Augusto Comte?...” (Barreto, 1926h, nota 111, p. 254). Ora, recorrer a Kant e defender sua prioridade para a reflexão filosófica brasileira em detrimento de Comte era mecanismo quase natural para aquele que se posicionara contra os positivistas desde os fins da década de 1860. Ademais, Tobias marca a distinção entre Kant e Comte, nos seguintes termos:

Kant demonstrou uma vez por todas a impossibilidade de uma sciencia do *hypersensível*. Se a sua cabeça tivesse sido vasada no mesmo molde da de Augusto Comte, pode-se dizer afoutamente que o *positivismo*, com a sua estreiteza de ambito e a sua fatua pretensão de eliminar do espirito humano o elemento metaphysico, sem dar-se ao trabalho de inquirir e estudar a sua fonte, - o positivismo,

como hoje vemos-o, teria primeiro aparecido com Kant
(Barreto, 1926h, p. 272).

Além do elemento político, enunciado na crítica a Comte e a Émile Littré (1801–1881) — que Tobias classifica como “[...] profundo lexicógrapho, um grande linguista, um escriptor primoroso, mas um philosopho mediocre” (Barreto, 1926h, p. 264) — o texto ainda procura definir o grande legado de Kant e sua atualidade. Sua última seção procura, assim, articular uma síntese geral do pensamento kantiano demarcando uma possível “*philosophia* do futuro”, termo que o sergipano empresta do historiador e filósofo alemão Rudolf Haym (1821–1901). Para tanto, as ideias kantianas poderiam servir aos fins de renovação e reposicionamento da Filosofia especulativa no contexto de ascensão da Metafísica positivista. No seu julgamento, a obra de Kant permitia novas experimentações do pensar:

É um phenomeno, ainda hoje digno de estudo, a diversidade de sentido, á que se prestou o kantismo entre os philosophos do tempo, sendo aliás incontestavel que o mesmo autor da Criticada razão pura, não perdeu posteriormente occasião alguma que se lhe offercesse para melhor accentuar o seu pensamento. Entretanro os discipulos divergiram entre si na maneira de comprehender o mestre (Barreto, 1926h, p. 271).

Ainda, segundo ele, as divergências advinham não das dificuldades do sistema kantiano, mas da “[...] riqueza dos pontos de vista, dos quaes cada um dos discipulos tomava o seu, e acreditava poder, somente d’ahi, dominar todo o horisonte do mundo philosophico” (Barreto, 1926h, p. 271). Por fim, a fecundidade da obra kantiana se dava no fato de que com ela a “[...] *philosophia dogmatica* tornou-se *philosophia critica*” (Barreto, 1926h, p. 277).

Já em *Sobre Kant*, texto que Romero incluiu na seção IV do ensaio *Traços de litteratura comparada do seculo XIX* (1887), encontramos a mesma inclusão de Kant num quadro geral mais amplo de circulação de ideias, às quais “[...] as melhores esperanças da humanidade tinham acordado vividas e impetuosas”, materializadas na *Crítica da razão pura*, assim, “[...] convém agora apreciar o modo porque os contemporaneos receberam a philosophia de Kant” (Barreto, 1926b, p. 159). Vejamos a maneira como Tobias ordena sua cronologia dos kantianos numa espécie de linhagem teórica. Acompanhemos:

Jena foi o ponto de partida da evolução kantesca. Alli se acharam n'uma mesma quadra, como professores universitarios, e professores de philosophia, primeiramente: Schiller, Fichte, Schelling; depois: Schelling, Hegel, Fries; depois:

Hegel, Fries e Oken.

Os philosophos que seguiram a Kant, podem dividir-se em quatro classes. A 1ª é a dos kantistas pur sang que agarraram-se á lettra do mestre e tomaram a critica da razão por um systema completo da mesma razão.

A 2ª é a dos que procuraram tirar todas as consequencias do kantismo; a esta pertencem Fichte, Schelling e Hegel. A 3ª é a dos que trataram de accomodar os semi-kantistas, que buscaram abrir novos caminhos, um pouco desviados da direcção do chefe. Foram elles: Fries, Herbart, Schopenhauer, Benecke, Reinhold filho, Tredenburg e outros modernos

(Barreto, 1926b, p. 161).

Traçar as linhagens de pensadores “inspirados” na obra de Kant conforma, aos olhos de Tobias, um poderoso argumento da fecundidade das ideias e do sistema kantiano de pensamento. Irresistível não traçar o paralelo destes pensadores alinhavados por Tobias com o próprio movimento do Recife: local definido para

os embates e para a constituição de grupos intelectuais interessados em uma renovação do pensamento sob a figura de um líder espiritual. Não à toa, ao final de *Sobre Kant*, o sergipano dá especial realce ao fato de que após sua grande obra Kant acabara seduzido pelos efeitos da Revolução Francesa, cedendo seu pensamento ao entusiasmo do acontecimento:

Mas isto se explica, não só como um efeito da velhice, mas também como resultado do fanático entusiasmo, de que o philosopho se deixou possuir pela revolução franceza, a ponto de pretender pôr a sua philosophia a serviço das chamadas ideias de 89, que aliás são outras tantas *afirmações gratuitas*, em frente de outras tantas *gratuitas negações* (Barreto, 1926b, p. 164).

Escrevendo na primeira década do emergente século XX, José Ingenieros afirma que: “Quanto mais se defende a volta a Kant, no recrudescer neokantista contemporâneo, tanto mais ruidosa e irreparável parece a contradição entre o jovem e velho Kant” (Ingenieros, 2014, p. 158). Ingenieros se refere a distinção entre um “jovem” Kant, crítico, e um “velho” Kant, dogmático, distinção essa que Tobias observa no Kant seduzido pela Revolução Francesa. O que parece ter escapado à leitura de Tobias é o apontamento que Hayden White faz sobre Kant: “O velho Kant tinha razão: em suma, somos livres para fazer do passado o que quisermos [...] em qualquer modalidade de consciência que seja mais coerente com [nossa] própria aspiração moral e estética” (White, 1973 *apud* Jenkins, 2014, p. 82).

Mesmo diante dessa reserva, que Tobias faz a um Kant defensor do projeto d’As Luzes, ao final de sua vida, na maturidade de seu pensamento, recorrer ao filósofo de Königsberg representava que a “volta a ele é um progresso”. E ainda que o sergipano estivesse enfrentando resistências na academia e oposições ferrenhas

de seus inimigos nos jornais — que até anunciaram sua doença e davam notícia antecipada de sua morte — a inferência as ideias kantianas e a defesa de um retorno ao seu significado guardavam em si uma leitura do presente, então carregado pelo crescimento dos positivistas, inclusive nas faculdades. Ainda assim, o mestre referencial da Escola do Recife não edificou um sistema de pensamento com semelhante moldura, ainda que paire sobre esses textos uma certa identificação com o pensador alemão que jamais saiu de sua cidade natal. Afinal, Tobias Barreto não era Kant.

Em nome da **tragédia: críticos, apoloéticos** e o pensamento de **Tobias Barreto**

Não só as elites culturais, mas sobretudo, o povo e o Governo do Estado timbraram em dar grande esplendor a êsse preito de justiça e reconhecimento, em que a terra bêmço se unificava, para sangrar o luminoso espírito do maior de seus filhos, nas asas da gratidão e da posteridade (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. I-II).

Gilberto Freyre, ironicamente, se referiu aos intelectuais que derivaram da Faculdade de Direito do Recife nos finais do século XIX e início do XX como “clérigos” de um movimento que acabou os conduzindo a condição de “intelectuais-homens de ação” (Freyre, 1971, p. 130), já que assumiram em suas carreiras diversas posições no espaço público republicano: tornaram-se jornalistas, políticos, advogados, secretários de governo, embaixadores. Ponderação importante feita por Freyre a esse processo é o papel do germanismo

para a consolidação desses homens de ação na vida prática, ainda que o germanismo não tenha se efetivado como elemento unificador ou dogmatizante. Ao contrário, aos olhos de Freyre (1971, p. 132), o “[...] movimento que se realizou através de personalidades diferentes e não de um tipo único de germanizado ou de germanizante”. O que o germanismo teria propiciado a esses intelectuais, de maneira geral, fora “[...] um toque científico ou neocientífico, além de neofilosófico, à sua erudição ou aos seus saberes” (Freyre, 1971, p. 133). Nesse quadro referencial, Tobias Barreto figura como um verdadeiro exemplo de adesão ao germanismo como possibilidade de distinção ao frescor de outros horizontes de pensamento, que não o da forte presença francesa, posição essa, defendida também por Jorge Carvalho do Nascimento:

Os intelectuais da Escola do Recife buscaram no culturalismo alemão as bases do seu projeto. Foi através do culturalismo que se constituiu um corpus filosófico que buscava especificamente a interpretação das questões nacionais, em busca do que entendiam ser a necessidade de estar o país em dia com os progressos da ciência e da técnica, habilitando-se ao domínio da atividade industrial (Nascimento, 1999, p. 290).

Assim, buscamos neste capítulo reconstituir os movimentos do pensamento de Tobias Barreto onde a noção de cultura esteve no centro do que chamamos de eixo epistemológico. Para tanto, analisamos os temas que se “conduzem” e interseccionam o debate da cultura. Ou seja, a forma de articulação de suas ideias e posições críticas diante dos temas de seu tempo que julgamos fundamentais para a sua trajetória intelectual. O fio condutor que perpassa essas composições e decomposições, como a percebemos, fora a manipulação de determinada noção de cultura, transitória entre as “descobertas” filosóficas e científicas do século XIX e a formação

clássica de Tobias, especialmente o domínio do latim. Nesta última seção, procuraremos analisar a edificação de uma primeira memória e imagem para o pensamento do sergipano, tendo em vista que à luz das primeiras décadas da República as disputas por sua obra interferem até mesmo nas manipulações de seu espólio literário, e, enquanto figura controversa que foi, abriu espaço para um jogo de disputas sobre suas ideias.

Como procuramos demonstrar, ainda em vida o pensamento e a obra de Tobias foram manipulados por Sílvio Romero. Essa manipulação, no sentido lato, continuou nas mãos de Romero até sua morte e posteriormente foi assumida pelo governo do Sergipe, como vimos. Além da continuidade do projeto inicial de Romero, realizado com algumas reformulações, outros dois momentos fundamentais na edificação de significados para a obra e pensamento de Tobias são os marcos de ressignificação da obra do sergipano: o primeiro é marco de comemoração do Centenário de seu nascimento em 1939, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) em Edição Especial de sua Revista Trimestral e o segundo se materializa na releitura de Miguel Reale, realizada nos anos 1940 e 1950. Esses marcos de ressignificação e rememoração colocam em perspectiva a questão do uso dos nomes, ideias e temas ligados a Tobias Barreto e a Escola do Recife. Como aponta o historiador Alexandro Neundorf, ao analisar o contexto francês de circulação de ideias no século XIX:

Dessa forma, primeiramente devemos ter em mente, que o próprio 'nome' que o grupo atribui a si mesmo (ou que noutros casos lhes é atribuído), é produto de uma confecção que leva em consideração (talvez em parte) essa posição, esse 'lugar' ocupado. Como um reconhecimento antecipado da identidade de grupo. 'Nomear' é impor limites, conter a polissemia e estabelecer domínios (ou 'lugares') (Neundorf, 2013, p. 208).

Assim, as ideias se prestam a disputas pelo seu sentido que equacionam relações de força sobre o conjunto da obra e suas possibilidades de apropriação política e teórica. Se as “raízes” ou “origens” do culturalismo remontam em nosso contexto nacional às reflexões de Tobias Barreto é inegável que reivindicar sua prioridade tem uma dimensão política e apresenta uma perspectiva de futuro que legitima uma leitura do passado. Como aponta, ao pensar o fenômeno das comemorações, Helenice Rodrigues da Silva: “Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa ‘rememoração’ de acontecimentos passados significações diversas para uso do presente” (Silva, 2002, p. 432). Dessa forma, e de um modo geral, a Revista Trimestral do IHGSE replica a imagem apologética edificada, como vimos, por Sívio Romero, cumprindo a função de rememoração que desvela usos do passado pelo presente. Assim, o então desembargador e presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Sergipe, Gervásio de Carvalho Prata, em seu discurso, pronunciado no próprio Tribunal em 07 de junho de 1939, faz o seguinte balanço:

Qual a ação de Tobias? Foi indicar à geração nova e à geração velha do seu tempo que havia diante delas um novo mundo de conhecimento para onde se deviam rumar os homens que não quisessem ficar ancorados nas velhas águas mortas da cultura jurídica. Foi despertar, no ânimo dessa gente, a coragem de abalar-se e marchar para a frente, onde o progresso já havia plantado as últimas colunas do Direito. Foi pregar aos espíritos de boa vontade a concepção culta do mundo que não havia entrado ainda nos umbrais da Academia (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 56).

Ora, bem sabemos que a posição de Tobias na Academia era de *outsider*, polêmico até mesmo com seus colegas. Essa defesa

de um reformador da Academia não se sustenta quando se observa a sua prática na Faculdade de Direito. Logo, a sua importância se localiza muito mais na sua influência sobre os jovens em formação do que sobre o sistema educacional em seu tempo. Dessa maneira, o mecanismo repetido exaustivamente ao longo dos discursos é da defesa de seu caráter, e uma vez mais, das mitologias edificadas ao longo de sua existência. Assim, o desembargador Gervásio de Carvalho Prata reafirma uma das teses de Romero usada para explicar a negação às ideias de Tobias Barreto:

De mulato boêmio e paranoico fôram os títulos que lhe reservara os que o combateram e combatem ainda, uns, por não conhecerem a vastidão da sua obra, outros, por não admitirem que da província pudesse sair um vulto da sua estatura (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 59–60).

E, novamente, o seu caráter combativo figura como elemento indelével de suas posições intelectuais no discurso do desembargador:

Hoje que na redução do tempo tudo se acabou das lutas do morto, divergências, separações, disputas, prevenções, combatentes, e a história é chamada a intervir, depara-se enormemente grande e cada vez maior o espaço ocupado por aquele só brasileiro, que só existiu em chamas, estalando forças, pulsando desolado na imensidade da pátria, ou, na comparação de Gilberto Amado, – uma fogueira ardendo no meio do deserto do Brasil (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 60).

Cabe, por conseguinte, observar que o fenômeno das comemorações e rememorações colocam em jogo as relações

entre o passado rememorado e o futuro projetado. Nesse sentido, o Centenário de Nascimento de Tobias Barreto estava inserido num contexto de afirmação do estado de Sergipe no cenário político nacional. Ainda que Tobias não tivesse se colocado como defensor de um regime republicano, o que as comemorações de seu centenário revelam é a apropriação por parte da elite intelectual e política naquele momento dos sentidos potenciais de suas ideias. Não à toa, o desembargador Gervásio de Carvalho Prata saúda a continuidade do projeto de Romero por parte do governador do estado: "O govêrno Graco Cardôso foi patriótico mandando publicar a edição de Sergipe. Patrióticos serão os demais que imitem esse gesto, facilitando aos brasileiros o conhecimento de tão grande patricio", e conclui sua ode nos seguintes termos: "[...] é a compensação do insignificante Sergipe o tamanho dos seus espíritos poderosos. É a reparação da sua humildade geográfica e política. É o consolo do pequeno a inteligência que empresta ao grande" (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 61). Dessa maneira, se realiza uma Semana de Tobias Barreto, dedicada a várias comemorações por diversos estabelecimentos de ensino, como a Escola de Comércio Conselheiro Orlando, o Colégio Tobias Barrêto, o Colégio Santana e o Ateneu Sergipense, além de associações como o Rotary Clube de Aracaju. Também houve presença de representantes de Pernambuco nas comemorações: Joaquim Amazonas e o estudante da Faculdade de Direito do Recife, Rivaldo Pereira, que também discursaram, além de uma romaria à Estátua edificada em homenagem de Tobias, que aconteceu no dia 07 de junho de 1939.

Destacamos o discurso proferido pelo estudante J. B. de Lima e Silva, em 03 de junho de 1939, onde encontra-se uma afirmação do valor presente das obras de Tobias: "Outros [escritos de Tobias Barreto] conservam ainda, e prodigiosamente, tal atração e atualidade, que bem sentimos que êles se dirigem a nós para a

resolução de problemas de nosso tempo" (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 146). Aqui, bem se percebe o esforço de atualização de Tobias, cinquenta anos após sua morte: outra dimensão do exercício de rememoração presente em todos os discursos contidos na Revista do IHGSE e que projeta também, como acentua Helenice Rodrigues da Silva, um devir.

Na verdade, ele [o processo comemorativo] implica um questionamento crítico da relação distância/reapropriação com o presente histórico. Por trás de todas as comemorações nacionais encontra-se portanto, a questão do tempo que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar, como já vimos, que o acontecimento 'rememorado' por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado um novo regime de historicidade, projetando-o em direção ao futuro (Silva, 2002, p. 436).

A efusão de discursos da semana dedicada às comemorações do Centenário edificam verdadeiras formas de monumentalização do passado, que é ordenado e efetivado pela ação do governo que, além de publicar as *Obras Completas*, erigiu monumento em bronze homenageando seu filho ilustre. Uma das significações dos atos comemorativos se sintetiza na conclusão de um dos discursos, onde o passado é redimido pelo presente: "[...] a comemoração de hoje, meus senhores, nada mais representa do que a Justiça da História" (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 146), e ainda em outro discurso, o mesmo efeito é usado: "[...] o tempo e a morte fôram para êle o aniquilamento da personalidade, o esquecimento emfim, mas a entrada triunfal para

as páginas indestrutíveis da história" (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, 1939, p. 172). Essa afirmação da perenidade de sua obra reverberará até os anos 1950. É o caso do juízo de Luiz Pinto Ferreira, em artigo na revista da Faculdade de Direito do Ceará: "Desaparecendo, de todo desamparado pela fortuna, no ano de 1889, pouco antes da proclamação da República, êle deixou um grande monumento literário, a parte que ficou de seu espírito" (Ferreira, 1954, p. 237).

Por fim, o último artigo da edição especial da Revista do IHGSE, dedicada às Comemorações do Centenário de Tobias Barreto, é uma resposta ao trabalho crítico de Roberto Lyra, "Tobias Barrêto, o homem pêndulo", transcrito do jornal *A Tribuna*, de Santos, com data de 07 de junho de 1939 e de autoria de Epifanio da Fonsêca Dória. A obra de Roberto Lyra, publicada em 1937, é uma crítica à personalidade de Tobias, daí então, a necessidade no limiar das comemorações, de se defender a imagem do sergipano centenário. Encerra-se a publicação com a descrição da morte do sergipano, última correção das críticas de Lyra à personalidade de Tobias, carregada de ambivalências e paradoxos. Além do inegável esforço de monumentalização da figura, obra e pensamento de Tobias realizado pelo seu Centenário de Nascimento, a parte considerável dos esforços de permanência de Tobias Barreto na ordem do dia dos debates filosóficos, literários e jurídicos foi levada a cabo por um conjunto de intelectuais proeminentes nas primeiras décadas do século XX (alguns presentes nas comemorações de 1939). Como aponta Antonio Paim:

É certo que os seguidores de Tobias Barreto não desenvolveram grandemente esse legado. Aos contrários, ficaram presos ao oitocentismo e, dessa forma, circulando da mesma atmosfera dos partidários de Comte, de que tanto queriam distinguir-se. O legado de Tobias Barreto foi entretanto

preservado e chegou aos nossos dias. Sua meditação veio a ser retomada, desde os anos trinta, por homens do porte de Djacir Menezes e Miguel Reale (Paim, 1997, p. 95).

Chegamos, assim, ao último ciclo de apropriação das ideias de Tobias Barreto. Aqui precisamos analisar a historicidade das apropriações ulteriores de suas ideias e obras a fim de compreender as suas significações (usos e abusos). Como procuramos demonstrar, essas apropriações que marcaram posições políticas e ideológicas determinantes na análise retrospectiva de suas ideias acabaram por escamotear o pensador para um campo eminentemente conservador ao longo da República. Em outras palavras, muitos dos consensos e dissensos que se consolidaram através dos críticos e apologistas da República têm, senão a filiação explícita, ao menos a referência velada à interpretação que Miguel Reale dá ao “culturalismo” de Tobias Barreto. Primeiro ponto da análise de Reale que merece destaque: para ele, a formulação do culturalismo em Tobias perpassou sua trajetória pessoal. Segundo Reale (1994, p. 54), Tobias vivenciou as tensões entre natureza e cultura, tendo em vista que, “[...] subjetivamente, em seu ser pessoal, como ‘mulato pobre’ sentindo na pele resistências de ordem étnica e social à projeção de sua inteligência, sempre em luta contra preconceitos de uma sociedade patriarcal”. Esse movimento, a um só tempo, sintetiza as idiosincrasias das polêmicas de seu temperamento, o qual edificou toda uma mitologia — e que incluem os embates retóricos — ao passo que também articula a trajetória pessoal do sergipano com a figuração da noção de cultura em suas ideias. Da mesma maneira, pode-se localizar o germanismo de Tobias nesse mesmo lastro interpretativo, já que, “O culturalismo que o Brasil herdou dos alemães foi um importante instrumento para a construção da cultura de uma sociedade que buscava a sua auto-afirmação” (Nascimento, 1999, p. 282).

A formação e continuação do culturalismo pós Proclamação da República sofrera um período de latência, assim, não encontrou um terreno favorável para o seu desenvolvimento, sua continuidade fora interrompida. Isso se deve, segundo Jorge Carvalho do Nascimento, pela força do ideário positivista no Brasil republicano. A retomada do culturalismo só aconteceria com a figura de Miguel Reale: “Do projeto de retomada do culturalismo, em 1949, participaram juntamente com Reale intelectuais como Roland Corbisier e Hélio Jaguaribe, além de contar com a simpatia de intelectuais como Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos” (Nascimento, 1999, p. 290). Segundo Vamireh Chacon, “Miguel Reale será o primeiro a apontar e analisar o culturalismo tobiático” (Chacon, 2008, p. 193). Esses trabalhos datam do final dos anos 1940 e início de 1950³⁶. Como se vê, não à toa, Rosa Mendonça de Brito, afirma que Miguel Reale reatualiza a Escola do Recife no século XX, e, antes dele: “O culturalismo sociológico iria se constituir numa ponte entre o culturalismo de Tobias Barreto e a contemporânea meditação culturalista” (Brito, 1980, p. 8), e segundo Paim (1997, p. 90), essa relação foi efetivada pela obra de Alcides Bezerra (1891–1938) que se formara na Faculdade de Direito do Recife em 1911. Segundo Antonio Paim:

Após exercer cargos públicos na Província natal, a Paraíba, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1922, assumindo a direção do Arquivo Nacional, funções que desempenharia até o ano de sua morte (1938). No arquivo Alcides Bezerra desenvolveu obra notável em prol da identificação dos momentos nucleares da cultura nacional, tornando-se ainda precursor do estudo da historiografia brasileira, com a criação do Centro de Estudos Históricos e o início de um balanço ordenado da obra de nossos historiadores (Paim, 1997, p. 90–91).

36 Indicação de leitura: Reale (1977).

Sobre a posição de Reale, merece destaque seu discurso de Posse da Cátedra de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo em 1941, Reale declara o peso da cultura para o Direito e a sociedade: “Em todo fato jurídico se verifica uma integração de elementos sociais em uma ordem normativa de valores, uma subordinação da atividade humana aos fins éticos precípuos de convivência” (Reale, 1987, v. 1, p. 311), e prossegue: “Daí o caráter bidimensional do Direito, que possui um *‘substratum’ sociológico*, no qual se concretizam os valores de uma cultura, e ao mesmo tempo é *‘norma’* que surge da necessidade de segurança na atualização desses valores” (Reale, 1987, v. 1, p. 311). Aí então chegamos a concepção culturalista do Direito:

O culturalismo, especialmente em sua expressão realista, atende a essa bidimensionalidade do fenômeno jurídico, procurando estudar o *‘substratum’ sociológico* do Direito em razão da sua *estrutura formal* e sua *função normativa*, evitando tanto os exageros do *‘sociologismo’* como os excessos do *‘formalismo’* (Reale, 1987, v. 1, p. 311).

Reale ainda vai ponderar que o Culturalismo brasileiro reserva especificidades em relação ao Culturalismo europeu. Mas, isso não se traduz como a defesa de uma “filosofia nacional”. Nas suas palavras:

Não se trata de falar de uma filosofia nacional, mas de reconhecer que, por mais universal que seja o pensamento filosófico, este não pode deixar de refletir peculiaridades e preferências da nação em que se situa, quanto mais não seja em razão da língua que é o repositório natural da vida comum e da reprodução intelectual (Reale, 2000, p. XIII).

Híbrido entre a realidade do local de elaboração das ideias e a ordenação de um pensamento que mira certa universalidade, o Culturalismo se efetiva numa linhagem filosófica que remonta a obra de Tobias, que seria o primeiro a defender a prioridade da cultura na determinação dos assuntos humanos. Nesse sentido, a definição de Antonio Paim para o Culturalismo reverbera na superação das filosofias que Tobias tanto combateu: “[...] isto é, na doutrina de que a criação humana constitui objeto privilegiado da meditação filosófica, sendo mesmo aquela esfera apta a superar, de uma vez por todas, o positivismo e o cientificismo em geral” (Paim, 1997, p. 51). E qual seria a posição da Filosofia brasileira no quadro geral da filosofia ocidental? Segundo Leonardo Ferreira Almada e Luiz Alberto Cerqueira:

A filosofia brasileira, assim fundada, define sua identidade no cenário da filosofia ocidental exatamente em função desta característica que será a marca axial de seus representantes, a saber: o reconhecimento de que as reformas não implicam a descaracterização da própria ideia de filosofia em sua historicidade (Almada; Cerqueira, 2010, p. 947).

Em comunicação no I Congresso Brasileiro de Filosofia realizado em 1950, Miguel Reale, em texto intitulado *O culturalismo na Escola do Recife*, caracteriza o conjunto de críticos e apologéticos de panegíricos incondicionais ou detratores sem reservas, fato que teria produzido uma polarização em trabalhos pró ou contra Tobias (Reale, 1977). Esse trabalho de Reale acabou sendo republicado na introdução às *Obras completas* de Tobias Barreto, realizada por Antonio Paim e Paulo Mercadante em 1969, o que demonstra a importância e a convivência da leitura de Reale sobre Tobias³⁷. Reale aponta uma limitação na reflexão sobre a cultura em Tobias:

37 Indicação de leitura: Mercadante e Paim (1972).

Pena é que, situando o problema do mundo da Cultura, não tenha Tobias, já o dissemos, tentando explicar a forma pela qual o 'homem natural' pôde deixar de ser o objeto passivo da causalidade mecânica, para passar a ser o agente transformador da natureza; nem demora sua atenção no exame da Cultura, a região ontológica nova que contrapõe Natureza (Reale, 1977, p. 220).

E ainda:

Seu culturalismo, certamente em virtude de sua noção empírica de fim, não vai além de uma verificação descritiva incompleta, sem um estudo mais vivo do velho problema da contraposição entre Natureza e Espírito, natureza e convenção, natureza e sociedade, natureza e história (Reale, 1977, p. 220).

Como aponta Reale (1977, p. 222), a cultura como problema filosófico formulado por Tobias Barreto “[...] passou incólume pelas 1ª e 2ª Repúblicas”, para voltar a merecer atenção sistemática e objeto de revisões, com exceções pontuais, apenas nos anos 1960 com os trabalhos de Antonio Paim e Paulo Mercadante, inclusive com o projeto de reorganização das *Obras completas* de Tobias.

Não cabe nos limites deste trabalho uma avaliação profunda do culturalismo nos quadros do pensamento filosófico, esforço que exigiria ampla investigação. Procuramos apenas, delimitar, ainda que brevemente, essa “ponta” de ressignificação do pensamento de Tobias Barreto no século XX, que acabou por filiar o sergipano ao pensamento classificado, por vezes, com a pecha de conservador. Por fim, fecha-se outro círculo: nas comemorações do centenário da Proclamação da República, nova edição das *Obras completas*

de Tobias foi organizada por Antonio Paim e Paulo Mercadante³⁸, o que evidencia, além do interesse pela sua obra, o fato de que suas ideias continuaram em aberto, e objeto de apropriações, produzindo novos sentidos e interferindo no presente, característica essa que julgamos determinante na forma com que seu pensamento decompôs e compôs as ideias às quais teve contato e que procurou criticar e divulgar em seu tempo e para a posteridade.

38 Cabe destacar que, nesse contexto, a nova edição comemorativa das *Obras completas* de Tobias Barreto é parte integrante do Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, do Ministério da Cultura. A organização dessa edição coube a Paulo Mercadante e Antonio Paim e contou ainda com a direção-geral de Luiz Antonio Barreto e colaboração de Jackson da Silva Lima. É emblemática a intenção da publicação ao levarmos em conta as palavras de apresentação assinadas pelo então presidente da República e ocupante da cadeira na Academia Brasileira de Letras que tem Tobias por patrono, José Sarney: "A Edição das Obras Completas de Tobias Barreto é um resgate do país à sua memória e dará condições às novas gerações para conhecê-lo melhor, no acervo gigantesco de suas idéias, avançadas para o seu tempo e contemporâneas da nossa época" (Sarney, 1990, p. 5).

No Brasil, ou se idealiza ou se denigre o passado. A função do historiador não é uma coisa nem outra. Ela consiste em entendê-lo (Moraes; Rego, 2002, p. 155).

Os combates de Tobias Barreto e da linhagem de escritores, juristas, políticos e professores que integraram a chamada Escola do Recife foram ressignificados ao longo da República em diversos momentos. Caberia, então, investigar as condições dos usos e das figurações dessas ressignificações, frente aos acontecimentos em cada contexto histórico. Nosso trabalho não teve esse fito, mas procurou desvelar, através das ideias e combates que Tobias Barreto enfrentou, as dimensões de sua trajetória intelectual, à qual nos revelou certo projeto, ou pelo menos, projeções políticas fundamentadas na noção de cultura como chave de articulação de uma crítica do presente, então em ebulição no universo das ideias e ideologias Oitocentistas.

É inegável que o projeto político de Tobias Barreto se constituiu como projeto político da/na negatividade, e realizou-se — ainda que através das polêmicas e discursos carregados por uma retórica que esvaziava sentidos para construir outros, e frequentemente se perdiam do caminho das ideias para adentrar o campo das ofensas pessoais — ao destruir as certezas que davam corpo político na transição do Império à República, e nada escapou aos seus ataques em riste, nem mesmo o movimento abolicionista. A ausência em sua trajetória foi a de alternativas sistemáticas tanto políticas como filosóficas, já que sua filosofia é ressignificada ao longo da República sempre através de zonas de sombreamento. Ou seja, certas “aberturas” que permitiram o contato e instrumentalização de suas ideias aos propósitos dos acontecimentos presentes. Daí então, a releitura de suas ideias, realizada por Miguel Reale, sob o crivo de uma posição política claramente conservadora. Nesse caso, aos nossos olhos, essas

releituras conservadoras que se apropriaram de suas obras e ideias só serem possíveis, primeiramente, porque no interior de suas ideias haviam os elementos que abrem espaço para esses usos que independem de sua posição de classe ou diante dos movimentos sociais de seu tempo.

Assim, se o tema da cultura em Tobias Barreto, não é uma descoberta de Reale em torno de uma reiterada última fase (neokantiana) do sergipano, procuramos demonstrar que a cultura ganha conformidade em seu pensamento por outras vertentes, encontrando nas suas recordações de Kant apenas uma reverberação teórico filosófica, ligando-o a uma tradição intelectual europeia que — e ele não tinha como imaginar — assumiria no velho continente um renascimento do neokantismo, principalmente através da Escola de Baden, desdobrando-se até o debate entre Martin Heidegger e Ernest Cassirer, em 1929, e seus resultados na agitação das ideias. Em suma, como vimos, a “recordação” de Kant serviu, em muito, para Tobias criticar a posição dos positivistas (ainda que mantendo certa ambivalência na sua defesa da ciência, ponto de contato com o positivismo), projeto que datava da década de 1860.

Para além dessas apropriações, e não se pode negar o peso delas para as definições de posições para o movimento capitaneado pelo sergipano e pela historiografia, a obra e pensamento de Tobias Barreto não permaneceu às margens da história republicana, ainda que a historiografia saquarema do Império tenha produzido um processo de consagração de determinada visão para os movimentos intelectuais de nossa história. A vitória dos positivistas e a implantação de seu projeto político nos primeiros decênios do novo regime manteve o sergipano e seus herdeiros em relativa desvantagem nos cursos acadêmicos e na montagem de um Estado centrado nas ideias de ordem e progresso, mas não foi capaz de apagar sua figura à luz dos desdobramentos intelectuais do século XX. A opção da Primeira República e a preponderância positivista

no ideário simbólico e imagético solapou do seus antigos rivais e críticos, relegando esses “projetos” — ainda que de não todo sistematizados — ao epíteto do atraso e da superação. Esse processo merece maior atenção por parte da historiografia que mantém uma zona cinzenta em torno dessas propostas rivais que sofreram desse apagamento, ou — para utilizar o termo de Jorge Carvalho do Nascimento e seu já referenciado trabalho — do ocultamento da Escola do Recife e de Tobias Barreto.

Nossa investigação, à luz desse quadro geral de apropriações e leituras da obra e pensamento do sergipano, buscou revisitar seus escritos e temas, objetivando analisar e compreender o movimento das ideias nesses trabalhos. Em outras palavras, buscamos retomar e reconstituir os passos de sua reflexão compreendendo o jogo dos paradoxos e contradições de um pensamento assistemático, mas não destituído de sentido. Assim, um dos problemas encontrados em nossa investigação se localizou justamente na perpetuação da Escola do Recife em nossa tradição intelectual reside justamente no que podemos chamar de ambivalências difusas. Dessa maneira, se se pretendeu efetivar um projeto político via recepção e apropriação de outro modelo cultural que não o francês, essa opção não se materializou em associações ou partidos políticos ao longo da República. Como apontou Gilberto Freyre, o germanismo da Escola do Recife não produziu uma seita aos moldes do positivismo de Comte (Freyre, 1971). Ainda que a Escola do Recife tenha perpetuado um modelo aristocrático de intelectual e tenha cotejado ideias que muitas vezes foram forçosamente articuladas a nossa realidade social e cultural, fato esse que produziu, por exemplo, uma noção de liberalismo bastante flexível.

Nesse sentido, identificamos e procuramos demonstrar que o pensamento de Tobias Barreto transitava entre o universo dos sistemas de pensamento e as questões de seu tempo, sempre articulando pensamento e ação: outro elemento que abriu espaço para

que suas ideias fossem manipuladas ao longo de toda República. O sergipano, seu vulto, suas idiossincrasias e suas ideias passaram, como afirmamos, por várias tentativas de reatualização ao longo do século XX. Seus críticos e apologéticos reiteraram a par de suas ideias mais nobres as mesmas idiossincrasias que seus adversários manipularam para diminuir sua obra e até mesmo ridicularizar suas posições. Fruto de interesses políticos e institucionais que seguiam o movimento da história republicana, o pensamento de Tobias Barreto acabou identificado e apropriado com um pensamento conservador autoritário, fato que certamente teria produzido em seu espírito contestador e inquieto, no mínimo, críticas estridentes.

No trabalho em que analisa o método de Sílvio Romero, e que já fizemos referência, Antonio Cândido sintetiza o juízo sobre um intelectual e sua obra ao seu tempo. Nas suas palavras: "As censuras ou os louvores que fazemos a um tipo de pensamento têm sentido quando procuramos situá-lo no tempo que floresceu", sendo que, há dois pontos principais que precisam ser levados em consideração: "[...] a sua validade em face da corrente geral da história, e a sua validade em relação ao momento limitado que o viu surgir e manifestar-se" (Cândido, 1988, p. 113). No caso de Tobias Barreto, ousaríamos acrescentar um terceiro elemento no esquema de Cândido, qual seja, os usos, abusos e reverberações posteriores à historicidade de surgimento e produção de um pensamento e que se localiza precisamente nos herdeiros, críticos ou apologéticos que se apropriaram de suas ideias.

Análises controversas em torno do movimento do Recife e seus protagonistas abundam a bibliografia sobre a história das ideias e do pensamento brasileiro. Em parte, os mesmos mecanismos utilizados na estruturação das mitologias edificadas em torno de Tobias Barreto, Romero e a Escola do Recife são utilizados pelos seus críticos e detratores. Questão ideológica e de posicionamento político? Nossa hipótese é de que há relações de poder imbricadas

nos posicionamentos diante do movimento, suas ideias e legado para a nossa história intelectual. Procuramos delinear essa hipótese geral, qual seja, às possíveis relações entre as interpretações sobre Tobias Barreto e a Escola do Recife, à edificação de uma mitologia e às significações atribuídas pela historiografia ulterior, como ponto de partida para investigar se suas ideias continham os elementos dessa apropriação. Não obstante, a análise de sua trajetória intelectual, através de seus textos, desvelou um pensamento que se ocupou do combate e da produção de efeitos, mais do que formar ideias e juízos consistentes com um sistema filosófico *stricto sensu*. Ora, é o exato oposto que evidenciamos: as ideias dançavam ao sabor dos combates, o que não significa em última instância uma pura manipulação arquitetada para esse fim, ou ainda, a descrença do pensador sergipano sobre as ideias defendidas.

Nossa tese, assim, objetivou desvelar através do movimento do tema da cultura no pensamento de Tobias — das suas poesias até o retorno a Kant — justamente as dinâmicas com que o polemismo turvou a constituição de um sistema de pensamento homogêneo. É sob este mecanismo que se sustentam os esquemas teóricos que compartimentalizaram a trajetória de Tobias em fases de “adesão” e “rompimento”. Na análise de seus textos, o que percebemos é que, desde o jovem poeta até o professor da Faculdade de Direito, defensor de um retorno necessário ao pensamento de Kant, rupturas e adesões funcionam como posições discursivas autoproclamadas, o que não significa que as ideias defendidas não passavam por um crivo analítico, como procuramos demonstrar com a crítica à cultura nacional realizada por Tobias que voltava os olhos para a Alemanha. Também são perceptíveis certas permanências que enfraquecem a defesa de fases claras de rompimento e adesão a determinada corrente de pensamento.

Dessa forma, procuramos delimitar os elementos gerais que integraram as visões de críticos e apologistas e motivaram seus

posicionamentos, por vezes, apaixonados ou destemperados frente ao legado das ideias e sua herança em nossa história intelectual. Crivada de contradições e paradoxos, aos nossos olhos, o movimento e a figura de Tobias Barreto sintetizam a tragédia nacional em mais de uma cena: nossa condição periférica no contexto internacional das ideias e ideologias, a eterna e inconclusa identidade nacional — verdadeira entidade ontológica perseguida por antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e historiadores etc. —, a circulação de ideias entre nós e os combates intelectuais que, muitas vezes, obscureciam em vez de lançar luz nos problemas aos quais buscavam-se soluções, além das posições ambíguas e oniscientes de nossa crítica. Talvez o tempo das posições definitivas que ambicionavam galgar a crítica acima da própria obra criticada, pretensão de muitas das enunciações em espaço público que se voltaram para os intelectuais do Oitocentos ao longo da República, deva ceder espaço a uma compreensão mais ampla e serena desses combates de pensamento — da razão e paixão — tarefa que esperamos somar, ao fim dessa aventura por um dos capítulos mais fascinantes de nossa trajetória intelectual através das ideias de Tobias Barreto.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

ABRÃO, Bernadette Siqueira. **A história da filosofia**. São Paulo: Abril Editora, 2004.

ALAMBERT, Francisco. Civilização e barbárie, história e cultura: representações literárias e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. *In*: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 83–96.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Entre bugres e confins: as imagens do sertão na obra de Mário Palmério. *In*: PASSOS, Aruanã Antonio dos; SILVA, Deuzair José da; WITEZE JÚNIOR, Geraldo; RESENDE, Leandro Rocha (org.). **Encontros entre história e literatura**. Anápolis: UEG, 2013. p. 15–37.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia. A identidade sertaneja na literatura regionalista: Euclides, Hugo de Carvalho Ramos e Guimarães Rosa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 89–111, out. 2012.

ALMADA, Leonardo Ferreira; CERQUEIRA, Luiz Alberto. A alma e o cérebro: as origens do debate acerca da Psicologia científica no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 946–966, dez. 2010.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**: os salões e as ruas. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Historiografia e pós-modernismo. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 113-135, mar. 2001.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARAÚJO, Altino. Como prologo. *In*: BARRETO, Tobias. **Discursos**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926. Obras Completas IV. p. XI-XII.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótipo historicista, c. 1820. *In*: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (org.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 281-303.

ARANHA, Graça. **Chanaan**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1901.

ARMANI, Carlos Henrique. História intelectual e redes contextuais. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 137-150, jul. 2013.

BARBOSA, Ivan Fontes. **A Escola do Recife a sociologia no Brasil**. 2010. (Tese de doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BARBOSA, Ivan Fontes. Tobias Barreto: mestiçagem e sociologia no Brasil do século XIX. **Moderna Språk**, Stockholm, v. 108, n. 1, jul. 2014.

BAREL, Ana Beatriz Demarchi. **Um romantismo a oeste**: modelo francês, identidade nacional. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

BARRETO, Luiz Antonio. **Tobias Barreto**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.

BARRETO, Tobias. **Crítica de religião**. Organização Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: J. E. Solomon; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2013a.

BARRETO, Tobias. **Crítica literária**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978a.

BARRETO, Tobias. **Dias e noites**. Direção Sylvio Roméro. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1903.

BARRETO, Tobias. **Dias e noites**: poesias. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1925.

BARRETO, Tobias. **Dias e noites**: poesias. Organização Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: J. E. Solomon; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

BARRETO, Tobias. **Discursos**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926a. Obras Completas IV.

BARRETO, Tobias. **Estudos alemães**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926b. Obras Completas VIII.

BARRETO, Tobias. **Estudos de direito**. Direção Sylvio Roméro. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1892.

BARRETO, Tobias. **Estudos de direito I**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926c. Obras Completas VI.

BARRETO, Tobias. **Estudos de direito II**. (Obras Completas VII). Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926d.

BARRETO, Tobias. **Estudos de filosofia**. Organização Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: J. E. Solomon; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2013b.

BARRETO, Tobias. Idéias introdutórias ao estudo da história. **Revista do Norte**, n. 13, 1891. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca/biblioteca/acervos/publicacoes-digitalizadas/revista-do-norte-1/n13_1891.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

BARRETO, Tobias. **Menores e loucos e fundamentos do direito de punir**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926e. Obras Completas V.

BARRETO, Tobias. **Monografias em Alemão**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1978b.

BARRETO, Tobias. **Philosophia e critica**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926f. Obras Completas III.

BARRETO, Tobias. **Polemicas**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926g. Obras Completas II.

BARRETO, Tobias. **Questões vigentes**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926h. Obras Completas IX.

BARRETO, Tobias. **Varios escriptos**. Aracaju: Edição do Estado de Sergipe, 1926i. Obras Completas X.

BARRETO, Tobias. **Varios escriptos**. Rio de Janeiro: Laemmert e C. Editores, 1900.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1889 a 1930**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BEVILAQUA, Clovis. **Epochas e individualidades**. Recife: Livraria Quintas – Editora, 1899.

BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. Brasília: INL, 1977.

BEVILAQUA, Clovis. **Juristas philosophos**. Salvador: Livraria Magalhães, 1897.

BEVILAQUA, Clovis. **Philosophia positiva no Brazil**. Recife: Typographia Industrial, 1883.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Adolfo Caminha**: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897). São Paulo: UNESP: Cultura Acadêmica, 2009.

BOLLE, Willi. **grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Editora 34: Livraria Duas Cidades, 2004.

BORGES, Paulo Alexandre. Cultura e natureza em Tobias Barreto. *In*: COLÓQUIO TOBIAS BARRETO, 1., Lisboa. **Ata** [...]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1991. p. 133–137.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOULLE, Pierre H. Em defesa da escravidão: oposição à abolição no século XVIII e as origens da ideologia racista na França. *In*: KRANTZ, Frederick (org.). **A outra história**: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 191–210.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231–269, 2005.

BRETT, Annabel. Que é a história intelectual hoje? *In*: CANNADINE, David (coord.). **Que é a História Hoje?** Lisboa: Gradiva, 2006. p. 151–172.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Filosofia, educação, sociedade e direito na obra de Arthur Orlando da Silva – 1858/1916**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1980.

CALAFATE, Pedro. Natureza e cultura, em torno de Tobias Barreto. *In: COLÓQUIO TOBIAS BARRETO*, 1., Lisboa. **Ata** [...]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1991. p. 139–142.

CALAFATE, Pedro. O pensamento filosófico de Tobias Barreto. **Revista de Hispanismo Filosófico**, Lisboa, n. 2, p. 37–47, 1997.

CÂNDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARELLI, Mario. **Culturas cruzadas**: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papyrus, 1994.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. **Teatro das Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **TOPOI**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123–152, 2000.

CARVALHO, José Mauricio de. O tema da cultura na filosofia brasileira. **Utopía y praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 7, n. 17, p. 87–108, jun. 2002.

CATROGA, Fernando. **Antero de Quental**: história, socialismo, política. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. A ideia de filosofia no Brasil. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 39, p. 163–192, 2011.

CHACON, Vamireh. **Formação das Ciências Sociais no Brasil**: da Escola do Recife ao código civil. 2. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2008.

COLARES, Camila; ADEODATO, José Mauricio. A obra de Sílvio Romero no desenvolvimento da nação como paradigma: da dicotomia entre o positivismo e a metafísica à adoção do evolucionismo Spenceriano na transição republicana. **Revista Prima Facie**, João Pessoa, v. 10, n. 19, jul–dez 2011, p. 36–66.

COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **O Brasil Monárquico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 3, p. 377–398.

COMTE, Augusto. **Catecismo positivista ou exposição sumária da religião universal em onze colóquios sistemáticos entre uma mulher e um sacerdote da humanidade**. Lisboa: Europa-América, [19–?].

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos no Ceará provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COUTINHO, Aluizio Bezerra. **A filosofia das ciências naturais na Escola do Recife**. Recife: Editora da UFPE, 1988.

CRUZ, Manuel Braga da. **Teorias sociológicas**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIEHL, Astor Antônio. Teoria Historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 368–394, jul./dez. 2006.

ESPAGNE, Michel. **Les transferts culturels franco-allemands**. Paris: Presses universitaires de France, 1999.

ESPAGNE, Michel. **L'histoire de l'art comme transfert culturel**: l'itinéraire d'Anton Springer. Paris: Belin, 2009.

ESPAGNE Michel; WERNER, Michael (dir.). **Philologiques III**: Qu'est-ce qu'une littérature nationale? Approches pour une théorie interculturelle du champ littéraire. Paris: MSH, 1994.

ESPAGNE, Michel; WERNER, Michael. **Transferts**, les relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIIIe-XIXe siècles). Paris: Éd. Recherche sur les civilisations, 1988.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 7–30, 1996.

FAORO, Raymundo. **A república inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

FERREIRA, Luiz Pinto. Atualidade de Tobias Barreto. **Revista da Faculdade de Direito do Ceará**, Fortaleza, v. 8, p. 235–274, 1954.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A cultura da fealdade: “tecnologia e estética do racismo”. [Entrevista cedida a] Emerson Dionísio Gomes de Oliveira. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 228–235, jan./jun. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

FREITAS, Itamar. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913/1929). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Nós e a Europa Germânica**. Rio de Janeiro: Grifo Editorial, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de "*Il Ritorno de Martin Guerre*", de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991. p. 179–202.

GOLDMAN, Marcio. **Razão e diferença**: afetividade, racionalidade e relativismo no pensamento de Lévy-Bruhl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora GRYPHO, 1994.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. 11. ed. São Paulo: FTD, 1994.

GOMES, Sônia Raimunda. **Surto de idéias novas – década de 1868-1878**: aspectos fundamentais. 1986. Tese de mestrado (Programa de pós-graduação em Filosofia) – Universidade Gama Filho (UGF), Rio de Janeiro, 1986.

GREENBLATT, Stephen. **Como Shakespeare se tornou Shakespeare**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GUIMARÃES, Aquiles Cortes. Tobias Barreto e o cientificismo de sua época. In: COLÓQUIO TOBIAS BARRETO, 1., 1990. **Atas [...]**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 93–102.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5–27, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014.

HAECKEL, Ernesto. **Historia da criação dos sêres organizados segundo as leis naturaes**. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1930.

HAECKEL, Ernesto. **Os enygmias do universo**. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1909.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 289–305.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293–310, abr. 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. t. 2, v. 7.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octabio. Estilos de pensamento. *In*: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (org.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 429–438.

INGENIEROS, José. **O homem medíocre**. 3. ed. Curitiba: Editora do Chain, 2014.

JENKINS, Keith. **A história refigurada**: novas reflexões sobre uma antiga disciplina. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

JESUS, Jadson Tavares de. Tobias Barreto: crítica política e social ao Brasil. **Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, Araucaria, v. 15, n. 30, p. 167–190, 2013.

KARVAT, Erivan Cassiano. Filosofia da história e civilização em Sívio Romero: uma leitura de *Interpretação philosophica dos factos historicos* (1880). **Revista Ágora**, Vitória, n. 12, p. 1–12, 2011.

KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LIMA, Hermes. **Tobias Barreto**: a época e o homem. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1957.

LIMA, Jackson da Silva. **História da literatura sergipana**: fase romântica. Aracaju: FUNDESC, 1986. v. 2.

LIMA, Oliveira. **Descobrimento do Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Publicações BBM, 2021.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.

MACHADO, Roberto. **O nascimento do trágico**: de Schiller a Nietzsche. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889)**: panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá - Eduem, 1999.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**: volume IV: (1877-1896). 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

MENEZES, Djacir. **O Brasil e o pensamento brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998.

MERCADANTE, Paulo. Tobias Barreto na cultura brasileira. *In*: COLÓQUIO TOBIAS BARRETO, 1., Lisboa. **Ata** [...]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1991. p. 33-42.

MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. **Tobias Barreto na cultura brasileira**: uma reavaliação. São Paulo: Editora da USP: Grijalbo, 1972.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Medo à utopia**: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Instituto Nacional do Livro, 1985.

MORAES FILHO, Evaristo de. **As ideias fundamentais de Tavares Bastos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. Evaldo Cabral de Mello. *In*: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 145–162.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **História do Brasil**: uma interpretação. São Paulo: Editora 34, 2015.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Editora UEL, 1999.

NASCIMENTO, Márcio Luiz do. **Primeira Geração Romântica versus Escola do Recife**: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NEUNDORF, Alexandro. **A emergência da modernidade na França durante o Segundo Império**: das “Flores do Mal” de Baudelaire ao

"J'accuse" de Zola. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em Os Sertões. **História da Historiografia**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 67–85, mar. 2009.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira; SALOMON, Marlon. **A decadência de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da Ordem. *In*: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999. p. 83–96.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 609–633, set./dez. 2013.

PAIM, Antonio. **A escola do Recife**. 3. ed. Londrina: Editora da UEL, 1997.

PAIM, Antonio. A trajetória filosófica de Tobias Barreto. *In*: BARRETO, Luiz Antonio; SANTOS, Marta Sueli Dias (org.). **Tobias Barreto (1839-1889): bibliografia e estudos críticos**. Aracaju: Centro de documentação do pensamento brasileiro, 1989.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da história**: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

PESSOA, Fernando. **O livro do desassossego**. 6. ed. Porto: Porto Editora, 2013.

PRADO, Antonio Arnoni. **Itinerário de uma falsa vanguarda**: os dissidentes, a semana de 22 e o integralismo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

QUEIRÓZ, Suely Robles de. Escravidão negra em debate. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 103–118.

QUENTAL, Antero de. **Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

RABELLO, Sylvio. **Itinerário de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. *In*: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade, tempo**. Chapecó: Argos, 2011. p. 21–49.

REALE, Miguel. **Cinco temas do culturalismo**. São Paulo: Saraiva, 2000.

REALE, Miguel. **Face oculta de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

REALE, Miguel. **Figuras da inteligência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Siciliano, 1994.

REALE, Miguel. **Horizontes do direito e da história**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977.

REALE, Miguel. **Memórias**: destinos cruzados. São Paulo: Saraiva, 1987. v. 1.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO SERGIPE. Aracaju: Imprensa Oficial, n. 15, 1939. Edição especial consagrada ao centenário de Tobias Barreto (1839–1939).

RODRIGUES, Helenice. Transferências de saberes: modalidades e possibilidades. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 53, p. 203225, jul./dez. 2010.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Contribuições e Estudos Gerais para o Exato Conhecimento da Literatura Brasileira. 7. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura Olympio, 1980a. v. 1.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Contribuições e Estudos Gerais para o Exato Conhecimento da Literatura Brasileira. 7. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura Olympio, 1980b. v. 2.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Contribuições e Estudos Gerais para o Exato Conhecimento da Literatura Brasileira. 7. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura Olympio, 1980c. v. 4.

ROMERO, Sílvio. **Parnaso Sergipano**: edição comemorativa. Organizado por Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Ed. Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ROMÉRO, Sylvio. **Doutrina contra doutrina**: o evolucionismo e o positivismo na Republica do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes, 1894.

ROMÉRO, Sylvio. **Estudos sobre a poesia popular do Brazil (1879-1880)**. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & Cia, 1888.

ROMÉRO, Sylvio. **Lucros e perdas**: chronica mensal dos acontecimentos. Rio de Janeiro: Livraria Contemporanea de Faro & Lino, [1883].

ROMÉRO, Sylvio. **Machado de Assis**: estudo comparativo de litteratura brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897.

ROMÉRO, Sylvio. **Provocações e debates**: contribuição para o estudo do Brazil Social. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1910.

ROSENFELD, Anatol. **Texto/contexto I**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALOMON, Marlon. Afrontar o perigo: a questão da história da verdade. *In*: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade, tempo**. Chapecó: Argos, 2011. p. 323–346.

SARNEY, José. Tobias Barreto: filosofia e política. *In*: BARRETO, Tobias. **Estudos de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record: Brasília: INL, 1990. p. 5.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 3, p. 150–161, jan. 1973.

SEIXAS, Jacy Alves de; BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). **Assédio moral**: desafios políticos, considerações sociais, incertezas jurídicas. Uberlândia: EDUFU, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: os usos sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 425–438, 2002.

SILVA, Leonice Ferreira da. (coord.). **Coleção alemã de Tobias**, pertencente ao acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Recife: [s.n.], 1989.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231–269.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOBRINHO, Sebrão. **Tobias Barreto, o desconhecido**: gênio e desgraça. Aracaju: Imprensa Oficial, 1941.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. **Revista de História Regional**, v. 9, n. 1, p. 9–30, 2004.

SPENCER, Herbert. **El individuo contra el Estado**. Valencia: F. Sempere y C.^ª, Editores, 1884.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. 2005. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2011.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 329–259.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 7. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

VIANA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, 2004.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (ed.). **De la comparaison à l'histoire croisée**. Paris: Seuil, 2004.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. **Annales**, v. 58, n. 1, p. 7–36, jan./feb. 2003.

WICKBERG, Daniel. Intellectual history vs. the social history of intellectuals. **Rethinking History**, London, v. 5, n. 3, p. 383–395, 2001.

Aruanã

Antonio
dos Passos

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) com período sanduíche na Universidade de Lisboa (ULisboa). Além disso, realizou estágio pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas (DAHUM) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Intelectual e dos Intelectuais e História das Ideias no Brasil Império e República, atuando nos temas: Teoria da História e Historiografia; Intelectuais, Violência, Justiça e Crime; “Escola” do Recife; Tobias Barreto; e Sílvio Romero.

E

R

B

O

S

R

O

T

U

A

O

ED**UT**FPR

Este livro, produzido pela EDUTFPR, é financiado com recurso público e visa à ampla e democrática disseminação do conhecimento. Esta edição promove o ODS 4 Educação de qualidade, que tem o intuito de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, envolvendo docentes e discentes em sua produção e promovendo diversas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Além disso, é favorável à preservação de árvores e diminuição da pegada de carbono global.

Formato 16 × 23 cm

Tipografias Inter | Rasmus Andersson
Germania One | John Vargas Beltrán

Curitiba
25°26'20.4"S 49°16'08.4"W
Feito no Brasil
Made in Brazil
2026

Tobias Barreto de Menezes (1839–1889) é um marco na história das ideias no Brasil. Suas obras constituem o *corpus* de um projeto cultural identificado com as principais questões de seu tempo, como a abolição da escravatura, o movimento republicano, a crítica ao Império e a reformulação da Filosofia e do Direito na transição para a República. Nesse contexto, analisar seu pensamento, sua formação e seu percurso intelectual coloca em debate os temas mais urgentes para uma crítica da cultura nacional e da nossa dependência de modelos estrangeiros. Debate mais do que atual e necessário.